

Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Informação e Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Comunicação

CAROLINA ZAFINO ISIDORO

A COMUNICAÇÃO NAS *FANPAGES*:
o desafio da cidadania na interação entre deputados e cidadãos

Goiânia
2017

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES
ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: Carolina Zafino Isidoro

Título do trabalho: A COMUNICAÇÃO NAS FANPAGES: o desafio da cidadania na interação entre deputados e cidadãos

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.



Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:



Prof. Magno Medeiros
FIC - UFG
Slape 1217633

Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 23/07/2017

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente
- Submissão de artigo em revista científica
- Publicação como capítulo de livro
- Publicação da dissertação/tese em livro

²A assinatura deve ser escaneada.

CAROLINA ZAFINO ISIDORO

A COMUNICAÇÃO NAS *FANPAGES*:
o desafio da cidadania na interação entre deputados e cidadãos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da UFG como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Comunicação, Cultura e Cidadania.

Linha de Pesquisa: Mídia e Cidadania.

Orientador: Prof. Dr. Magno Luiz Medeiros da Silva.

Goiânia
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Zafino Isidoro, Carolina

A Comunicação nas Fanpages: [manuscrito] : o desafio da
cidadania na interação entre deputados e cidadãos / Carolina Zafino
Isidoro. - 2017.

CCVII, 207 f.

Orientador: Prof. Dr. Magno Luiz Medeiros da Silva.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), Programa de Pós
Graduação em Comunicação, Goiânia, 2017.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui fotografias, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Comunicação. 2. Interação. 3. Cidadania. 4. Fanpages. 5. Internet.
I. Luiz Medeiros da Silva, Magno, orient. II. Título.

CDU 007

FOLHA DE APROVAÇÃO



Faculdade de Informação
e Comunicação

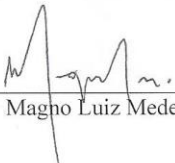
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
PPGCOM



ATA 14/2017

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, a partir das quatorze horas, no Centro Integrado de Aprendizado em Rede (CIAR/UFG), realizou-se via videoconferência a sessão pública da Defesa de Dissertação de Mestrado de CAROLINA ZAFINO ISIDORO, intitulada: **“A COMUNICAÇÃO NAS FANPAGES: o desafio da cidadania na interação entre deputados e cidadãos”**. A banca examinadora foi composta pelos professores doutores Magno Luiz Medeiros da Silva (orientador/FIC/UFG), Dalton Lopes Martins (FIC/UFG) e Luis Mauro Sá Martino (CÁSPER-LÍBERO). Após a arguição, os membros da banca se reuniram em sessão secreta para concluir a avaliação e definir o parecer final da dissertação, que foi APROVADA. Por fim, lavrou-se a presente ata, que segue assinada pelo Presidente e pelos demais membros da banca.

Prof. Dr.  (Presidente)
Magno Luiz Medeiros da Silva

Prof. Dr. 
Dalton Lopes Martins

Prof. Dr. 
Luis Mauro Sá Martino

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por minha vida e por todas as pessoas que ele escolheu para me acompanhar em minhas aventuras.

Agradeço aos meus pais pelo amor e apoio.

Agradeço à minha família por me fazer acreditar que tudo é possível.

Agradeço aos meus amigos e às minhas amigas que torcem pelas minhas conquistas e alegrias.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFG pela oportunidade de aprender e crescer.

Agradeço aos meus alunos e aos meus companheiros da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) por me incentivarem e apoiarem nesse desafio, em especial às professoras Ângela Moraes, Lara Guerreiro e Sabrina Moreira e ao professor Rogério Borges.

Agradeço à companheira deputada Adriana Accorsi e aos companheiros do mandato, em especial aos membros da equipe da comunicação, Geralda Ferraz, Maiani Gontijo, Paulo Rikardo, Décio Mendonça e Gustavo Godoi.

Agradeço ao meu orientador, Magno Medeiros, pelas orientações e ensinamentos para a vida.

Agradeço aos professores Dalton Martins e Luiz Signates pela dedicação em minha qualificação e estudos.

“[...] não existe nada que não possa ser mudado por ação social consciente e intencional, munida de informação e apoiada em legitimidade. Se as pessoas forem esclarecidas, atuantes e se comunicarem em todo o mundo; se as empresas assumirem sua responsabilidade social; se os meios de comunicação se tornarem os mensageiros, e não a mensagem; se os atores políticos reagirem contra a descrença e restaurarem a fé na democracia; se a cultura for reconstruída a partir da experiência; se a humanidade sentir a solidariedade da espécie em todo o globo; se consolidarmos a solidariedade intergeracional, vivendo em harmonia com a natureza; se partirmos para a exploração de nosso ser interior, tendo feito as pazes com nós mesmos. Se tudo isso for possibilitado por nossa decisão bem informada, consciente e compartilhada enquanto ainda há tempo, então, talvez, finalmente possamos ser capazes de viver, amar e ser amados”.

Manuel Castells

RESUMO

A partir do estudo da interação e da comunicação entre deputados federais e cidadãos ao longo de 2015 nas *fanpages* dos três mais votados em Goiás, buscamos compreender se essas páginas no Facebook são utilizadas como espaços de cidadania, ampliando o exercício da comunicação entre representantes e representados. Para obter respostas, investigamos a interação como um modo de participação na democracia e de fortalecimento da cidadania. No desenvolvimento do trabalho realizamos uma revisão dos conceitos de cidadania, da comunicação e da interação e das potencialidades das mídias digitais em promover esferas públicas virtuais voltadas ao debate do interesse público. Com a análise das publicações dos parlamentares, e dos comentários publicados pelos cidadãos e parlamentares nas matérias selecionadas, foi possível aferir que a cidadania comunicacional em espaços de interação é um processo incremental, que acontece por meio do diálogo entre os interagentes. Representantes e representados são responsáveis pelo exercício da cidadania nas *fanpages* e, consequentemente, na democracia brasileira, que tem no deputado federal o poder de representação do povo nas tomadas de decisão.

Palavras-chave: Comunicação. Interação. Cidadania. *Fanpages*. Internet.

ABSTRACT

From the study of interaction and communication between federal representatives and citizens throughout 2015 in the fanpages of the three most voted in Goiás, we sought to understand if these Facebook pages are used as spaces of citizenship, expanding the exercise of communication between representatives and represented. To obtain answers, we investigate interaction as a mode of participation in democracy and strengthening of citizenship. In the development of the work, we review the concepts of citizenship, communication and interaction and the potential of digital media to promote virtual public spheres, focused on public interest debate. With the analysis of the publications of the parliamentarians and the comments published by the citizens and parliamentarians on the selected subjects, it was possible to verify that the communicational citizenship in spaces of interaction is an incremental process, that happens through the dialogue between the interacting ones. Representatives and representatives are responsible for exercising citizenship in fanpages and, consequently, in Brazilian democracy, which has in the federal deputy the power of representation of the people in decision-making.

Keywords: Communication. Interaction. Citizenship. Fanpages. Internet.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Gerações da <i>web</i>	59
Figura 2	Foto do perfil do deputado Delegado Waldir no Facebook.....	104
Figura 3	Foto do perfil do deputado Daniel Vilela no Facebook.....	106
Figura 4	Foto do perfil da deputada Flávia Moraes no Facebook	108
Figura 5	Flávia respondeu dúvidas do cidadão.....	127
Figura 6	Flávia Moraes se posicionou a favor da educação de qualidade.....	128
Figura 7	Waldir pediu veto do aumento do fundo partidário.....	133
Figura 8	Botão curtir disponibiliza conexão para as pessoas que interagem.....	135
Figura 9	Publicação pelo Dia das Crianças com os filhos aumentou curtidas na <i>fanpage</i> de Daniel Vilela.....	138
Figura 10	Foto do perfil de Daniel Vilela recebeu elevado número de curtidas.....	138
Figura 11	Daniel Vilela fez oposição ao governo de Goiás	139
Figura 12	Fotos com a família garantiram curtidas a Daniel Vilela.....	141
Figura 13	<i>Status</i> foi a publicação mais visualizada do 1º semestre na <i>fanpage</i> de Daniel Vilela.....	141
Figura 14	Daniel registrou tópicos do discurso na bancada da Câmara dos Deputados.....	142
Figura 15	Daniel agradeceu os votos recebidos.....	143
Figura 16	Publicação mais curtida do mês de junho traz prisão de Marcelo Odebrecht durante fase da Operação Lava-Jato.....	145
Figura 17	Vídeo do cantor Cristiano Araújo publicado pelo Delegado Waldir.....	145
Figura 18	Postagem com o maior número de curtidas durante o ano de 2015.....	147
Figura 19	Segunda postagem mais curtida durante o primeiro semestre de 2015.....	148
Figura 20	Terceira publicação mais curtida também abordou a falta de segurança....	148
Figura 21	Delegado Waldir defendeu o fim do Estatuto do Desarmamento.....	150
Figura 22	Delegado Waldir estimulou o compartilhamento de seu posicionamento...	151
Figura 23	A falta de segurança foi tema recorrente nas publicações de Waldir	151
Figura 24	Flávia assinando documento para instalação da CPI da Petrobras.....	153
Figura 25	Flávia Moraes com idosa.....	154
Figura 26	Flavia mobilizou pessoas para votar nela no Prêmio Congresso em Foco..	155
Figura 27	Temáticas referentes aos idosos receberam muitas curtidas na <i>fanpage</i> de Flávia Moraes.....	155
Figura 28	Mensagem de boas festas garantiu curtidas na <i>fanpage</i> de Flávia Moraes..	156
Figura 29	Flávia Moraes com bebê.....	157
Figura 30	Palavras frequentes nos comentários de fevereiro nas publicações de Daniel Vilela.....	163
Figura 31	Palavras frequentes nas publicações de Daniel Vilela.....	163
Figura 32	Postagens mais comentadas abordavam crimes de homicídio e vilipêndio de cadáver.....	165
Figura 33	Palavras frequentes nos comentários de fevereiro nas publicações de Delegado Waldir.....	167
Figura 34	Palavras frequentes nos comentários nas publicações de Delegado Waldir	168
Figura 35	Palavras frequentes nos comentários de fevereiro nas publicações de Flávia Moraes.....	170
Figura 36	Palavras frequentes nos comentários nas publicações de Flávia Moraes....	170
Figura 37	Daniel Vilela respondeu a poucos cidadãos.....	173
Figura 38	Flávia Moraes dialogou pouco com os cidadãos.....	174
Figura 39	Waldir interagiu com cidadãos.....	175

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Número de publicações feitas pelos deputados em 2015.....	114
Gráfico 2	Total de postagens por mês do deputado Daniel Vilela em 2015.....	116
Gráfico 3	Total de postagens por mês do deputado Delegado Waldir em 2015.....	117
Gráfico 4	Total de postagens por mês da deputada Flávia Morais em 2015.....	118
Gráfico 5	Formatos das publicações dos deputados	
Gráfico 6	Categorias encontradas nas publicações de Daniel Vilela.....	123
Gráfico 7	Categorias encontradas nas publicações de Flávia Morais.....	127
Gráfico 8	Categorias encontradas nas publicações do Delegado Waldir.....	132
Gráfico 9	Interação entre Daniel Vilela e os cidadãos.....	143
Gráfico 10	Interação por semestre na página de Daniel Vilela	144
Gráfico 11	Interação entre Delegado Waldir e os cidadãos em 2015.....	151
Gráfico 12	Interação por semestre entre Flávia Morais e os cidadãos.....	159
Quadro 13	Interação entre Flávia Morais e os cidadãos.....	160
Quadro 14	Interação nas postagens dos deputados.....	165

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Critérios da racionalidade da discussão.....	84
Quadro 2	<i>Fanpages</i> dos deputados federais estudados.....	90
Quadro 3	Categorias de análise dos conteúdos nas postagens nas <i>fanpages</i>	92
Quadro 4	Lista de deputados federais que representam os goianos na atualidade com os respectivos números de votos recebidos em 2014 e número de mandatos.....	99
Quadro 5	Informações básicas sobre os deputados federais.....	102
Quadro 6	Projetos de lei apresentados por Delegado Waldir em 2015.....	104
Quadro 7	Projetos de lei apresentados por Daniel Vilela em 2015.....	106
Quadro 8	Projetos de lei apresentados por Flávia Morais em 2015.....	108
Quadro 9	Análise da categoria Estímulo à interação na <i>fanpage</i> de Daniel Vilela.....	192
Quadro 10	Análise da categoria Estímulo à interação na <i>fanpage</i> do Delegado Waldir..	194
Quadro 11	Análise da interação das <i>fanpages</i>	159
Quadro 12	Comentários mais relevantes nas publicações mais comentadas de Daniel Vilela.....	198
Quadro 13	Comentários mais recentes na <i>fanpage</i> de Delegado Waldir.....	202
Quadro 14	Comentários mais relevantes nas publicações mais comentadas de Flávia Morais.....	205
Quadro 15	Etapas da cidadania nos comentários.....	172
Quadro 16	Qualidade da comunicação entre deputado e cidadão.....	173

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Categorização aplicada às publicações de Daniel Vilela	121
Tabela 2	Categorização aplicada às publicações de Flávia Morais.....	126
Tabela 3	Categorização aplicada às publicações de Delegado Waldir.....	130
Tabela 4	Dez palavras mais recorrentes nos comentários.....	161

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	CIDADANIA, COMUNICAÇÃO E POLÍTICA: UMA RELAÇÃO INDISSOLÚVEL AO LONGO DA HISTÓRIA DA HUMANIDADE....	15
2.1	CIDADANIA: REGULAÇÃO E REDISTRIBUIÇÃO DE DIREITOS	18
2.2	CIDADANIA: O PERTENCIMENTO QUE DETERMINA O MODO DE SER CIDADÃO	27
2.2.1	Democracia e representação política.....	33
2.4	O LUGAR DA CIDADANIA – DAS RUAS ÀS MÍDIAS DIGITAIS	38
3	COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO NAS MÍDIAS DIGITAIS A SERVIÇO DA CIDADANIA.....	48
3.1	TICS: UM NOVO PARADIGMA COMUNICACIONAL.....	49
3.2	WEB 2.0: A GERAÇÃO VOLTADA À SOCIABILIDADE DOS INTERNAUTAS.....	58
3.3	COMUNICAÇÃO DIGITAL.....	60
3.4	MÍDIAS DIGITAIS: O SOCIAL COMO ELEMENTO DE INTERAÇÃO..	68
3.5	CIDADANIA DIGITAL: O VIRTUAL COMO ESPAÇO DO CIDADÃO..	76
3.6	FACEBOOK: UM ESPAÇO DE ENCONTRO NO VIRTUAL.....	79
4	CIDADÃOS E DEPUTADOS FEDERAIS: A INTERAÇÃO COMO PONTO CENTRAL EM UMA RELAÇÃO DE CIDADANIA.....	86
4.1	SELEÇÃO DAS PÁGINAS (<i>FANPAGES</i>) E <i>CORPUS</i>	89
4.2	MÉTODO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO E CRITÉRIO DE CATEGORIZAÇÃO	91
5	PARTICIPAÇÃO DOS DEPUTADOS MAIS VOTADOS NO FACEBOOK DURANTE O PRIMEIRO ANO DE MANDATO.....	94
5.1	BREVE HISTÓRICO DO PODER LEGISLATIVO NO BRASIL.....	94
5.2	FACEBOOK: UMA POSSÍVEL ESFERA PÚBLICA VIRTUAL.....	100
5.3	PERFIL DOS DEPUTADOS E A <i>FANPAGE</i> NO FACEBOOK	101
5.3.1	Delegado Waldir.....	102
5.3.2	Daniel Vilela.....	105
5.3.3	Flávia Moraes.....	107
5.4	NÚMEROS DE PUBLICAÇÕES DOS DEPUTADOS FEDERAIS DURANTE 2015.....	112
5.5	FORMATO DAS PUBLICAÇÕES DOS DEPUTADOS FEDERAIS	118
5.6	PARTICIPAÇÃO DOS DEPUTADOS FEDERAIS NAS <i>FANPAGES</i> NO PRIMEIRO ANO DE MANDATO: O TEMA DAS POSTAGENS.....	119
5.6.1	Temáticas do deputado Daniel Vilela.....	120
5.6.2	Temáticas da deputada Flávia Moraes.....	124
5.6.3	Temáticas do deputado Delegado Waldir.....	128
5.7	OS ESPAÇOS DE INTERAÇÃO NO FACEBOOK.....	133
5.8	INTERAÇÃO: CURTIDAS, COMENTÁRIOS E COMPARTILHAMENTOS.....	136
5.8.1	Publicações curtidas na <i>fanpage</i> de Daniel Vilela.....	137
5.8.2	Publicações curtidas na <i>fanpage</i> de Delegado Waldir.....	143
5.8.3	Publicações curtidas na <i>fanpage</i> de Flávia Moraes.....	152
5.8.4	Publicações mais comentadas nas <i>fanpages</i> dos deputados.....	157
5.8.4.1	<i>Publicações mais comentadas na fanpage de Daniel Vilela.....</i>	<i>160</i>
5.8.4.2	<i>Publicações mais comentadas na fanpage de Delegado Waldir.....</i>	<i>164</i>
5.8.4.3	<i>Publicações mais comentadas na fanpage de Flávia Moraes.....</i>	<i>168</i>

5.8.5	Processo incremental pela conquista da cidadania na comunicação e interação entre deputados e cidadãos.....	170
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	176
	REFERÊNCIAS.....	183
	APÊNDICES.....	188
	APÊNDICE A - Quadro 7 - Projetos de lei apresentados por Daniel Vilela em 2015.....	189
	APÊNDICE B - Quadro 9 - Análise da categoria Estímulo à interação na <i>fanpage</i> de Daniel Vilela.....	193
	APÊNDICE C - Quadro 10 - Análise da categoria Estímulo à interação na <i>fanpage</i> de Delegado Waldir.....	195
	APÊNDICE D - Quadro 12 - Comentários mais relevantes nas publicações mais comentadas de Daniel Vilela.....	199
	APÊNDICE E - Quadro 13 - Comentários mais recentes na <i>fanpage</i> de Delegado Waldir.....	203
	APÊNDICE F - Quadro 14 - Comentários mais relevantes nas publicações mais comentadas de Flávia Moraes.....	206

1 INTRODUÇÃO

Com o surgimento da internet e das novas tecnologias da comunicação e informação (TICs), a comunicação digital trouxe novos desafios para a democracia, pois fez surgir novos espaços de fala e de discussão da cidadania, possibilitando a ampliação do acesso à informação e da participação política. O uso das mídias digitais fomentou a criação de canais de comunicação modernos, fortalecendo o poder de intervenção e negociação do cidadão nas instâncias políticas no Brasil.

Se no passado para a grande mídia comunicar era transmitir informações e as relações humanas eram frequentemente hierárquicas, hoje o fluxo comunicacional envolve interação e negociação e as relações são cada vez mais horizontais. As mídias digitais possibilitaram, aos representantes políticos e aos cidadãos, construir ágoras virtuais para que possam dialogar, em uma perspectiva de troca de informações e posicionamentos sobre suas realidades e visões de mundo. Na perspectiva dos cidadãos, a proximidade e a interação com os representantes políticos sugerem a oportunidade de acompanhar as ações do mandato; fiscalizar a atuação política e parlamentar do político; informar sobre suas demandas e realidades; influenciar e persuadir nas tomadas de decisão, dentre outras ações.

Nessas novas condições, é preciso retomar que a cidadania só foi validada em lugares com espaços democráticos para o debate, a criação e a demanda pública por novos direitos. Sem comunicação, não há cidadania (SIGNATES; MORAES, 2016), pois é por meio do ato de fala que os cidadãos podem mostrar suas realidades, necessidades e participar de modo ativo na democracia brasileira, seja fiscalizando, apoiando ou se opondo a determinadas decisões dos agentes políticos e demais gestores públicos. De qualquer modo, é pela comunicação que o cidadão se faz reconhecer como dono da *res pública*, empoderando-se frente àqueles que têm a legitimidade, por meio do voto, de representá-lo nos espaços de tomada de decisão.

Este trabalho pretende investigar a interação entre cidadãos e seus representantes políticos nas mídias digitais. Baseando-se na premissa de que a sociedade é que determina o modo de utilizar as tecnologias, o estudo pretende compreender se as *fanpages* de três deputados federais de Goiás – Delegado Waldir, Daniel Vilela e Flávia Moraes – estão sendo utilizadas como um novo espaço para a cidadania, com mais comunicação entre os parlamentares e os cidadãos.

Ultrapassando o descrédito da intervenção por meio do voto, a aproximação dos cidadãos aos políticos na internet estimula os brasileiros a estabelecer uma relação mais

próxima dos representantes e da própria política. Deste modo, uma nova noção de cidadania vem sendo construída de forma ativa, na qual a comunicação se tornou não um mero componente da democracia, mas o seu próprio modo de ser (SIGNATES, 2012), nas instituições, nos grupos sociais e na sociedade como um todo. Isto quer dizer que, quanto mais livres e fortes se tornarem os processos de produção e circulação social dos sentidos, mais democrática se torna uma sociedade.

A comunicação é ponto central no exercício da cidadania política na atualidade, principalmente após a intensificação do uso das mídias digitais, que possibilitou a interação entre os cidadãos e também entre representantes e representados.

A partir da nova esfera pública virtual, nasce a necessidade de avaliação do uso e da apropriação dos espaços de interação nas mídias sociais para o exercício da cidadania, por meio da participação política, expressa pela comunicação. Essa esfera pública virtual é conduzida por novos valores e condutas que afetam a democracia no que se refere à informação, à expressão, à associação e à deliberação dos cidadãos. O ambiente digital é propício aos relacionamentos e a uma série de possibilidades de uso, porém, como toda tecnologia, é o homem que a utiliza conforme deseja e não o inverso. Daí nasce o questionamento: até que ponto as páginas do Facebook dos três deputados federais mais votados em Goiás são utilizadas como espaços da cidadania, promovendo mais interação e comunicação entre representantes e representados?

As mídias digitais são compreendidas como plataformas interativas, que permitem que assuntos de interesse público e particular sejam discutidos publicamente. O potencial democrático dessas ferramentas é tão importante que iniciativas em todo o mundo buscam melhorar a qualidade da comunicação entre os cidadãos e as instituições e agentes que compõem os poderes constituídos.

Há pelo menos três décadas a democratização dos meios de comunicação no Brasil é motivo de discussões e lutas de toda a sociedade, incluído aí o ativismo de movimentos sociais organizados. Sem espaço para reivindicar os direitos fundamentais e, ao mesmo tempo, desacreditadas da efetiva representação dos políticos, muitas pessoas estão fora do jogo da sociedade capitalista e do próprio processo democrático existente no Estado-Nação. O cenário é desalentador e revela visões distorcidas do indivíduo sobre a cidadania no Brasil, desde a perspectiva da aquisição de direitos, passando pela inclusão social e desaguando na participação política. Neste trabalho percorremos um longo caminho para elaborar reflexões sobre a cidadania e a prática da interação como modo de participação na busca pela cidadania por meio das mídias digitais.

O enfoque do primeiro capítulo é a discussão sobre as origens da cidadania e a luta pelos direitos dentro dos limites geográficos e políticos do Estado-Nação, enfocando sua íntima relação com a política, a comunicação e a participação popular ao longo da história. Os autores Marshall (1967), Carvalho (2002), Bobbio (2002) e Meksenas (2002) clareiam o caminho para o desenvolvimento da perspectiva jurídica, política e social da cidadania. Diferentemente da maioria dos países mais desenvolvidos, o Brasil não teve uma efetiva participação popular na construção dos seus mais importantes acontecimentos históricos, como a Independência e a Proclamação da República. O aumento da conscientização política e do acesso aos direitos básicos é recente na vida do brasileiro, o que promove mudanças no seu comportamento, principalmente se já está incluído no mundo digital, repleto de informações e reconstruções de sentidos nas trocas simbólicas feitas entre os internautas.

Compreendendo a importância de ampliar a abordagem da cidadania para esta dissertação, vamos buscar na obra de Cortina (2005) o conceito de cidadania baseado no sentido de pertencimento a uma comunidade e no reconhecimento do indivíduo como membro de uma comunidade nacional. A cidadania revelada nos discursos midiáticos apresenta o poder dos meios de comunicação na compreensão do que é ser cidadão e como se realizar como tal. Seguimos o percurso do conceito da cidadania sob uma vertente atual da temática e sua relação com o consumo. Canclini (1999) consegue reinventar a lógica do acesso a produtos e serviços e analisar o modelo de felicidade e realização difundido nos produtos midiáticos como exercício da cidadania. Ao nos aproximarmos da comunicação, Thompson (2008) contribui ao mostrar que a esfera pública se deslocou para o terreno midiático, modificando a atuação política dos cidadãos. Damos o primeiro passo de aproximação rumo à internet e às mídias digitais.

No terceiro capítulo vamos perceber como os usuários se apropriam das tecnologias da comunicação e informação e redefinem seus usos e apropriações para construir uma sociedade conectada em rede, na qual a informação é a base para todas as relações. Vemos as cidades sendo reconfiguradas em teias de trocas comunicativas nos autores Lévy (1999), Castells (2002), Martino (2015) e Recuero (2009), dentre outros. A saga da ocupação dos espaços de interação virtual para o exercício da cidadania, de modo que os indivíduos sejam reconhecidos como cidadãos, é desenvolvida em meio a uma trama digital em que a participação, por meio da comunicação, afeta lugares conectados e desconectados.

O quarto e o quinto capítulos versam sobre a metodologia e os resultados da pesquisa, a qual tem como objetos as páginas dos deputados federais Delegado Waldir, Daniel Vilela e Flávia Moraes no Facebook. São apresentadas as fases metodológicas – com destaque para a

aplicação do método de análise do conteúdo, que dão suporte à realização da inferência. As respostas à problemática deste estudo são apresentadas com o ideal de auxiliar na construção da cidadania, na perspectiva de que os cidadãos compreendam o poder da comunicação na sociedade em rede.

O presente trabalho pretende contribuir com as pesquisas sobre comunicação digital e com o próprio avanço da ciência na área da comunicação, com ênfase nos estudos que abordam a interação virtual, em um cenário marcado pela autocomunicação de massa (CASTELLS, 2015), conceito este a ser explicado posteriormente.

2 CIDADANIA, COMUNICAÇÃO E POLÍTICA: UMA RELAÇÃO INDISSOLÚVEL AO LONGO DA HISTÓRIA DA HUMANIDADE

Não há como dissociar a cidadania da política e da comunicação. A partir desta premissa traçamos o percurso para analisar a interação entre cidadãos e deputados federais nas mídias digitais durante o mandato parlamentar, questionando se as páginas (*fanpages*) dos parlamentares no Facebook são utilizadas como um novo espaço para a cidadania, com mais comunicação entre representantes e representados durante o período do mandato.

Priorizamos, inicialmente, a reflexão sobre a cidadania. O termo é mutante, consequência das várias transformações a que foi submetido ao longo da história, e, por isso, polissêmico. Por meio de um estudo bibliográfico expomos algumas concepções desenvolvidas por autores que explanaram e vivenciaram a cidadania, em diferentes tempos e lugares, *on-line e off-line*, com perspectivas que se somam para um entendimento ampliado da temática.

Para compreender a cidadania em suas múltiplas dimensões, bem como definir uma concepção para este estudo, iniciamos pela perspectiva histórica e social da cidadania baseada nas leis e encontrada em conceitos trabalhados por Marshall (1967), Carvalho (2002), Bobbio (2002) e Meksenas (2002), com a contribuição de outros pensadores. Na sequência, a trama da cidadania foi analisada sob a ótica do pertencimento e do reconhecimento, em Cortina (2005), associada às percepções da subcidadania, em Souza (2012) e da estadania, em Carvalho (2002). A fim de contribuir com esta vertente, Canclini (1999) apresenta como o exercício do consumo se tornou uma prática cidadã, que leva o cidadão a se reconhecer como tal e a ser reconhecido por seus pares. Outros autores também contribuíram na elaboração da dissertação ao pensarem a aplicação do conceito em seus estudos.

A política foi apresentada entrecortando as temáticas ao longo de toda a dissertação, afinal, abrange tudo que diz respeito ao poder e às ações coletivas de conflito ou de tomada de decisão. De origem grega, o termo política surge como espaço público onde são tomadas as decisões pelos seus participantes e acontecem os conflitos de interesse entre eles. A palavra deriva do adjetivo originado de *polis* (*politikós*), em referência à cidade e, consequentemente, ao urbano, público, sociável e social. Política diz “[...] respeito ao poder, lidando com a resolução de conflitos ou fornecendo mecanismos para a tomada de decisões” (OUTHWAITE; BOTTONMORE, 1996, p. 80), sendo o método através do qual uma ação coletiva pode ser exercitada em comunidade.

Hannah Arendt retoma a tradução do *zoon politikon*, de Aristóteles, como animal

socialis, já encontrada em Sêneca e Tomás de Aquino, para traduzir a expressão em latim “*homo est naturaliter politicus, id est, socialis*”, ou seja, o homem é, por natureza, político, isto é, social (ARENDT, 2007, p. 32). O termo social demorou a ser compreendido no sentido geral de condição humana fundamental. Segundo esta autora, é a capacidade de se organizar politicamente e no meio urbano que possibilita ao homem duas ordens de existência: sua vida privada (*idion*), no âmbito familiar da casa, e uma vida pública, comum (*koinon*). Em todas as suas manifestações, seja na vida particular ou coletiva, percebemos a comunicação como elo entre as pessoas.

É na polis grega que Hannah Arendt insere o surgimento do político e da importância da comunicação na vida urbana, diferenciando-a dos modos de convivência entre as pessoas, típico da vida fora da cidade e do ambiente da vida em família, na qual o chefe da casa exercia poderes incontestáveis. “O ser político, o viver numa *polis*, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através da força ou violência.” (ARENDT, 2007, p. 35). Sob a ótica aristotélica, a autora discorre que aqueles que viviam na *polis* tinham um modo de vida, no qual o discurso tinha sentido e no qual os cidadãos se preocupavam em falar uns com os outros, ou seja, em interagir.

A comunicação sempre foi um instrumento da política na *polis*, mas está reconfigurada, já que hoje as relações de poder são inerentes às relações sociais, alcançando toda a sociabilidade. Em tempos de mídias sociais, os espaços de interação marcam a disputa pelo poder, por meio do uso das forças simbólicas da persuasão, encontradas nas interações.

Também é grega a origem da democracia – uma doutrina ou regime baseado na soberania do cidadão, dotado da prerrogativa de participar da política e de ter acesso ao cenário público, na pluralidade de visões, expressão da opinião e participação nas decisões (FUNARI, 2002). Bobbio (2000) explica que a democracia grega era praticada em uma praça ou em uma assembleia, onde os cidadãos tomavam, eles mesmos, as decisões que lhe diziam respeito.

A palavra democracia designa o poder do povo e não poder dos representantes do povo, como parece ser hoje. Touraine (1996) reforça essa visão ao frisar que “[...] não podemos nos contentar com garantias constitucionais e jurídicas, enquanto a vida econômica e social permaneceria dominada pelas oligarquias cada vez mais fora de qualquer controle.” (TOURAINÉ, 1996, p. 20). Para este autor, a democracia se sustenta nas leis e também na cultura política.

O que define a democracia não é, portanto, somente um conjunto de garantias

institucionais ou o reino da maioria, mas antes de tudo o respeito pelos projetos individuais e coletivos, que combinam a afirmação de uma liberdade pessoal com o direito de identificação com uma coletividade social, nacional ou religiosa particular. A democracia não se apóia somente nas leis, mas sobretudo em uma cultura política. A cultura democrática tem sido, frequentemente, definida pela igualdade. (TOURAINÉ, 1996, p. 26).

O autor se refere à democracia como um instituto que não está baseado apenas em leis, mas na cultura política que o povo elabora e vivencia. Assim, o cidadão não exercita sua cidadania apenas pelo voto em eleições majoritárias, mas também nos modos e costumes vividos nas cidades, por meio dos quais a cultura democrática se estabelece, ou não, de diversas maneiras.

Os conceitos já trabalhados ajudam a aproximar as áreas da cidadania, da política e da comunicação com o surgimento das novas tecnologias da comunicação e informação (TICs), com ênfase nas mídias e redes sociais, em um momento histórico em que vigora uma crise mundial de legitimidade política e a democracia brasileira recente passa por muitos percalços e desafios. Ao mesmo tempo, surgem as transformações provocadas pela cibercultura, trazendo novas perspectivas para a cidadania. E foi neste sentido que propusemos investigar a interação dos brasileiros com deputados federais no site Facebook, por meio das páginas (*fanpages*) desses parlamentares, nas quais os cidadãos buscam espaço de fala para o exercício da liberdade de expressão e a obtenção do reconhecimento pelos membros da comunidade e do Estado.

Vivemos em um tempo em que tanto as tecnologias quanto a comunicação assumem um lugar determinante para a vida em sociedade e para o cidadão como membro de uma comunidade. A cidadania passa pelo acesso às tecnologias e ter espaços de fala e discussão.

Compreendida neste trabalho para além da simples lógica do direito a ter direitos, a cidadania é aprendida e vivenciada no exercício dos direitos, dos deveres e das responsabilidades individuais e coletivas, em uma perspectiva de solidariedade e de participação nos assuntos públicos, conforme o entendimento de alguns autores já citados, somados ao de Cádima (2014), que será posteriormente trabalhado.

A cidadania perpassa pela valorização da comunicação entre as pessoas, do diálogo somado a atitudes voltadas para a cooperação e a tolerância que integram a justiça social. Signates e Moraes (2016, p. 25) pontuam que “[...] não existe cidadania, sequer como possibilidade, fora de um processo comunicacional que a viabilize, estabeleça e desenvolva”. Para eles, é impossível obtermos cidadania sem o ambiente democratizado das trocas simbólicas, criadoras, afirmadoras e processuais dos direitos. Baseando-se na perspectiva dos

autores, assim como eles, defendemos que sem comunicação não há cidadania. Acreditamos que é por meio da interação entre cidadãos, representantes e representados, trabalhador e empregado, pais e filhos, e assim em diante, que a cidadania pode ser discutida e revista em sua aplicação.

Lima (2012) defende a necessidade de garantir e estimular os brasileiros a exercer seus direitos. Para o autor, no contexto nacional de desigualdades que existe no país, a participação é um ato político e também um ato educativo, “[...] na medida em que, por meio dela, novos conhecimentos são gerados e conquistas viabilizadas.” (LIMA, 2012, p. 103).

A cidadania certifica ao homem o potencial para agir enquanto sujeito de sua história, superando a exploração como mero objeto a serviço de quem detém o poder. E esse agir se realiza pelo exercício da comunicação e da interação entre pessoas que se relacionam.

Em todas as suas concepções, a cidadania se expressa como uma forma de exercício que empodera o cidadão em sua relação com o Estado e com a sociedade. A conquista da cidadania requer comunicação entre as pessoas, aprendizado e participação, só assim os indivíduos poderão entender sua cidadania para além da formalidade e da repetição de leis, tornando-se sensíveis à solidariedade e aos valores comuns. A comunicação é o principal motor da cidadania.

2.1 CIDADANIA: REGULAÇÃO E REDISTRIBUIÇÃO DE DIREITOS

O termo cidadania tem duas origens: a grega, ligada à ideia de cidade (*polis*), de meio urbano, de uma comunidade politicamente organizada; e a latina, em razão da palavra cidadão ser expressa pela palavra *civitas*, ou seja, a pessoa que habita a cidade ou é natural desse território. Originalmente, a cidadania é entendida como uma relação política entre um indivíduo e uma comunidade política, que na modernidade assume a forma de Estado nacional de direito (CORTINA, 2005). Ambas as concepções são usadas neste estudo para caracterizar os direitos das pessoas que vivem na cidade e participam da vida coletiva e das decisões políticas locais.

A construção da cidadania está ligada à relação do cidadão nacional com o Estado e com a nação, em uma perspectiva contratual, conforme defendido por Hobbes, Locke e Rousseau, na qual o indivíduo condiciona racionalmente sua liberdade em prol do bem da coletividade, agindo conforme a vontade da maioria. Em sua obra prima, *Leviatã*, publicada em 1651, Hobbes visualiza o Estado absoluto como resultado de um contrato social entres

peessoas que resolvem abandonar um estado de natureza e se integrar a um corpo social e político (CARNICEL; FANTINATI, 2008, p. 128).

Na obra ‘O contrato social’ Rousseau (2009) reforça a saída do homem do estado primitivo para a vida coletiva nas cidades, por meio do contrato social, para a construção de uma sociedade mais justa. Embora apegado à ideia da propriedade privada, Locke defende a tolerância e uma nova lógica de civilidade, baseada no respeito à alteridade. Mondaini (2014) explica o contexto:

Se para Hobbes o poder é absoluto, indivisível e irresistível, para Locke, ao contrário, é limitado, divisível e resistível. Foi precisamente na ultrapassagem dessa fronteira que se constituíram os primeiros passos daquilo que chamamos comumente hoje de “direitos humanos”. Uma fronteira ultrapassada exatamente em meio ao revolucionário século XVII inglês. Uma fronteira que ultrapassada, nos abriu a possibilidade histórica de um Estado de direito, um Estado dos cidadãos, regido não mais por um poder absoluto, mas sim por uma Carta de Direitos, um Bill of Rights. Uma nova era descortinava-se então, para a humanidade – uma Era de Direitos. (MONDAINI, 2014, p. 129).

O surgimento do Estado de Direito foi fundamental para o cidadão ser considerado como tal, e não um mero súdito, que, de acordo com a vontade de quem detinha o poder, exercia ou não determinadas ações, tinha ou não certos benefícios. Foi a partir daí que minorias majoritárias foram, aos poucos, conquistando sua cidadania.

Foi preciso modificar a percepção da desigualdade, vista como um fato de origem divina e imutável, para que o súdito se tornasse um cidadão dotado de direitos e deveres. A cidadania foi marcada por três séculos de conflitos que determinaram a conquista dos direitos civis, no século XVIII; dos direitos políticos, no século XIX; e dos direitos sociais, no século XX. A criação desse rol de direitos só se tornou possível quando o indivíduo compreendeu que a diferenciação natural entre os homens não acarreta a existência da desigualdade entre eles. Habitar uma cidade já não basta, há também que se ter direitos (MONDAINI, 2008).

Odalia (2014) considera o século XVII como o momento crucial para a transformação do homem comum em sujeito de direitos. A Revolução Francesa (1789), a Americana (1776) e a Revolução Industrial são processos que originaram um novo homem, que é um cidadão em potencial com direitos civis garantidos, porém com deveres e limites determinados. As palavras de ordem liberdade, igualdade e fraternidade fortalecem o novo cidadão na luta contra a opressão, afinal, não há como se falar em revolução sem se pensar o homem como dono de sua história. A queda da Bastilha, local onde eram presos os inimigos do rei, marcou o momento em que a população faminta e miserável tomou o poder político e forçou novas regras e normas que provocaram a instituição de um novo Estado. A Revolução Francesa

alcançou seu ápice com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, com um ideal universal, pertencente a todos os seres humanos, membro de qualquer país, povo ou etnia. A lei passou a ser alçada acima da realização dos direitos de cidadania.

A Revolução Francesa, segundo Bobbio (1992), promoveu os ideais dos direitos humanos, a igualdade, a liberdade e a fraternidade, e marca uma nova visão em que coloca os indivíduos no cerne dos direitos. Nesta nova visão o Estado se volta aos deveres e passa a ser uma instituição que deve assegurar aos cidadãos o usufruto dos direitos civis.

Ao estudar sobre a desigualdade, marcada pela exclusão de direitos, Marshall (1967) percebe que a igualdade entre os homens é associada ao conceito de participação integral na comunidade. O autor considera a cidadania como um *status* conferido pelo Estado aos membros integrais de uma comunidade, onde o cidadão pleno possui a titularidade e o exercício dos três direitos. A consolidação dos direitos fundamentais respalda a democracia e a cidadania, e provoca uma associação do exercício dos direitos com certos fatores – como a classe social, a distribuição de renda, as experiências partilhadas da cultura, a qualidade da educação e o nível da ocupação nas atividades produtivas, ao crer que fatores como os já citados determinam o modo como os direitos são assegurados historicamente (MARSHALL, 1967).

Seguindo a orientação de Canotilho (1995), os direitos fundamentais são os direitos humanos já positivados, com exigência de cumprimento, como toda norma jurídica. Como consequência das conquistas políticas dos homens ao longo da história, os direitos foram sendo estabelecidos e regulamentados nos textos constitucionais.

Paulo Bonavides elabora um perfil histórico-temporal dos direitos e os agrega em grupos, designados em gerações – consideradas atualmente como dimensões. Influenciada por ele, a atual evolução dos direitos fundamentais está assinalada nos ensinamentos de Masson (2015):

- a) Primeira geração: esses direitos reconhecem meios de defesa da liberdade do indivíduo para que não haja interferência abusiva dos poder público em sua esfera privada. Consistem na consagração dos direitos civis e políticos clássicos, como o direito à vida, à liberdade religiosa e de crença, de ir e vir, de reunião, de associação, de expressão, à propriedade, à participação política.
- b) Segunda geração: surgidos com o aumento demográfico, a industrialização da sociedade e o agravamento da desigualdade social, que marcou a virada do século XIX para o século XX. Estão associados aos direitos econômicos, sociais e culturais, ligados ao princípio da igualdade entre os homens, caracterizados como

‘direitos de bem-estar’, com o fim de garantir a efetivação dos direitos individuais. Exigem uma atuação positiva do Estado, por meio da implantação de políticas públicas estatais, bem como de prestações sociais na área da saúde, habitação, educação, trabalho, previdência e assistência social.

- c) Terceira geração: em razão da divisão do mundo em nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, essa dimensão se baseia nos direitos de fraternidade ou solidariedade. São direitos coletivos, que abarcam os direitos ao desenvolvimento, ao progresso, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, à autodeterminação dos povos, à propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade, à qualidade de vida, os direitos da infância e juventude, os direitos do consumidor.
- d) Quarta geração: nascem com o advento da modernidade globalizada, mas ainda em situação de expectativa de surgimento para a consagração dos direitos à democracia, à informação e ao pluralismo. Dependerá da materialização da sociedade aberta do futuro, universal e inclinada à convivência.
- e) Quinta geração: alguns autores defendem essa dimensão de direitos fundamentais, representada pelo direito à paz.

Alguns autores defendem uma quarta e quinta dimensão dos direitos fundamentais, mas não há consenso sobre isso. Na doutrina a corrente que vem ganhando destaque defende que, além do seu aspecto formal (voto, eleições, cidadania) e do sentido estrito (vontade da maioria por meio representantes eleitos), a democracia deve ser compreendida pela ótica da proteção de direitos fundamentais, inclusive das minorias. As minorias também devem ter acesso aos direitos básicos, ou não haverá uma vontade livre. Haverá democracia formal, mas não material, como podemos ver nos casos que envolvem a compra de votos nas eleições, com candidatos se aproveitando da miséria de muitos eleitores (FERREIRA, 2013). Representantes políticos são eleitos por majorias, mas é preciso respeitar as minorias, garantindo o mínimo para o exercício da democracia. Ao não haver leis produzidas pelo Legislativo que as contemplem, o Judiciário irá resolver a questão dos vácuos normativos como guardião da Constituição e das garantias do indivíduo.

Além das situações nas quais não há previsão legal, a quarta dimensão dos direitos enfrenta o desafio da defesa da consolidação dos direitos à democracia, à informação e ao pluralismo, cerne da discussão no presente trabalho.

Em sua essência, a internet se desenvolveu baseada nos princípios da liberdade, da inovação tecnológica, do acesso à informação e da colaboração. Porém, o crescimento

acelerado da rede mundial gerou questionamentos e conflitos. Países mais desenvolvidos espionam outros, dados pessoais são monitorados e furtados e a neutralidade da rede é ameaçada por interesses comerciais que não levam em conta a cidadania. Foi preciso pensar em uma regulação do governo e organizações – elaborada pioneiramente no Brasil para se estabelecer os direitos e deveres de internautas. O Marco Civil da Internet, Lei de nº 12.965, sancionada em 23 de abril de 2014, é uma promessa de segurança jurídica e controle aos abusos comerciais (BRASIL, 2014a). O texto legal começou a ser construído no ano de 2009, a partir de um debate público promovido pelo Ministério da Justiça em parceria com o Centro de Tecnologia e Sociedade, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), apoiado pelo Ministério da Cultura no uso da plataforma CulturaDigital.br, que permitiu mais interação entre os participantes. Contribuíram na elaboração do anteprojeto: sociedade civil, grupos empresariais, representantes do meio técnico e acadêmico, bem como cidadãos comuns.

Outra iniciativa anterior ajudou a ampliar o princípio da transparência no país: a Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011, em vigor desde 16 de maio de 2012, que regulamenta o direito constitucional do cidadão ao acesso a informações produzidas e retidas pelo governo (BRASIL, 2011). Ainda que haja a previsão constitucional do direito ao acesso à informação, a legislação é uma garantia para que os cidadãos obtenham diversas informações, oriundas de organizações por onde passa o dinheiro público, como dados institucionais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e dos programas e ações que desenvolvem; inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas feitas pelos órgãos de controle interno e externo; licitações e contratos celebrados, bem como formas de pedido de informação. O Estado é provocado e testado continuamente em demandas pela promoção da publicidade e da transparência, porém, o poder público tem o dever de comunicar, espontaneamente, informações de interesse público, assim como também tem o dever de atender ao interesse da população, como por exemplo, por meio dos jornalistas. Associadas à legislação que dispõe sobre os procedimentos necessários, as mídias digitais possibilitam, ao cidadão, acesso à informação e à participação, facilitando para que a sociedade exerça maior fiscalização sobre a atuação do Poder Público. A Lei de Acesso à Informação contribui para o fortalecimento da democracia no Brasil, pois aumenta a participação dos cidadãos nas questões de interesse coletivo ao consolidar ferramentas de controle da administração pública, como, por exemplo, os portais de transparência, que trazem a promessa ao cidadão do exercício ao direito de acesso à informação

Ao presumir a igual participação dos cidadãos, Canotilho (2003) coloca o princípio democrático como capaz de abarcar os direitos subjetivos de participação e de associação,

tidos como pilares da democracia. Deste modo, o princípio democrático deve organizar a prática democrática da política como meio de controle do poder e daqueles que o exercitam.

[...] os direitos fundamentais têm uma função democrática, dado que o exercício democrático do poder: (1) significa a contribuição de todos os cidadãos para o seu exercício (princípio-direito da igualdade e da participação política); (2) implica participação livre assente em importantes garantias para a liberdade desse exercício (o direito de associação, de formação de partidos, de liberdade de expressão, são, por exemplo, direitos constitutivos do próprio princípio democrático); (3) coenvolve a abertura do processo político no sentido da criação de direitos sociais, econômicos e culturais, constitutivos de uma democracia econômica, social e cultural. Ao pressupor a participação igual dos cidadãos, o princípio democrático entrelaça-se com os direitos subjetivos de participação e associação, que se tornam, assim fundamentos da democracia. (CANOTILHO, 2003, p. 290).

O autor supracitado coaduna com a perspectiva de que direitos e garantias fundamentais fortalecem o regime democrático, possibilitando que maiorias e minorias participem e se expressem de modo igualitário, só assim novas demandas por direitos podem ser identificadas e elaboradas no campo legislativo.

Se a legislação promove a expectativa do exercício de direitos e a garantia das mesmas oportunidades aos indivíduos, também reconhece as diferenças entre as pessoas. É a partir dessa visão que Marshall (1967) considera legítima a participação política dos trabalhadores apenas quando estiver em concordância com os direitos já estabelecidos.

Bobbio (2004) interpreta o período posterior à publicação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e da Declaração Universal dos Direitos do Homem como a era dos direitos. Para este autor, os acontecimentos políticos provocados pela Revolução Francesa e pelo pós-guerra promoveram a universalização e a multiplicação dos direitos, em um cenário de efervescência tecnológica. Dessa forma, apenas com o liberalismo é possível se falar em Estado de Direito, tratado por este autor como o Estado dos Cidadãos.

O Estado é constituído por um povo, um território e um governo soberano. Nesta composição, a nacionalidade é o vínculo jurídico-político entre um indivíduo e um determinado Estado, que o torna membro desse povo como cidadão. Assim, o nacional está obrigado a ter deveres, mas também pode exigir proteção e o gozo de prerrogativas reconhecidas por meio dos critérios de ascendência (*ius sanguinis*) ou de territorialidade do nascimento (*ius soli*).

Em um Estado de Direito é possível ainda ser um polipátrida, aquele que ao nascer se enquadra nos critérios de nacionalidade de mais de um Estado, ou um apátrida, quando nenhum Estado se interessa em reconhecer a pessoa como nacional. As constituições de cada país preveem as regras de modificação da cidadania, evitando alterações sob qualquer

circunstância. A nacionalidade adquirida pode ser encontrada principalmente em Estados constituídos há menos tempo e que receberam muitos emigrantes. Mas é a nação – agrupamento onde os membros de um território compartilham as tradições, a língua, os costumes, a memória e os ideais, bem como o sentimento de comunidade – que configura a outra face do Estado, e o legítima.

Carvalho (2002) considera que na cidadania há efetiva participação popular na construção da história de um país, o que não aconteceu no Brasil, pois nos mais importantes acontecimentos históricos – como a Independência e a Proclamação da República, não houve revolução social e política com mobilização popular. Duas diferenças importantes marcam a realidade brasileira em relação aos países europeus: a ênfase nos direitos sociais em relação aos outros e a aquisição dos direitos sociais de forma precedente aos outros direitos (CARVALHO, 2002). A participação política da população foi irrelevante nos períodos imperial e republicano, marcados por um governo sem povo, já que de 1822 até 1881 votavam apenas 13% da população livre. Em 1881 o analfabeto foi proibido de votar e de 1881 até 1930 os eleitores não passavam de 5,6% da população. Os acontecimentos políticos eram protagonizados pela elite, ao povo restava o papel de mero coadjuvante ignorante da realidade.

Toda constituição é produto de uma cultura, da mesma maneira também é o direito. A regulação dos direitos políticos foi feita na Constituição brasileira de 1824, a qual definiu, por outorga, quem teria direito de votar e de ser votado. Podiam votar os homens de 25 anos ou aqueles com renda mínima de 100 mil réis. Eram excluídos os escravos e as mulheres por não serem considerados cidadãos. A maior parte dos brasileiros não exerceu a prática de voto durante a Colônia. Certamente, não tinha também noção do que fosse um governo representativo, do que significava o ato de escolher alguém como seu representante político. Apenas pequena parte da população urbana teria noção aproximada da natureza e do funcionamento das novas instituições. Até mesmo o patriotismo tinha alcance restrito. Para muitos ele não ia além do ódio ao português, não era o sentimento de pertencer a uma pátria comum e soberana (CARVALHO, 2002).

A simbologia do ato de votar, concretizada em materiais que lhe conferem sentido dentro e fora do local da sessão eleitoral (urnas, listas, cabines, textos jurídicos, sondagens e porcentagens), segundo Canêdo (2008), faz todo mundo acreditar saber o que é o voto. E também surgir em cada um de nós um “modelo ecumênico de acesso ao bem comum” (CANÊDO, 2008, p. 519). Mas não foram poucas as situações que mostraram a opressão sofrida pelo brasileiro desde o voto de cabresto à compra de voto.

O passado explica a realidade atual de desigualdade socioeconômica e a corrupção nos diversos âmbitos do Estado. Assim, Carvalho (2002) entende que vivemos uma estadania e alerta que isso afeta a formação do cidadão, e, conseqüentemente, da democracia. O autor explica as conseqüências desse cenário:

O Estado é sempre visto como todo-poderoso, na pior hipótese como repressor e cobrador de impostos; na melhor, como um distribuidor paternalista de empregos e favores. A ação política nessa visão é sobretudo orientada para a negociação direta com o governo, sem passar pela mediação da representação. Como vimos, até mesmo uma parcela do movimento operário na Primeira República orientou-se nessa direção; parcela ainda maior adaptou-se a ela na década de 30. Essa cultura orientada mais para o Estado do que para a representação é o que chamamos de “estadania”, em contraste com a cidadania. (CARVALHO, 2002, p. 221).

Em uma estadania a relação do cidadão é com o Estado, sendo este que determina até que ponto se exerce uma cidadania. O representante passa a ser sinônimo desse Estado, não um representante do povo à frente do poder. O povo não é o dono do poder nesse contexto, mas um mero vassalo dos seus donos de fato.

Como o Estado brasileiro não é um poder público que garante direitos, mas uma presa dos grupos econômicos, Carvalho (2002) afirma que o cidadão estabelece relações de clientelismo com o Estado. Como conseqüência desse cenário temos a excessiva valorização do Poder Executivo.

O poder político patrimonial, segundo Meksenas (2002), ainda hoje produz a cultura do privado que se apropria do público. O autor entende que os sujeitos não enxergam as leis como garantia de liberdade ou de acesso aos direitos de cidadania, mas como instrumentos de controle do Estado ou de manipulação do poder. Meksenas (2002) considera que, mediante o poder público, as pessoas se tornam submissas, como se estivessem recebendo um favor. “A sociabilidade que se estabelece nesse contexto não tem por base a racionalidade do contrato social, que permeia a noção de direitos.” (MEKSENAS, 2002, p. 59), mas sim as mediações, entre o sujeito e o agente público, as quais implicam “[...] a prestação de favores, o pagamento de recompensas ou o uso da influência pessoal; que passa a tomar o lugar dos direitos.” (MEKSENAS, 2002, p. 60).

Ao longo da história brasileira as classes dominantes se empenharam em descaracterizar as lutas dos trabalhadores pela cidadania. As reivindicações pela garantia da participação política foram negligenciadas na história oficial. Durante o regime militar no Brasil (1964-1985) o Estado reprimiu a participação política e monopolizou a produção e difusão das informações, contexto que só começou a ser mudado com as Diretas Já e a

promulgação da Constituição de 1988. Mesmo com as lutas populares, a questão dos direitos no Brasil, para a maioria, ainda não passa de retórica (MEKSENAS, 2002).

O exercício dos direitos não pode ser retratado apenas na oratória de políticos em funções públicas ou no palavreado daqueles que disputam eleições, ao contrário, precisam ser vivenciados. Jaime Pinsky afirma que:

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais, fruto de um longo processo histórico que levou a sociedade ocidental a conquistar parte desses direitos. (PINSKY, 2003, p. 32).

Elaborar um conceito de cidadania de modo permanente não é possível, pois o termo é dinâmico e não estanque. Este conceito está ligado às lutas, às carências e às reivindicações de cada povo e ao amplo exercício da democracia. Ser cidadão pressupõe o reconhecimento e o exercício dos direitos civis, políticos e sociais. Reforça-se que cidadania é fruto da consumação desses direitos e do esforço contínuo para alcançá-los.

Para uma cidadania plena, baseada no vínculo jurídico, o Estado-Nação precisa promover o bem comum por meio de administração eficiente que garanta os direitos conferidos na legislação. O enfraquecimento do Estado-Nação causado pela internacionalização do capitalismo, acelerada pelos avanços tecnológicos, e a criação de blocos econômicos dificultam a manutenção desse ente. Atualmente a competição do mercado pressiona as economias dos países e as finanças dos governos, desafiando a preservação da legalidade. O impacto é sentido nos direitos políticos e sociais, com a diminuição da relevância do direito de participação.

A Constituição Brasileira de 1988, em seu art. 3º, elucida que a República Federativa do Brasil tem os seguintes objetivos fundamentais:

- I) construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II) garantir o desenvolvimento nacional;
- III) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 2015a).

Porém, o Estado tem sido incompetente no atendimento desses objetivos constitucionais. O Brasil vive um cenário onde boa parte da população enfrenta a

desigualdade social e vive situações de vulnerabilidade, sem acesso à educação, segurança, saúde e emprego. É um registro da flagrante ofensa à Constituição Federal, revelando a ineficácia das leis àqueles que moram na cidade, comandadas por um poder público que tem se mostrado inapto para promover um cenário diferente.

As demandas da população e o ativismo social fomentam o surgimento de novos direitos e, conseqüentemente, os cidadãos buscam canais de comunicação para dar continuidade às lutas por direitos e buscar apoios para legitimá-los. Segundo Bobbio (1992), a questão não é legitimar os direitos das pessoas, mas protegê-los e garanti-los, conduzindo a discussão para o campo político. Este estudo versa exatamente sobre este ponto ao questionar se espaços de interação das mídias digitais dos agentes políticos do Estado de Goiás possibilitam um novo espaço para a cidadania, espaço no qual os cidadãos possam se comunicar com seus representantes, exercitando a liberdade de expressão por meio de opiniões, questionamentos e debates.

A cidadania liberal ampliou o entendimento acerca da igualdade na perspectiva da participação e da inclusão de todos, por meio do tratamento aos iguais com igualdade e aos desiguais, na medida em que se desigualam. Esse é o fundamento para se desenvolver a próxima abordagem de cidadania, baseada no sentimento de pertença, que implica em se sentir incluído e reconhecido pelo outro, incluindo o Estado.

2.2 CIDADANIA: O PERTENCIMENTO QUE DETERMINA O MODO DE SER CIDADÃO

A relevância do conceito de cidadania baseado em aspectos normativos está posta, mas é necessário abordar uma concepção complementar. Autores como Carvalho (2002), Cortina (2005), Souza (2012) e Canclini (1999) auxiliam na reflexão ao mostrar como o sentido de pertença a uma comunidade influencia no exercício da cidadania e nos força a reconhecer o outro, por meio da interação social.

Historicamente ser cidadão é ser identificado com uma nação e ter direitos garantidos pelo Estado. Porém, ser cidadão também é pertencer, reconhecer o outro e ser reconhecido como membro de um grupo ou uma comunidade, ligados por laços que podem ser de parentesco, religião, etnia, ideologia política ou classe social, dentre outros. A integração da pessoa aos seus grupos de pertença provoca reconhecimento e identidade, engrandece a vida da coletividade e afeta a relação com o Estado, em uma identidade coletiva possibilitada pela

participação.

Conceitualmente a cidadania é uma condição universal aos membros de uma nação, por isso são diferentes as condições da cidadania brasileira se comparada às de qualquer outro país. Tuzzo (2014, p. 161) pondera que, no sentido ideal, “[...] a cidadania representa muito mais do que nascer, mas, sobretudo, significa o existir socialmente”. Deste modo, a cidadania depende do lugar e do contexto social em que se está inserido. Floresce no sentimento de pertença e na relação das pessoas com o Estado e com a nação, em meio a muitos conflitos nos limites geográficos e políticos do Estado-Nação.

Carvalho (2002) sustenta que fazem parte da cidadania a lealdade a um Estado e a identificação com uma nação, de modo que a relação com a nação pode ser mais forte do que a lealdade ao Estado, ou vice-versa. “Em geral, a identidade nacional se deve a fatores como religião, língua e, sobretudo, lutas e guerras contra inimigos comuns.” (CARVALHO, 2002, p. 12).

Cortina (2005), no entanto, afirma que a cidadania é uma relação política entre um indivíduo e uma comunidade política, na qual o indivíduo é membro de pleno direito e leal a ela. Ser cidadão representa receber o reconhecimento oficial de integração a esta comunidade política, caracterizada como Estado nacional de direito. Esse vínculo político entre o Estado e o cidadão é um elemento de identificação social para o cidadão e integra sua identidade. Na identificação com grupos de semelhantes também se verifica as diferenças com outros. A citada autora afirma que a cidadania é urdida nessa trama, e conceitua a cidadania política:

A cidadania como relação política, como vínculo entre um cidadão e uma comunidade política, parte de uma dupla raiz - a grega e a romana – que origina, por sua vez, duas tradições, a republicana, segundo a qual a vida política é o âmbito no qual os homens procuram conjuntamente o seu bem, e a liberal, que considera a política um meio para poder realizar na vida privada os próprios ideais de felicidade. (CORTINA, 2005, p. 33).

Cortina (2005) explica que as duas tradições – republicana e liberal – retratam a democracia participativa e a democracia representativa. E não há conflito entre as duas visões quanto ao entendimento de que o poder político se exerce por meio de representantes, já que é impraticável a forma direta. No entanto, a vertente participacionista rejeita a ideia de recolhimento do cidadão à sua vida privada, deixando para os políticos a condução da vida pública. A proposta democrática visa a participação dos cidadãos nas discussões e decisões pública a fim de garantir a certeza do cumprimento do interesse público pelo Estado.

É preciso discutir a cidadania se levando em conta o pertencimento, na perspectiva da

criação de uma identidade e de seu reconhecimento. As demandas dos diferentes grupos da sociedade são diversas. Exercer todos os direitos é um grande desafio para minorias, formadas por grupos e comunidades inteiras. Sem o reconhecimento de suas identidades eles não conseguem exercer os direitos sociais. Existem, mas não vivem, assim como os moradores de rua e os sem-teto, dentre tantos excluídos em todo o mundo. Tal situação os coloca na condição de ‘ralé estrutural’, ou seja, ‘subcidadãos’ (SOUZA, 2012), na qual a única perspectiva é a marginalização, a pobreza, a falta de assistência, o preconceito, a violência e a exclusão social.

A subcidadania é o inverso de se viver com dignidade e ter acesso a bens necessários para o cotidiano da vida humana, com acesso à saúde, à moradia, à educação e à segurança, a fim de evitar a violência, em suas várias expressões, e se exercer o direito de viver. Inconscientemente as populações periféricas acatam a desigualdade como algo normal, ainda que almejem uma vida melhor, seguem um destino que não os levará ao encontro da cidadania. Não conseguem participar, nem ser ouvidos, muito menos representados por pessoas que trabalham para modificar essa realidade.

Souza (2012) verifica a abordagem de Werneck Vianna ao realçar a construção da subcidadania no Brasil, marcada por pactos sucessivos do exercício do poder pelas classes dominantes, que se alternavam nos cargos de tomada de decisão. A forma conservadora de conduzir o Estado determinou a desigualdade social, a concentração de renda nas mãos de poucos e um sistema político autoritário.

Corroborando Tuzzo (2014) ao definir a subcidadania como o que está abaixo da cidadania, ou seja, tudo o que falta para ser cidadão. Para a autora, o fato de se desejar a cidadania revela que ela não existe para todos. “Ser cidadão, afora a identidade de eleitor, hoje no Brasil, é ser também um indivíduo periférico, alheio e fora dos centros decisórios. Só se é cidadão para votar e não para participar dos processos de decisões!” (TUZZO, 2014, p. 175).

Quando se fala sobre a participação nos assuntos da cidade é preciso retomar o conceito de democracia. Segundo Bobbio (1992), democracia é um método de governo para a formação das decisões coletivas no qual está prevista a ampla participação e a transparência do poder. Apresenta duas espécies: a participativa (direta) e a representativa (indireta). Na primeira os cidadãos participam das tomadas de decisão; na segunda, escolhem um representante que exercita essa decisão. O autor destaca que a democracia direta não se opõe à democracia representativa, pois são perfeitamente compatíveis, desde que apropriadas a diversas situações e exigências. Sobre a democracia representativa, Bobbio (1992) explica:

As democracias representativas que conhecemos são democracias nas quais por representante entende-se uma pessoa que tem duas características bem estabelecidas: a) na medida em que goza da confiança do corpo eleitoral, uma vez eleito não é mais responsável perante os próprios eleitores e seu mandato, portanto, não é revogável; b) não é responsável diretamente perante os seus eleitores exatamente porque convocado a tutelar os interesses gerais da sociedade civil e não os interesses particulares desta ou daquela categoria. (BOBBIO, 1992, p. 47).

A democracia moderna não se assemelha ao governo de todos, como na Atenas antiga. Hoje seria praticamente impossível implantar o modelo ateniense nas cidades atuais, por várias razões, dentre elas o tamanho da população. Em muitos países o regime político da democracia indireta tem sido questionado quando os eleitos não se interessam em atender aos anseios da população ou não os defendem. Isso é revelado na própria elaboração de leis nas casas legislativas, onde se observa muitos privilégios sendo concedidos apenas a alguns e poucos benefícios sendo dados a minorias, mesmo que majoritárias. Somente após muitos anos de pressão e situações limites os menos privilegiados conquistaram os mesmos direitos. Em muitos casos o interesse coletivo é associado apenas aos grupos de apoio do representante popular, o que nos sugere que a falta de cidadania está ligada ao cruzamento com os déficits de participação democrática.

Os cidadãos dotados de direitos políticos podem pleitear um cargo de representação política, mas poucos reivindicam esse exercício. Muitas vezes essas pessoas não se sentem reconhecidas quando os políticos eleitos, ao estabelecerem vínculos sociais com determinados grupos, excluem outras comunidades com interesses diversos a ponto de impedir a inclusão, no sentido de cidadania, de muitos na sociedade, determinando um não reconhecimento de nacionais como cidadãos. A identificação com um partido, um candidato ou um político também não seria um modo de pertencimento?

Lavalle, Houtzager e Castelo (2006) ajudam a esclarecer que a representação política consagrada nas democracias de massas é produto de uma longa história em que as pressões pela ampliação do sufrágio enfraqueceram a relação entre representantes e representados. Estes últimos se sentem impotentes ao perceberem que o voto dado nem sempre condiz com a ampliação da cidadania ou com o reconhecimento desse eleitor por parte do mandatário. Sobre a relação entre sociedade civil e participação, os citados autores esclarecem:

Sociedade civil e participação aparecem como elementos-chave em agendas diversas de reforma da democracia como, por exemplo, aquelas do aprofundamento da democracia (*deepening democracy*), da transparência e controle social das instituições políticas (*social accountability*), do fortalecimento da capacidade de ação e participação da sociedade na gestão pública (*empowered participation*), da

democracia deliberativa e, é claro, nas literaturas da democracia participativa e da própria sociedade civil. (LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELO, 2006, p. 78).

O cidadão tem o direito de escolher seus representantes por meio do voto e também o direito de acompanhar de perto o mandato nas sociedades democráticas. Somente pelo viés da transparência e do controle social das instituições políticas é possível tomar conhecimento sobre como o mandato político é exercido. O princípio da transparência, associado aos direitos de acesso à informação, é um dos pilares do Estado Democrático de Direito, permitindo ao cidadão fiscalizar o político.

A popularização das tecnologias da informação e da comunicação ajudou na divulgação de informações que possibilitaram ao cidadão o acesso a dados sobre os mandatos, os posicionamentos e as ações dos representantes eleitos. Como agentes políticos, os mandatários públicos têm a obrigação de dar publicidade aos seus atos, de modo que os cidadãos consigam compreender esses dados. Só assim as pessoas são capazes de analisar a atuação desses agentes políticos e, talvez, identificar abusos ou crimes contra o patrimônio público.

A ideia de nação promove, entre as pessoas, um sentimento de união por uma mesma história, símbolos compartilhados e um sentimento de pertença. O enfraquecimento desse sentimento resulta na falta de engajamento dos cidadãos e na reduzida capacidade de cooperação dos indivíduos nos desafios coletivos. Isso é tão sentido no Brasil que o público, ao invés de ser cuidado por todos, passa a ser de ninguém, podendo, assim, ser destruído, abandonado, negado, subtraído.

Cortina (2005) aponta a moral hedonista como vetor pela busca do desejo e do prazer proporcionados pela sociedade de consumo. Essa perspectiva individualista diminui a identificação do indivíduo com sua comunidade. A falta de afeição com os outros membros e a indisposição em renunciar interesses pessoais em favor da coletividade dificultam a construção da comunidade política e colocam em risco a democracia liberal e o próprio capitalismo. A autora entende como fundamental o sentimento de pertença a um grupo ou a uma comunidade para motivar os indivíduos a integrar e a participar ativamente da vida coletiva. Assim, esse sentimento de pertença só pode existir se a pessoa se sentir amparada e aprovada pelo grupo em que está inserida.

Portanto, ser cidadão não passa apenas por ter os direitos reconhecidos pelo Estado, mas também pelas práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento e ajudam na construção das identidades. O pensamento de Canclini (1999) coloca o consumo como a chave-mestra para se responder acerca da aquisição da cidadania no meio urbano. No

capitalismo quem tem poder aquisitivo consome, não como representação do supérfluo, mas na perspectiva do consumo de bens ou serviços necessários à vida na cidade: habitação, saúde, educação, transporte, lazer, dentre outros.

Canclini (1999) vê o consumo como ponte para a cidadania, no sentido de pertencimento e reconhecimento de um grupo ou comunidade, sob uma abordagem política da expansão da cidadania. Ao perceber que o consumo serve para pensar, o autor procura explicar a relação entre cidadania e consumo na contemporaneidade.

Homens e mulheres percebem que muitas das perguntas próprias dos cidadãos – a que lugar pertença e que direitos isso me dá, como posso me informar, quem representa meus interesses – recebem sua resposta mais através do consumo privado de bens e dos meios de comunicação de massa do que pelas regras abstratas da democracia ou pela participação coletiva em espaços públicos. (CANCLINI, 1999, p. 37).

O indivíduo se relaciona por meio do caráter simbólico do consumo, e se comunica com seus pares pela expressão de seus hábitos e sua identidade (CANCLINI, 1999). Se reconhecer enquanto cidadão depende daquilo que se pode consumir. O consumo também se revela como lugar de distinção simbólica entre as classes e grupos, influenciados diretamente pelo modo como consomem, representados por viagens, passeios, localização da moradia, restaurantes, acesso à internet, às mídias digitais e aos *smartphones*.

Nos sites jornalísticos ou de conteúdos diversos há uma forte migração da publicidade comercial para o meio digital. Portais e sites estão abarrotados de anúncios e vídeos que atropelam a leitura dos conteúdos para oferecer variados produtos e serviços. É o consumo possibilitado aonde quer que o cidadão esteja. Muitos são ofertados em preços inferiores no mundo virtual para que o consumidor modifique seus hábitos de compra para o mundo *on-line*.

Um dos motivos que gerou a insatisfação do povo brasileiro com o governo brasileiro foi a perda do poder de consumo, conforme observa pesquisa do Instituto Data Popular, divulgada em janeiro de 2016, ao revelar que nove entre dez brasileiros diminuíram o consumo em 2015 devido à crise econômica. O sentimento é de retrocesso e perda de reconhecimento, pois, com a crise política e econômica, houve, naturalmente, a necessidade de se consumir menos, afetando inclusive a parte do consumo necessário à sobrevivência.

Em outra perspectiva sobre o consumo, algumas mídias digitais, como o Facebook, estão entre as marcas mais valorizadas do mundo e formam variados grupos de consumidores que impulsionam sonhos, desejos e as compras *on-line* por meio de influenciadores. A

pesquisa Total Retail 2015, realizada pela Pricewaterhouse Coopers, em 19 países, incluindo o Brasil, revela que 56% dos internautas leem avaliações, comentários e *feedbacks* antes de efetuar uma compra *on-line*. Outros fatores que influenciam o comportamento dos consumidores é receber promoções (58%), ver anúncios (43%), ficar por dentro das tendências da moda e de produtos (37%), escrever avaliações e comentários. Neste último ponto vemos o interesse dos usuários em influenciarem outros em suas compras. O estudo ainda mostrou que 69% dos participantes tiveram uma imagem positiva depois de interagir com uma marca pelas redes sociais, o que gerou mais respeito desse consumidor pela marca. O uso da tecnologia para o consumo é mais intenso quanto mais novo for esse consumidor, que se apropria de diversas promoções e possibilidades por utilizar dispositivos digitais para comprar, negados aos que compram de lojas físicas.

Canclini (1999) destaca a necessidade de reivindicação dos direitos de pertencer e participar da reconstrução do sistema sociopolítico. Uma estratégia política de se pensar a cidadania contribui para abraçar o papel das pessoas na construção de uma cidade melhor e compreender a importância dessas atitudes no sistema democrático. O desafio de se buscar reconhecimento e participação na construção da cidadania é frisado pelo autor:

A cidadania e os direitos não falam unicamente da estrutura formal de uma sociedade; indicam, além disso, o estado da luta pelo reconhecimento dos outros como sujeitos de “interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas”. Os direitos são reconceitualizados como “princípios reguladores das práticas sociais, definido as regras das reciprocidades esperadas na vida em sociedade através da atribuição mutuamente consentida (e negociada) das obrigações e responsabilidades, garantias e prerrogativas de cada um”. (CANCLINI, 1999, p. 47).

Além dos direitos, a cidadania abrange também os deveres e o reconhecimento. Não são apenas os direitos políticos, civis e sociais que contam, mas também o direito de consumir. Isso é bem retratado quando Carvalho (2002) descreve a invasão de um shopping center no estado do Rio de Janeiro por um grupo de sem-teto reivindicando o direito de consumir. Essas pessoas não buscavam o *status* de cidadãos, mas de consumidores. A essa visão se soma a de Canclini (1999) de que a cidadania deve ser repensada como estratégia política, a fim de se “[...] reivindicar os direitos de aceder e pertencer ao sistema sócio-político como o direito de participar na reelaboração do sistema, definindo, portanto, aquilo de que queremos fazer parte.” (CANCLINI, 1999, p. 36).

Para que um indivíduo se perceba enquanto cidadão muitos autores são enfáticos ao afirmar que seria necessário fortalecer o sentimento de pertença a uma comunidade, a partir do próprio fortalecimento e da expansão do espaço público. Ao se criar espaços públicos de

debate do interesse coletivo há possibilidade de se fazer ouvir e reivindicar direitos para que outras pessoas percebam que essa conduta é possível e a apoiem. Antes de continuarmos a reflexão sobre cidadania, voltamos aos conceitos de democracia e representação política.

2.2.1 Democracia e representação política

Da história grega, quando Péricles e os atenienses desenvolveram uma democracia na qual os cidadãos homens, livres, nascidos de pai e mãe atenienses, tinham o mesmo direito de participação, começamos o percurso da interseção entre cidadania, política e comunicação. A cidade se torna o espaço público da vida coletiva, onde os cidadãos têm, na Ágora, o lugar para discutir o interesse público e exercitar a liberdade de expressão e da colaboração nas soluções e tomadas de decisão quanto às demandas vivenciadas na *polis*.

Nos séculos XVII e XVIII as revoluções burguesas na Europa e América ajudaram a fortalecer a concepção da democracia moderna e o capitalismo. Ao longo do tempo e após ações de luta e de participação coletivas, a cidadania foi sendo ampliada para aqueles que antes não eram reconhecidos – como mulheres, negros, crianças e adolescentes. Só quando o reconhecimento é conquistado, a pessoa assume sua condição de cidadã. Na democracia a Ágora e a Politéia ateniense ressurgiram como câmaras, assembleias, congresso, conselhos, sindicatos, plenárias e outros espaços coletivos. Neles, os sujeitos e/ou seus representantes questionam e desafiam a validade dos direitos concedidos aos membros de um Estado. Muitas ações voltadas à coletividade são capazes de garantir direitos básicos que o Estado instaura mas não realiza.

Há mais de 30 anos, após um longo período de ditadura militar, o Brasil vive seu processo de democracia, com início marcado pela promulgação da Constituição de 1988, e, no ano seguinte, pelas eleições diretas para a presidência da República. O desenvolvimento da democracia brasileira tem, na conquista gradual da participação popular, o seu maior desafio, já que este processo revela a pluralidade de objetivos existentes na sociedade.

A democracia é caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que determinam as pessoas que irão tomar decisões coletivas e com quais procedimentos. “A regra fundamental da democracia é a regra da maioria, na qual são consideradas as decisões coletivas.” (BOBBIO, 1986, p. 18).

A democracia representativa é definida pelas deliberações coletivas, que dizem respeito à coletividade inteira. As decisões são tomadas por pessoas eleitas pelos membros da

coletividade para representá-los. Assim, entende-se que a essência da democracia se baseia na união entre representação política e participação popular.

Segundo Demo (2009), talvez se possa entender que o fenômeno da democracia é o controle do poder, que tende, ao longo da história, concentrar-se e perpetuar-se, mas que odeia ser controlado, principalmente pela base. Assim, “[...] a tendência é esperar dos dominados atitude de subserviência e de aceitação.” (DEMO, 2009, p. 73-74), de modo que a aspiração do grupo que está no poder é ser visto como legítimo, confiável e defensor dos interesses da coletividade. Tudo isso para que possa gerir sem turbulências. Se a democracia pretende alcançar a convivência crítica e criativa com o poder, como diz Demo (2009), é necessário que este seja controlado, o que pode ser feito por meio do voto. Este instituto contribui para reduzir a corrupção do poder, ainda que não se sobreponha à capacidade de uma sociedade organizada, com pessoas conscientes de sua cidadania. De tal modo que,

[...] o poder sente-se comprometido com ela e disso decorrem consequências da mais alta relevância: obrigação de prestar contas, rodízios no poder, cultivo da moralidade financeira, abertura dos canais de acesso, redução de influências oligarquizantes de famílias, grupos, etc., lisura administrativa, apreço à negociação paritária, exigência de a burocracia servir ao público, e assim por diante. (DEMO, 2009, p. 74).

Esse controle também é feito pelos meios de comunicação dos grandes grupos empresariais, de preferência comprometidos em produzir informação de qualidade, capaz de conscientizar e divulgar abusos de poder, desvios de finalidade, corrupção, privilégios e ações imorais.

A democracia permite oposição a irregularidades e abusos de poder de qualquer agente público, possibilitando a divulgação de fatos, as investigações das polícias e do Ministério Público e o ajuizamento de processos. O que também permite forte pressão popular e da própria mídia, no sentido de desmoralização do político no espaço público. Além da grande mídia, diversas organizações, como partidos, sindicatos, associações, dentre outros grupos, possuem seus canais de comunicação, potencializados pelas mídias digitais, que podem também contribuir para essa ação de controle. Até mesmo os indivíduos podem fazê-lo, desde que tenham acesso às tecnologias digitais, como donos de seus próprios canais de expressão, e a garantia da eficácia de leis que garantem os dados abertos no setor público.

Canêdo (2008) afirma que a democracia se confunde com a eleição em si e aponta que a relação do eleitor com a técnica do voto foi associada à visão de que a soberania popular foi garantida pela valoração igual para cada voto, associado ao princípio da maioria. Segundo a

autora,

De certo modo, a cenografia do ato eleitoral faz parte de toda uma elaboração criativa que permitiu aos governantes assegurarem de um outro modo seu poder político e, ao mesmo tempo, obterem a obediência dos governados: a autoridade alicerçada na população, com o voto não mais para aclamar, ratificar ou nomear, mas para escolher. (CANÊDO, 2008, p. 518).

Poder escolher o representante sugere ao cidadão a ideia de que está apenas em suas mãos a resolução das questões que desafiam a legitimidade da representação popular. O eleitor vota na esperança de que os compromissos feitos pelo candidato sejam cumpridos, já que escolheu votar nesse e não naquele político. O exercício do voto também é uma manifestação esperançosa de que uma escolha é capaz de modificar situações complexas como a da representação popular.

O ato de votar é associado a objetos como urnas, cabines, pesquisas eleitorais, listas e, por isso, o voto é visto como algo natural para todos, universal, modelo ecumênico de acesso ao bem comum. Isso mostra que pouco importa que as eleições, muitas vezes, garantiram regimes autoritários, ou como muitos “[...] ainda nelas enxergam, o reino da opinião e do dinheiro” (CANÊDO, 2008, p. 519).

O Índice de Confiança Social (ICS), divulgado pelo IBOPE Inteligência em julho de 2015, mediu a confiança dos brasileiros em 18 instituições e quatro grupos sociais. A pesquisa revelou que partidos políticos, Congresso Nacional, presidente da república, governo federal, sistema eleitoral e governo municipal são as instituições que mais perderam a confiança da população. Os partidos políticos mantêm a última colocação do *ranking*, com 17 pontos, o Congresso Nacional continua com a penúltima colocação, posição compartilhada com a Presidente da República, que até 2012 oscilava entre a terceira e a quarta posição.

O estudo citado demonstra o descrédito pelo qual passa a política, os políticos e as instituições democráticas, crise que se tornou ainda mais dramática em 2016, com a abertura do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, o andamento da Operação Lava-Jato² com infindáveis denúncias de crimes cometidos por políticos de diversos partidos. Os dados também refletem uma sociedade que vive, há alguns anos, uma democracia dominada pela comunicação de massa, que, muitas vezes, manipula ao invés de informar. A política é transformada em espetáculo midiático, no qual muitos são levados a confiar nas mesmas pessoas e nos posicionamentos de sempre. Desde o advento das mídias sociais a participação

² A Operação Lava-Jato é a maior investigação de corrupção já conduzida pela Polícia Federal brasileira. Apura um esquema de lavagem de dinheiro suspeito de movimentar milhões de reais. Como resultado, já foram proferidos muitos mandados de busca e apreensão, condução coercitiva e de prisão preventiva e temporária.

das pessoas vem sendo ampliada na elaboração das agendas dos veículos da mídia tradicional, que ainda é a fomentadora da agenda do dia.

A democracia brasileira assume o modelo representativo, no qual são eleitos políticos que representam grupos sociais em cargos de gestão executiva ou atuação parlamentar. Segundo o artigo 44, *caput*, da Constituição Federal, o Poder Legislativo se configura na forma bicameral, constituído pela Câmara dos Deputados, com 513 deputados federais que exercem mandato de quatro anos, e pelo Senado Federal, com 81 senadores, com mandato de oito anos, renovando-se um terço e dois terços de seus membros, alternadamente, a cada quatro anos. Deputados são representantes do povo, senadores representam os Estados e o Distrito Federal.

Prefeito, governador e presidente, com seus respectivos vices, são responsáveis pela gestão de cidades, de estados e do país. Esses agentes políticos são responsáveis por desenvolver planos de governo a fim de cuidar do crescimento das suas regiões. Deputados estaduais e federais e senadores podem propor, alterar e revogar novas leis, discutir e votar o orçamento da União, fiscalizar a aplicação dos recursos públicos, analisar a proposta orçamentária e apresentar emendas que destinam verbas para a realização de projetos e obras nos estados e municípios, examinar o planejamento plurianual do governo estadual e federal e as diretrizes para o orçamento do ano seguinte.

A participação do cidadão na organização estatal é o que demonstra o nível democrático do Estado-nação. Ao retomarmos a quarta geração dos direitos fundamentais, verifica-se a intenção da população em obter informações, refleti-las e ampliar a participação democrática.

O poder político já não se legitima pelo contrato social, é o povo que legitima o representante ao exercer sua soberania pela comunicação (CORTINA, 2005). Ao que parece, o exercício do voto e o acesso às informações pelos veículos da grande mídia já não são suficientes para

[...] participar ativamente na construção não apenas de espaços políticos e burocráticos e também na necessidade de criação de espaços que vêm responder a necessidade mais profunda de liberdade e autonomia. Poder-se-ia dizer que eles se materializam no desejo e necessidade das pessoas de dizerem sua palavra, expressarem sua opinião, manifestarem livremente seu pensamento. É o autêntico exercício da cidadania. (GUARESCHI, 2013, p. 23).

O cidadão acredita que ao expressar sua opinião terá suas necessidades atendidas, afinal foi eleito o político que apresentou propostas coerentes às suas demandas e se

aproximou das pessoas para ouvi-las. Se o representante do povo já possui espaços para se manifestar, o cidadão também quer expressar livremente seu pensamento sobre toda a realidade à sua volta.

Na constante luta pelos direitos e a realização dos deveres, os cidadãos exercitam a cidadania quando tomam consciência do interesse público, como membro de uma comunidade política, cujos interesses coletivos estão acima dos pessoais. Assim, poderá defender o patrimônio público. Segundo Cortina (2005),

Sob essa perspectiva, a res pública o é por ter como assunto o bem público, mas também por preconizar como procedimento para alcançá-lo a criação de um espaço no qual os cidadãos possam deliberar publicamente sobre o que lhes diz respeito. A existência dessa esfera pública é *conditio sine qua non* da ilustração da cidadania e da crítica ao poder político; *conditio sine qua non*, portanto, da moralidade do político, ou seja, daquele âmbito que, por suas implicações públicas, precisa de legitimação. (CORTINA, 2005, p. 130).

A democracia se tornou o regime político dominante no final do século XX, com a preocupação da defesa da *res publica*, o que exigiu a atenção do cidadão para os assuntos públicos. O termo *res publica*, ou seja, coisa do povo, foi concebido pelos romanos para traduzir a palavra grega *politeia* e designar uma comunidade política organizada na qual prevaleceriam os interesses públicos. Neste estudo entendemos que a informação oriunda dos representantes políticos, e a própria comunicação que estabelecem com os representados, também integram a ideia de *res publica*.

Para Bresser-Pereira (1997), do mesmo modo que os cidadãos têm direitos civis, políticos e direitos sociais, têm também direito de que o patrimônio público continue a serviço de todos em lugar de ser controlada por interesses privados (direitos republicanos). A indignação do povo surge quando há violação do patrimônio público por seus representantes, conforme registra o citado autor ao descrever a onda de corrupção que assolava o Brasil no governo Collor.

O público é colocado em questão. Trata-se de um processo de cartelização da política, reduzida a um mero jogo de forças, onde os vencedores são aqueles que se apropriam, às expensas dos outros, da maior parte do “butim”, figura esta a que se viu reduzida a “coisa pública”. Sua expressão é a luta corporativa entre os que são detentores de força. Assim, as demandas corporativas, provenientes tanto dos setores mais ricos da sociedade quanto dos sindicatos de funcionários ou de operários, terminam por prevalecer sobre o interesse coletivo. (ROSENFELD apud BRESSER PEREIRA, 1997, p. 118).

Quando a política se torna profissão e o político eleito não age como um servidor da

população, mas apenas dos interesses do partido e dos próprios, percebe-se aí um afastamento da sociedade civil. Daí é um passo para a coisa pública passar a ser vista e conduzida por aqueles que exercem mandatos políticos não mais pelo viés coletivo. Apesar do pluralismo partidário existente no Brasil, a disputa eleitoral no país é, na maioria das vezes, entre os mesmos partidos – PT, PMDB e PSDB. O afastamento do povo e a aproximação de grupos específicos mostram o quão distante estão os representantes da população e da ética exigida de um político.

Ainda que o cenário pouco tenha se modificado ao longo dos anos no Brasil, é o sistema democrático que possibilita que os conflitos venham à tona e seja possível um controle do poder. É a democracia que abre as portas para a participação. As novas tecnologias catalisaram essa participação, por meio das mídias digitais, tornando o debate político mais transparente. Neste ponto este estudo passa à reflexão sobre o espaço onde os atores sociais podem exercitar a cidadania.

2.3 O LUGAR DA CIDADANIA – DAS RUAS ÀS MÍDIAS DIGITAIS

Ao desenvolvermos neste estudo o conceito de cidadania, na visão de Marshall (1967), amplia-se o entendimento de que a cidadania é o vínculo a uma comunidade juridicamente organizada, um Estado-Nação, que proporciona uma participação democrática. Esta abordagem é somada à visão de cidadania política de Cortina (2005) como pertencimento a uma comunidade política, como base para a pessoa se sentir incluída e reconhecida na relação com o outro e com o próprio Estado-Nação.

Práticas e discursos contraditórios de representantes políticos e candidatos são revelados nos meios de comunicação e discutidos no cotidiano das pessoas com parentes, vizinhos, amigos e colegas de trabalhos, o que leva alguns grupos a questionar se a democracia continua sendo a melhor opção para o país. O cenário apresentado revela um grande desafio ao cidadão: compreender o conturbado contexto político e se realmente a representação política garante a defesa de seus interesses.

No presente trabalho se buscou identificar se as *fanpages* do Facebook funcionam como um dos espaços de cidadania onde seria possível, ao cidadão, estar próximo virtualmente do representante político. E, assim, construir com ele uma relação de trocas comunicativas na qual é permitido obter informações, questionar posicionamentos e afetar as tomadas de decisão. Há hoje uma exigência pública para que os políticos se tornem mais

coerentes e voltados ao interesse público, porém, para isso os cidadãos também devem ser desafiados a se tornarem mais interessados e participativos. Neste sentido, uma comunicação aberta entre representantes e cidadão pode contribuir com a promoção de uma prática voltada ao entendimento: eis o desafio da democracia e da cidadania.

A democracia permite a ocupação do espaço público para o debate do interesse público. Um espaço que surgiu nos cafés e praças, desenvolveu-se nos meios de comunicação tradicional e ampliou-se com as tecnologias do virtual. Habermas (2003) elaborou o conceito de esfera pública associado ao surgimento da burguesia, da imprensa e de outros elementos presentes no século XVIII. As democracias modernas se aprimoraram junto com o desenvolvimento da mídia e permitiram a ocupação do espaço público para o debate de temas do interesse público. As condições de existência da esfera pública burguesa era a formação de um ambiente ao qual todos podiam ter acesso para exteriorizar suas opiniões face a face sobre assuntos particulares com relevância pública. A imagem do cidadão daquele tempo é retratada nos burgueses do século XVIII, caracterizados por serem proprietários e saberem ler, ou seja, tinham “[...] as qualificações de um homem privado com acesso à esfera pública: propriedade e formação educacional.” (HABERMAS, 2003, p. 107).

A emergência de uma esfera pública se refere à existência de um espaço no qual assuntos de interesse coletivo seriam apresentados, analisados, debatidos e criticados para, então, resultar em um julgamento, consenso ou decisão. Assim, quanto mais temas fossem debatidos mais julgamentos sobre a realidade social existiriam. Por outro viés, todo assunto divulgado é exposto ao julgamento público, condição indispensável da concepção de esfera pública para a democracia. Jürgen Habermas defendia que a esfera pública seria a esfera de legitimação do poder público.

Esses juízos interditados são chamados de “públicos” em vista de uma esfera pública que, indubitavelmente, tinha sido considerada uma esfera de poder público, mas que agora se dissociava deste como o fórum para onde se dirigiam as pessoas privadas a fim de obrigar o poder público a se legitimar perante a opinião pública. O *publicum* se transforma em público, o *subjectum* em sujeito, o destinatário da autoridade em seu contraente. (HABERMAS, 2003, p. 40).

O princípio da esfera pública estava fundamentado na capacidade de racionalização pública que todo indivíduo possui, o que quer dizer que, se uma premissa ou argumento for colocado em xeque qualquer ser humano é capaz de constatá-lo, apoiá-lo ou se opor por meio da racionalização.

A princípio, a esfera pública envolve a reunião de pessoas em condições de igualdade para o debate público. Entretanto, a expectativa do desenvolvimento da esfera pública não ocorreu integralmente. “A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas.” (HABERMAS, 2003, p. 92). O debate democrático nas sociedades modernas, contudo, é abafado pelo desenvolvimento da indústria da comunicação, da cultura e do entretenimento, o que enfraquece a esfera pública.

O espaço público é “[...] um espaço das ações visíveis, onde qualquer fato pode ser conhecido por todos, o lugar aonde, a princípio tudo é potencialmente visível.” (MARTINO, 2015, p. 94). Com a abertura de muitos canais de comunicação, sejam empresariais, comunitários ou na internet, o exercício da transparência se tornou possível. Somado ao trabalho voltado para o acesso à informação realizado pela mídia, a ampliação dos canais comunicacionais das mídias digitais incentiva a colaboração e contribui para um maior conhecimento acerca do que acontece na cidade, o que vem sendo feito por seus representantes e debates em espaços de interação com a presença virtual de agentes políticos.

Ao analisar as reflexões de Jürgen Habermas, Martino (2015) apresenta a opinião pública como o conjunto de opiniões discutidas em público, e, portanto, colocadas para discussão com todos os interessados, o que retrata uma característica da esfera pública. O autor frisa que a discussão sobre um tema tende a ganhar visibilidade e, eventualmente, levar à tomada de decisões. Os debates só podem ocorrer caso existam espaços de livre manifestação de pensamentos, entendimentos e ideias. Martino (2015, p. 95) diz que temas da esfera pública “[...] se caracterizam pelo engajamento que provocam, ou deveriam provocar nas pessoas” e a relevância que assumem dentro da democracia.

Ambos os autores compreendem que a comunicação na esfera pública precisa contemplar alguns requisitos para terem validade. A aceitação e o respeito às regras da racionalidade mantêm em ordem o debate entre pontos de vista diferentes a fim de obter algum entendimento. Além disso, se um participante se desvia do assunto ou ataca pessoalmente outro indivíduo a discussão deixa de existir nos moldes de uma esfera pública.

Para garantir a racionalidade da discussão, embasado na perspectiva habermasiana, Martino (2015) elenca três critérios: a) reconhecimento do interlocutor: os participantes devem reconhecer o direito de todos de participar e emitir sua opinião; b) igualdade de condições de participação: não pode haver hierarquia entre os participantes; c) respeito às regras: as discussões devem ter regras claras e obedecidas por todos.

Ruas, praças, parques e outros espaços públicos sediam a vida coletiva dos cidadãos. São espaços de convivência, de livre comércio e de manifestação. Ao abordar a história das cidades, Tuzzo (2014) aponta que a rua era ‘o palco das interações’, onde pais conversavam sobre diversos assuntos, enquanto as crianças brincavam e descobriam o modo de vida em coletividade, aprendendo a partilhar, a se defender, a brincar e a compreender a sociedade.

O Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrou que 84% dos brasileiros vivem em áreas urbanas. Em sua configuração, as cidades são compostas por diferentes bairros e setores, centrais ou periféricos, com diferenças marcantes de poder aquisitivo e estrutura socioeconômica. A região onde se mora na cidade, conseqüentemente, representa a desigualdade do exercício da cidadania. Situação semelhante ocorre nas cinco regiões do país. A cidade é o lugar onde a cidadania se realiza, crença retratada nas migrações do campo para a cidade, ou de uma cidade para outra com mais estrutura e possibilidades de empregos, educação ou moradia.

Por outro ângulo, Temer (2014) enfatiza que os moradores da cidade dependem uns dos outros, “[...] mas essa dependência é impessoal, [o cidadão] não depende de um indivíduo em particular – com nome e personalidade – mas de pessoas, o rapaz que atende na padaria, o motorista do ônibus, etc.” (TEMER, 2014, p. 131). Se na visão da autora a proximidade física nas cidades não promove uma interação real, esses contatos esporádicos e impessoais dificultam a existência de um senso de participação social. A atual situação de caos urbano e o modo de viver e se relacionar nas cidades dificultam a comunicação entre os moradores de uma cidade.

A cidade moderna é o espaço da alteridade, onde os diferentes convivem. As diferenças de origens, classes sociais, profissões, raça, religiões, objetivos, *status*, gostos e preferências são notadas em cada rosto, em cada esquina. Toda essa diversidade dificulta o reconhecimento das pessoas como membro de uma comunidade. A alteridade provoca conflitos entre os grupos com posicionamentos contrários em suas legitimações por cidadania. Tem sido cada vez mais desafiador para os políticos dialogar com os diversos grupos existentes na cidade. O desafio para os cidadãos é o mesmo, já que os representantes, muitas vezes, apoiam pessoas em lados opostos em uma questão, votam contrários às demandas da cidade ou de grupos específicos e integram classes sociais diversas do indivíduo.

Além disso, a mudança do cotidiano nas grandes cidades enfraquece o sentimento de pertença a um grupo com características, interesses e necessidades semelhantes. A cidade se tornou o lugar onde falta tempo para estar com a própria família e menos ainda com seus convivas. Os reduzidos espaços de integração da comunidade, voltados ao prazer da

convivência, do encontro e da conversa, também desestimulam o fortalecimento da lógica da pertença.

Ao enxergarmos a cidade como um espaço da cidadania, percebemos que no encontro com os membros de nossas redes sociais – família, amigos, grupos de trabalho, dentre outras – vivenciamos o exercício político da interação, da comunicação, da discussão de assuntos da esfera íntima e da esfera pública. É na convivência e no reconhecimento que as pessoas se tornam atores sociais e aprendem a se interessar pelos assuntos públicos.

Ao defendermos a democracia buscamos a conquista da cidadania. Os cidadãos já não se contentam com a condição de representados, em uma relação distante e impessoal com o político. Ao contrário, querem ser reconhecidos e ter voz, de modo a terem suas opiniões e interesses respeitados e atendidos. Talvez, mais do que isso, queiram que as decisões sejam tomadas perto deles e com eles afim de que o patrimônio público seja usufruído por quem é seu dono de direito. Todo esse cenário nos remete à importância da comunicação, retratada na interação entre as pessoas ao discutirem os assuntos da cidade, seja no ambiente físico ou no virtual.

Com a popularização das tecnologias, os diálogos da rua retratados por Tuzzo (2014) foram transferidos para o discurso unilateral da mídia, legitimada pela própria sociedade. Ao se tornar audiência, o cidadão modifica o vínculo com outros atores sociais. As janelas das casas e as cadeiras nas calçadas vão sendo trocadas pelas telas dos televisores e computadores; lugares de encontro coletivo, como praças públicas e ruas, vão sendo substituídos pelos lugares de encontro na web, como *chats*, sites e aplicativos (GÓMEZ, 2006).

Thompson (2008) diz que a esfera pública se deslocou para o terreno midiático, quando a vida pública e a atuação política dos cidadãos foram modificadas pela presença das mídias, que trouxeram um tipo de publicidade, diferente da concepção tradicional de vida pública.

[...] a comunicação mediada é uma conversação que envolve potencialmente milhões de pessoas e não apenas duas ou três. Isto é uma ilusão. Claro, há formas de comunicação mediada, como uma comunicação telefônica que são verdadeiras conversas. Mas as formas de comunicação que envolvem rádio, televisão, etc., não são conversativas neste sentido, porque muitos ouvintes ou espectadores não são participantes de um diálogo, mas receptores de mensagens produzidas e transmitidas independentemente de sua capacidade potencial de resposta. (THOMPSON, 2008, p. 213).

A sociedade é midiaticizada, ou seja, as mídias passaram a ocupar um lugar central na

rotina das pessoas, como ponto de contato entre as diversas dimensões da existência humana – familiar, laboral, social, dentre outras. A midiaticização da sociedade pode ser percebida quando o espaço público passa a ser compartilhado pelas pessoas no debate das informações que consomem da mídia. Na esfera pública midiática os atores sociais não possuem direito de participar do processo da comunicação mediada diretamente, já que o processo comunicativo é unidirecional, no sentido de um para muitos, ou seja, um fala, muitos escutam, leem ou apenas contemplam. Thompson (2008) afirma que os processos de comunicação se distanciaram de uma lógica democrática e de conversação, como tida na esfera habermasiana, pois na mídia tradicional não é possível a participação de todos e o processo de racionalização é comprometido pelo tempo e pelos contextos produzidos pelos veículos de comunicação.

Gomes (2008) também critica a mídia e os meios de comunicação ao evidenciar o pensamento de Jürgen Habermas de que a esfera pública moderna se degenerou em razão da submissão aos meios de massa e à cultura de massa.

Não é um meio de debate do qual se espera emergir uma opinião, mas um meio de circulação de opiniões estabelecidas às quais se espera uma adesão, o mais amplamente possível, de um público reduzido a uma massa chamada de tempos em tempos a realizar decisões “plebiscitárias”. Uma esfera pública constituída dessa arte não passaria de um meio de propaganda. (GOMES, 2008, p. 49).

A comunicação de massa se tornou “[...] ferramenta para a conquista do público por interesses privados”, diz Gomes (2008, p. 50), em que são excluídos o debate e a racionalidade, mas promovida a simpatia para a adesão a uma opinião compartilhada por muitas pessoas, porém encenada, sem ser originada na discussão pública. Desse modo, a intenção não é ganhar o reconhecimento na esfera pública, mas “[...] conquistar o reconhecimento do público mediante a esfera pública.” (GOMES, 2008, p. 50-51).

Se o cidadão não exercita sua racionalidade não aprende a viver como cidadão. Ainda que a mídia tradicional faça enquadramentos sobre determinados assuntos e enfatize abordagens conforme seus interesses, isso não é suficiente para impedir que ocorra a resistência, a dúvida ou a oposição por parte dos públicos, mesmo que as vozes desses cidadãos não alcancem outros grupos ou ambientes.

Tuzzo (2014) reforça que “[...] a rua parece ter sido substituída por um outro território, o das narrativas fragmentárias da informação mediática”. A autora enxerga a capacidade da mídia de recriar e reconhecer o que é cidadania, a ponto de redefinir e reapropriar de valores o cidadão. A representação midiática e a virtualidade crescem e se consolidam, reorganizando sentidos, assim “[...] o que a mídia entende e divulga como sendo cidadania é o que a

sociedade compreenderá como sendo real”. Ao apresentar a cidadania no sentido de tudo que falta, o discurso midiático é voltado para o subcidadão, na sua busca incessante pela cidadania. Consciente de que a cidadania é desejada por todos, mas alcançada apenas por alguns, a mídia legitima a subcidadania e enfraquece o processo de compreensão do indivíduo como cidadão.

A internet proporcionou a diversificação das fontes de informação e ampliou o poder de escolha da audiência acerca de onde consumir informações e entretenimento, o que acabou por influenciar nos conteúdos e formatos da programação. Tanto é que os grandes grupos de comunicação estão compreendendo que compartilhar massivamente o mesmo conteúdo em todas as plataformas não funciona mais. A ideia para atrair os públicos é elaborar conteúdo exclusivo, seguindo as características de cada plataforma, para estimular mais engajamento e interesse dos cidadãos.

Entretanto, o conjunto de atores conectados funciona como um meio por onde a informação e a comunicação trafegam. Ao promover redes de comunicação horizontais, onde o internauta é emissor e receptor, a internet possibilitou a transição da audiência passiva da comunicação de massa para audiência ativa do mundo da ‘autocomunicação de massas’ (CASTELLS, 2015).

Passando por uma crise de credibilidade, a mídia hegemônica continua firme em seu papel de informar e formar opinião nos meios *off-line* e *on-line*. Entretanto, é na consolidação das mídias digitais, somada à crise de legitimidade da representação política, que os cidadãos passaram a se procurar, no espaço virtual. As ferramentas existentes nas mídias digitais contribuem para o exercício da cidadania, expresso na aproximação com o poder público e seus representantes políticos, bem como no exercício da liberdade de expressão, no acesso à informação, na participação política e na colaboração em fiscalizar, divulgar e criticar as questões envolvendo o interesse público.

A participação popular nunca foi bem aceita pelas elites e pela aristocracia, agora, em tempos de comunicação digital, não é possível contê-las. Desde a colonização, passando pela ditadura e chegando ao momento atual, o povo foi tratado como massa de manobra. A efervescência das tecnologias promoveu a discussão sobre o potencial comunicativo das mídias digitais como instrumentos da democratização e de uma ciberdemocracia. “[...] um tipo de aprofundamento e de generalização das abordagens de uma livre diversidade em espaços abertos de comunicação e cooperação.” (LÉVY, 2013, p. 54).

A participação é necessária na construção e exercício da cidadania na sociedade do conhecimento, tendo como diferencial entre as nações “[...] a competência humana de sua

população na produção e uso intensivo do conhecimento.” (DUARTE, 2012, p. 101). A participação das pessoas é um exercício da cidadania e também da democracia, de tal modo que pode fortalecer as instituições políticas e democráticas e influenciar o processo decisório de modo determinante.

A participação jamais pode ser compreendida como um presente, dádiva ou concessão, mas um exercício contínuo, que é direito e também dever do cidadão. A participação é uma conquista processual, pois nunca é suficiente, nem acabada, como nos diz Demo (2009). A história da humanidade é marcada pela dominação, a mudança veio com o tempo, por meio da conquista da participação. “Participação supõe compromisso, envolvimento, presença, em ações arriscadas e até temerárias.” (DEMO, 2009, p. 20), de modo que tal atitude acaba por enfrentar o poder, afinal, também é uma forma de poder. A participação é um processo de conquista, não apenas na visão da comunidade ou dos interessados, mas de cada cidadão, incluindo aí “[...] do técnico, do professor, do pesquisador, do intelectual.” (DEMO 2009, p. 21).

O discurso da participação sensibiliza a todos, mas sua concretização passa inevitavelmente por seu exercício. Entretanto, não temos o hábito de participar e estamos acostumados a receber as coisas dos outros, realidade provocada, segundo Demo (2009), por uma sociedade autoritária, conduzida por regimes autoritários. O autor entende a cidadania da seguinte forma:

Cidadania não significa necessariamente visão funcionalista da sociedade, como se fosse possível inaugurar o consenso definitivo. Ao contrário, na unidade de contrários, o cidadão consciente sabe que vive dentro do conflito de interesses, marcados pela provisoriedade do devir. Do lado dominante, investe-se tudo na inculcação da ideia de que a ordem vigente é legítima e não deveria ser tocada, até porque os mandantes o são por “mérito”, “superioridade”, “consagração divina”, etc. É da lógica do poder conservar-se. Do lado dos desiguais, a paisagem é outra. Cidadania fundamental viceja neste lado, aquela que sabe tomar consciência das injustiças, descobre os direitos, vislumbra estratégias de reação e tenta mudar o rumo da história. (DEMO, 2009, p. 71).

É mais fácil dominar uma sociedade sem formação escolar, cultural e política, formada por analfabetos e pessoas desinteressadas intelectual e socialmente, conduzida por populistas, corruptos, demagogos e contraventores que se mantêm muito tempo no poder. Não serão esses os interessados em modificar a ordem vigente. Toda mudança, direito ou reconhecimento nasce da inconformidade dos cidadãos e da participação voltada à mudança de paradigma.

A cidadania continua passando por muitas transformações, movimentada pela

conscientização do cidadão sobre seus direitos e deveres dentro de um contexto em rede, no qual grupos dominantes exercitam propagandas para legitimarem continuamente a ordem corrente e seus mandatos nos espaços de poder. Do lado contrário, os anos de luta pela democracia e pela cidadania no Brasil estimulam o cidadão a compreender o seu papel de protagonista nesses processos.

A crença de muitos de que o exercício do voto é o único modo de participar da história do país tem sido alterada por interações que se iniciam no virtual e se estendem às ruas em forma de atos, protestos e pressões aos representantes políticos – como vimos nas diversas manifestações que tomaram o Brasil desde 2013. As consequências foram extremas, demonstradas no afastamento da presidente Dilma Rousseff em 2016, na ascensão do vice, Michel Temer, à presidência, na crise política, nas múltiplas fases da Operação Lava-Jato da Polícia Federal no combate à corrupção e outros crimes envolvendo muitos políticos em exercício de mandato ou não e também empresários. Por fim, a complexidade e as falhas ocorridas no processo indicam um entrelaçamento político, midiático, parlamentar e judicial na disputa pelo poder sem qualquer disposição voltada para o interesse público. Associada às tecnologias, a comunicação se torna propulsora da participação política, afetando toda a sociedade.

O exercício da comunicação é entendido como uma das maneiras de participar politicamente da sociedade. Quando o indivíduo se comunica, torna-se parte de um grupo ou comunidade com legitimidade para debater questões públicas com outros membros. Conquistar espaços de fala é a cartilha para a participação e interação com outros atores. Todo início de aprendizagem sobre participação começa em ambientes mais próximos, fortalecendo a conscientização da importância dessa ação e ampliando-a. Nesse processo todos passam a ter vez e voz, ensinam e aprendem, contribuindo para o exercício da cidadania.

Neste estudo temos como cidadania o exercício dos direitos e deveres pelos cidadãos de modo que o exercício da interação entre os deputados federais e os cidadãos nas páginas do Facebook, por meio da liberdade de expressão, é uma das expressões da cidadania. Afinal, é nesse ambiente digital que os atores se encontram, interagem, obtêm informações, são influenciados e debatem o interesse público. Além disso, cabe ao parlamentar usar o ambiente virtual para informar e interagir; ao cidadão cabe fiscalizar o mandato e a representação do deputado, já que é deste o dever de exercer a fiscalização das ações e dos atos de governo. Nesse relacionamento, tudo é comunicação.

A conquista dessa cidadania é incremental, começa no acesso à internet, passa pela conscientização enquanto cidadã e cidadão interessado em acompanhar o mandato de seu

representante e se realiza na interação com o deputado e com outros atores em suas diversas maneiras.

3 COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO NAS MÍDIAS DIGITAIS A SERVIÇO DA CIDADANIA

O mundo está em contínua transformação nas últimas décadas, dentre outros motivos, em razão do surgimento de um novo paradigma tecnológico, baseado na comunicação e na informação. No mundo globalizado a internet proporcionou acesso a uma gama de informações e possibilitou, por meio das mídias digitais, a construção de canais de relacionamento entre as pessoas. Entretanto, a expansão das tecnologias de comunicação e informação (TICs) pelos países ocorreu de forma heterogênea, promovendo novos desafios para a conquista da cidadania de diversas pessoas. Ao que parece, o mundo se divide em incluídos e excluídos digitais.

A sociedade é que dá forma à tecnologia, conforme suas necessidades, interesses e princípios. Isso quer dizer que as tecnologias são afetadas pelos usos e finalidades dados pela sociedade e não o inverso. Segundo Castells (2002), à medida que os usuários se apropriam das TICs eles as redefinem e se tornam cocriadores ao transformarem as informações em um sistema comum a todos, “[...] processando-as em velocidade e capacidade cada vez maiores e com custo cada vez mais reduzido em uma rede de recuperação e distribuição potencialmente ubíqua.” (CASTELLS, 2002, p. 69).

A informação e o conhecimento são os pontos centrais da sociedade em rede. No entanto, todas as sociedades conhecidas na história da humanidade também priorizaram esses elementos. A novidade gira em torno das redes telemáticas, que facilitam uma organização social baseada em redes. Assim, seguindo a lógica de que é a sociedade que dá forma à tecnologia, o presente estudo buscou compreender se as *fanpages* de deputados federais estão sendo utilizadas como um novo espaço para a cidadania. Foi dada ênfase à comunicação entre esses representantes políticos e os cidadãos durante o período do mandato utilizando a análise da interação entre eles.

Com o objetivo de discutir a cidadania no mundo digital, foi importante refletir sobre a apropriação das TICs pela sociedade a fim de fortalecer o processo democrático e o reconhecimento do internauta como cidadão. O espaço virtual surge para o indivíduo como a oportunidade inédita de se tornar também emissor e como uma possibilidade de interação com os demais atores sociais, incluídos aí autoridades e agentes políticos.

Já trilhado o percurso da relação entre a cidadania, a política e a comunicação, o próximo passo foi estabelecer a intersecção destas áreas com as TICs. O capítulo traz a análise do contexto da sociedade em rede (CASTELLS, 1999; 2002; 2015), abordando

questões ligadas ao ciberespaço, à cibercultura, à convergência e à inteligência coletiva, segundo as visões dos estudiosos Lévy (2002; 2015) e Jenkins (2008). A fim de sustentar a problemática da comunicação e da interação no espaço virtual, bem como verificar suas contribuições para o exercício da cidadania, outros autores contribuíram para as discussões, dentre eles Martino (2015), Recuero (2009) e Primo (2011).

3.1 TICS: UM NOVO PARADIGMA COMUNICACIONAL

Ao longo da história os progressos das civilizações foram sustentados pelo uso das TICs para armazenamento, compartilhamento e divulgação do conhecimento. Com o surgimento da imprensa, o conhecimento, antes transmitido apenas por meio da tradição oral, alterou a maneira de as pessoas participarem da vida da cidade por completo. A chegada do jornal, do telégrafo e do telefone facilitou o acesso à informação e à comunicação entre as pessoas, mas só no início do século XX, com a comunicação de massa – por meio do rádio, da TV e do cinema, que a comunicação foi incrementada em todo o mundo, integrando diferentes povos e culturas. Com a criação do computador e, posteriormente, da internet e da web, vimos o surgimento de uma nova era fundada nas trocas comunicativas virtuais.

O desenvolvimento das cidades está intimamente ligado à evolução dos meios de comunicação. Antes a cidade era um espaço físico marcado por fronteiras, hoje, com a ampliação das tecnologias digitais, os habitantes das cidades percorrem caminhos físicos em conexão com o virtual e se encontram em rede, onde estabelecem processos comunicativos e produzem informações e novos conhecimentos que fluem pelas supervias da informação. A cidade se estendeu de suas estruturas de concreto e asfalto para o virtual, ampliando suas fronteiras e os espaços de convivência.

Todo esse novo contexto começou em 1957, quando os soviéticos lançaram o satélite espacial Sputnik para fins de comunicação e superaram tecnologicamente os Estados Unidos. A partir desse feito o governo americano iniciou a criação de uma rede de comunicação que não poderia ser destruída, caso a Guerra Fria se desenvolvesse em direção a conflitos nucleares. Com objetivos militares, surgiu a Agência de Projetos de Pesquisas Avançadas (ARPA), batizando o que, posteriormente, tornou-se a rede mundial de computadores. A intenção desse projeto era garantir a preservação dos dados de uma possível destruição.

Em 1967 o governo americano contratou a Rand Corporation para criar o modelo da primeira rede que utilizaria um sistema de comunicação não hierárquico. Assim, com a

transformação das informações em códigos binários – 0 e 1, elas poderiam ser divididas em ‘pacotes’ e multiplicadas via redes telemáticas.

Sobre o sistema de comutação de pacotes Pinho (2003, p. 24) explica que o itinerário seguido por cada grupo de dados (pacote) é irrelevante, “[...] o importante é que o modelo garante que todos os pacotes cheguem a seu destino final e sejam reagrupados, reconstituindo a mensagem original”. Desse modo, o fluxo de informações não poderia ser interrompido, como havia acontecido durante a guerra civil americana com a derrubada de linhas de telégrafos. Caso houvesse a interceptação dos pacotes, ainda assim a informação não seria descoberta, em razão da utilização de criptografia, técnica que codifica a mensagem, tornando-a ininteligível para agentes externos.

Ao ser direcionada para as universidades, em 1969, a Arpa recebeu o nome de Arpanet e continuou a desenvolver a futura rede, agora sob orientações civis. Em 1972 Ray Tomlinson criou o *e-mail* e possibilitou a troca de mensagens pela primeira vez. Em 1973 a Inglaterra e a Noruega foram os primeiros países a se conectar com a rede. No ano seguinte Viton Cerf e Robert Khan desenvolveram o Transfer Control Protocol (TCP), mas só em 1983 o conceito foi dividido em Internet Protocol (TCP/IP), criando a lógica da internet que conhecemos hoje. A partir de então a internet passou a desempenhar um novo ritmo, incontrolável às esferas da política, da economia, da cultura, da sociabilidade, entre outras.

A inclusão de mais países à rede só aconteceu na década de 1990, quando o engenheiro Tim Berners Lee, do Laboratório Europeu de Física de Partículas (CERN), criou o projeto da web com uma interface mais amigável, estruturada em Hypertext Markup Language (HTML). Esta linguagem se tornou padrão para criar e acessar as páginas disponíveis na internet por meio de um endereço, o Uniform Resource Locator (URL), e facilitou o acesso para qualquer pessoa com um mínimo de informações.

Cabe ressaltar que a internet não é uma criação norte-americana, mas internacional, pois, desde o início, profissionais de diversas nacionalidades participaram do desenvolvimento das tecnologias envolvidas. Castells (2002) esclarece que o desenvolvimento da internet com base nas redes libertárias comunitárias não surgiu do Departamento de Defesa, mas de grupos internacionais que se organizaram por meio de redes de internet desde 1978 para compartilhar artigos em grupos de notícias. Informalmente, desde o início a internet está sob um regime de autogestão, sem que nenhum governo interfira demais.

O advento da rede mundial de computadores trouxe um suporte tecnológico para a informação que estimulou a alternância dos papéis de emissor e receptor, como até então não

se conhecia. Com características diferentes das mídias anteriores, a internet abarcou não apenas os meios de comunicação de massa, como o impresso, o rádio e a TV, mas também os meios de comunicação interpessoal, como o telefone. Hoje é bem mais do que um meio convergente das mídias, mas uma invenção que rompeu as barreiras geográficas e temporais e provocou uma série de rearranjos que está revolucionando toda a sociedade.

Di Felice (2008) orienta que

As fórmulas da sociedade de massa, baseadas na distinção identitária entre emissor e receptor, entre empresa e consumidor, entre instituições e cidadãos, entre público e privado, não conseguem mais explicar a complexidade das interações sociais nem as formas do habitar metageográficas contemporâneas. Se estas últimas acontecem além das formas arquitetônico-visuais e das estruturas urbano-metropolitanas, as primeiras vêm assumindo as formas digitais do código alfanumérico (01010101...) e passam a se reproduzir nas redes digitais espalhando-se nas ilimitadas metageografias informativas. (DI FELICE, 2008, p. 24).

A internet alterou o curso da história ao trazer progressos e retrocessos e vem redefinindo a relação dos seres humanos com o espaço e o tempo e com diversas instituições que atuaram como mediadoras do indivíduo com a sociedade. Surge uma nova forma de existir, de habitar, fundada em redes de comunicação nas quais o virtual e o real se entrelaçam e o mundo físico se mistura com o mundo virtual.

A criação de um espaço desterritorializado para o encontro das pessoas impulsionou a interação entre elas por meio da informação, ampliou os pontos de vista e desequilibrou a cultura e o saber consolidados, bem como as tradicionais estruturas de poder. As mídias digitais estão modificando a forma de as pessoas se comunicarem, dando a cada cidadão o poder de comunicação.

As cidades e os meios de comunicação são espaços que discutem e recriam o exercício da cidadania em meio a fluxos comunicativos. Para além da rua em que mora ou dos espaços físicos por onde transita, o cidadão passa também a existir na virtualidade – que é potencializadora das vozes na sociedade em rede. Todas as relações de nosso tempo são baseadas na informação e no conhecimento, fenômeno que Castells (1999) denomina ‘sociedade em rede’.

[...] Eu afirmaria que essa lógica de redes gera uma determinação social em nível mais alto que a dos interesses sociais específicos expressos por meio das redes: o poder dos fluxos é mais importante que os fluxos do poder. A presença na rede ou a ausência dela e a dinâmica de cada rede em relação às outras são fontes cruciais de dominação e transformação de nossa sociedade: uma sociedade que, portanto, podemos apropriadamente chamar de sociedade em rede, caracterizada pela primazia da morfologia social sobre a ação social. (CASTELLS, 1999, p. 565).

Castells (1999) descreveu a nova organização social em que vivemos, com possibilidades de acesso à informação e à comunicação pelo cidadão a qualquer hora e aonde quer que esteja, e fortaleceu a ideia de que as relações de nosso tempo são baseadas nas trocas de informação e na produção de conhecimento. Na contemporaneidade as relações entre políticos e cidadãos são possíveis e horizontalizadas no virtual.

As tecnologias digitais surgiram como a infraestrutura do “[...] ciberespaço, novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização e de transação, mas também novo mercado da informação e do conhecimento”, de acordo com Lévy (1999, p. 32). O autor enxergou o ambiente virtual como suporte para novas práticas voltadas à área da informação e do conhecimento.

Eu defino o ciberespaço como o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos (aí incluídos os conjuntos de redes hertzianas e telefônicas clássicas), na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização. Insisto na codificação digital, pois ela condiciona o carácter plástico, fluido, calculável com precisão e tratável em tempo real, hipertextual, interativo e, resumindo, virtual da informação que é, parece-me, a marca distintiva do ciberespaço. (LÉVY, 1999, p. 92-93).

Cada pessoa conectada à internet integra o ciberespaço, porém, o termo designa o espaço existente entre as memórias dos computadores conectados, em que os indivíduos inserem dados e interagem, mas não se misturam com a estrutura técnica da rede, como cabos, fibras e dispositivos. Prevendo a virtualização da sociedade, Lévy (1999) compreendeu, ao longo de seus estudos, que o ciberespaço se tornaria o principal canal de comunicação da humanidade, em uma perspectiva multimodal e de preservação da nossa memória.

Coaduna com a proposta do ciberespaço a previsão pertinente de McLuhan (2006), elaborada em 1960, ao cunhar o termo ‘aldeia global’. O autor vislumbrou, em seus estudos sobre comunicação de massa, que as tecnologias eletrônicas iriam promover a interação entre os povos em escala global, acelerando os fluxos comunicativos, independentemente do tempo e da distância, levando-nos a conviver como se estivéssemos em uma aldeia. Ainda que tal fato precise ser relativizado, pois os povos não se transformaram em aldeias globais, os conceitos de ‘aldeia global’ e da ‘sociedade em rede’ têm, em comum, a utilização da internet em nossa rotina como elemento para a sociabilidade.

A emergência do ciberespaço traz, como sua interface mais popular, a internet sob a forma comercial da World Wide Web, porém, diversas redes de cunho público e particular

também a integram. Todo esse emaranhado de conexões em rede, segundo Lévy (2000), cria e desenvolve a inteligência coletiva da humanidade, conservada na memória do ciberespaço.

Conhecido por seu otimismo, Lévy (1999) enxergou a internet como um espaço para o cidadão ter voz e participar ativamente de processos comunicativos produzindo uma nova cultura – a cibercultura. Essa cultura que nasce no virtual é caracterizada pelas técnicas materiais e intelectuais, as atitudes, os pensamentos e valores que se desenvolvem no ciberespaço, “[...] dispositivo de comunicação interativo e comunitário.” (LÉVY, 1999, p. 27), que dá suporte à inteligência coletiva.

Entendida como o motor da cibercultura, a inteligência coletiva, como diz Lévy (2003), é uma inteligência distribuída por toda parte, em tempo real, que mobiliza as competências das pessoas. Isto quer dizer que, por meio das mídias digitais, integramo-nos à inteligência coletiva, contribuindo para seu crescimento e nos apropriando dos seus saberes, provocando o reconhecimento mútuo, o envolvimento e o crescimento das pessoas.

As TICs que permitem conexão virtual entre as pessoas e as informações possibilitam os processos de inteligência coletiva, mas não são suficientes. É preciso que os cidadãos desenvolvam sua cognição para usufruir cada vez mais e com melhor qualidade da inteligência coletiva. O ciberespaço permite condições de existir uma comunicação direta, coletiva, na qual as pessoas estejam em interação.

A cibercultura não é um marco zero na cultura humana, tanto é que mantém o vínculo entre o mundo conectado e o desconectado, ainda que apresente características singulares. Martino (2015, p. 27) aponta que “[...] as relações sociais, as ideias e práticas que circulam nas redes de computadores existem também no mundo desconectado, mas a ligação via máquina imprime características específicas a essas práticas”. Isso reforça a ideia de que uma série de ações e práticas só acontece por conta do aparato tecnológico, como, por exemplo, a interação entre políticos e cidadãos espalhados por todo o país.

Com características diferentes dos meios de comunicação de massa, a internet começou a fazer parte da rotina da população brasileira a partir de 1990. E para entender as transformações promovidas na sociedade desde a chegada da comunicação digital é preciso retomar à questão da virtualização das informações, conforme elucidam as reflexões de Lévy (1996).

Estará o texto aqui, no papel, ocupando uma porção definida do espaço físico, ou em alguma organização abstrata que se atualiza numa pluralidade de línguas, de versões, de edições de tipografias? Ora, um texto em particular passa a apresentar-se como a atualização de um hipertexto de suporte informático. Este último ocupa “virtualmente” dos os pontos da rede ao qual está conectada a memória digital onde

se inscreve seu código? Ele se estende até cada instalação de onde poderia ser copiado em alguns segundos? Claro que é possível atribuir um endereço a um arquivo digital. Mas, nessa era de informações on line, esse endereço seria de qualquer modo transitório e de pouca importância. (LÉVY, 1996, p. 19-20).

O autor retrata como o ambiente virtual é competente para que textos e demais conteúdos alcancem pessoas conectadas em rede situadas em qualquer ponto do globo, superando os resultados de qualquer fenômeno comunicacional anterior. Os dados e as informações digitais estão desterritorializados, mas cada integrante do ciberespaço pode acessá-los, ainda que seja necessária a utilização de equipamentos.

Para Lévy (1996), a informação virtualizada existe, ainda que não esteja presente, ou seja, ela é tudo que existe em potência, podendo ser acessada e enviada continuamente, sofrendo constantes atualizações. Essa capacidade do ciberespaço de virtualizar e atualizar informações e dados potencializa as possibilidades do internauta em receber, utilizar, ampliar e reelaborar esses conteúdos que transitam nos fluxos comunicativos, de modo até então não vivenciado pela humanidade.

Martino (2015) corrobora com esse entendimento ao defender que o mundo virtual não se opõe ao que seria um mundo ‘real’, desconectado. Para ele, essas duas dimensões se articulam. “A expressão “mundo virtual” pode se opor a “mundo físico”, mas não a “mundo real”. O mundo virtual existe enquanto possibilidade, e se torna visível quando acessado, o que não significa que ele não seja real.” (MARTINO, 2015, p. 31).

A informação virtual vive em constante atualização, porém com a possibilidade de ser uniforme em todos os computadores que a buscam. A partir de diversos equipamentos que possibilitam a conexão em rede entre os cidadãos e os representantes políticos é possível proporcionar e a interatividade entre eles, enquanto produtores e receptores de conteúdo.

A informação virtual é hipertextual, por isso rompe com uma leitura tradicional, como de uma carta, um livro ou um jornal físico. É necessário apresentar algumas das características da internet, expressas na informação virtualizada e acessada pelos internautas em interação nas mídias digitais, conforme orientações de Pinho (2003):

- a) Hipertextualidade: rompe com a leitura linear das mídias anteriores, nas quais o indivíduo precisava ler, ouvir ou assistir a partir de um ponto inicial, da esquerda para a direita, de cima para baixo ou seguindo uma grade de programação. A linguagem hipertextual possibilita o acesso às informações por meio de *links* nas palavras ou imagens ao longo dos textos. É o internauta que irá escolher seu caminho de leitura a partir da navegação;

- b) Acessibilidade: qualquer conteúdo inserido de forma pública na internet pode ser acessado a qualquer hora do dia, da semana, do ano, ou enquanto estiver publicada;
- c) Instantaneidade: a informação é inserida pelo produtor do conteúdo e, automaticamente, todos os outros internautas podem ter acesso ao conteúdo digital;
- d) Dirigibilidade: o produtor do conteúdo pode direcionar mensagens a um determinado público ou pessoa, diferente das mídias tradicionais;
- e) Customização do conteúdo: pode ser promovida de diversas maneiras, seja na aparência visual da página, na seleção de conteúdos a receber, nível de privacidade, tempo de visualização e outros serviços. O uso dessas ferramentas possibilita a personalização da página e outros serviços de acordo com as preferências do usuário;
- f) Custos de produção e de veiculação: cada internauta é uma mídia em potencial, já que as mídias sociais possibilitaram a todos terem suas próprias mídias digitais com a inserção de conteúdos diversos a baixos custos. É preciso investir apenas em *hardware*, *software* e conexão;
- g) Multimidialidade: é a possibilidade de utilizar e publicar em diversas linguagens: texto, áudio, vídeo, imagens, dentre outros. É a lógica mais simples da convergência;
- h) Interatividade: Pinho (2003) frisa que, na internet, um veículo de comunicação não fala, mas sim conversa. Uma série de ferramentas possibilita interatividade entre as pessoas, como e-mail, grupos de discussão, espaços de comentários, enquetes, dentre outras. Diferentemente dos meios tradicionais, nos quais a comunicação é unidirecional e voltada à massa, a internet possibilita uma comunicação tanto unidirecional, quanto bidirecional, mas também a interação todos-todos, ou seja, diversos atores podem interagir dialogicamente, assim como ocorre nas *fanpages*. Ou ainda um-um, como no telefone e chats, e um-todos, como nos sites jornalísticos e mídias tradicionais. Essa característica será discutida com maior ênfase posteriormente, já que nela há um potencial de troca de informações e debate entre os cidadãos.

Assim, a sociedade em rede inaugura uma comunicação que promove a sociabilidade, ultrapassando o sistema de comunicação de massa que caracterizava a sociedade industrial. Ainda que não represente a liberdade estipulada pelos profetas da ideologia libertária da

internet, a sociedade em rede estimulou a interação entre pessoas de vários lugares, conforme prevê Castells (1999).

Ela é constituída simultaneamente por um sistema oligopolista de negócios multimídia, que controlam um cada vez mais inclusivo hipertexto, e pela explosão de redes horizontais de comunicação local/global. E, também, pela interação entre os dois sistemas, num padrão complexo de conexões e desconexões em diferentes contextos. Contudo, o que resulta desta evolução é que a cultura da sociedade em rede é largamente estruturada pela troca de mensagens no compósito de hipertexto electrónico criado pelas redes, ligadas tecnologicamente, de modos de comunicação diferentes. Na sociedade em rede, a virtualidade é a refundação da realidade através de novas formas de comunicação socializável. (CASTELLS, 1999, p. 23).

O novo contexto promove uma enorme mudança na sociabilidade, sustentada pela lógica própria das redes de comunicação. As mídias digitais se ajustam perfeitamente na forma de construir sociabilidades em redes de comunicação conforme as necessidades ou interesses de cada um. Assim, a sociedade em rede é a sociedade de indivíduos conectados, os quais chamamos de cidadãos neste trabalho.

Daí surgem novas maneiras de integrar pessoas de um mesmo ou de diferentes espaços geográfico, novos modos de estabelecer práticas comunicativas com os mais diversos interesses entre cidadãos da mesma ou de diferentes cidades, sob a ótica da inteligência coletiva no ciberespaço, como um acúmulo de saberes virtuais. Essa possibilidade de cada cidadão ser potencialmente um produtor de conteúdo é uma das assertivas básicas da cultura da convergência (JENKINS, 2008).

De acordo com Jenkins (2008), a cultura da convergência está fundamentada em três pilares: a convergência tecnológica dos meios de comunicação, a cultura participativa e a inteligência coletiva. O autor a define como:

[...] um fluxo de conteúdos através de múltiplos suportes midiáticos, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam. (JENKINS, 2008, p. 3).

O conceito ajuda a compreender como as *fanpages* dos políticos ajudou a criar um público ativo, que busca informações sobre os eleitos em diferentes mídias, não estando mais sujeitos apenas ao horário eleitoral e as informações elaboradas pela mídia tradicional, em especial a TV.

Segundo Jenkins (2008, p. 19), “[...] se os antigos consumidores eram previsíveis e ficavam onde mandavam que ficassem, os novos consumidores são migratórios,

demonstrando uma declinante lealdade [...] a meios de comunicação”. Isso sugere que aquele formato tradicional de comunicação analógica utilizada pelos representantes políticos não é mais suficiente, pois os cidadãos conectados têm agora a oportunidade de obter informações, questionar e debater com prefeitos, vereadores, governadores, deputados e senadores, além da aquisição de conteúdos elaborados por jornais, sites e programas de TV e rádio.

Nessa perspectiva, Jenkins (2008) aborda a cultura participativa em contraste com a passividade dos públicos dos meios de comunicação tradicionais.

Em vez de falar sobre produtores e consumidores de mídia como ocupantes de papéis separados, podemos agora considerá-los como participantes interagindo de acordo com um novo conjunto de regras, que nenhum de nós entende por completo. Nem todos os participantes são criados iguais. Corporações – e mesmo indivíduos dentro das corporações da mídia – ainda exercem maior poder do que qualquer consumidor individual, ou mesmo um conjunto de consumidores. E alguns consumidores têm mais habilidades para participar dessa cultura emergente do que outros. (JENKINS, 2008, p. 4).

A opinião dos públicos, que antes das mídias digitais era algo a que não se dispensava tanta atenção, hoje tem papel decisivo nas direções e procedimentos da rotina produtiva dos veículos de comunicação tradicional. Os políticos também estão atentos e procuram estimular uma cultura mais participativa em conjunto com os mecanismos da Web 2.0, que possibilita a vontade do público de ter mais voz nas decisões políticas que repercutem na sociedade.

Os coletivos de cidadãos só podem se reunir em um mesmo lugar para discutir sobre os assuntos da cidade, do estado e do país a partir da mediação das TICs, pois estão separados geograficamente. Por meio delas os indivíduos podem colocar seus saberes em cooperação e participar da cultura emergente proposta pelas mídias digitais, que possibilitou aos cidadãos colaborar com as discussões sobre a política e o interesse público. Esse comportamento fortalece a inteligência coletiva.

Ao desenvolver o conceito de inteligência coletiva, Pierre Lévy vislumbrou uma proposta global ligada aos aspectos cognitivos e de ações práticas que se apliquem à mobilização das competências das pessoas e que procurem, de fato, a finalidade da inteligência coletiva, que é o reconhecimento e o enriquecimento mútuo daqueles que se envolvem nessa proposta (LÉVY, 2003).

Martino propõe que a inteligência coletiva “[...] parte do princípio da reciprocidade – o conhecimento de um indivíduo poderá sempre ser útil para outra pessoa.” (MARTINO, 2015, p. 31). Isso reforça a ideia de que as mídias digitais contribuem para a cidadania e para a política, afinal, ambas vivem na mesma dinâmica de transformação do mundo virtual. Se hoje

podemos aprender tantos assuntos pelas mídias digitais, também podemos, por meio da interação, compreender melhor os processos cívicos e políticos, oferecer informações e recebê-las de representantes públicos, em um movimento voltado para a representação popular efetiva, conforme as demandas e interesses dos cidadãos.

3.2 WEB 2.0: A GERAÇÃO VOLTADA À SOCIABILIDADE DOS INTERNAUTAS

Atualmente é praticamente impossível pensar nosso cotidiano sem estarmos conectados *on-line* para realizar uma série de tarefas ou interagir com nossos pares. Tantas possibilidades de agir na internet, em especial na *web*, foram sendo construídas ao longo de um panorama de gerações pelas quais foram sendo elaborados aplicativos e ferramentas.

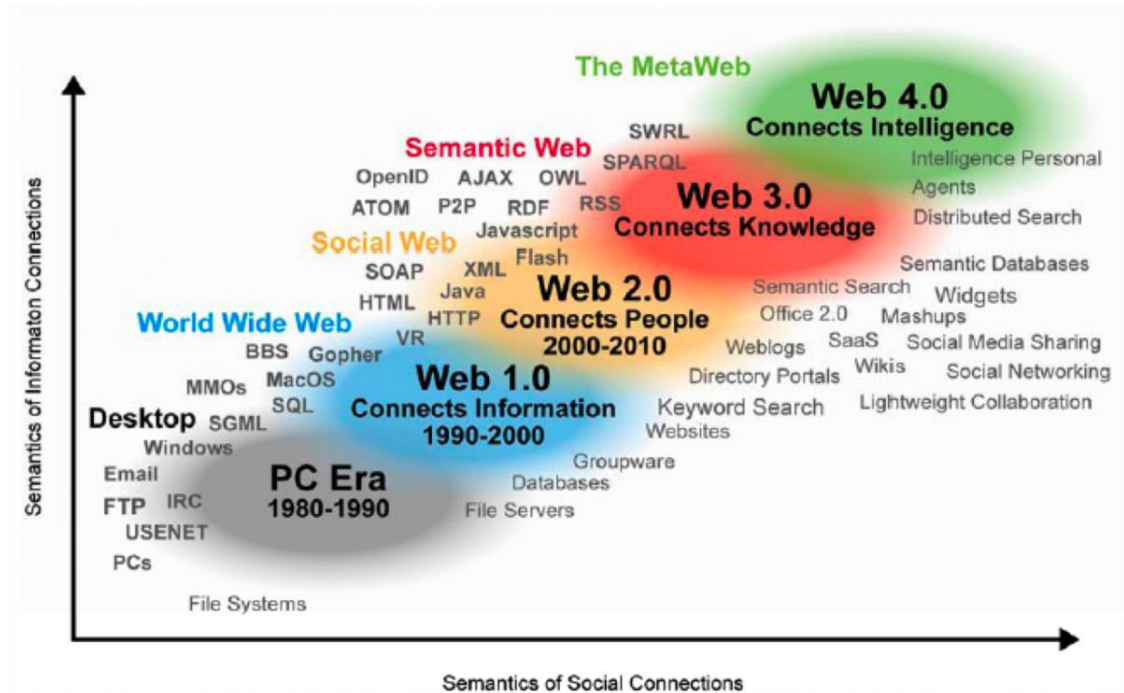
Inicialmente a *web* possibilitou uma massificação dos conteúdos informacionais, mas não explorava a hipertextualidade, nem a multimídia ou a interatividade. Os conteúdos eram disponibilizados de modos mais estáticos. Era a chamada Web 1.0, caracterizada como uma fonte de informação, uma grande biblioteca. Só tempos depois, com a Web 2.0, voltada para a sociabilidade dos internautas, novos recursos a tornaram dinâmica, quando emissores e receptores passaram a alternar suas posições. O destaque dessa geração é o surgimento de sites de relacionamento que possibilitam a reunião de pessoas em grupos e comunidades virtuais com interfaces simples e acesso gratuito. Os internautas podem interagir e inserir conteúdos, em uma prática marcada pela existência da inteligência coletiva.

Na Web 3.0 ou Web Semântica o objetivo é torná-la compreendida não apenas pelas pessoas, mas também pelas máquinas. A ideia é proporcionar estruturas e significados semânticos aos conteúdos das páginas a fim de promover um ambiente de cooperação entre internautas e agentes de *softwares*. Assim, pode ser representada quando a sistematização das informações torna os resultados do buscador mais preciso.

A Web 4.0 envolve processos de inteligência artificial, ou seja, segundo Flandoli (2010), é “[...] um gigantesco sistema operacional inteligente e dinâmico, que irá suportar as interações dos indivíduos, utilizando os dados disponíveis, instantâneos ou históricos, para propor ou suportar a tomada de decisão”, baseado em um complexo sistema de inteligência artificial.

A FIGURA 1 sintetiza as gerações da *web* até o momento.

Figura 1 - Gerações da web



Fonte: Adaptado de Nova Spivack and Radar Networks, 2007.

Esta dissertação se apoia na proposta das Web 2.0, 3.0 e 4.0, com destaque para a versão 2.0 – que é fundamentada nas lógicas da comunicação em rede, na interatividade, na colaboração e na inteligência coletiva, com ênfase nas novas formas e espaços de comunicação utilizadas na internet. Na Web 2.0 as TICs se concretizam por meio de plataformas e ferramentas oferecidas e atualizadas em rede, também convencionalmente chamadas de mídias digitais ou sociais. Dentre as mais usadas, temos: blogs, microblogs, sites de relacionamento, sistemas de bate-papo, compartilhamento de fotos e vídeo, *podcasts* e *wikis*. As Web 3.0 e 4.0 versam sobre as buscas facilitadas para se encontrar pessoas e grupos, bem como o algoritmo do Facebook, que determina a visibilidade das publicações para os usuários.

Lévy (2010) batizou essa perspectiva de ‘computação social’, já que os usuários podem elaborar os próprios conteúdos e publicá-los na internet.

A computação social constrói e compartilha de maneira colaborativa as memórias numéricas coletivas em escala mundial, que se trate de fotografias (Flickr), de vídeos (YouTube, DailyMotion), de música (BitTorrent), de “favoritos” da web (delicious, Furl, Diigo) ou então de conhecimentos enciclopédicos (Wikipedia, Freebase). (LEMOS; LÉVY, 2010, p. 11).

Desde o advento da Web 2.0 qualquer cidadão com habilidades para utilizar as

ferramentas oferecidas passou a poder elaborar, usar, comentar e compartilhar informações em uma variedade de formatos. Deste modo, percebe-se que as TICs viabilizam aos grupos sociais um novo modo voltado ao convívio e à interação entre seus membros.

3.3 COMUNICAÇÃO DIGITAL

A comunicação é compreendida como um processo social básico, pois rege todas as relações humanas. É o ato de comunicar algo ou se comunicar com alguém que possibilita a vida em sociedade, por meio do intercâmbio entre os seres humanos. Afinal, quando uma pessoa comunica alguma coisa a alguém, isso se torna comum a ambos. A etimologia da palavra comunicação sugere algo eminentemente social na sua origem. Comunicação, comunhão, comunidade são palavras que têm a mesma raiz e estão relacionadas à mesma ideia de algo compartilhado.

O termo comunicação se aplica a um tipo de relação intencional exercida sobre outrem. A acepção mais fundamental do termo se refere ao processo de compartilhar um mesmo objeto que exprime a relação entre consciências (MARTINO, 2001). Para este autor, o ser humano é um ser da comunicação,

[...] consigo (subjetividade) e com o mundo, ambos entendidos como o produto da comunicação com outrem, pois assim como a subjetividade não é um dado natural, as coisas não se apresentam ao ser humano de forma direta, mas são construídas graças à mediação do desejo, conhecimento e reconhecimento de outrem. (MARTINO, 2001, p. 23).

Como um ser da comunicação, o homem pratica o diálogo por meio do encontro com outros homens. Esse ato é condição de exigência para a existência humana, baseada na reciprocidade entre as pessoas, recebendo e retribuindo uma série de manifestações comunicativas existentes e afetando diariamente as vidas de todos.

Em sua obra *Pedagogia do oprimido*, Freire (1994) afirma que é no diálogo autêntico que acontece o reconhecimento do outro e o reconhecimento de si, no outro. Mais do que isso, diálogo é decisão e compromisso de colaborar na construção do mundo comum. O autor defende que o indivíduo precisa reconquistar seu direito à palavra, à fala. O autor acredita que não há consciências vazias, somos seres pensantes, de modo que o diálogo é o encontro dos homens, “[...] mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu.” (FREIRE, 1994, p. 50).

A cidade perde cotidianamente a referência de lugar de convivência e de atos coletivos por diversas razões, mas a comunicação digital propõe reestabelecer esse sentido. De acordo com Mainieri (2014), a comunicação digital sinaliza na direção de uma cidade sentida, permitindo ao cidadão se conectar e participar da reconfiguração pela qual passa as cidades. Para o autor, as mobilizações feitas pelas mídias sociais que reuniu multidões nas ruas demonstram como a comunicação digital propicia uma nova ocupação do espaço urbano, com tomadas de ruas, praças, prefeituras, câmaras e assembleias, “[...] ressignificando esses espaços urbanos como palco de reivindicação dos direitos dos próprios cidadãos.” (MAINIERI, 2014, p. 189).

Assim, a comunicação digital é entendida nesse estudo como a comunicação realizada por meio do uso das TICs, que permitem ao cidadão buscar uma gama de informações no virtual, bem como discuti-las com outros atores sociais, dispersos no espaço e no tempo. E, ainda, influenciar pessoas e participar de espaços de deliberação e/ou debate.

Ao abordar a questão da comunicação digital e da interação mediada por computador Recuero (2009) analisa o contexto trazido pelas TICs.

As novas tecnologias de comunicação têm agido de modo a reconfigurar os espaços como os conhecemos, bem como a estrutura da sociedade. A Comunicação Mediada por Computador (CMC) trouxe as mais variadas modificações para o meio. Com isso, alguns conceitos da sociologia, como o de comunidade, foram transpostos para os novos fenômenos. (RECUERO, 2009, p. 11).

É pela comunicação digital, mediada por suportes tecnológicos, que as pessoas vão formando, na virtualidade, suas redes sociais, baseadas na horizontalidade das conexões e no fluxo contínuo de informações. O exercício da comunicação contribui com o aprendizado da cidadania pelo brasileiro enquanto cidadão, possibilitando o acesso à informação e estimulando o interesse à leitura para qualificar o debate nos espaços de interação virtual sobre sua cidade e os mandatos dos agentes políticos.

Ao analisar a história da humanidade na luta pela cidadania e pelo seu direito a se comunicar, Wolton (2011) caracteriza o século XIX pela revolução da informação com a conquista das liberdades essenciais; o século XX, pela vitória da informação e da tecnologia graças ao fenômeno da comunicação ao alcance de todos. Porém, aponta que o grande desafio do século XXI será da geração de condições para a coabitação possível entre pontos de vista diferentes.

O autor pontua sobre a abundância de informações encontradas na internet, mas esclarece que o cidadão ter acesso a elas e também ser capaz de produzi-las não significa

comunicar. Comunicar presume se relacionar. O estudioso acredita que o aumento da circulação rápida de informações não amplia a comunicação e a compreensão, pois, se sonhávamos com a aldeia global de Marshall McLuhan, estamos na torre de Babel. “O desafio é menos de compartilhar o que temos em comum do que aprender a administrar as diferenças que nos separam” no plano individual e coletivo (WOLTON, 2011, p. 1).

Opondo-se à concepção dominante que insiste na performance das tecnologias como progresso da comunicação, Wolton (2011) privilegia os processos políticos necessários para evitar que o horizonte da incomunicação entre os indivíduos e as culturas não se torne uma fonte de conflitos.

Com a comunicação sempre vem a questão do outro, que é mais complicada tanto em nível de experiência individual quanto coletiva, apesar da onipresença das tecnologias, das suas performances e da liberdade dos indivíduos. Tudo deveria andar mais rápido. Tudo anda cada vez mais lentamente. Basta ver o tempo que passamos tentando nos compreender apesar da profusão de tecnologias interativas e sofisticadas à disposição. O diabo da alteridade infiltra-se em todas as trocas comunicativas. (WOLTON, 2011, p. 21-22).

No passado eletrônico e analógico, comunicar era transmitir, pois as relações humanas eram frequentemente hierárquicas. Na era digital a oferta das informações e mensagens se tornou intensa, com receptores/emissores com perfis heterogêneos. A comunicação digital é atravessada por processos de negociação sobre as informações que os cidadãos recebem e estão adequadas à suas realidades.

Informar continua a ser uma negociação implícita entre os fatos, o acontecimento, o contexto e as representações. O que dizer dos receptores? Impossível ignorá-los, impossível satisfazê-los. A margem de manobra é restrita, pois a informação não é mais sagrada, é superabundante e mastigada. O receptor é, ao mesmo tempo, o melhor aliado da liberdade de informação e seu maior inimigo. As margens de manobra diminuíram. (WOLTON, 2010, p. 57).

Temos que refletir que os indivíduos e os grupos não se acham em condições de igualdade nesse processo de comunicação digital. Essa igualdade só existe em relação a estar conectado ao mundo digital e usufruir de suas capacidades técnicas. Entretanto, cada grupo é afetado por sua origem social, formação escolar e cultural, o que determina as escolhas de informações e a competência em transformá-las em percepções de mundo e racionalizações. Daí vem o entendimento de que a comunicação é um conceito político e democrático. Defendemos nesse trabalho que, ainda que os internautas sejam diferentes em diversos aspectos, como receptores estão cada vez mais ativos para resistir ao fluxo intenso de

informações.

A comunicação é mais complexa que a informação porque “[...] remete à ideia de relação, de compartilhamento, de negociação.” (WOLTON, 2011, p. 18), implica em relacionar-se com o outro, onde a alteridade está sempre presente. Isso também se reflete nas relações travadas entre representantes políticos e cidadãos nas mídias sociais, pois o internauta pode interagir inclusive com aqueles dos quais diverge em opiniões e atos, tornando o relacionamento, a comunicação e a negociação muito difícil.

Com uma crítica dura à ideologia tecnicista da internet, Wolton (2011) afirma que os políticos, desejosos de parecerem modernos, chegaram a quase imaginar que poderiam manter contato mais fácil com os cidadãos em espaços virtuais do que através da comunicação direta – seria a interatividade como substituto da comunicação humana difícil.

Imaginaram que os “*gadgets*” da democracia eletrônica dariam um novo impulso à participação política dos cidadãos, esquecendo que a política nunca pode andar na mesma velocidade das notícias. A internet não poderá ser o novo motor da democracia, pois a questão do poder não se resume à informação, mas diz respeito à valores e à comunicação entre seres humanos. (WOLTON, 2011, p. 57).

Se as informações são rápidas de serem construídas, a política envolve relacionamentos, o que exige dedicação, tempo, paciência e muita conversa entre os envolvidos. Assim, as ferramentas da internet não são capazes de impulsionar a participação política dos cidadãos. Assim como Wolton (2011), não acreditamos que o acesso amplo a informações gera relações democráticas por si só. Não há garantias aos cidadãos que os políticos queiram se apropriar da comunicação digital para fomentar relações mais democráticas com os brasileiros. Acreditamos que os valores defendidos por cada político e a forma como ele se comunica com os diversos atores nas mídias digitais é determinante, pois se a comunicação não é efetiva, se não há reciprocidade nos diálogos e influência nas ações desse agente, que interesse os cidadãos terão em interagir?

Ao estabelecer a relação entre informação e comunicação, Wolton (2011) elabora em cinco etapas sua teoria da comunicação, que aborda tanto a comunicação entre humanos quanto a comunicação mediada por tecnologias.

Primeiro: a comunicação é inerente à condição humana. Não há vida pessoal e coletiva sem vontade de falar, de comunicar, de trocar, tanto na escala individual quanto coletiva. Viver é se comunicar. Segundo: os seres humanos desejam se comunicar por três razões: compartilhar, convencer e seduzir. Com frequência simultaneamente por essas razões, mesmo se isso nem sempre é enunciado. Terceiro: a comunicação esbarra na incomunicação. O receptor não está sintonizado ou discorda. Quarto: abre-se uma fase de negociação na qual os protagonistas, de

modo mais ou menos livre e igualitário, tentam chegar a um acordo. Cinco: chama-se de convivência, com suas fragilidades e pontos fortes, o resultado positivo dessa negociação. A negociação e a convivência são procedimentos para evitar a incomunicação e as suas consequências, frequentemente belicosas. (WOLTON, 2011, p. 19).

O ato de comunicar é intrínseco no convívio entre cidadãos, seja para compartilhar informações, persuadir uns aos outros na elaboração de suas opiniões ou seduzir, encantar e emocionar nessa relação interpessoal. Para que o processo comunicativo se realize, os atores precisam estar em condições de igualdade no sentido de que haja a possibilidade de negociação entre eles. Wolton (2011) explica que comunicação está ligada à convivência, por isso, é preciso tempo para estar junto, respeito, tolerância e confiança entre as pessoas.

O citado autor destaca bem a diferença entre a informação – ligada a conteúdo e a dados, e a comunicação – referente à construção de uma relação, de uma união, de laços. A comunicação pensada no contexto das mídias digitais não pode ser desassociada da estrutura social, ou seja, da posição de cada cidadão e de grupos dentro da sociedade, e das relações interativas entre as pessoas e os dispositivos comunicacionais.

Para um político a comunicação com o outro é determinante para sua ascensão a um cargo eletivo ou sua legitimidade enquanto representante do povo. E sua sobrevivência política é marcada por uma comunicação persuasiva, por meio da qual ele consiga demonstrar empatia e seriedade em seus posicionamentos. O cidadão legitima ou não uma conduta política, inicialmente, se ao receber a informação, consegue compreendê-la e aproximá-la da sua vida. Entretanto, é difícil lidar com diferentes visões de mundo nas relações entre o político e o cidadão ou entre cidadãos. Nas mídias digitais, em grupos heterogêneos em suas perspectivas, assim como os formados nas *fanpages* dos deputados federais, é comum haver embates que se aproximam da incomunicação, com manifestações ofensivas entre as pessoas apoiadoras ou opositoras às ideias e ações daquele agente político.

Wolton (2011) advoga que somente em uma relação de convivência respeitosa entre as pessoas, abertas à negociação, é possível o encontro com a comunicação. Isso revela os desafios da comunicação entre cidadãos e políticos nas *fanpages*, já que obter uma unanimidade de opinião, mesmo entre os que os elegeram ao mandato, é quase impossível.

A política deve ser vivenciada com a incorporação da comunicação como momento de sua realização, e não apenas como divulgação de informações. As mídias interativas se tornam fundamentais ao processo democrático brasileiro ao reunir representantes e representados, realizando um papel estratégico inserido em um novo paradigma de comunicação, como ensina Gomes (2001): a) qualquer sujeito pode tornar-se emissor, b)

qualquer emissor pode se tornar um receptor e vice-versa, c) qualquer receptor pode se transformar em provedor de informação, produzindo informação e distribuindo-a pela rede, ou simplesmente repassando as informações produzidas por outros.

Em um entendimento mais contemporâneo, a esfera pública é vista por Habermas (1997, p. 92) como um espaço da discussão associado ao mundo físico, que “[...] constitui-se principalmente do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o espaço social gerado no agir comunicativo, não com as funções, nem com os conteúdos da comunicação cotidiana”. Neste sentido, as *fanpages* são consideradas, neste estudo, um espaço social gerado no agir comunicativo e orientado ao entendimento, já que uma série de interações acontece nestes ambientes, por meio do ato de fala dos cidadãos, que pressionam a existência de uma relação, ao falar horizontalmente sobre assuntos de interesse público ou particular com o deputado federal.

Habermas (1997) reflete nas formas pelas quais acontece a influência da esfera pública política no sistema político, ao modificar os modelos propostos por Cobb, Ross e Ross. Ele sugere três modelos de influência: o modelo de acesso interno, o modelo de mobilização e o modelo de iniciativa externa. No terceiro se encontra a proposição de novos temas na esfera pública, com iniciativa externa daqueles que estão fora do sistema político, por meio da pressão da opinião pública – sendo que esses sujeitos podem articular uma demanda, propagar em outros grupos o interesse na questão, a fim de ganhar espaço na agenda pública, e pressionar os que têm poder de decisão, obrigando-os a inscrever a matéria na agenda formal. Já no primeiro e segundo modelos as iniciativas são oriundas dos atores políticos, mas sem a preocupação de promover o debate ou buscar apoio da esfera pública. No modelo de mobilização os projetos devem ter o apoio da esfera pública, ainda que se originem dos políticos, para uma implantação eficaz.

Basta tornar plausível que os atores da sociedade civil, até agora negligenciados, podem assumir um papel surpreendentemente ativo e pleno de consequências, quando tomam consciência da situação de crise. Com efeito, apesar da diminuta complexidade organizacional, da fraca capacidade de ação e das desvantagens estruturais, eles têm a chance de inverter a direção do fluxo convencional da comunicação na esfera pública e no sistema político, transformando destarte o modo de solucionar problemas de todo o sistema político. (HABERMAS, 1997, p. 115).

Habermas (1997) salienta que o cidadão pode intervir nos assuntos políticos. De acordo com o autor, quando os cidadãos se mobilizam por alguma questão em comum e a esfera pública é movimentada, o ambiente político entre representantes e representados entra em desequilíbrio. Assim, as relações de forças entre os cidadãos, grupos sociais e

representantes políticos podem passar por mudanças frente a determinadas demandas e provocar redefinição de posicionamento dos agentes e do sistema político.

Este ponto é importante para analisarmos as *fanpages* de políticos brasileiros, na perspectiva da existência de uma esfera pública nas páginas dos deputados federais no Facebook, nas quais eles se relacionam com seus representados e medem forças. Neste sentido, o papel que as mídias sociais desempenham na esfera pública política é importante para o desenvolvimento dos modelos citados anteriormente por Habermas (1997).

A comunicação nas mídias sociais alterna a potencialidade crítica do receptor com sua capacidade de emissor, modificando, a partir de então, o consumo da informação, como acontecia anteriormente na mediação realizada pelos meios de comunicação tradicional. Aqui o sujeito pode dar novos sentidos e significados às mensagens recebidas e compartilhá-las, de acordo com suas capacidades de entendimento e reflexão.

Antes de continuarmos a refletir sobre as mídias e redes sociais, é preciso diferenciar os conceitos de interatividade e interação. Rabaça e Barbosa (2002) explicam que a interatividade é a qualidade do que é interativo, isto é, do que estabelece a interação entre os interagentes. A interatividade é expressa na resposta automática a um comando ou a uma série de comandos do usuário ao computador, sempre incluído no processo de comunicação.

Verificamos ao estudar sobre a interação nas mídias digitais que há autores que empregam o termo de diversas maneiras e, muitas vezes, utilizam a palavra interatividade como sinônimo de interativo. É necessário frisar que quando usamos, nesta dissertação, o termo ‘interatividade’ o citamos como uma característica da ferramenta para promover a interação.

Primo (2000; 2011) concebe duas formas de interação no virtual: a interação mútua e a interação reativa. Estas formas se distinguem pelo relacionamento entre os interlocutores. Na primeira, a mútua, há autonomia das partes ao estabelecerem a conversa; na segunda, a reativa, há uma determinação no número de respostas a serem dadas, baseada na lógica do estímulo-resposta. Quanto ao processo, o autor afirma que a interação mútua se realiza por meio da negociação. Na interação mútua, na qual duas ou mais pessoas se comunicam, o relacionamento evolui a partir de processos de negociação. A comunicação é capaz de manter as relações entre atores em contínua construção. “A interação mútua é um processo emergente, isto é, ela vai sendo definida durante o processo. Portanto, as correlações existem, mas não determinam necessariamente relações de causalidade.” (PRIMO, 2000, p. 9).

Ambos os tipos de interação interessam para esse estudo, pois demandam, como em qualquer relação, dedicação. Isso preconiza a dedicação no virtual que deputados devem ter

com os cidadãos, e vice e versa, para que a interação seja voltada à cidadania.

A interação social mútua em redes virtuais surge nas trocas comunicativas entre pessoas de um grupo ou uma página, consolidada no sentimento de pertencer, ou seja, no pertencimento relacional, quando há conversa e reconhecimento do interlocutor. Ao tomarmos o Facebook como exemplo, seja na página do perfil, em um grupo ou em uma *fanpage*, é necessário se comunicar, curtir, comentar, compartilhar e criar laços para que se receba retorno e apoio dos outros membros, angariando um capital social. Mesmo quando o político não se comunica com o cidadão o simples fato de outros cidadãos interagirem com ele já o faz se sentir pertencente ao grupo. Isso torna o espaço das *fanpages* de um representante político um espaço de fala em que o cidadão pode expressar suas opiniões e debater com apoiadores ou opositores.

A interação social reativa prevê um pertencimento constituído na identificação do ator com a temática do grupo, ou seja, a vontade de pertencer a um grupo, talvez até maior do que a intenção de interagir dialogicamente. Este tipo de laço pressupõe pouca dedicação, pois para sua manutenção é necessário, ao ator, apenas se associar, ainda que essa associação se estabeleça por um processo de identificação entre o sujeito e o grupo ou com a temática da página. Tal ação é voltada para a construção da identidade e a definição do perfil do internauta no espaço virtual, determinantes para a criação de empatia e vínculo com novos amigos.

O conceito de interação reativa é aplicado quando cidadãos optam por curtir determinada página de um político e demonstram interesse em acompanhar as publicações ou apoio àquele político em seu perfil, o que fomenta um pertencimento associativo, no qual os laços não se desgastam. Esse é o caso de muitas páginas que são curtidas por milhares de usuários, mas há pouca interação. O inverso também acontece, muitos acompanham as atualizações de uma página para atuar como opositores aos deputados e seus partidos no virtual ou no mundo físico.

Em seu estudo voltado à área da comunicação social, Zamith (2011, p. 28) conceitua a interatividade como “[...] a capacidade gradual que tem um meio para dar aos utilizadores um maior poder tanto de seleção de conteúdo (interatividade seletiva) como em possibilidades de expressão e comunicação (interatividade comunicativa)”. O autor ainda apresenta três abordagens ao conceito de interatividade: a) interatividade seletiva: a relação entre indivíduo e máquina; b) interatividade comunicativa: a relação mediada que se produz entre indivíduos; c) interatividade seletiva e comunicativa: união de dupla dimensão.

A interação mútua para Primo (2011) é compatível com o conceito de interatividade

comunicativa em Zamith (2011), bem como a interação reativa se identifica com a interatividade seletiva. A princípio, as comparações são idênticas, mas é necessária a explicação das diferenças para o exercício da cidadania.

Na interação mútua a mensagem recebida é decodificada e interpretada, podendo provocar a continuidade do processo comunicativo, inclusive pela ação de qualquer cidadão. Nas mídias sociais esse tipo de interação tem fluxos dinâmicos ao longo do processo, podendo seguir a lógica todos-todos, ou melhor dizendo, muitos falando com muitos. O interagente pode se expressar como escolher, sem ter que optar por reações pré-estabelecidas. Assim, não há como prever o modo como irá fluir essa interação. A participação na interação mútua resulta do enfrentamento da mensagem recebida com a complexidade cognitiva do interagente (PRIMO, 2000).

A interação reativa é resultado das opções dadas antecipadamente pelo emissor anterior. Aquele que interage com o conteúdo não pode escolher outros *feedbacks*, senão os já previstos. Esse tipo de interação não promove a expressão da subjetividade do interagente, apenas reflete o que é permitido, negando-lhe a liberdade.

No objeto de estudo desta pesquisa, a página (*fanpage*) do Facebook, são encontrados ambos os tipos de interação. A interação mútua está presente no ato de comentar ou compartilhar, nos quais é possível expressar as visões individuais. Já a interação reativa está prevista no botão curtir, com as opções curtir, amei, uau, haha (risadas), triste e grr (bravo). Como essa subdivisão de percepções foi aplicada ao botão curtir no final do ano de 2015, poucas vezes foram encontradas em nossos resultados, por isso não foram estudadas.

A cidadania proveniente da participação por meio da interatividade será expressa na interação, seja ela comunicativa ou reativa, pois em ambas há negociações de sentido, além de uma permitir ser complementada pela outra nesse processo. A interação virtual é a própria comunicação entre as pessoas, como resultado temos as identidades e a compreensão dos processos sociais vivenciados na cidade física, expressa por vozes dos moradores que também ocuparam o virtual. A percepção de que a comunicação digital também pode alcançar a interação na cidade física, no contato face a face, é inegável na atualidade. De qualquer modo, a circulação de percepções oriundas dos mundos *on-line* e *off-line* se afetam e se misturam.

3.4 MÍDIAS DIGITAIS: O SOCIAL COMO ELEMENTO DE INTERAÇÃO

As mídias digitais representam a interface mais popular, na atualidade, da

comunicação digital; conectadas em rede possibilitam ligação com qualquer um, a qualquer tempo e de qualquer lugar. São elas as plataformas que sustentam as redes sociais que estabelecem trocas comunicativas formadoras da inteligência coletiva de que fala Lévy (1999), na qual o processo de fluxo mistura o emissor, o meio e o receptor, que se embaralham até organizar novas maneiras e espaços de interação e sociabilização.

O termo mídias digitais é amplo e refere-se a qualquer meio de comunicação que utiliza tecnologia digital, boa parte móvel. Consideramos como mídias digitais todas as tecnologias digitais *on-line* que possibilitam o compartilhamento de conteúdo, opiniões, visões, vivências e mídias, permitindo conversas sobre os assuntos de interesse das pessoas. Sendo assim, o termo ‘mídias sociais’ pode ser dito como sinônimo, pois se trata de plataformas para a existência de redes sociais no ambiente virtual.

A era digital promove a modernização das mídias e a interconexão entre elas. A televisão digital – *smart TV* – com funções interativas, a internet e os *smartphones* são mídias conectadas em rede. Jenkins (2008) orienta que a convergência das mídias está relacionada a serviços, produtos ou grandes corporações e também com o público que controla as mídias, produzindo conteúdos sobre suas vidas pessoais, familiares e profissionais.

As mídias sociais surgiram na década de 1990, junto com os portais de notícias, e se desenvolvem desde então. Em 2002 o Friendster inaugurou a febre da interação digital, permitindo aos amigos se encontrarem no mundo virtual, depois surgiu o Myspace, em 2003, com a mesma proposta, ambos se tornaram populares. Nos anos seguintes os blogs de fotografias conquistaram usuários, seguidos em 2004 pelo Orkut, que alcançou grande popularidade entre os brasileiros até 2011, quando passaram a migrar para o Facebook em 2009. O Twitter obteve considerável sucesso, desde seu lançamento em 2006, com o envio de mensagens (tweets) de até 140 caracteres. Outras mídias são muito utilizadas no Brasil, como o Instagram, Snapchat e WhatsApp, mas o Facebook é o campeão de público e de interação. (JESUS, 2012).

Recuero (2009) explica que uma rede social é constituída pelo conjunto de atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais). O ator é a representação do indivíduo, elaborada por ele mesmo, como expressão de sua individualidade, já as conexões são criadas a partir dos laços sociais, desenvolvidos por meio da interação social entre os atores. Para a autora, interação é “[...] aquela ação que tem um reflexo comunicativo entre o indivíduo e seus pares, como reflexo social” e “[...] um caráter social perene e diretamente relacionado ao processo comunicativo.” (RECUERO, 2009, p. 31).

A interação é compreendida neste trabalho como a comunicação entre os membros de uma rede social que utiliza mídias digitais para o exercício da convivência, expressa no ato de seguir uma *fanpage* – página do Facebook, e, principalmente, ao curtir, comentar e compartilhar algo nesse site de relacionamento. Assim, é na interação que o cidadão manifesta sua compreensão de mundo, ao ser constantemente influenciado pelas relações que estabelece e pelos objetivos dos atores envolvidos.

Observamos, nas interações entre deputados federais e cidadãos, que as trocas comunicativas no Facebook podem ser replicadas nas páginas individuais dos internautas, bem como para outras mídias digitais, de forma assíncrona. A percepção de cada cidadão sobre o assunto divulgado pelo deputado, somado aos dos outros interagentes, determinam o entendimento e a qualidade da interação entre esses atores.

As mídias digitais tornam tudo público e interativo, provocando conflitos de legitimidade, um dos desafios culturais e políticos do presente e do futuro. Parafraseando Wolton (2011), a ação de privilegiar o entendimento na comunicação e no funcionamento do espaço público compreende a perspectiva de refletir também sobre a necessidade de administrar, ao mesmo tempo, as diferenças inerentes às nossas sociedades e a manutenção de um princípio de unidade, tendo em vista a renovação dos aspectos contemporâneos do laço social. Afinal, “[...] a comunicação é um problema de convivência e de laço social, característica de uma sociedade de movimento, de interatividade, de velocidade, de liberdade e de igualdade.” (WOLTON, 2011, p. 25).

As conexões entre os membros de uma rede social são criadas pelos laços sociais, formados na interação entre os atores. Em geral, representam o motivo de contato entre as pessoas, assim, podemos ter laços afetivos, de trabalho, da família, da escola etc. Quando estabelecido na vida cotidiana, este elo tende a também ser estabelecido no meio virtual, mas o inverso nem sempre ocorre, o que não desvaloriza a interação mediada pelo computador, capaz de gerar relações sociais que produzem laços sociais. Recuero (2009) conceitua o laço social:

É um laço social constituído a partir dessas interações e das relações, sendo denominado laço relacional. Entretanto, Breiger (1974, p.183-185), inspirado nos trabalhos de Goffman (1975), explica que o laço social pode ser constituído de outra forma: através de associação. Goffman explica que os indivíduos são conectados a outros indivíduos através de relações sociais. Entretanto, a conexão entre um indivíduo e uma instituição ou grupo torna-se um laço de outra ordem, representado unicamente por um sentimento de pertencimento. Trata-se de um laço associativo. (RECUERO, 2009, p. 38).

A citada autora defende que todo o laço social é relacional. Segundo ela, laços relacionais são formados através de relações sociais e resultam da interação entre os atores de uma rede social. Já os laços de associação são estabelecidos em razão de um pertencimento, ou seja, não dependem da interação, pois basta, ao indivíduo, pertencer a um certo local, instituição ou grupo. Os laços associativos são construídos através da comunicação mediada pelo computador e da interação social reativa. Os laços relacionais são dialógicos, estabelecidos através da interação social mútua.

Nas *fanpages* dos deputados federais os cidadãos podem ou não ter se relacionado, anteriormente, no mundo físico, com os deputados. Quando essas pessoas interagem conectadas ou desconectadas com os representantes, por meio do diálogo, estabelecem laços relacionais. Entretanto, quando os indivíduos se associam à *fanpage* promovem um laço associativo, seja em razão do político ser representante eleito, de uma afinidade com suas ideias ou por outros motivos. Os laços relacionais são estabelecidos no espaço das *fanpages* dos deputados federais através de relações sociais e acontecem na interação entre os vários atores da rede social existente ali.

Para entender a força dos laços, Martino (2015) e Recuero (2009) buscaram os estudos de Mark Granovetter, feitos em 1973, para refletir sobre como a força dos laços existentes entre os membros de uma rede social afeta no estabelecimento de contatos e na divulgação de mensagens entre os integrantes. Alguns fatores ajudam a aferir a força de um laço: a quantidade de tempo que se gasta com a pessoa, a intensidade emocional do vínculo e a intimidade, a confiança mútua e a reciprocidade.

Os laços são categorizados da seguinte forma: fortes, fracos e ausentes. Laços fortes são marcados pela intimidade, proximidade e o objetivo de criar e manter uma conexão entre pessoas. Os laços fracos, ao contrário, constituem-se por relações esporádicas, mas podem ampliar o círculo de relacionamentos (MARTINO, 2015).

É por isso que na internet nossos laços fracos nos conectam a novos grupos, pois são estabelecidos com pessoas com quem temos pouca intimidade ou sequer conhecemos no mundo físico, os assuntos desse encontro são carregados de novidades. Já os laços fortes têm origem nas relações que já trazemos do mundo físico, recheadas de proximidade e sentimentos; o encontro virtual produz conversas face a face.

No Facebook os laços que unem os cidadãos e os deputados federais são fracos, já que a quase totalidade das pessoas não os conhecem ou tiveram pouco contato face a face com os políticos. Por isso mesmo as interações virtuais entre esses atores são carregadas de indagações, dúvidas e até mesmo conflitos.

Recuero (2009, p. 42) ainda esclarece que “[...] quando os laços que conectam dois indivíduos possuem forças diferentes nos dois sentidos (AB e BA), tratam-se de laços assimétricos”. Isso quer dizer que um cidadão pode considerar o deputado seu amigo, mas o deputado pode não ter a mesma consideração, gerando assim um laço assimétrico, no qual um se comunica sempre, mas eventualmente ou nunca é respondido. O inverso é o que ocorre com um laço simétrico, no qual as forças atuam nos dois sentidos. O volume de cidadãos que buscam interação com os representantes nas *fanpages* inviabiliza laços simétricos.

Desses laços e das informações que trafegam nas mídias digitais surgem o capital social, vinculado à confiança dos cidadãos em relação aos representantes políticos. Em outras ocasiões ocorre o inverso. Para trabalhar uma visão sobre os conceitos de capital social Recuero (2009) defende que as redes sociais na internet podem ajudar na geração de capital social. Para provar a veracidade dessa premissa a autora analisou a visão de três estudiosos: Putnam, Pierre Bourdieu e Coleman.

- a) Robert Putnam: refere-se ao capital social como a conexão entre indivíduos – redes sociais e normas de reciprocidade e a confiança que emergem dela. Desse modo, o capital social está associado à ideia de virtude cívica, de moralidade e de seu fortalecimento através de relações recíprocas.
- b) Pierre Bourdieu: a visão marxista da luta de classes de Bourdieu (2011, p. 47) aponta o capital social como “[...] um recurso que é conectado ao pertencimento a um determinado grupo; às relações que um determinado ator é capaz de manter; e o conhecimento e reconhecimento mútuo dos participantes de um grupo”. O autor discrimina três tipos de propriedades que marcam as diferenças entre os cidadãos – o capital econômico (bens materiais de um grupo ou pessoa), o capital social (relacionamentos interpessoais e institucionais que a pessoa possui, direta ou indiretamente, possui e que podem ajudar, aumentar ou impedir o acesso ao capital cultural e econômico) e o capital cultural (formação escolar e cultural). Bourdieu (2011) é levado ao conceito de *habitus*, entendido como ‘princípios geradores de práticas distintas e distintivas’. Mas também são retratados como “[...] esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes” (BOURDIEU, 2011, p. 22). De modo que se compreende que, para o autor, a posição de cada cidadão no espaço social, na estrutura de distribuição dos tipos de capital, estabelece as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo.
- c) James Coleman: o autor afirma que o capital social não está nos atores em si, mas

em sua estrutura de relações, de modo que pode ser transformado em outras formas de capital. Para o autor, o capital social está inserido nas relações entre os indivíduos, desse modo a existência de capital social amplia bens e recursos disponíveis às pessoas inseridas nessas relações. Coleman define o capital social como heterogêneo.

Assim, acreditamos que a visão de Robert Putnam é coerente com este estudo ao associar capital social à conexão entre indivíduos, ou seja, há um envolvimento individual em atividades coletivas, entretanto, essas relações estão baseadas na confiança, em regras de reciprocidade e em um sistema de participação cívica. Pierre Bourdieu e James Coleman também auxiliam. Coleman trata o capital social ligado às relações entre as pessoas, de modo a beneficiá-las em bens e recursos, situação similar às relações clientelistas vistas na política brasileira. Já Pierre Bourdieu contribui ao trazer o conceito de *habitus* relacionado ao capital social, já que os três deputados se inserem em diferentes grupos na sociedade com diferentes demandas e interesses, bem como os próprios cidadãos que interagem com eles.

O conceito de *habitus* é, para Bourdieu (1983),

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...]. (BOURDIEU, 1983, p. 65).

O *habitus* é explicado pelo citado autor como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), obtido nas experiências práticas (em condições sociais típicas), frequentemente guiado orientado para finalidades e ações de nossa rotina. Daí a formação da percepção de que um deputado pensa, age e representa de acordo com sua origem, formação e vínculos políticos, independente de representar os grupos que o elegeram, ou de que políticos só atendem ou conversam com o cidadão se houver seus próprios interesses pessoais envolvidos em detrimento dos coletivos. Assim, é preciso romper com a visão de que não devemos nos envolver com a política, em razão dos representantes políticos não integrarem grupos e hábitos dos cidadãos. Afinal, a legitimidade do exercício do mandato é marcada pela prática do representante político estar sensível às situações pelas quais passam diversos grupos sociais e em interação com essas pessoas. Não apenas isso, mas em saber cooperar e lidar com o conflito dos agrupamentos que o político representa.

Somam-se, ainda, a isso, os valores que afetam o capital social e estão relacionados aos sites de rede social e sua apropriação pelos atores, baseados nos estudos de Recuero (2009):

- a) Visibilidade: é a capacidade de fazer ser visto, é o que torna o ator e seus posicionamentos conhecidos e auxilia a manutenção de laços sociais;
- b) Reputação: percepção construída de alguém pelos demais atores;
- c) Popularidade: refere-se a um valor relativo à posição de um ator dentro de sua rede social, também é relacionada ao número de curtidas, comentários e compartilhamentos, bem como ao número de pessoas que curtem a *fanpage*, ou seja está mais ligada à quantidade de conexões do que à qualidade das conexões;
- d) Autoridade: refere-se ao poder de influência de um ator na rede social, é decorrente do capital social relacional e do capital social cognitivo.

Vemos, então, que o agente político, ao elaborar sua *fanpage*, busca construir e ampliar seu capital social ao publicar postagens atualizadas diariamente e manter os cidadãos informados sobre suas ações e pensamentos; ao apresentar sua representação para que os cidadãos o percebam como um deputado ético e compromissado com o povo; e também buscam ampliar sua popularidade utilizando de ferramentas de *marketing* ou da lógica do algoritmo, propiciadas pelo Facebook, para aumentar o número de interações. Por fim, os agentes exploram conteúdos ligados à área de atuação profissional ou política para tentarem se estabelecer como autoridades e influenciar os cidadãos. Isso quer dizer que a visão de James Coleman também é oportuna ao explicar que o capital social pode ser transformado em outras formas de capital, o que compreendemos que poderia se tornar capital político.

Lemos e Lévy (2010) destacam que o desenvolvimento das comunidades e redes sociais digitais é um novo modo de fazer sociedade e garantem o fundamento social do ciberespaço como uma das chaves para a futura ciberdemocracia. Os autores tratam a comunidade virtual como um grupo de pessoas que se relacionam por meio do ciberespaço, entretanto, alertam que nem toda forma socialmente agregadora da internet é tida como comunitária. Isso vai depender da forma de integração dos usuários e do pertencimento simbólico e temporal. Por isso, é preciso haver interesses compartilhados, intimidade e perenidade nas relações. Os autores diferenciam uma comunidade mediada por computadores de uma simples agregação eletrônica.

[...] no ciberespaço, existem duas formas de agregação eletrônica: comunitárias e

não comunitárias. As primeiras são aquelas onde existe, por parte de seus membros, o sentimento expresso de uma afinidade subjetiva delimitada por um território simbólico, cujo compartilhamento de emoções e troca de experiências pessoais são fundamentais para a coesão do grupo. O segundo tipo refere-se a agregações eletrônicas onde os participantes não se sentem envolvidos de forma coesa e perene, sendo apenas um local de encontro e de compartilhamento de informações e de experiências de caráter efêmero e desterritorializado. (LE MOS; LÉVY, 2010, p. 103).

Os autores acreditam que os dois tipos de relação social são importantes para debater a ciberdemocracia, pois, ao colocarem as pessoas em contato, coletivizar pensamentos e fazer circular a palavra, temos uma esfera política. Para eles, a vida pública associativa está no âmago de toda atividade política, incluindo aí as realizadas no virtual.

As *fanpages* dos deputados federais desse estudo são formas de agregação eletrônica não comunitária, pois muitos não estão envolvidos de forma coesa e perene – têm visões diferentes entre si e podem deixar de seguir a página a qualquer minuto, mas utilizam o espaço de interação com o deputado federal e demais cidadãos a fim de discutir suas demandas em diferentes locais do país. Além disso, a página serve como um local de encontro para o deputado compartilhar informações, geralmente de caráter efêmero, em razão da rotina intensa de publicações e da agitada rotina político-parlamentar desses representantes.

As tecnologias móveis favorecem o relacionamento contínuo entre as pessoas e vêm transformando as relações e os espaços urbanos, construindo os lugares da cidade em um ambiente informacional e de encontro por redes sem fio, conectadas permanentemente. Na internet temos instituições e agentes públicos conectados com os demais atores, capazes de produzir os próprios conteúdos, analisar e compartilhar informações em suas plataformas digitais. Nessas relações comunicativas o que vemos são ressignificações da realidade, anteriormente construídas apenas pela mídia, e agora podendo ser construída tanto pelo deputado estadual quanto pelo cidadão. Esse empoderamento do internauta pressiona o representante a promover um diálogo mais coerente, transparente e verdadeiro nas *fanpages*.

Nos ambientes abertos da rede surge a ágora virtual, ambiente democrático propício ao debate dos assuntos de interesse público das cidades físicas. O empoderamento ou poder da sociedade civil em atuação pública por meio das redes de mídia e de comunicação inquieta os agentes políticos. O que, segundo Castells (2015), pode vir a modificar a inércia histórica dos Estados-Nação e mostrar a eles a realidade de seu poder limitado em troca de um aumento de sua legitimidade e eficiência.

Assim, apesar de vivermos em um ambiente democrático no Brasil, após o processo eleitoral a maioria dos cidadãos não costuma manter um contato, seja *off-line* seja *on-line*,

com aqueles que ajudaram a eleger – a não ser quando esses políticos são noticiados pela mídia, em um processo de comunicação unidirecional. Os eleitos também não costumam se esforçar para fortalecer a relação com seus eleitores e outros cidadãos, ainda que digam que seus mandatos estão à disposição. Apesar das justificativas serem múltiplas e variadas, a falta de comunicação com os cidadãos enfraquece a representação política, pois, ao não acompanhar as problemáticas sentidas na pele pelas majorias e pelas minorias, as pessoas passam a não se sentir representadas de fato como imaginaram no ato do voto. Entretanto, se o político continua sendo eleito, mesmo que defenda interesses contrários aos dos grupos majoritários e demais cidadãos e só se comunique com as pessoas no período eleitoral, torna-se um hábito a falta de comunicação.

3.5 CIDADANIA DIGITAL: O VIRTUAL COMO ESPAÇO DO CIDADÃO

Com o objetivo de discutir a cidadania no mundo digital, é importante refletir sobre a apropriação das novas TICs pela sociedade a fim de fortalecer o processo democrático e o reconhecimento do internauta como cidadão. O espaço virtual surge como uma oportunidade de interação entre o cidadão e os demais atores sociais, incluídos aí autoridades e agentes políticos.

O número de internautas no mundo alcançou 3,2 bilhões, segundo dados divulgados em 2015 pela União Internacional das Telecomunicações (UIT), órgão vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU) ³. A conexão móvel também cresceu e alcançou 7 bilhões de usuários. Entretanto, 4 bilhões ainda estão desconectados em todo o mundo, sendo que, nos países menos desenvolvidos, de um total de 940 milhões apenas 89 milhões de pessoas possuem conexão. Aos excluídos é negado o reconhecimento de suas identidades e, consequentemente, o exercício da cidadania na sua comunidade nacional e como cidadão virtual no mundo globalizado. As TICs se tornaram componentes de aprimoramento social e econômico para alguns, mas motivo de discriminação para outros, os excluídos digitais.

A inclusão digital é um dos grandes desafios da humanidade hoje. A Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em abril de 2016, com dados de 2014, revelou que, pela

³ UIT: 3,7 bilhões de pessoas ainda não têm acesso à Internet no mundo. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/uit-37-bilhoes-de-pessoas-ainda-nao-tem-acesso-a-internet-no-mundo>. Acesso em: 10 jan. 2017.

primeira vez, mais da metade dos domicílios brasileiros passou a ter acesso à internet (BRASIL, 2016). São 95,4 milhões de brasileiros conectados.

A parcial inclusão digital brasileira foi promovida pela adoção do celular como aparelho preferencial para navegar. A cada cinco casas, quatro usam telefone móvel para se conectar. Os grupos mais jovens utilizam mais a internet, com predomínio no grupo de 15 a 17 anos (81,8%) de idade. Já a menor proporção é das pessoas de 60 anos ou mais de idade (14,9%). De 2013 para 2014 o acesso à internet cresceu em todos os grupos etários. Outro dado relevante da pesquisa mostra que o acesso à internet mostrou proporções crescentes entre os mais escolarizados. O maior percentual é encontrado na população com 15 anos ou mais de estudo (92,1%). Mas a utilização da internet cresce em todos os níveis de instrução, com exceção do grupo sem instrução. Em 2014, entre os alunos da rede pública, 73,3% (19,9 milhões) utilizavam a internet; na rede privada, 97,2% deles (9,1 milhões) (BRASIL, 2016).

A história mostra um processo mais lento de inclusão digital nos países menos desenvolvidos por razões econômicas e culturais. No Brasil o mesmo ocorre em relação às regiões, já que a Sudeste se encontra com o maior índice de inclusão digital, em detrimento da Norte. O mesmo acontece com o número de computadores por domicílio, segundo a pesquisa citada anteriormente. Na região Sudeste está o maior percentual de domicílios com computador (59%), seguida pelo Sul (57%) e Centro-Oeste (48%). Nas regiões Norte e Nordeste apenas um terço dos domicílios possuem computador (33% e 37%, respectivamente).

Pouco mais da metade dos brasileiros tem acesso à internet, seja via computador ou celular, e estão integrados à chamada sociedade em rede. Essa situação revela que as TICs são ferramentas de desenvolvimento para alguns e de marginalização para outros, principalmente para analfabetos. Para se conectar ao mundo digital o brasileiro precisa ser capaz de pagar pelos equipamentos eletrônicos e pelo acesso à internet, ou seja, é preciso ter poder de consumo. Ainda que existam políticas governamentais de incentivo, nada é gratuito, de modo que a inclusão digital no país é lenta e cara se comparada a outros países.

A subcidadania é representada pela ‘info-exclusão global’: a desigualdade na internet (CASTELLS, 2002). Sem conexão, o indivíduo simplesmente não existe no mundo virtual. A exclusão digital é uma realidade em muitos países em desenvolvimento, mas todas as nações têm sido influenciadas pela lógica das relações de poder nas redes interativas.

A intervenção comercial na inclusão digital é revelada por Bustamante (2010) ao apresentar causas políticas que tornam o internauta um subcidadão. São elas: aumento do controle social; expansão da informática por padrões proprietários; monopolização dos

padrões de *hardwares*, *softwares* e padrões de comunicação; promoção de um uso simplesmente lúdico das TICs; fomento de um uso superficial e não comprometido das redes sociais virtuais.

A Web 2.0 alterou o contexto sociopolítico, já que “[...] como o poder é baseado no controle de informação, que requer sigilo, a reivindicação de livre acesso à informação como direito constitucional ameaça as próprias raízes do poder no alto escalão da sociedade.” (CASTELLS, 2015, p. 46). Em outra época as organizações da mídia, principalmente as de cunho jornalístico, exerceram o poder de agendar temas e ditar o que era importante ser conhecido e discutido pela sociedade. Ainda que os governos controlassem ou influenciassem as empresas, havia uma contínua barganha apenas entre esses grupos sobre o que seria divulgado e entraria na pauta do dia dos veículos de comunicação.

Informações são mercadorias valiosas no meio digital para diversas finalidades. Por esse motivo a abertura dos fluxos comunicativos nas mídias digitais afeta a cidadania no espaço digital. Os canais interativos das instituições democráticas simulavam a participação, sem dar *feedback* coletivo aos participantes. Ao ocupar o espaço das *fanpages* os deputados federais se arriscam a perder a credibilidade caso não interajam e não reconheçam seus interlocutores e suas demandas, podendo perder eleitores nos próximos pleitos.

Castells (2015) distingue quatro formas de poder nas redes de comunicação: poder nas redes, poder da rede, poder trabalhado pela rede e poder de criar redes. O poder nas redes opera por exclusão e inclusão e remete ao poder que atores e organizações incluídos nas redes têm sobre pessoas excluídas dessas redes globais. Atores sociais podem determinar uma posição de poder inaugurando uma rede que agrega recursos e execute estratégias de *gatekeeping* “[...] para impedir o acesso àqueles que não agregam valor à rede ou prejudicam os interesses predominantes nos programas daquela mesma rede.” (CASTELLS, 2015, p. 89).

O poder da rede está vinculado aos protocolos de comunicação que impõem regras de inclusão, sendo que essas regras podem ser negociadas entre seus membros. Ao questionar quem tem poder nas redes dominantes e como o poder distribuído em redes opera, Castells (2015) explica que o poder é a capacidade de impor a vontade de um ator na relação com o (s) outro (s) com base na capacidade de dominação encravada na estrutura das instituições da sociedade. Segundo este autor, cada rede define suas próprias relações de poder, de acordo com seus objetivos, por isso ele entende que, talvez, a questão do poder como era levantada anteriormente já não faça muito sentido na sociedade em rede. Nesse novo contexto há relações de poder e dominação em novas formas e com novos tipos de atores; as formas mais cruciais de poder seguem a lógica do poder de criar redes, diz Castells (2015). Dois

mecanismos são determinantes para exercer o controle sobre os outros, conforme o citado autor.

A capacidade de constituir rede(s) e de programar e reprogramar a(s) rede(s) em termos das metas a ela(s) atribuídas; e (2) a capacidade de se conectar e garantir a cooperação de várias redes, por meio do compartilhamento de metas comuns e associação de recursos, ao mesmo tempo que se afasta a competição por parte de outras redes por meio do estabelecimento de uma cooperação estratégica. (CASTELLS, 2015, p. 91).

Castells (2015) sugere que os detentores do poder são as próprias redes, caracterizadas por seres humanos organizados em torno de seus interesses e projetos. O autor coloca a comutação e a programação das redes globais como formas de exercer poder em nossa sociedade global, enfatizando que o processo de comunicação na sociedade e as organizações e redes que o promovem são campos de poder, onde os projetos de programação são formados. E os comutadores são os detentores do controle dos pontos de conexão entre várias redes estratégicas. Como exemplo temos a conexão entre redes políticas e redes de mídia para produzir e divulgar discursos políticos e ideológicos. Assim, “[...] o poder da sociedade em rede é o poder da comunicação.” (CASTELLS, 2015, p. 99).

3.6 FACEBOOK: UM ESPAÇO DE ENCONTRO NO VIRTUAL

Um bilhão de usuários de todo o mundo acessam diariamente a rede social mais popular da atualidade, o Facebook⁴. No mês de abril de 2016, a Facebook Inc, empresa proprietária do site de relacionamento e de outros aplicativos – como os serviços de bate-papo WhatsApp e Messenger, além da rede social de fotos Instagram – divulgou que a média mensal de usuários ativos chegou a 1,65 bilhão, com um aumento anual de 15%.

A empresa não vende e não compartilha informações de identificação dos usuários com anunciantes e parceiros, a não ser quando o próprio internauta permite. O lucro da empresa chegou a US\$ 1,5 bilhão no primeiro trimestre de 2016, triplicando de valor em relação ao ano anterior. Lançado em 4 de fevereiro de 2004, por Mark Zuckerberg, Eduardo Saverin, Dustin Moskovitz e Chris Hughes, o Facebook é um sucesso mundial. De sua criação até hoje, o Facebook se tornou não apenas uma plataforma de redes sociais, como também um

⁴ 3 G1. Facebook atinge marca de 1 bilhão de usuários todos os dias. G1 São Paulo, São Paulo, 28 de abr. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/04/facebook-atinge-marca-de-1-bilhao-de-usuarios-todos-os-dias.html>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

jornal personalizado por nós e nossos amigos.

A Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República divulgou pesquisa no ano de 2015 que revelou que, dos internautas brasileiros, 92% estão conectados por meio de redes sociais, sendo as mais utilizadas o Facebook (83%), o WhatsApp (58%) e o Youtube (17%) (BRASIL, 2015b).

A popularidade do Facebook está associada à sua: gratuidade, interface amigável e ferramentas – mural, *feed* de notícias, *messenger*, *fanpages* – e, ainda, à possibilidade de interação com pessoas de todo o mundo, arquivamento de fotos, vídeos e demais dados. Todo o conteúdo do Facebook é elaborado pelos seus próprios usuários, que têm em suas mãos também uma mídia social capaz de possibilitar a produção, o arquivamento, a divulgação e a troca de mensagens em diversos formatos com outros integrantes.

O Facebook exige o registro do usuário para criar um perfil pessoal, página ou para usar as demais ferramentas oferecidas. É possível adicionar pessoas e classificar o nível da amizade em amigos, conhecidos ou conforme listas, como, por exemplo, ‘pessoal do trabalho’, ‘pessoal da faculdade’. E ainda criar grupos de interesse para discussão aberta ou fechada de qualquer assunto. Para se cadastrar no Facebook a idade mínima é de 13 anos.

As páginas ou *fanpages* são parecidas com os perfis pessoais (pessoas físicas), mas fornecem ferramentas exclusivas para organizações, marcas e demais interessados. As páginas possibilitam a comunicação entre organizações, celebridades, políticos e marcas reais com as pessoas que as curtem. As *fanpages* mobilizam os cidadãos para desenvolver relações interpessoais por meio do diálogo e do debate.

Ao curtir uma página é possível ver as atualizações no *feed* de notícias ou no *feed* de páginas. Elas se diferem dos grupos, pois estes são criados por qualquer pessoa e têm a opção de serem visíveis somente para seus membros. Também caracterizam as páginas os seguintes critérios:

Privacidade: as informações e publicações da página são públicas e geralmente disponíveis para qualquer pessoa do Facebook.

Público: qualquer pessoa pode curtir uma Página para se conectar a ela e receber atualizações do Feed de Notícias. Não há limite de pessoas para curtir uma página.

Comunicação: pessoas que ajudam a gerenciar uma Página podem publicar nessa Página. As publicações da Página podem aparecer no Feed de Notícias de quem curte a Página. Os proprietários da Página também podem criar aplicativos personalizados para ela e verificar as Informações da Página para acompanhar sua evolução e atividade. (FACEBOOK, 2016).

É preciso destacar que no Facebook nem tudo o que é publicado aparece no *feed* de notícias ou no *feed* de páginas dos usuários, pois o volume de publicações é imenso. Para essa

filtragem o Facebook elaborou um algoritmo, o EdgeRank, que calcula quais publicações são relevantes para cada usuário, afetando no alcance da publicação. É um critério avaliativo das postagens com o objetivo de escolher informações dentro de um espaço de conexões, onde não é fácil acompanhar todo o volume de informações compartilhadas pelos amigos, organizações, artistas, celebridades e políticos. Além disso, é possível, ao dono da página, formar públicos específicos para receber a informação.

A matemática do algoritmo do Facebook é elaborada para atender a três fatores, segundo Porto (2014) e Pariser (2012):

- a) Afinidade: este elemento é medido pela interação entre as pessoas e a página, representada nas postagens pelo curtir, comentar e compartilhar. Visitas à página, cliques em *links* e fotos contribuem para alavancar a afinidade.
- b) Relevância: este elemento verifica a popularidade da postagem, ou seja, se ela é interessante para as pessoas. Também é medida pela quantidade de registros de curtidas, comentários e compartilhamentos. Quanto mais visualizações e interações, mais aumenta a relevância e, conseqüentemente, a mensagem é disponibilizada para mais pessoas;
- c) Tempo: as publicações mais novas têm prioridade perante as mais velhas.

O algoritmo possibilita um mapeamento dos conteúdos da navegação do internauta ao recolher todas as informações contidas na grande base de dados do Facebook. Com a ideia de ofertar conteúdo personalizado, o Facebook busca oferecer ao usuário informações alinhadas aos assuntos que ele procura costumeiramente e prevê o que ele poderia desejar.

Tudo o que cada cidadão lê, comenta, clica e compartilha no Facebook deixa pistas sobre a personalidade, gostos e interesses do cidadão. Muitas dessas informações são coletadas pela organização e disponibilizadas aos clientes que compram seus serviços de publicidade ou criam *fanpages*. Essas informações são preciosas nas mãos dos assessores de comunicação, em especial da área de *marketing* político, para elaborar ações estratégicas.

Por meio da ferramenta Facebook Insights, acessada na aba ‘Informações/Publicações’, o proprietário da página visualiza o que os fãs preferem: conteúdos mais curtidos, visualizados, compartilhados, reações às postagens, picos de acesso, dias e horários de maior engajamento, perfil do fã – idade, sexo, local do acesso, idioma. A apresentação desses dados é dada em gráficos e também revela parte do monitoramento de páginas concorrentes, como o aumento ou redução do engajamento.

A ação de categorização de conteúdos que julga representar a personalidade do usuário

provoca o que Pariser (2012) chama de ‘filtro bolha’. Esse tipo de filtro busca determinar como as pessoas utilizam a rede, o que terá destaque na sua leitura e no seu consumo e, posteriormente, personaliza a publicidade que receberá na página e os conteúdos que irão aparecer no *feed* de notícias.

O mecanismo atende aos interesses comerciais do Facebook e das empresas, marcas, artistas, outros profissionais liberais e também dos políticos, que podem utilizar os serviços de *marketing* para ampliação de visualizações de suas páginas e interações com seus públicos. Todos querem lucrar monetariamente, já os políticos querem lucrar em popularidade, legitimidade e votos nas próximas eleições.

Pariser (2012) esclarece que o aprisionamento tecnológico representa o envolvimento das pessoas com a tecnologia, de modo que, mesmo que uma empresa ofereça serviços melhores, o usuário dificilmente irá abandonar a plataforma. As pessoas gastaram tempo armazenando suas informações e seria extremamente trabalhoso elaborar outro perfil e fazer todas as conexões com seus amigos, o que garante uma fidelidade de público, facilitada pela integração com outras plataformas digitais. “E, embora quase todas as empresas envolvidas nessa frente, operem de forma silenciosa, elas um dia poderão representar o futuro da personalização.” (PARISER, 2012, p. 42).

Além do Facebook e do Google, outros tipos de sites – como comércio, turismo, buscas, geolocalização, dentre outros, instalam *cookies* nos dispositivos digitais dos cidadãos para coletar informações, podendo utilizá-las para seus próprios objetivos ou vendê-las para outros negócios. Isto se chama redirecionamento comportamental.

Pariser (2011) afirma que o redirecionamento comportamental está sendo usado atualmente apenas por anunciantes, mas não impede que editores e provedores de conteúdo também o façam. O autor alerta que “[...] o ambiente personalizado é muito bom para responder às perguntas que temos, mas não para sugerir perguntas e problemas inteiramente fora do nosso campo de visão.” (PARISER, 2011, p. 75).

Pensando na realidade brasileira – na qual a maior parte dos cidadãos não tem boa formação escolar, cultural e política, lê pouco e está desacreditada de seus representantes políticos – os filtros bolhas representam um risco ao acesso à informação, à democracia e à participação. Os algoritmos podem dificultar o acesso a assuntos de interesse público e, consequentemente, aos debates nas esferas criadas no Facebook.

As páginas dos deputados federais tornam visíveis atos, ações e opiniões políticas em suas postagens, além de promover uma prática comunicacional que trata de assuntos públicos da esfera da visibilidade midiática na internet. Os agentes políticos aproveitam as

características de mídia tradicional e da interação dada pelo site de relacionamento para reelaborar conteúdos da mídia hegemônica, analisá-los e, ainda, comunicar-se com os cidadãos nos espaços de comentários abertos ou por mensagens *in box*.

Entretanto, quanto mais conexões têm o cidadão, mais dificuldades terá em acompanhar as páginas dos deputados pelos *feeds* de notícias ou de páginas. Por isso, os deputados e suas assessorias de comunicação exploram estratégias para que o alcance das publicações seja ampliado. Na campanha eleitoral de 2016 o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) proibiu a propaganda paga para o impulsionamento de curtidas, abrangência das postagens ou seguidores. Quem começou a planejar a campanha antes, quando a medida foi determinada, já possuía muitos fãs e popularidade. Já eleito, o político pode utilizar das ofertas do Facebook para o *marketing* político.

O padrão criado pelo algoritmo do Facebook determina o que as pessoas vão visualizar, não muito diferente do próprio mecanismo de busca do Google. Ao enxergar o internauta como consumidor, o Facebook repete o agir das mídias tradicionais. Ainda assim, a possibilidade inédita de interação entre os atores provoca trocas, experimentadas há pouco tempo pelas pessoas, e influencia o que será visualizado pelos outros membros da rede. O compartilhamento e o comentário de um usuário reflete uma ação de participação e estimula a participação do outro de diversos modos, no mundo físico e/ou *on-line*.

As *fanpages* se tornaram um lugar de encontro dos moradores de várias cidades brasileiras com representantes eleitos nos estados e no Distrito Federal. A voz desses cidadãos afeta decisões em nível nacional e representa uma fiscalização da vida particular e pública dos políticos. Os aspectos informativo e colaborativo das páginas permitem a interação dos cidadãos com os políticos e representam um estímulo aos debates públicos, à prestação de contas dos mandatos e à transparência dos posicionamentos do político. As dificuldades encontradas anteriormente para se comunicar com um agente político foram reduzidas e as formas de contato burocráticas e formais deram lugar à lógica sem hierarquia das mídias sociais.

O novo modelo de comunicação tem exigido esforços dos deputados e de suas assessorias frente o interesse dos internautas em falar, serem ouvidos e reconhecidos como cidadãos. Aos parlamentares se impõe o desafio inédito de falar diretamente com eleitores, simpatizantes, apoiadores e também opositores. Se o voto se tornou ineficaz para que as pessoas se sintam ativas na construção do país, o empoderamento digital dá esperanças em contribuições mais efetivas nas relações entre esses pares.

Habermas (2003) entende que a prática comunicativa, por meio do ato de fala, realiza-

se no mundo da vida em dois níveis de articulação: o da intersubjetividade, no qual as pessoas se comunicam entre si; e o da objetividade, no qual os interagentes podem atingir um entendimento mútuo relativo aos fatos. Assim, a racionalidade se expressa “[...] na força unificadora da fala orientada ao entendimento mútuo, discurso que assegura aos falantes envolvidos um mundo da vida intersubjetivamente partilhado e, ao mesmo tempo, o horizonte no interior do qual todos podem se referir a um único e mesmo mundo objetivo.” (HABERMAS, 2003, p. 107).

A racionalidade comunicativa é verificada pela capacidade dos interagentes em se orientar por pretensões de validade sujeitas a críticas que devem ser reconhecidas entre falantes e ouvintes. O importante são as relações que passam a existir por meio da comunicação quando as pessoas procuram se entender, bem como a produção de um compromisso que garante a continuidade de conversas e ações entre os interagentes.

Retomando os conceitos de Primo (2007), o presente estudo se interessa pelas interações reativas, limitadas por relações de estímulo e resposta, e também pelas interações mútuas, que acontecem na relação entre interlocutores por meio do diálogo. É na interação mútua que observamos os critérios de racionalidade das discussões nas páginas dos deputados federais, conforme as orientações de Habermas (2003).

Habermas (2003) elaborou critérios que foram considerados nos discursos dos deputados e cidadãos proferidos nas *fanpages* na intenção de obtermos uma situação ideal de fala. Assim, adequamos os critérios de racionalidade que devem ser considerados nos discursos dos deputados e cidadãos proferidos nas *fanpages*:

- a) Reconhecimento do interlocutor: refere-se à disponibilidade dos interagentes em dialogar entre si, reconhecendo-se envolvidos em uma empreitada comum;
- b) Igualdade de condições de participação: todos os interessados podem participar, tendo as mesmas oportunidades de expressão e argumentação, bem como de se opor, interpretar e afirmar;
- c) Respeito às regras: que os interagentes se respeitem e não sejam movidos pela coação;
- d) Informações: de certa forma, é uma continuidade do respeito às regras, ligada às pretensões de validade – veracidade da informação (os fatos podem ser verificados). Os interagentes devem falar a verdade.

O QUADRO 1 apresenta os critérios de racionalidade da discussão que foram aplicados. Tais critérios foram adaptados a partir dos critérios de racionalidade de Habermas

(2003).

Quadro 1 - Critérios da racionalidade da discussão

Identificação da cidadania nas <i>fanpages</i>	
Igualdade de condições de participação:	Página oferecer condições de igualdade entre o deputado e o cidadão: todos podem aderir à página, todos podem exercer o direito à liberdade de expressão sem ser excluídos ou ter seus comentários apagados.
Informações	Página do deputado deve publicar informações verdadeiras do mandato e permitir ao cidadão conhecimento sobre os posicionamentos do deputado em relação aos assuntos de interesse público. Os cidadãos também devem falar a verdade, baseada em fatos comprovados.
Respeito às regras	As <i>fanpages</i> do deputado não determinam qualquer regra para a participação, mas o Facebook, em seus termos de privacidade e segurança, traz informações sobre o que é permitido ou não ao usuário, além de regras de comportamento. No termo para aderir ao site de relacionamento, o Facebook se garante o direito de excluir perfis ou publicações ofensivas, bem como oferece possibilidade de denúncia ao cidadão para informar a ofensa.
Reconhecimento do interlocutor	<p>O reconhecimento pode ser conferido não apenas com a existência de uma esfera pública aberta à discussão, mas também por meio da existência da interação reativa e a interação mútua entre cidadãos e deputados.</p> <p>O reconhecimento do deputado ao cidadão é identificado pela interação, seja reativa ou mútua nos comentários dos internautas. Já o reconhecimento do cidadão pelo deputado ocorre por meio de curtidas e do comentário em uma publicação, bem como a réplica ou resposta a um comentário do deputado ou de outros cidadãos. Entre cidadãos, o reconhecimento é identificado nos comentários respondidos entre eles.</p>

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos critérios de racionalidade de Habermas (2003).

Segundo Habermas (1987 apud PINTO, 1995), o mundo da vida é dividido em três componentes estruturais: cultura, sociedade e pessoa. A cultura é compreendida como o volume de informações e conhecimento que os atores possuem para interpretar algo no mundo; a sociedade é retratada pelas ordens legítimas pelas quais os atores regulam suas relações sociais; e a pessoa, vista a partir de suas competências de fala e ações.

Desse modo, compreendemos que a ação comunicativa está relacionada à cultura participativa e à inteligência coletiva, já que transmite e intercambia o saber cultural e promove a integração social.

4 CIDADÃOS E DEPUTADOS FEDERAIS: A INTERAÇÃO COMO PONTO CENTRAL EM UMA RELAÇÃO DE CIDADANIA

O estudo versa sobre a interação e a comunicação entre cidadãos e deputados federais nas mídias sociais durante o mandato parlamentar. O questionamento central é se as *fanpages* dos deputados federais de Goiás são usadas como espaços para a cidadania na relação entre parlamentares e cidadãos, avaliando a interação entre eles. Para responder a questão os temas centrais desenvolvidos no estudo abrangem as áreas da comunicação e da cidadania e contemplam três fases metodológicas: a) Revisão bibliográfica: estudo dos conceitos e contextos da cidadania, da comunicação e da interação nas mídias digitais; b) Pesquisa documental: de cunho exploratório, o estudo utiliza da pesquisa documental em páginas (*fanpages*) de três deputados no site de relacionamento Facebook para constituir um banco de dados com o levantamento das publicações feitas no ano de 2015; c) Análise de conteúdo (AC): estudo quantitativo e qualitativo para identificar e classificar as publicações e analisar as interações entre os deputados federais e os cidadãos como expressão de cidadania, em um processo que acontece gradualmente.

O referencial teórico é composto pela reflexão acerca da cidadania, fundamentada a partir da visão de T. H. Marshall (1967), Carvalho (2002), Bobbio (2002), Cortina (2005), Souza (2012) e Canclini (1999), dentre outros autores; da comunicação e da interação nas mídias digitais, de acordo com a ótica de Lévy (1999), Castells (2002; 2015), Martino (2015), Recuero (2009) e Primo (2011), dentre outros.

Para selecionar as *fanpages* para a pesquisa, o critério principal utilizado foi o número de votos obtidos pelos deputados eleitos no processo eleitoral de 2014, realizado no mês de outubro, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Sendo assim, os três com maior número de votos foram os escolhidos – Delegado Waldir, Daniel Vilela e Flávia Moraes.

Escolhemos um segundo recorte para investigar a interação entre esses deputados e os cidadãos: a) quantitativamente: números de curtidas, comentários e compartilhamentos nas postagens e a interação entre os atores nas publicações que receberam mais atenção dos cidadãos ao longo de 2015; b) qualitativamente: verificação dos níveis de cidadania em publicações nas quais o deputado respondeu comentários dos cidadãos.

A análise de conteúdo foi dividida em qualitativa e quantitativa. A diferença é que a análise qualitativa é o que se pode deduzir ou o sentido que se pode dar aos temas, aos atores e outros aspectos e a quantitativa se refere à frequência com que determinados fatos ocorrem

no discurso. A análise de conteúdo é caracterizada por três fases: pré-análise, exploração do material e análise e interpretação dos resultados.

Após a exposição dos fundamentos teóricos e elaboração dos capítulos, a pesquisa se voltou para o estudo empírico. Para realizar a pesquisa documental o acesso ao Facebook para a coleta dos dados ocorreu em 11 de outubro de 2016, das 18 às 19 horas, utilizando o aplicativo Netvizz, um programa que faz *downloads* de páginas do Facebook para criar índices ou cache. O extrator de dados possibilita o acesso às informações dos seguintes módulos:

- a) Dados de grupo: cria redes e arquivos tabulares para a atividade do usuário em torno de *posts* em grupos;
- b) Dados de página: cria redes e arquivos tabulares para atividade do usuário em torno de postagens em páginas;
- c) Página como rede: cria uma rede de páginas conectadas através das curtidas entre eles;
- d) Página das imagens da linha do tempo: cria uma lista de todas as imagens do álbum ‘Timeline photos’ nas páginas;
- e) Pesquisa: interface para a função de pesquisa do Facebook,
- f) *Link* estatísticas: fornece estatísticas para *links* compartilhados no Facebook.

Ao acessar o Netvizz foi preciso encontrar o número de ID das *fanpages* para que o aplicativo conseguisse fazer o rastreamento dos dados. Com o objetivo cumprido, os dados foram fornecidos em arquivos para *download*, disponibilizados em formato *zip* com extensão *gdf*. Esses arquivos foram importados para o formato de planilhas abertas em Excel, apresentando uma série de dados, como: postagens feitas, o formato das publicações (*link*, *status*, vídeo, foto), datas das publicações, curtidas, comentários, cada postagem e conteúdos inseridos pelos deputados e pelos cidadãos, dentre outros, disponibilizados em arquivos de texto e também as cópias (*prints*) das imagens.

A amostra das publicações feitas no ano de 2015 nas páginas dos três parlamentares é extensa e abrange as datas entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2015. Após essa fase, os dados foram organizados nas tabelas em Excel, o que garantiu a sistematização da informação de forma mais organizada, conforme os objetivos do estudo. Foi ainda elaborada uma categorização para identificar quais assuntos os deputados disponibilizam para os cidadãos para informá-los e permitir que eles interajam, sob a ótica da análise de conteúdo, uma técnica híbrida, que considera tanto os aspectos quantitativos quanto qualitativos. Bauer e Gaskell

(2015) defendem que a AC faz uma ponte entre um formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais, enriquecendo as pesquisas que a utilizam.

Com o objetivo de testar o critério de categorização e a metodologia proposta, foi feito um teste em julho de 2016 para observar e diagnosticar as palavras mais encontradas nas publicações dos deputados e tentar elaborar uma categorização. Para esse teste, sem o uso do Netvizz, publicações feitas entre os dias 23 e 30 de junho de 2016 pelos três deputados foram coletadas no dia 15 de julho de 2016, bem como coletados todos os comentários presentes nas postagens de Daniel Vilela e Flávia Moraes. O material foi transformado em arquivo de texto do Word. Como a interação na página do Delegado Waldir é intensa, foram coletados sempre mais de 60 comentários. Vídeos e fotografias não foram transformados em textos escritos em razão de haver textos introdutórios explicativos referentes a eles com conteúdo similar. Como o administrador da página no Facebook pode criar critérios para determinar os comentários principais, alterando a ordem cronológica, a opção foi coletar ao menos 50 comentários.

A partir desse resultado, apresentado na fase da qualificação, e a leitura de todas as publicações feitas pelos deputados federais, foram elaboradas 21 categorias e aplicadas em todas as publicações das planilhas. Essa categorização foi rediscutida e redefinida para a aplicação definitiva. Nesse critério o procedimento da categorização foi dividido em três áreas – Identificação/Pessoal, Parlamentar/Política, Área Social/Relacional – subdividas em outras, elaboradas pela pesquisadora e, posteriormente, discriminadas.

Posteriormente iniciamos a análise quantitativa do segundo recorte, observando a interação dos cidadãos com os deputados por meio de curtidas, comentários e compartilhamentos e identificando os assuntos discutidos. Foi ainda elaborada nuvens de palavras recorrentes, por meio do site Wordcloud, tanto das postagens dos deputados quanto dos comentários dos cidadãos, a fim de identificar se há consonância entre o que o representante divulga e o que os cidadãos comentam. Em seguida, buscamos cruzar esses resultados a partir da análise de cinco elementos: domicílio, grupos sociais, assuntos parlamentares, interesse público e políticos.

Por fim, nova categorização foi desenvolvida para se verificar a qualidade da interação estabelecida entre deputados e cidadãos para alcançarmos a perspectiva de cidadania para este estudo.

Escolher elementos da internet para desenvolver um trabalho científico é uma saga desafiadora, já que o ciberespaço não para de se modificar. Para identificar em qual mídia social os dados seriam pesquisados, buscamos estudo realizado pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, divulgada no ano de 2015, que revelou que

entre os internautas brasileiros 92% estavam conectados por meio de mídias sociais, sendo as mais utilizadas o Facebook (83%), o WhatsApp (58%) e o Youtube (17%) (BRASIL, 2015b).

A adesão ao Facebook continua com força total pelo mundo inteiro, conforme já citado anteriormente, com registro da média mensal de 1,65 bilhão de usuários ativos, o que representa um aumento anual de 15%, em abril de 2016. Isso promove um acesso diário por mais de um bilhão de usuários de todo o mundo.

Em conjunto com a imensidão e a autossimilaridade, a heterogeneidade e o dinamismo da internet – e de suas parcelas – colocam em cheque estratégias de recorte e seleção de amostras solidamente estabelecidas tanto na pesquisa quantitativa quanto na qualitativa. (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011, p. 57).

As orientações de Fragoso, Recuero e Amaral (2011) auxiliaram no processo de seleção e recorte da amostra, no Facebook, que será apresentada em detalhes no próximo tópico.

4.1 SELEÇÃO DAS PÁGINAS (*FANPAGES*) E *CORPUS*

Atualmente, a maioria dos 517 deputados federais possui perfis ou páginas no Facebook com o objetivo de ampliar sua visibilidade e interagir com seus públicos de interesse e, logicamente, não seria prudente tentar analisar as páginas de todos eles. Ao tentarmos restringir a amostra, identificamos que 17 políticos representam os goianos na Câmara dos Deputados, o que, ainda assim, geraria um volume de dados inviável de ser analisado no período considerado. Desta forma, a escolha girou em torno dos deputados que haviam recebido o maior número de votos nas eleições de 2014: Delegado Waldir, Daniel Vilela e Flávia Moraes.

Para garantir a veracidade dos dados investigamos se as *fanpages* eram oficiais, evitando, assim, uma análise a partir de dados errados. Apenas Flávia Moraes possuía outra página, que foi abandonada anteriormente ao período a ser estudado.

Como apenas em 2016 foi definida a amostra, não foi possível identificar o número de pessoas que haviam curtido as páginas no início e no final de 2015. O registro inicial feito para o trabalho é 20 de julho de 2016, quando a página do Delegado Waldir possuía 642.729 curtidas, a de Daniel Vilela, 33.063 curtidas, e a de Flávia Moraes, 12.870 curtidas.

Um segundo recorte foi aplicado para critério de desempate na definição das páginas:

a) entre os deputados deveria haver ao menos uma representante feminina, caso entre os mais votados fossem só homens; b) não poderia haver deputados do mesmo partido no trio a ser estudado. Porém, o critério inicial de número de votos obtidos no último pleito foi o suficiente para atender a todos os critérios definidos.

O Facebook foi escolhido por ser o mais popular entre os brasileiros e os deputados Delegado Waldir, Daniel Vilela e Flávia Moraes por terem sido os mais votados nas eleições de 2014. O QUADRO 2 traz o endereço das *fanpages* dos deputados selecionados, bem como o número de votos que cada um recebeu no pleito de 2014 e o partido a que pertence.

Quadro 2 - *Fanpages* dos deputados federais estudados

Deputado Federal	Fanpage	Votos recebidos	Partido
Delegado Waldir	https://www.facebook.com/delegado.waldir	274.625	PSDB (mudou-se para o PR em 2015)
Daniel Vilela	https://www.facebook.com/danielvilelaoficial	179.214	PMDB
Flávia Moraes	https://www.facebook.com/flaviamoraaisoficial	159.122	PDT

Fonte: Elaborado pela autora.

O *corpus* de análise reuniu os conteúdos publicados durante todo o ano de 2015 nas *fanpages* dos deputados federais. Das páginas do Facebook foram coletados os dados e, posteriormente, estes foram tratados, analisados e interpretados.

Para responder se a interação entre cidadãos e deputados federais nas mídias sociais durante o mandato parlamentar possibilita um espaço para a cidadania, a pesquisa teve como base o ambiente virtual, ou seja, as páginas (*fanpages*) de deputados federais no site de relacionamento Facebook. A intenção era estudar a interação entre representantes e representados, afinal, essa relação começa no espaço físico das cidades, passa pelo espaço midiático e se estende ao virtual. A comunicação digital se prolonga no tempo e no espaço de maneira ubíqua, por isso tem potencial para ampliar o contato entre parlamentares e cidadãos.

Paralelamente, foram discutidos os seguintes objetivos:

- a) Compreender as transformações da cidadania e sua relação com a comunicação e a política no Brasil a partir do advento da internet e das novas tecnologias de comunicação e informação; b) debater teoricamente a comunicação e os espaços de interação com representantes políticos, proporcionado pelo uso das mídias digitais;

- b) Analisar como os deputados federais usaram o espaço da mídia social Facebook para divulgar sua atuação parlamentar e interagir com os cidadãos que representam: avaliando o número de publicações (postagens) que os parlamentares fizeram, o assunto sobre o que postavam e compartilhavam, se responderam aos cidadãos naquelas com maior interação e, posteriormente, por meio de sorteio, a interação e a comunicação nas publicações em que o deputado respondeu a comentários;
- c) Observar o comportamento dos cidadãos durante o primeiro ano de mandato na mídia social Facebook, verificando: quais as publicações dos deputados os cidadãos mais curtiram, comentaram e compartilharam, bem como a qualidade dessa interação.

O modo como os brasileiros passaram a utilizar as mídias sociais após as manifestações de 2013 se aproxima das duas origens do termo cidadania, conforme o entendimento de Cortina (2005): a origem grega – quando elege uma cidadania ativa por meio de ações práticas, e a origem romana – quando possibilita que os cidadãos recebam informações sobre direitos garantidos, mas que podem não ter sido concretizados na prática pelo Estado. Essa dupla significação foi conferida na interação entre cidadãos e deputados federais, ocorrida ao longo de 2015.

4.2 MÉTODO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO E CRITÉRIO DE CATEGORIZAÇÃO

As *fanpages* do Facebook contêm muitas informações em diferentes formatos (textos, imagens, vídeos, *links*, dentre outros) e seções (canais), entre outras. O esforço deste estudo está voltado para a expressão da cidadania e as vivências de interação.

O método escolhido para o estudo é a análise de conteúdo, sendo assim, a definição das categorias de análise tem como base o critério de categorização semântica (BARDIN, 2010). De acordo com esse critério, busca-se, no conteúdo da postagem feita pelo deputado, elementos que a retratam como um dos conceitos apresentados e a classifica e a organiza em categorias temáticas (BARDIN, 2010).

Partindo das palavras-chaves obtidas, observação e análise da pesquisadora, a categorização foi elaborada a partir de três grandes áreas:

- a) Pessoal: com assuntos de identificação – como foto do perfil e da capa da página, e do âmbito particular;

- b) Política: voltada à atuação do representante como político e parlamentar, na qual diversas ações exigem publicidade;
- c) Social: voltada ao âmbito social, no qual o parlamentar busca estar mais próximo e em interação com os cidadãos, muitas vezes fora do ambiente *on-line*.

O QUADRO 3 traz as categorias de análises dos conteúdos nas postagens nas *fanpages* analisadas.

Quadro 3 - Categorias de análise dos conteúdos nas postagens nas *fanpages*

Área	Categorias	Conceituação
PESSOAL	Perfil	Foto do perfil ou na capa da página
	Rotina pessoal	Divulgação da vida particular do parlamentar
	Agenda de atividades	Atividades da agenda do parlamentar divulgadas com antecedência
POLÍTICA	Rotina parlamentar	Cotidiano dentro da Câmara Legislativa e também fora, mas sem tomadas de decisão, como visitas a municípios, atendimentos do gabinete, reuniões, eventos etc.;
	Propostas e medidas parlamentares:	Tomadas de decisão e atos parlamentares, como propostas de lei, emendas parlamentares, votações, relatorias, dentre outros atos e medida
	Rotina política	Tudo é política na vida de um político, mas a categoria refere-se a publicações ligadas ao partido do parlamentar, manifestações de apoio a aliados, lideranças, a municípios e também o recebimento delas.
	Posicionamento contrário	Manifestação contrária a opositores políticos, poderes, temas e propostas
	Posicionamento favorável	Posicionamento favorável a iniciativas e temas e pessoas fora da política partidária propriamente dita
	Prestação de contas	Apresentação de balanço ou relatórios sobre tudo o que realizou em períodos ou no primeiro ano de mandato
	Análise das notícias da mídia ou fatos atuais	Comentários a notícias da mídia ou fatos da atualidade
SOCIAL	Participação na mídia	Divulgação de participação em programas de TV, rádio e internet e de textos publicados na mídia impressa ou eletrônica
	Mobilização	Publicações para estimular a adesão do internauta a ações, eventos ou ideologias
	Orientações de cidadania	Publicações sobre direitos, deveres e condutas cidadãs
	Estímulo a interação	Provocação ou questionamento para o cidadão interagir com o parlamentar e outros internautas
	Homenagens recebidas	Quando o deputado recebe algum tipo de homenagem relacionada à sua vida parlamentar, profissional ou pessoal
	Datas comemorativas	Publicações abordando a data de aniversário de cidades, pessoas, datas religiosas ou ligadas a categorias profissionais e grupos de pessoas
	Agradecimentos	Quando o parlamentar agradece ao cidadão por algo

Fonte: Elaborado pela autora.

Um total de 1.102 publicações dos parlamentares foram categorizadas individualmente, na planilha do Excel, observados todos os elementos da postagem, sendo que uma publicação pode ter recebido até quatro categorias. Afinal, o conteúdo das publicações é a base dessa relação entre atores.

Ao analisarmos a interação entre deputados e atores sociais, buscamos verificar os critérios da racionalidade da discussão proposta por Habermas (2003): Reconhecimento do Interlocutor, Igualdade de Condições de Participação, Respeito às Regras e a Compreensão das Informações.

Na sequência, analisamos a relação entre as palavras recorrentes nas postagens de cada deputado e dos comentários dos cidadãos, observando os seguintes elementos:

- a) Domicílio: cidade ou estado que podem ter qualquer tipo de ligação com o parlamentar, como ser sua base eleitoral, receber visita do político, dentre outras possibilidades;
- b) Grupos sociais: cidadãos que compõem maiorias ou minorias na sociedade brasileira;
- c) Assuntos parlamentares: assuntos e propostas em discussão no parlamento brasileiro;
- d) Interesse público: direitos e garantias previstos em lei; bem como necessidades individuais e coletivas dos cidadãos e das cidades;
- e) Políticos: pessoas que integram partidos, podendo ser apoiadores ou opositores dos deputados.

Por fim, buscamos compreender como a cidadania comunicacional se realizava nos espaços das *fanpages*. Para isso, elaboramos as etapas para adquirir essa cidadania, explicadas por níveis: 1º nível – Possibilidade de comentar); 2º nível – Comentar e ser respondido por outro cidadão; 3º nível – Comentar e ser respondido pelo deputado; e 4º nível – Presença de réplicas e tréplicas entre cidadãos e deputado.

5 PARTICIPAÇÃO DOS DEPUTADOS MAIS VOTADOS NO FACEBOOK DURANTE O PRIMEIRO ANO DE MANDATO

Antes de iniciar o desenvolvimento deste capítulo, serão trabalhados assuntos específicos que darão embasamento para a análise e reflexão dos dados e outras temáticas posteriores.

O capítulo começa com a apresentação do histórico do Poder Legislativo no Brasil, com ênfase no contexto da representação popular em Goiás: quantos deputados federais já representaram os goianos e quantos o fazem na atualidade, dados eleitorais da eleição de 2014 e o perfil dos três deputados que terão suas *fanpages* analisadas.

Na sequência, foi analisada a interação entre cidadãos e três representantes dos goianos na Câmara dos Deputados – Delegado Waldir, Daniel Vilela e Flávia Moraes – em suas páginas (*fanpages*) no Facebook durante o ano de 2015.

5.1 BREVE HISTÓRICO DO PODER LEGISLATIVO NO BRASIL

A origem do Parlamento está associada à história da humanidade, que se organizou em sociedade para garantir sobrevivência e a satisfação das necessidades de seus membros. Do convívio social vieram problemas de procedência individual, o que fez o homem se reunir em grupo com a intenção de debater e elaborar regras de convivência. Isso demonstra a centralidade da comunicação em todas as relações humanas.

Antes mesmo do surgimento do Estado organizado, a concepção de Parlamento já existia entre os hebreus por volta de 1400 a.C., quando Moisés era orientado por um conselho de anciãos a tomar decisões relacionadas à peregrinação do seu povo para a terra prometida. O Parlamento como conhecemos hoje teve sua origem na Magna Carta inglesa, mas a democracia contemporânea só veio a se firmar a partir do século XVIII, em razão da prática absolutista dos Estados Nacionais europeus entre os séculos XVI e XVIII, que garantia poder ao soberano para se colocar acima dos interesses de toda a sociedade e administrar o Estado conforme sua vontade. Entre 1640 e 1689 surgiu na Inglaterra o processo que resultou na Revolução Gloriosa, vindo a instituir a primeira Monarquia Constitucional Parlamentarista, introduzida pela orientação iluminista consolidada na França do século XVIII (PARANAGUÁ, 2011).

Os iluministas passaram a advogar pela organização de uma estrutura de governo, por meio da qual as condutas do governante refletissem os interesses sociais, reconquistando, desse modo, a soberania da sociedade civil sobre o Estado. Em sua obra *O espírito das leis*, de 1748, Montesquieu defende a separação dos poderes de governo em Executivo, Legislativo e Judiciário. O filósofo elabora o sistema de freios e contrapesos, por meio do qual – ainda que cada poder seja independente, autônomo e exerça uma função precípua – suas atuações seriam complementares, de modo que um poder fiscalizaria o outro. A intenção era impedir os abusos de poder do governante, garantindo um governo democrático para representar os interesses dos cidadãos e poderes harmônicos entre si.

Bem diferente ocorreu no Brasil, conforme explicam Paranaguá (2011) e Oliveira (2014). A Constituição de 1824, outorgada pelo Imperador D. Pedro I, violou a ideia da separação e interdependência dos três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – ao criar o Poder Moderador, que garantia ao Imperador poder de intervenção e controle nos outros poderes. Ainda assim, a Carta Magna instituiu o Poder Legislativo bicameral, denominado Assembleia Geral, dividida em Câmara dos Deputados – com eleições para mandato de quatro anos, e em Câmara dos Senadores – que tinham mandatos vitalícios. Respalda por essa Constituição, foi instituído o regime parlamentarista pela primeira vez, em 1847, mas diferente dos moldes ingleses, pelos quais o Poder Legislativo exercia supremacia sobre o Executivo. No Brasil um parlamentarismo às avessas possibilitava ao Imperador escolher o primeiro-ministro, responsável por convocar eleições para o Parlamento. Com voto aberto, o sufrágio indireto e censitário era fraudado para certificar a vitória da maioria de deputados do partido do primeiro-ministro, submisso ao Imperador.

Promulgada em 24 de fevereiro de 1891, a primeira Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil foi inspirada na Constituição norte-americana. A Carta Magna adotou “[...] a formulação clássica de separação de Poderes, ou seja, a doutrina tripartite de Montesquieu, estabelecendo como órgãos da soberania nacional os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, harmônicos e independentes entre si.” (OLIVEIRA, 2014, p. 259). Seguindo o modelo federativo e o regime de governo presidencialista, a Constituição estabeleceu a duração da legislatura em três anos, negando ao Legislativo o direito de demitir o ministério, e a eleição direta para presidente da república.

Em âmbito federal, estadual e municipal os membros dos poderes Executivo e Legislativo são eleitos por meio do voto universal, masculino, direto e não secreto daqueles com mais de 21 anos. Não eram considerados cidadãos brasileiros os analfabetos, as mulheres, os mendigos e os militares sem patente. O Congresso Nacional, constituído pelo

Senado e pela Câmara dos Deputados, era formado por três senadores por Estado para um mandato de nove anos e por um número de deputados proporcional ao número de habitantes de cada unidade da federação por três anos (PARANAGUÁ, 2011).

Em 1934 foi promulgada nova Constituição que manteve a República, a Federação, a divisão dos poderes, o presidencialismo e o regime representativo. “Aumentou os poderes do Executivo, definiu os direitos políticos e o sistema eleitoral, admitindo o voto secreto, estendido às mulheres.” (OLIVEIRA, 2014, p. 259). Assim, o voto é estabelecido para homens e mulheres maiores de 18 anos. A Carta Magna instituiu, no Congresso Nacional, a representação classista (deputado eleito pelas organizações profissionais) e aumentou a legislatura para quatro anos. O Poder Legislativo passou a ser exercido de forma colaborativa pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, também responsável por coordenar os Poderes da República. Também foi a partir dessa Constituição que foi introduzido o ensino primário gratuito e obrigatório.

Com o Estado Novo, a Constituição de 1937 foi outorgada por Getúlio Vargas. Inspirada no fascismo, a Carta Magna centra o poder de governo no Poder Executivo e cria o Parlamento Nacional, formado pela Câmara dos Deputados e o Conselho Federal, que substitui o Senado Federal. Segundo Oliveira (2014), Getúlio Vargas concentrou em suas mãos os Poderes Executivo e Legislativo e passou a legislar via decretos-leis que ele próprio depois aplicava como órgão do Executivo. O pleito eleitoral para a escolha de deputados federais passou a ter as seguintes características:

As eleições para a Câmara dos Deputados eram indiretas, vez que os parlamentares seriam eleitos pelos vereadores, em número proporcional à população de cada município e por dez cidadãos eleitos em cada município, especificamente para eleger o Deputado. O Conselho Federal era composto por um representante de cada Estado, eleito pela respectiva Assembléia Legislativa do Estado que poderia ter seu nome vetado pelo governador e por dez membros indicados pelo Presidente da República. (PARANAGUÁ, 2011, p. 7).

Com o fim do Estado Novo surgiu o tempo da democracia populista, com a promulgação da Constituição de 1946, que reconstituiu a independência dos Poderes, a autonomia dos Estados e o pluripartidarismo. A nova Carta reintroduziu o parlamentarismo, que vigorou de 1961 até 1963, e retomou o Congresso Nacional, constituído pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

Em 1964 foi instaurado o regime militar, que vigorou por 21 anos no Brasil. No ano seguinte foi decretado o Ato Institucional nº 02, que fortaleceu o Executivo, garantindo ao presidente o poder de decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas

Estaduais e da Câmara dos Vereadores. Em 1967 foi promulgada nova Constituição, que promoveu a centralização dos poderes no Executivo Federal, reduziu a autonomia individual, permitindo a suspensão dos direitos e garantias constitucionais, e, por fim, criou as eleições indiretas para Presidente da República (Colégio Eleitoral) (OLIVEIRA, 2014).

Durante a ditadura o Legislativo perdeu boa parte da função de legislador para o Executivo, fato respaldado pela Lei de Imprensa e pela Lei de Segurança Nacional, que proibia a oposição aos interesses do regime. Com a participação da sociedade civil e políticos progressistas, a defesa pela redemocratização do país mobilizou os brasileiros pelas 'Diretas Já', resultando nas eleições indiretas de Tancredo Neves e José Sarney. Com a morte de Tancredo, Sarney assumiu a presidência e convocou a Assembleia Nacional Constituinte.

A Constituição Cidadã foi promulgada em 5 de outubro de 1988, instituindo o Estado Democrático de Direito, assegurando a livre participação dos cidadãos na vida política e o pluripartidarismo. O sufrágio se tornou universal, direto e secreto em âmbito federal, estadual e municipal, além de prever o direito ao voto pelos analfabetos e jovens com mais de 16 anos, facultativamente. De acordo com o documento, o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. No sistema do bicameralismo federativo do país uma Casa não se sobrepõe a outra. Entretanto, Oliveira (2014) explica que, formalmente, a Câmara dos Deputados tem o privilégio de iniciar o processo legislativo federal, “[...] pois é perante ela que o Presidente da República, o STF, o STJ e os cidadãos promovem a iniciativa do processo de elaboração das leis.” (OLIVEIRA, 2014, p. 128-129). Isto está previsto na Constituição Federal, que torna a Câmara dos Deputados a Casa iniciadora, em regra, conforme previsto nos artigos 61, 62 e 64 (BRASIL, 1988).

É importante destacar que as leis federais precisam ser aprovadas em duas votações por cada uma das Casas Legislativas, ou seja, após aprovação pela Câmara dos Deputados, o projeto de lei é encaminhado ao Senado para aprovação, por isso recebe o nome de Casa revisora. Caso a iniciativa parta dos senadores, é possível ao Senado ser a Casa iniciadora e a Câmara Federal a revisora.

Autônomo e independente, o Poder Legislativo tem o poder de elaborar, emendar e revogar leis, conforme previsto pelos artigos 44 a 75 da Constituição brasileira. Destacam-se ainda outras funções atípicas: controle das contas públicas federais, autorização para instauração de processo contra determinadas autoridades, julgamento de crimes de responsabilidade e funções deliberativas, como autorização para viagens do presidente, referendos e plebiscitos.

A Câmara dos Deputados é composta por 517 representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional em cada Estado e no Distrito Federal. O número de deputados por estado depende da sua população, sendo que nenhuma das unidades federativas tem menos de oito ou mais de setenta deputados. Estão divididos quantitativamente da seguinte maneira: Acre (8), Alagoas (9), Amazonas (8), Amapá (8), Bahia (39), Ceará (22), Distrito Federal (8), Espírito Santo (10), Goiás (17), Maranhão (18), Minas Gerais (53), Mato Grosso do Sul (8), Mato Grosso (8) e Pará (17).

Em razão da diversidade dos temas propostos ao exame dos Parlamentos, estes possuem comissões parlamentares, que são órgãos colegiados, de natureza técnica, que formam a estrutura do Congresso Nacional e das duas Casas Legislativas – Senado e Câmara dos Deputados. Essas comissões, de acordo com Masson (2015), são responsáveis pelo estudo das proposições apresentadas com o objetivo de oferecerem um parecer antes da deliberação plenária.

São também constituídas com finalidade investigativa (Comissões Parlamentares de Inquérito, representativa (comissões representativas do Congresso Nacional) e de fiscalização da gestão da coisa pública (como a comissão mista de planos, orçamentos públicos e fiscalização), além de funcionarem como espaço singular e privilegiado de interação entre o Parlamento e a sociedade, na medida em que abrigam audiências públicas e recebem, de qualquer interessado, críticas/queixas/reclamações/petições contra atos e omissões de entidades ou autoridades públicas. (MASSON, 2015, p. 617).

Cabe ainda explicar que a comissão formada por deputados e senadores é mista, responsável por analisar assuntos que serão apreciados pelo Congresso Nacional; já a comissão restrita a apenas uma das Casas é exclusiva. Ainda podem ser permanentes ou temporárias, de acordo com a necessidade e a temática.

De 1988 até hoje os deputados votaram diversas leis, definiram a aprovação de contas dos presidentes e, inclusive, já decidiram pelo afastamento de dois presidentes da república, Fernando Collor (ano) e Dilma Rousseff (2016).

No ano de 2014 foram eleitos 17 deputados federais pelo Estado de Goiás, sendo nove reeleitos, incluídas aí duas mulheres, e oito para o primeiro mandato. Dos nove deputados que renovaram o mandato, quatro farão o seu segundo mandato, dois o quarto, um o quinto, um o sexto e um o oitavo. O QUADRO 4 traz o nome, o partido a quantidade de votos e em qual mandato cada um deles está.

Quadro 4 - Lista de deputados federais que representam os goianos na atualidade com os respectivos números de votos recebidos em 2014 e número de mandatos

Deputado	Partido	Votos	Mandato
Delegado Waldir Soares	PSDB	274.625 votos	Primeiro
Daniel Vilela	PMDB	179.214 votos	Primeiro
Flávia Carreiro Albuquerque Moraes	PDT	159.122 votos	Segundo (2010, 2014)
Giuseppe Vecchi	PSDB	120.283 votos	Primeiro
Magda Mofatto	PR	118.458 votos	Segundo (2010, 2014)
Rubens Otoni	PT	115.874 votos	Quarto (2002, 2006, 2010, 2014)
Célio Antônio da Silveira	PSDB	110.992 votos	Primeiro
Alexandre Baldy	PSDB	107.544 votos	Primeiro
João Campos	PSDB	107.344 votos	Quarto (2002, 2006, 2010, 2014)
Jovair Arantes	PTB	92.945 votos	Sexto (1994, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014)
Marcos Abrão Roriz Soares de Carvalho	PPS	92.347 votos	Primeiro
Heuler Cruvinel	PSD	90.877 votos	Segundo (2010, 2014)
Roberto Balestra	PP	85.534 votos	Oitavo (1986, 1990, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014)
Fábio Sousa	PSDB	82.204 votos	Primeiro
Thiago Peixoto	PSD	79.666 votos	Segundo (2010, 2014)
Lucas de Castro Santos (Lucas Vergílio)	SD	78.387 votos	Primeiro
Pedro Chaves	PMDB	77.925 votos	Quinto (1998, 2002, 2006, 2010, 2014)

Fonte: Elaborado pela autora.

Já foram eleitos em Goiás, para mandato de deputado federal, 128 políticos entre os anos de 1945 e 2014. Para mandatos alternados de senador e deputado federal, foram eleitos por Goiás: Benedito Ferreira, Domingos Vellasco, Emival Caiado, Iram Saraiva, Irapuan

Costa Júnior, Lázaro Barbosa, Lúcia Vânia, Maguito Vilela, Marconi Perillo, Mauro Borges, Mauro Miranda, Ronaldo Caiado e Taciano Melo. Joaquim Roriz começou sua vida política em Goiás e foi eleito deputado federal, depois como senador pelo Distrito Federal em 2006.

5.2 FACEBOOK: UMA POSSÍVEL ESFERA PÚBLICA VIRTUAL

A inclusão digital dos brasileiros ainda é um dos grandes desafios do país. A 11ª edição da pesquisa TIC Domicílios 2015⁵, que verifica a posse, o uso, o acesso e os hábitos dos brasileiros em relação às tecnologias de informação e de comunicação, divulgou que 58% da população brasileira utilizam a internet, ou seja, 102 milhões de internautas. Em relação ao levantamento no ano anterior, houve um crescimento de 5%. Realizado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) e pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), o estudo ainda revelou que o telefone celular é o dispositivo mais usado para o acesso individual da internet pelos usuários (89%), seguido pelo computador de mesa (40%), computador portátil ou *notebook* (39%), *tablet* (19%), televisão (13%) e videogame (8%).

A disputa eleitoral brasileira de 2014, que elegeu presidente, governador, deputados federais e estaduais, reafirmou a tendência dos brasileiros de discutir assuntos políticos no ciberespaço. De acordo com o Facebook⁶, o segundo turno das eleições presidenciais bateu recorde de interações na mídia social e se tornou o pleito mais comentado da história da rede social no final do mês de outubro daquele ano. Entretanto, ainda no primeiro turno, realizado em 5 de outubro, as eleições já haviam alcançado o *status* de mais comentada, quando foram registradas 346 milhões de interações, entre curtidas, comentários, compartilhamentos e outras publicações. Naquele período o Brasil registrava 152 milhões de eleitores, enquanto o Facebook contabilizava 89 milhões de brasileiros usuários do site de relacionamento.

Analisando o contexto, é possível entender os motivos que determinam a presença de políticos nas mídias digitais sem que haja uma obrigação legal para isso: manter a interação com os cidadãos e se tornarem cada vez mais conhecidos em um espaço sem muitas regras ou

⁵ COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC domicílios 2015.** CETIC.BR/ NIC.BR, 2016. Disponível em: <https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Dom_2015_LIVRO_ELETRONICO.pdf>. Acesso em: 1º out. 2016.

⁶ PORTAL G1. **Eleições brasileiras foram as mais comentadas da história do Facebook.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/10/eleicoes-brasileiras-foram-mais-comentadas-da-historia-do-facebook.html>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

burocracia. E quanto mais, melhor. Afinal o algoritmo do Facebook segue a mesma lógica do capitalismo, no qual os ricos ficam cada vez mais ricos, ou seja, quanto mais conteúdos publicados e mais interação, mais possibilidades de uma publicação entrar na linha do tempo de um fã. Além disso, o Facebook oferece o botão ‘Seguindo’, a opção de ver primeiro no *feed* de notícias e a ativação das notificações para que o cidadão possa receber determinado conteúdo com prioridade.

De acordo com Lemos (2005), essa mudança de comportamento está ligada às novas práticas sociais da era da conexão e da mobilidade, na qual, a partir do uso da internet, foram reconfiguradas as formas de agregação e participação social. As mídias sociais, como o Facebook, podem reunir milhões de pessoas com diferentes objetivos, ou com “[...] um objetivo mais engajado, de cunho político-ativista.” (LEMOS, 2005, p. 11). Segundo o autor, as massas já estão conectadas no mundo virtual, de modo que as novas práticas políticas devem espelhar uma comunicação em razão dos cidadãos integrantes do ambiente virtual.

A era da conexão parece estar colocando em sinergia espaço virtual, espaço urbano e mobilidade. Depois de séculos de esvaziamento do debate político no espaço público, esse fenômeno mostra o desgaste das atividades políticas clássicas e a emergência de novas formas micro-políticas de ação. (LEMOS, 2005, p. 15).

Lemos (2005) defende uma sociedade cujas práticas se manifestam por meio de um conjunto de redes telemáticas, assim sendo, o autor entende que a internet e as tecnologias móveis facilitam o acesso e a troca de informações a qualquer hora e de qualquer local.

Tanto aos cidadãos quanto aos deputados é possível estar conectado em rede, consumindo e produzindo informação, interagindo ou apenas observando o que está sendo publicado. A interação entre cidadãos e deputados federais revela ainda a importância da comunicação para fortalecer a democracia e estimular o interesse e a participação dos cidadãos na política e em ações voltadas ao exercício da cidadania.

5.3 PERFIL DOS DEPUTADOS E A FANPAGE NO FACEBOOK

Os parlamentares escolhidos para este estudo – Delegado Waldir, Daniel Vilela e Flávia Morais – foram, respectivamente, os mais bem votados para deputados federais nas eleições de 2014 e apresentam o perfil descrito no QUADRO 5.

Quadro 5 – Informações básicas sobre os deputados federais

Deputado Federal	Naturalidade	Formação	Estado Civil
Daniel Vilela	Jataí (GO)	Direito	Casado
Delegado Waldir	Jacarezinho (PR)	Direito	Casado
Flávia Moraes	Belo Horizonte (MG)	Educação Física e Direito	Casada

Fonte: Elaborado pela autora.

Os três deputados federais têm curso superior, sendo que Flávia Moraes possui uma trajetória política com mais experiência no Legislativo federal que os outros, já que está em seu segundo mandato. Daniel já foi eleito para um mandato como vereador em Goiânia e um para deputado federal em Goiás. Os três são graduados em Direito, mas Waldir é o único que se tornou político somente após atuar na área como escrivão e delegado da Polícia Civil do Estado de Goiás. A seguir um breve resumo da história dos políticos e de suas páginas no Facebook.

5.3.1 Delegado Waldir

O parlamentar tem 53 anos e foi eleito com 274.625 votos nas eleições de 2014. É paranaense, natural do município de Jacarezinho, filho de mãe zeladora e criado sem o pai. Graduiu-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), estado onde atuou como escrivão de Polícia Civil e professor particular de estudantes do ensino médio. É casado pela segunda vez e tem três filhos do primeiro casamento. Ao não receber apoio do PSDB para se candidatar a prefeito, mudou-se para o Partido da República (PR) e se tornou pré-candidato à Prefeitura de Goiânia no dia 5 de março de 2016. Obteve a terceira maior votação no primeiro turno, mesmo saindo à frente nas pesquisas de intenção de voto no início da campanha.

Em 2015 o parlamentar apareceu na 16ª colocação do Prêmio Congresso em Foco, na categoria Melhores Deputados, que é uma iniciativa apoiada por diversos parceiros com a

finalidade de distinguir os melhores parlamentares do Congresso Nacional e estimular a sociedade a acompanhar seus representantes de modo ativo e participar da vida política. A votação é feita pela internet com cidadãos e jornalistas.

O delegado da Polícia Civil também concorreu ao mandato federal nas eleições de 2010 e obteve pouco mais de 40 mil votos, sendo eleito suplente. Ele chegou a assumir o cargo por quatro meses. Está voltado para as temáticas da segurança pública.

O parlamentar é favor de temáticas como: redução da maioria penal; pagamento pelo preso dos seus custos na prisão; construção de novos presídios e também de escolas; contratação laboral de menores de 14 anos, desde que continuem estudando; mais rigor nas leis de trânsito; unificação das polícias; creches noturnas para mães que trabalham à noite; defende o modelo tradicional de família, a vida (é contra o aborto) e pretende acabar com a fiança e outros benefícios que facilitam ao criminoso na ficar na cadeia.

O deputado é membro das seguintes comissões na Câmara dos Deputados: Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC), Comissão Especial destinada a estudar e propor melhorias na sistemática de análise e avaliação das contas públicas e de conferência das transferências constitucionais (CECONTAS), Comissão Especial destinada a elaborar proposta de Lei Orgânica da Segurança Pública no Brasil (CESEGPUB), Comissão Especial destinada a estudar e apresentar propostas de unificação das polícias civis e militares (CEUNIFI), Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 3722, de 2012, de autoria de Rogério Peninha Mendonça, que disciplina normas sobre aquisição, posse, porte e circulação de armas de fogo e munições, cominando penalidades e dando providências correlatas, e Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8085, de 2014, do Senado Federal que altera a Lei nº 9503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

No ano de 2015 o deputado Delegado Waldir apresentou sete projetos de lei (QUADRO 6), sendo que todos ainda estavam em tramitação até o dia 18 de janeiro de 2016. De acordo com o site da Câmara dos Deputados, ele apresentou ainda 37 requerimentos, sendo 13 referentes à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras e outros três votos em separado, quatro pareceres de relatoria, dois relatórios prévios e um substitutivo. Relatou cinco projetos de propostas de fiscalização e controle e projetos de lei.

A FIGURA 2 apresenta a foto que o deputado Delegado Waldir usa na sua *fanpage*.

Quadro 6 - Projetos de lei apresentados por Delegado Waldir em 2015

Projeto de Lei	Ementa e explicação
PL 998/2015	Altera a Lei nº 9294 de 15 de julho de 1996, nos termos do Art. 220, § 3º, II, e 221, IV da CFB. Proíbe a propaganda comercial de bebidas alcoólicas.
PL 968/2015	Dispõe sobre a proibição de propagandas e divulgações que incentivem, facilitem ou incitem a prostituição em estabelecimentos como casas noturnas, motéis e em mídias como canais de TV, jornais e similares e dá outras providências.
PL 967/2015	Dispõe sobre a proibição de uso de modelos mulheres para divulgação de propagandas de lingerie e afins em vias públicas, bem como em mídias visuais como TV, Jornais impressos e similares.
PL 3564/2015	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1994 - Lei de Execução Penal - para proibir o contato físico entre o preso e seus visitantes, inclusive com advogado.
PL 2772/2015	Altera os arts. 3º, 9º e 53 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, no sentido de atualizar os valores para acesso aos Juizados Especiais de acordo com a realidade do País.
PL 2135/2015	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 2 – Foto do perfil do deputado Delegado Waldir no Facebook



Fonte: Adaptado da *fanpage* do deputado Delegado Waldir.

5.3.2 Daniel Vilela

O deputado federal Daniel Elias Carvalho Vilela, 32 anos, bacharel em Direito, casado, pai de dois filhos, foi eleito com 179.214 votos nas eleições de 2014. Natural do município de Jataí, no Sudoeste goiano, veio para Goiânia ainda recém-nascido, onde o pai exercia a carreira política. É filho do ex-governador e ex-senador Maguito Vilela, eleito prefeito de Aparecida de Goiânia nas Eleições de 2012. Aos sete anos começou a treinar futebol na Escolinha do Goiás Esporte Clube, onde se tornou atleta profissional.

Começou cedo na política, acompanhando o pai, desde o comitê-mirim até o assessoramento direto. Na juventude Daniel dividia sua atenção entre estudos, treinos e auxílio nas campanhas de Maguito Vilela. Em 2008 Daniel foi eleito para a função de vereador em Goiânia com 8.380 votos, sendo o quinto mais votado. Em 2009 se graduou em Direito e tomou posse em seu primeiro mandato. Na Câmara Municipal exerceu a função de líder do PMDB e presidiu a Comissão de Educação e Cultura. Em 2010 Daniel foi eleito deputado estadual entre os dez mais bem colocados, com 37.382 votos. Na Assembleia Legislativa de Goiás se tornou líder da bancada do PMDB.

Na Câmara dos Deputados Daniel Vilela integra as seguintes Comissões: Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público (CTASP), Comissão Especial destinada a estudar e apresentar propostas de reformulação da Lei Pelé, do Estatuto de Defesa do Torcedor e das demais legislações aplicadas ao futebol e demais esportes (CEESPORT); Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A,

de 2007, de autoria de Raimundo Gomes de Matos e outros, que dá nova redação ao artigo 6º da Constituição Federal (inclui a água como direito social) e apensada; Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 187-A, de 2012, de autoria de Wellington Fagundes e outros, que dá nova redação ao artigo 96 da Constituição Federal, dispondo sobre a eleição dos órgãos diretivos dos Tribunais de 2º grau; Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 250-A, de 2008, de autoria de Pedro Chaves e outros, que acresce artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (integra aos quadros efetivos de pessoal os empregados de empresa estatal em fase de liquidação, ou em processo de extinção, que se encontram agregados ao serviço público com mais de vinte anos de exercício); Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 491, de 2012, de autoria de Luiz Carlos Hauly e outros, que acresce incisos aos artigos 150 e 155 da Constituição Federal (proíbe a criação de imposto incidente sobre insumos agrícolas, pecuária, alimentos para o consumo humano e medicamentos); Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1572, de 2011, de autoria de Vicente Cândido, que institui o Código Comercial; Subcomissão Especial de Agroenergia (SUBAGROE).

Em sua página no Facebook o deputado Daniel Vilela se apresenta como figura pública e traz sua naturalidade, afiliação partidária, biografia, atividades, gênero e data de nascimento, em 23 de outubro de 1983, informações de contato de quatro mídias sociais e o endereço de seu site. Ainda apresenta sua história em terceira pessoa, enfatiza que tem um conceito moderno de participação política e está ciente de que o contato com o cidadão é essencial. O texto enfatiza que “[...] por mais que se esforce, nem sempre é possível ter reuniões pessoais” e “[...] valoriza a internet como meio de comunicação entre o mandato e as demandas da sociedade”. A FIGURA 3 apresenta a foto que o deputado utiliza em sua *fanpage*.

Figura 3 - Foto do perfil do deputado Daniel Vilela no Facebook



Fonte: Adaptado da *fanpage* do deputado Daniel Vilela.

Em 2015, Daniel Vilela apresentou 35 projetos de lei, apresentados no QUADRO 7 que está no APÊNDICE A por uma questão de estética na apresentação do seu conteúdo.

De acordo com o site da Câmara dos Deputados, Daniel Vilela apresentou 14 requerimentos, 15 requerimentos de informação, sete Projetos de Lei Complementar, sete pareceres de relator, 16 indicações, cinco emendas de relator, quatro emendas de Plenário, três projetos de resolução, dois substitutivos, dois votos em separado, três emendas na comissão, uma subemenda substitutiva em plenários e uma emenda aglutinativa em Plenário. Ainda foi relator em seis projetos. Utilizou R\$ 384.360,71 da cota parlamentar.

5.3.3 Flávia Moraes

A deputada federal Flávia Carreiro Albuquerque Moraes, do PDT, mais conhecida como Flávia Moraes, 47 anos, recebeu 159.122 votos para o exercício do segundo mandato na Casa. Obteve a terceira maior votação em Goiás, sendo a mulher mais bem votada do estado. É mineira, natural de Belo Horizonte, graduada em Educação Física pela Eseffego, hoje unidade da Universidade Estadual de Goiás (UEG), e em Direito, pela PUC Goiás. É casada com o médico e político George de Moraes, que foi deputado estadual em Goiás (1999-2001), prefeito de Santa Bárbara de Goiás (1993-1997) e de Trindade por dois mandatos (2001-2008), nos quais Flávia foi primeira dama. Em 2016 quase foi expulsa do partido por ter apoiado o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, contrariando decisão partidária. No

entanto, Flávia Moraes foi apenas advertida pela cúpula nacional do PDT, que se a expulsasse perderia força no Congresso Nacional.

É titular nas seguintes comissões na Câmara Federal: Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER), Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP); Comissão Especial destinada a estudar e debater os efeitos da crise hídrica, bem como propor medidas tendentes a minimizar impactos da escassez de água no Brasil (CEHIDRIC); Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 250-A, de 2008, de autoria de Pedro Chaves e outros, que acresce artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (integra aos quadros efetivos de pessoal os empregados de empresa estatal em fase de liquidação, ou em processo de extinção, que se encontram agregados ao serviço público e que possuam mais de vinte anos de exercício); Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1628, de 2015, de autoria de André Moura, que altera a Lei nº 1.350/2006 para regulamentar as atividades dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de lei Complementar nº 137, de 2015, o Senado Federal, que dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação e a fusão e o desmembramento de municípios nos termos do artigo 18 da Constituição Federal; Comissão Externa destinada a apuração e as ações vinculadas aos crimes de estupro em todo o território nacional (CEXCREST); Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher; Coordenadoria dos Direitos da Mulher; Secretaria da Mulher e da Subcomissão Especial para a realização das Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016.

Em sua página no Facebook Flávia Moraes se apresenta como uma política, disponibiliza o endereço de seu site e um *link* para sugestão de edições pelo internauta. A FIGURA 4 apresenta a foto que a deputada utiliza em sua *fanpage*.

Figura 4 - Foto do perfil de Flávia Moraes no Facebook



Fonte: Adaptado da *fanpage* da deputada Flávia Moraes.

De acordo com o site da Câmara dos Deputados, Flávia Moraes ainda apresentou 31 requerimentos, três Emendas na Comissão, três Emendas de Plenário, um Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo, um Projeto de Lei Complementar, um Relatório Setorial, e teve 21 Projetos Relatados. Utilizou R\$ 414.295,15 da cota parlamentar em 2015. No primeiro ano do novo mandato apresentou oito projetos de lei, os quais estão listados no QUADRO 8.

Quadro 8 - Projetos de Lei apresentados por Flávia Moraes em 2015

Projeto	Ementa
PL-1459/2015	Estabelece prazo para a realização de cirurgia eletiva sensível ao tempo e dá outras providências.
PL 1460/2015	Dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos de ensino, públicos e privados, em funcionamento no território nacional, manterem aparelho desfibrilador externo automático.
PL-1461/2015	Acrescenta o inciso VIII no art. 105 da Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, a fim de tornar obrigatório

	dispositivo de proteção para pernas e motor para motocicletas e motonetas.
PL-2265/2015	Acrescenta dispositivo ao art. 213 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para dispor sobre os casos de aumento de pena do estupro e estupro coletivo.
PL-2482/2015	Dá nova redação ao artigo 41 e revoga o art. 41-A da Lei 9.096, de 19 de setembro de 1995, que "dispõe sobre partidos políticos e regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal" para regulamentar a distribuição do Fundo Partidário entre as agremiações com pelo menos um representante eleito em uma das Casas do Congresso Nacional, provendo percentual diferenciado para os partidos que elejam pelo menos uma representante do sexo feminino da Câmara dos Deputados.
PL-2792/2015	Altera o artigo 70 da lei 10.741, de 2003 - Estatuto do Idoso. Explicação: Torna obrigatória a criação de varas especializadas e exclusivas de idosos.
PL-3337/2015	Dispõe sobre a cessão de créditos da Dívida Ativa da União a pessoas jurídicas de direito privado e dá outras providências.
PL-497/2015	Dispõe sobre o percentual mínimo e máximo de participação de membros de cada sexo nos conselhos de administração das empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e outras empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Fonte: Elaborado pela autora.

As publicações das *fanpages* dos deputados federais verificadas são do mesmo período do primeiro ano do segundo mandato da então presidente Dilma Rousseff, do PT, e de seu vice Michel Temer, do PMDB. Em meio às denúncias da Lava-Jato, o desafio do governo federal era controlar a inflação, as contas públicas e promover o crescimento do país, mantendo os benefícios sociais. À época, os partidos eram aliados políticos, inclusive com o PDT. Portanto, Flávia Moraes e Daniel Vilela faziam parte da base do governo na Câmara dos Deputados.

5.4 NÚMEROS DE PUBLICAÇÕES DOS DEPUTADOS FEDERAIS DURANTE 2015

A internet promoveu a integração de todas as mídias, mas foram as mídias digitais que ampliaram para toda a sociedade os sistemas de comunicação que hoje são interpessoais e de comunicação tradicional. Cada cidadão passou a ter a possibilidade de acessar várias fontes de informação e também de construir seus próprios veículos de comunicação, contribuindo com a inteligência coletiva, em uma perspectiva da cultura de participação. Ao se tornar emissor, o indivíduo conseguiu divulgar informações e provocar debates no ambiente digital e também

no mundo físico, estabelecendo diálogos com outros atores e compartilhando informações. É tempo de autocomunicação de massa.

Na sociedade em rede programadores e comutadores **são atores e redes de atores (verificar)** que têm o poder de criar redes, “[...] a forma de poder mais importante na sociedade em rede.” (CASTELLS, 2015, p. 93). Sendo assim, Castells (2015) defende que o poder da sociedade em rede é o poder da comunicação. Se não há cidadania sem comunicação (SIGNATES; MORAES, 2016), então podemos dizer que a sociedade em rede, com seu potencial comunicacional, tem o poder de possibilitar as ferramentas necessárias para que a comunicação e a interação possam ser exercidas em prol da cidadania. O desafio deste estudo foi tentar verificar se as *fanpages* dos deputados têm sido utilizadas com esse cunho, partindo da centralidade da comunicação em detrimento de uma visão mediacêntrica.

Todo esse potencial voltado para a interação fez com que o uso das mídias digitais pelos deputados federais ultrapassasse o processo eleitoral, tão estudado por diversos pesquisadores. A interação constante com os cidadãos durante seus mandatos se tornou possível e, porque não dizer, necessária, em um momento de crise política e econômica e, principalmente, de crise de legitimidade na representação dos cidadãos nos poderes constituídos.

O Facebook é uma importante ferramenta de divulgação das ações dos deputados federais, agregada a ela está a responsabilidade de compartilhar informações de utilidade pública, voltadas à prestação de contas, à transparência, ao debate e à escuta e o engajamento desse representante no âmbito parlamentar, político e social. Vemos então, em primeiro lugar, a comunicação dos cidadãos com os deputados como um modo de exercício e expressão da cidadania; em segundo, a representação política como exercício da cidadania, expressa por meio da comunicação dos deputados com os cidadãos em suas *fanpages*.

Bourdieu (2011) afirma que as representações oficiais daquilo que um homem é oficialmente em um espaço social dado se tornam *habitus*, elas se tornam o fundamento real das práticas. Segundo o autor, uma das dificuldades da luta política é que dominantes tecnocratas ou epistemocratas, de direita ou de esquerda, são partidários da razão e do universal que nos faz caminhar em direção a tempos e lugares nos quais, cada vez mais, serão necessárias justificativas técnicas, racionais, para dominar; e nos quais os dominados também terão a discricionariedade de se utilizar da razão para se defender contra a dominação.

O acesso à informação não garante por si só a cidadania, mas tem sua importância na interação e no debate. A partir daí o cidadão estabelece uma postura ativa, consolidada pela oportunidade de ter espaços de fala e de encontro com outros atores e com seus representantes

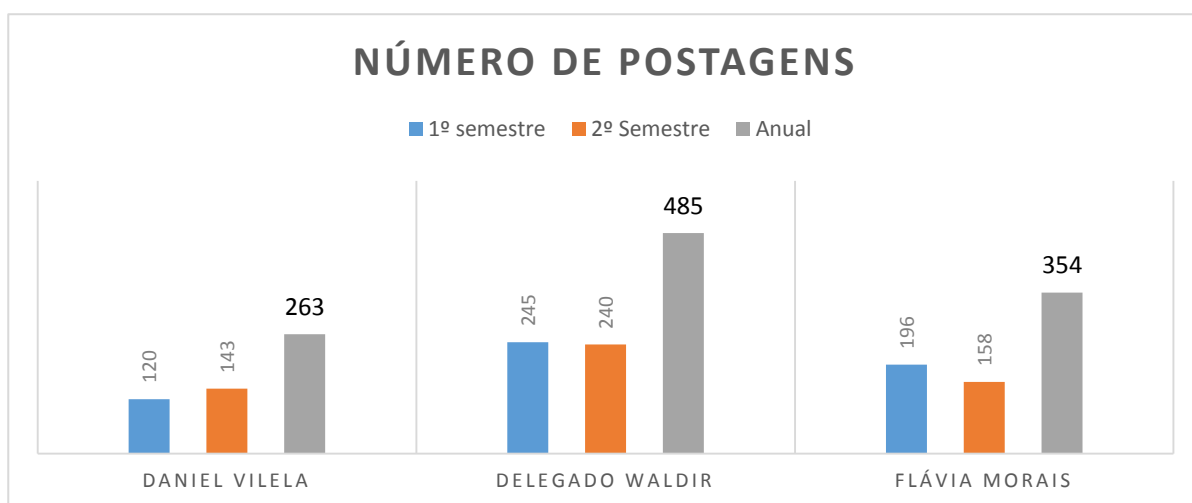
políticos. A comunicação é um processo de interação, com trocas legítimas que causam ações e reações, ainda que muitas das vivências no espaço virtual sejam automatizadas.

Por isso, as *fanpages* dos deputados federais talvez sejam espaços para a construção de um novo hábito, modificando as estruturas sociais – na qual a comunicação/interação com os mandatários políticos seja algo possível e comum, e modificando a expressão de desinteresse e descrença dos cidadãos para expressões ativas de luta pela cidadania. Se hoje temos o hábito de acreditar que os políticos só buscam interação para serem eleitos, os políticos também passaram a ter o hábito de serem eleitos ainda que se comuniquem apenas nas eleições. E isso precisa ser mudado.

Uma rede é um conjunto de atores que se relacionam e produzem fluxos informativos unilaterais, bilaterais ou interativos entre muitos. Assim, foi a partir do uso das mídias sociais que se tornou possível, aos cidadãos, interagir com líderes políticos, antes invisíveis e inacessíveis para a maioria que representavam. Tanto representantes quanto representados ainda se adaptam às relações estabelecidas no ambiente digital, dinâmico e sem controle, no qual é preciso estar disposto a interagir. Afinal, mesmo quando algum dos interlocutores quer encerrar a conversa, ela não para, pois há a possibilidade de novos atores darem continuidade a ela. Os padrões dessas relações travadas entre cidadãos e deputados formam um espaço social mapeado e analisado pelos métodos já citados.

Após a campanha eleitoral de 2014 os três parlamentares – Delegado Waldir, Daniel Vilela e Flávia Moraes – continuaram a utilizar suas páginas no Facebook no primeiro ano de mandato (GRÁFICO 1). Ao que parece, as estratégias de comunicação para garantir visibilidade e credibilidade são estendidas após uma campanha eleitoral e têm continuidade. Isso se acentuou ainda mais após uma série de mudanças nas regras para as campanhas eleitorais em 2016. As postagens feitas pelos políticos em suas *fanpages* durante o ano de 2015 ilustram o ponto de partida para a interação entre eles e os cidadãos e os assuntos que fomentaram curtidas, comentários e compartilhamentos. Além disso, se a fonte da publicação é o deputado, acredita-se que ele esteja ciente das potencialidades concedidas aos cidadãos para oportunizar debates e questionamentos.

Gráfico 1 - Número de publicações feitas pelos deputados em 2015



Fonte: Elaborado pela autora.

O Delegado Waldir foi o deputado que fez o maior número de postagens ao longo do ano, com um total de 485, divididas em 245 no primeiro semestre e 240 no segundo semestre. Com média de 1,32 *posts* por dia, ele publicou praticamente todos os dias do ano, às vezes mais de uma vez em algumas datas e nenhuma em outras.

Com pouco espaço dentro do PSDB e sem uma base eleitoral definida, Delegado Waldir explorou a *fanpage* para se tornar mais conhecido e buscar interação com os cidadãos. Segundo o G1 Goiás⁷, logo após as eleições, no dia 6 de outubro de 2014, o delegado tinha mais de 328 mil seguidores na sua página no Facebook. Em 20 de janeiro de 2016 a página registrava 647.942 curtidas e, em 20 de março de 2017, 656.959 curtidas.

Flávia Moraes fez 354 publicações, sendo 196 no primeiro semestre e 158 no segundo. Com uma média de 0,96 *posts* por dia, ela preencheu a *fanpage* com quase uma publicação por dia, mas, diferentemente de Waldir, possui mais espaço dentro do partido em Goiás e tem, no município de Trindade, sua principal base eleitoral. Se Delegado Waldir precisa lutar para conquistar espaço no partido e uma base eleitoral no mundo *off-line*, Flávia Moraes já a possui, tanto que explorou as publicações em que se encontrou com cidadãos, como diversas viagens a municípios, nos quais buscou o contato face a face com os goianos.

Daniel Vilela foi o que menos publicou, somando um total de 263 publicações, com 23 a mais no segundo semestre do que no primeiro, o que deixou a média em 0,72 *posts* por dia. Assim como Flávia Moraes, o deputado divulgou uma série de viagens em que procurou

⁷ BORGES, Fernanda. Delegado Waldir é campeão de votos em Goiás: resposta à crise. **G1 Goiás**, Goiânia, 6 de out. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/eleicoes/2014/noticia/2014/10/resposta-crise-de-seguranca-diz-waldir-soares-sobre-recorde-de-votos.html>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

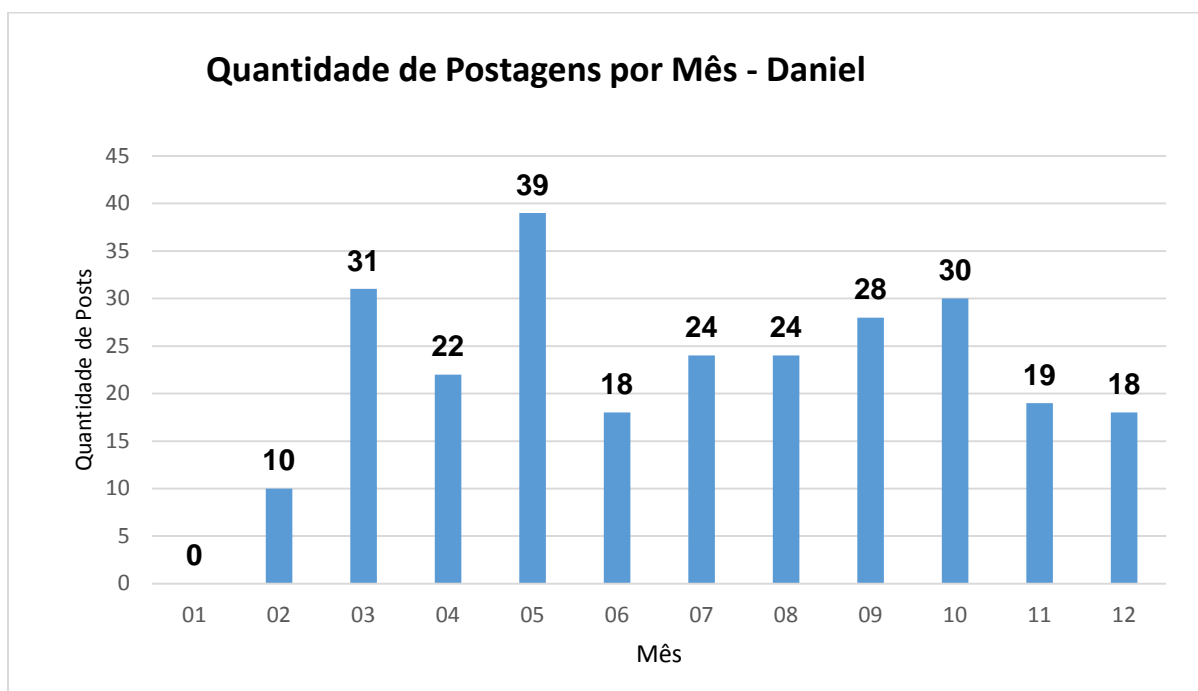
manter uma interação face a face com os cidadãos, compartilhando com Maguito Vilela sua base eleitoral em Jataí e em Aparecida de Goiânia, dentre outros municípios.

A constância das publicações feitas pelos três deputados federais ajuda a manter o vínculo com o internauta, que pode ter conhecimento sobre as ações do mandato e conhecer visões e opiniões sobre os fatos do dia a dia. Ajuda também a produzir bons resultados a partir da perspectiva do algoritmo do Facebook, por meio do qual as publicações mais recentes têm prioridade às mais antigas nos *feeds* de notícias e páginas.

Ao que parece, a mídia social ainda não é o foco principal para a interação dos deputados federais Daniel Vilela e Flávia Morais, já que as publicações feitas revelam a atenção dada ao encontro presencial, a uma interação face a face com os cidadãos. Isso se justifica ao verificarmos que, segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia 2014 (BRASIL, 2014a), 58% da população nunca usa ou não costuma usar a internet, 23% acessavam todos os dias e outros 18% acessavam de um a seis dias na semana. Ainda assim, 41% da população tinha acesso à internet em Goiás, identificado como o estado brasileiro com o maior tempo de conexão dos internautas, registrando 6 horas e 14 minutos durante a semana e 4 horas e 46 minutos no final de semana. Destes, 42% acessavam a rede mundial de computadores de casa.

Em 2015 a Pesquisa Brasileira de Mídia (BRASIL, 2015b) ainda registrou forte exclusão digital dos goianos, mas em um cenário mais positivo. Um índice de 53% dos goianos já tinham acesso à internet, o que colocou a inclusão digital em Goiás acima da média nacional. O estudo registrou 40% dos goianos com acesso diário à internet; em contrapartida, 42% não usam ou nunca usaram a internet. Outros 13% acessam de um a seis dias na semana. A intensidade do uso durante a semana caiu para 4 horas e 13 minutos e, nos finais de semana, para 3 horas e 38 minutos. Porém, o site Facebook era, disparado, a mídia social mais acessada, com a presença de 83% dos internautas brasileiros.

Ao retomarmos a análise do número de publicações feitas por Daniel Vilela, verificamos que o parlamentar iniciou suas publicações em 1º de fevereiro, quando foi empossado no mandato. A média foi de 21,92 postagens por mês, porém, nos meses de março (31), abril (22), maio (39), julho (24), agosto (24), setembro (28) e outubro (30), o número de publicações ficou acima da média (GRÁFICO 2).

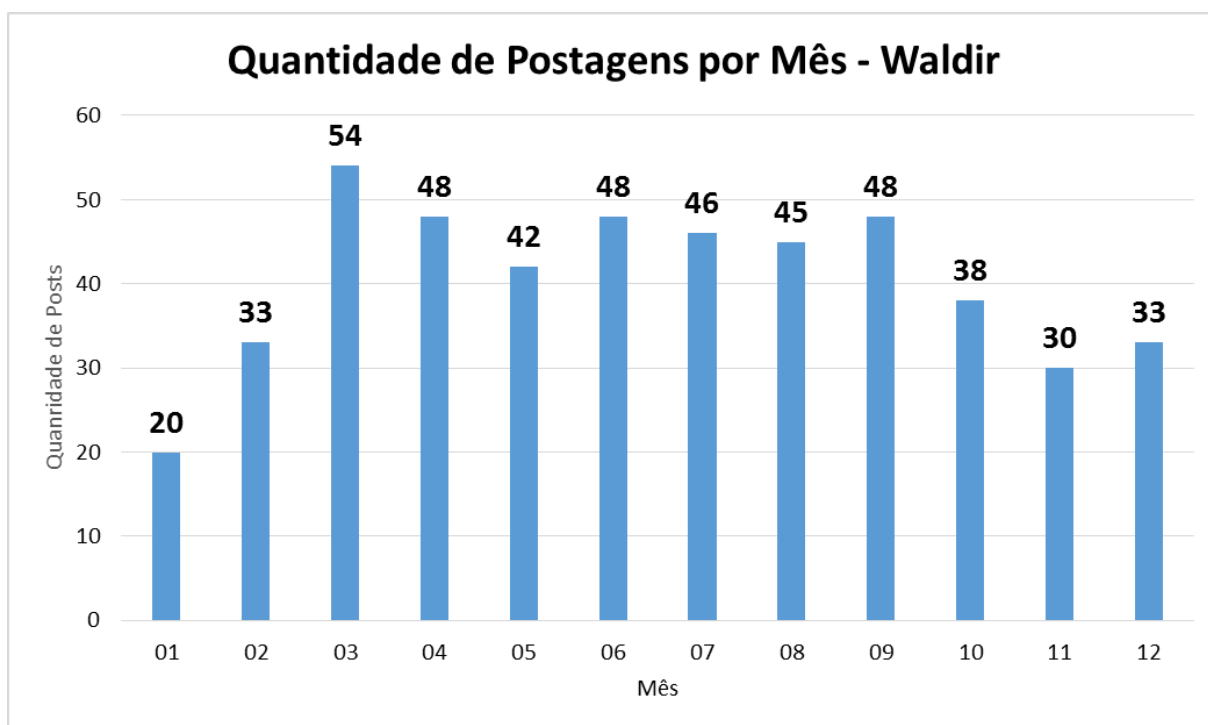
Gráfico 2 - Total de postagens por mês do deputado Daniel Vilela em 2015

Fonte: Elaborado pela autora.

Em todos os meses Daniel Vilela manteve contato com representantes de vários municípios de Goiás, seja recebendo em seu gabinete na Câmara Federal, seja fazendo audiências ou visitas às cidades do interior goiano – dentre elas, Goianésia, Ipiranga, Morrinhos, Nova Glória, Santa Helena, Maurilândia, Porteirão, Joviânia, Quirinópolis, Aragoiânia. De acordo com os *posts*, Aparecida de Goiânia é o município em que Daniel mais esteve presente, cidade na qual seu pai era prefeito em 2015. Além de participar de eventos da prefeitura, o parlamentar manifestou apoio ao município e auxiliou vereadores e lideranças locais a buscar contato com secretários e ministros do Executivo federal. Em 2016 o deputado assumiu o comando do PMDB em Goiás em uma eleição interna do partido.

A média de publicações da página de Delegado Waldir foi de 40,41 por mês, porém, essa média subiu consideravelmente no mês de março (54) (GRÁFICO 3). Nesse período Delegado Waldir fez forte oposição à presidente Dilma e ao PT, registrando na página sua participação na primeira manifestação contra o governo, no dia 15 de março de 2015, em Goiânia, junto a cerca de 60 mil pessoas e, posteriormente, em outras. Outros assuntos que o parlamentar enfatizou ao longo do ano foram: a participação na CPI da Petrobrás e a defesa pela redução da maioridade penal.

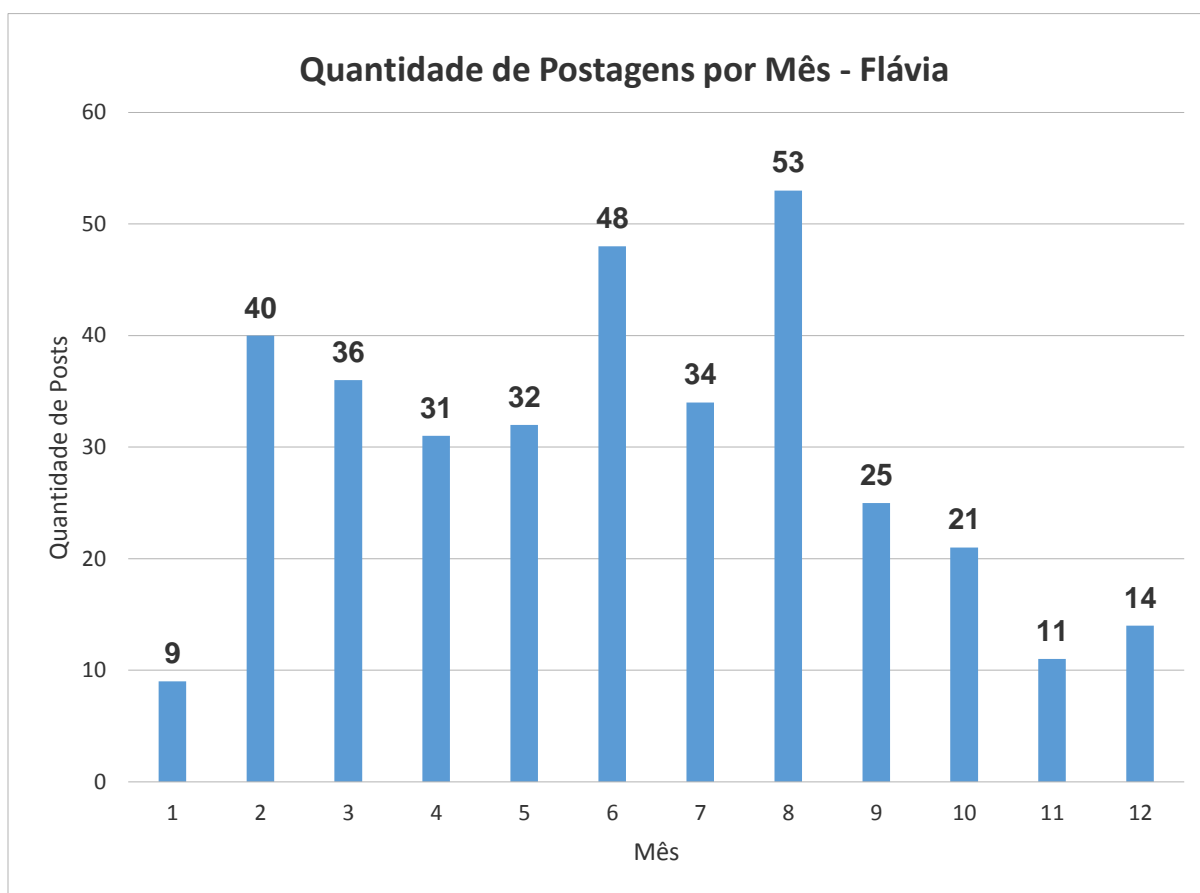
Gráfico 3 - Total de postagens por mês do deputado Delegado Waldir em 2015



Fonte: Elaborado pela autora.

Apesar de ser do PSDB, Delegado Waldir fez críticas ao governo de Goiás, comandado pelo governador Marconi Perillo, do mesmo partido. Dentre elas a implantação do Serviço de Interesse Militar Voluntário Especial (Simve), formado por homens que serviram ao exército, mas não fizeram concurso público, e recebiam baixos salários. A baixa popularidade no partido fez o deputado mudar para o Partido da República (PR) no ano seguinte para concorrer às eleições para prefeito de Goiânia em 2016, alcançando o terceiro lugar no primeiro turno.

A deputada estadual Flávia Moraes alcançou uma média de 29,5 *posts* por mês, porém, esse resultado cresceu entre os meses de fevereiro e agosto (GRÁFICO 4). Assim como Daniel Vilela, Flávia Moraes manteve proximidade com muitos municípios goianos, por meio de visitas, atendimentos na Câmara dos Deputados e eventos, dentre eles: Porangatu, Nazário, Cezarina, São João da Aliança, Baliza, Israelândia, Niquelândia, Inhumas, Rio Verde e, em especial, Trindade, município onde seu marido foi prefeito.

Gráfico 4 - Total de postagens por mês da deputada Flávia Moraes em 2015

Fonte: Elaborado pela autora.

O índice de publicações foi mais alto no mês de agosto (53), no qual tratou de uma série de temáticas ligadas à representação da mulher, como parto humanizado, feminicídio, Marcha das Margaridas e o projeto Mais Mulheres na Política. Em 2016 Flávia Moraes quase foi afastada do partido após contrariar orientação partidária para que votasse contra a instalação do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

5.5 FORMATO DAS PUBLICAÇÕES DOS DEPUTADOS FEDERAIS

Conforme vimos anteriormente, o algoritmo do Facebook influencia diretamente nas publicações que aparecem no *feed* de notícias e no *feed* de páginas de cada cidadão, o que desafia ainda mais cidadãos e deputados a construírem, nas *fanpages*, um espaço para a cidadania. Periodicamente o Facebook muda a equação do algoritmo que determina o que vai aparecer no *feed* do cidadão. Essas alterações acompanham as mudanças de comportamento

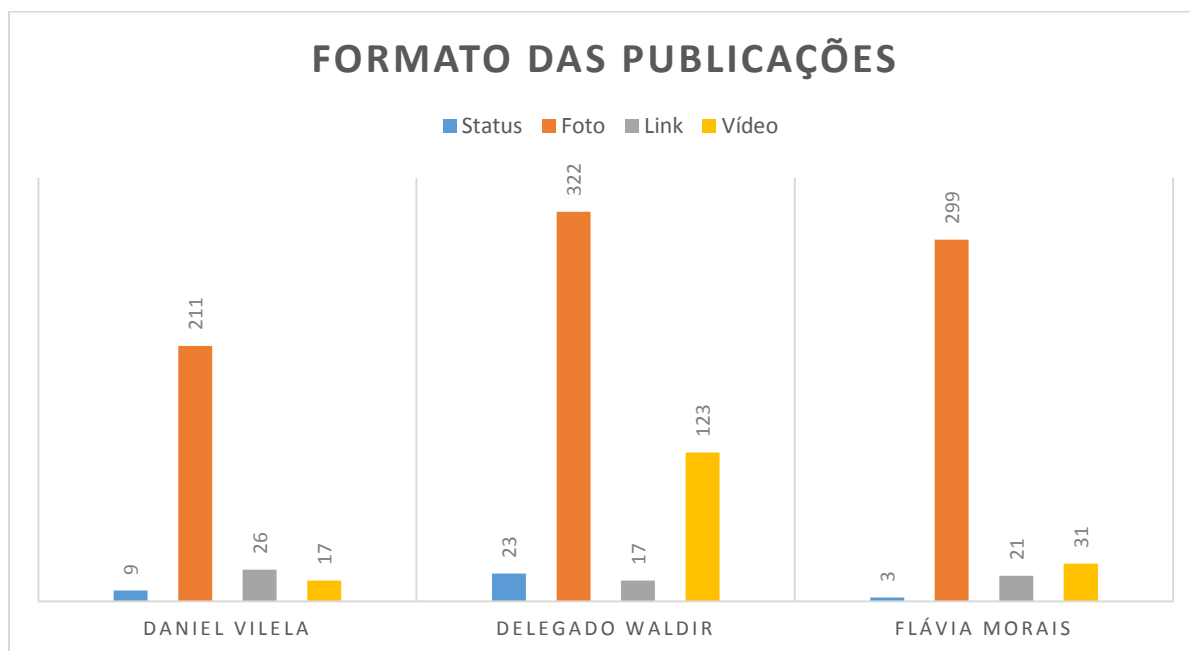
dos usuários identificadas em pesquisas pela empresa e influenciam decisivamente as possibilidades de interação.

Sabemos que, ainda que um cidadão tenha curtido uma *fanpage*, há a possibilidade de as postagens oriundas dela pouco ou não aparecerem na linha do tempo desse seguidor, caso ele não opte pela opção de ter prioridade para receber conteúdos de determinadas páginas. De acordo com algumas comunicações oficiais do Facebook, isso acontece porque uma série de aspectos influenciam o conteúdo a ter maior ocorrência no *feed* dessas pessoas, dentre eles o tipo de interação que o cidadão teve com as publicações da página que curte – se curtiu, comentou ou compartilhou; o número de vezes que ocorreu interações com as páginas e os membros que formam essa rede social; se o cidadão denunciou algum conteúdo; se, ao compartilhar alguma publicação originária da *fanpage*, o conteúdo recebeu interações de seus amigos. Enfim, muitas variáveis afetam o mural de notícias e de páginas do cidadão.

Dentre os critérios principais do funcionamento do algoritmo, temos a atualidade (ou temporalidade) das publicações de cada deputado e a afinidade dos cidadãos com esses conteúdos. Ou seja, para as informações das *fanpages* chegarem ao cidadão é necessário que ele visite e/ou interaja com a página constantemente. Além disso, muitas pesquisas foram realizadas para descobrir o perfil do leitor na internet, assim, sabe-se que a grande maioria das pessoas escaneiam as páginas, ou seja, não leem da esquerda para a direita e palavra por palavra, o que indica, dentre outros fatores sociais e culturais, que o formato das publicações pode ser determinante para a leitura e, conseqüentemente, para a interação.

O formato em que são publicadas as postagens são determinantes para promover interesse dos cidadãos e o acesso à informação, mas, principalmente, para ampliar as chances de aparecer no *feed* de páginas e/ou no *feed* de notícias. Além de atrair a atenção e informar rapidamente, as imagens (foto ou vídeo) se destacam nos *feeds* dos cidadãos.

Ao analisarmos os formatos das publicações disponibilizadas pelos deputados, obtivemos os resultados que estão apresentados no GRÁFICO 5.

Gráfico 5 - Formatos das publicações dos deputados

Fonte: Elaborado pela autora.

O uso de fotos é o formato mais utilizado pelos deputados, entretanto Daniel Vilela e Flávia Moraes nem sempre apresentam imagens com boa qualidade; já Delegado Waldir publica muitas fotos oriundas da própria internet, sem dar créditos, mas, em geral, suas fotos têm boa qualidade. Foram 322 postagens com foto de Delegado Waldir, 299 de Flávia Moraes e 211 de Daniel Vilela.

De acordo com o site Insights⁸, do Facebook, a organização divulgou, no início de 2015, que o número de *posts* de vídeo por pessoa havia aumentado 75% em todo o mundo e 94% nos Estados Unidos. O *upload* de fotos também cresceu, chegando a mais de 350 milhões de fotos em média naquele ano. Desde junho de 2014 o Facebook registrou uma média de mais de 1 bilhão de visualizações de vídeo diariamente. À época da pesquisa o usuário apenas era notificado sobre a publicação de um vídeo ou de transmissões ao vivo (Live) das páginas que ele seguia. No ao vivo ele só poderia acompanhar o vídeo a partir da página onde o mesmo era divulgado.

O Facebook possibilitou transmissões ao vivo em agosto de 2015, mas apenas para algumas celebridades e páginas de veículos de comunicação, que podiam gravar vídeos ao vivo para seus seguidores. Delegado Waldir foi o que mais explorou o uso do vídeo para divulgar conteúdos, autorais ou não, seja para falar de datas comemorativas ou divulgar

⁸ FACEBOOK IQ. **The new universal language**. Disponível em: <<https://insights.fb.com/2015/01/07/new-universal-language/>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

votações e outros momentos na Câmara dos Deputados. Ainda em 2015, o parlamentar utilizou as transmissões ao vivo, que passavam a impressão de que estava conversando diretamente com o cidadão, sem interferência de um possível assessor, principalmente para trazer conteúdos sobre a rotina parlamentar, como votações, propostas e medidas parlamentares. Além de ver a imagem do parlamentar, o cidadão podia perceber suas emoções e ser informado sob a perspectiva desse mandatário público. Os outros dois deputados não usaram transmissões ao vivo.

Dentre as publicações do parlamentar Daniel Vilela, nove estão em formato de *status*, 17 em vídeo, 26 com *link*. Os dados revelam a preferência para publicações com fotos, deixando em segundo plano o uso de *links*, inclusive para o site do próprio deputado, e de vídeos. Apesar de praticamente todas as publicações trazerem *status* em conjunto com vídeo, *link* e foto, um número de nove publicações trouxe apenas conteúdo escrito, no formato *status*, com destaque para a publicação em 1º de fevereiro, quando Daniel informou que assumiu o mandato.

Das 485 postagens de Delegado Waldir, 23 traziam apenas *status* e 17 textos com *links* para outras páginas. À época o parlamentar não possuía site para onde direcionar os conteúdos da *fanpage* e preferiu, muitas vezes, replicar os conteúdos da mídia sem direcionar o cidadão para as páginas dos veículos ou apontar a fonte. Flávia Moraes também explorou pouco os vídeos e os *links*, ainda que isso pudesse direcionar o cidadão para informações mais completas em seu site.

A informação virtual é hipertextual, mas os deputados exploram muito pouco essa capacidade ao não fazerem um trabalho conjunto em muitos dos textos na *fanpage* com seus sites, o site da Câmara dos Deputados e outros endereços que podem somar com informações detalhadas sobre projetos e seus impactos na sociedade. Além disso, a multimidialidade não pode ser utilizada como ilustração, mas para facilitar o entendimento sobre informações, fatos e opiniões e até para conquistar mais engajamento na interação.

5.6 PARTICIPAÇÃO DOS DEPUTADOS FEDERAIS NAS *FANPAGES* NO PRIMEIRO ANO DE MANDATO: O TEMA DAS POSTAGENS

As *fanpages* do Facebook foram utilizadas de maneira diversificada pelo parlamentar para apresentar conteúdos, ganhar visibilidade e interagir. Entretanto, nem todos os assuntos de interesse público do cotidiano do deputado federal foram divulgados. Isso fica claro

quando não encontramos publicações com todos os projetos de sua autoria ou a identificação do seu posicionamento frente a inúmeras votações sobre diversas temáticas que ocorreram naquele ano.

No exercício do mandato, a atuação do político é modificada consideravelmente em comparação aos meses de campanha eleitoral. Se antes buscava angariar votos para ser eleito, com o mandato nas mãos precisa se legitimar como uma liderança capaz de representar os cidadãos goianos, incluídos aqueles que não são seus eleitores. Se antes falava sobre propostas, depois precisa concretizá-las.

Mais do que isso, o parlamentar precisa estar em proximidade com os cidadãos para garantir a transparência de seus objetivos enquanto agente político, lutando pela sistematização da cidadania na elaboração das leis, na definição de emendas, na fiscalização das contas do governo federal e muitas outras funções que a representação popular abarca para a efetivação da cidadania. Tudo isso alinhado às orientações partidárias.

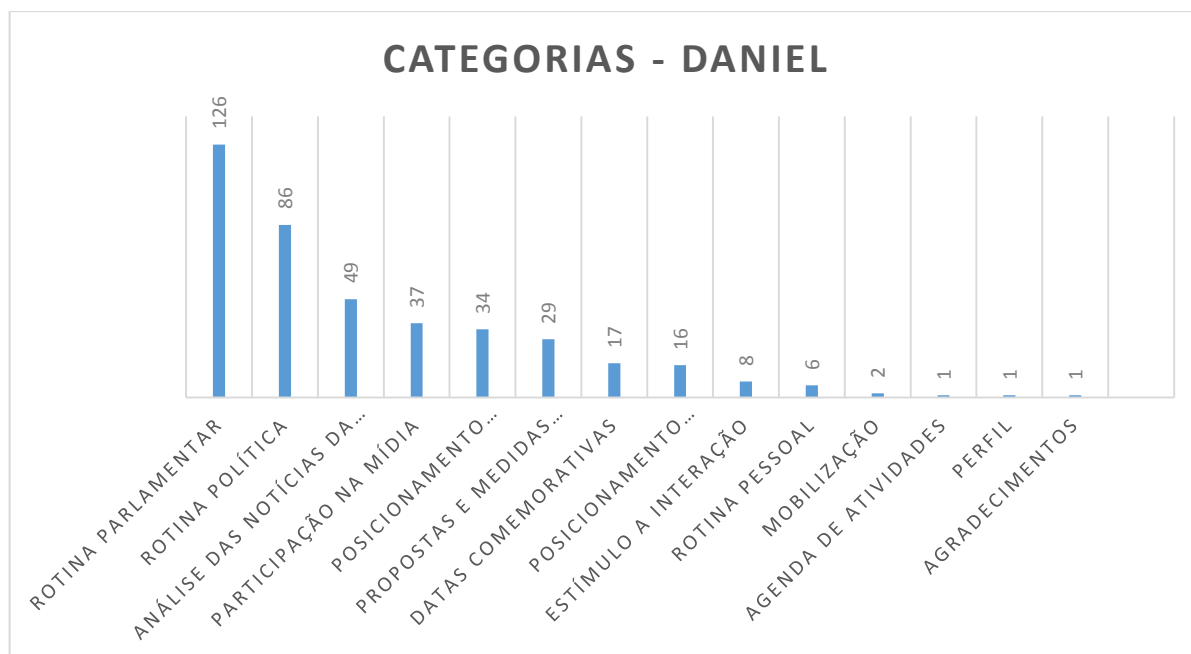
Apesar de a Lei de Acesso à Informação ter empreendido a obrigatoriedade da publicidade de uma série de dados aos órgãos públicos, isso não garante acesso e/ou compreensão do cidadão em relação aos dados ou ao formato como são disponibilizados. Sendo assim, consideramos neste trabalho a representação responsável como um exercício ativo de cidadania, expresso no interesse do parlamentar em divulgar as informações de sua rotina de uma maneira mais simples e direta do que nos sites dos órgãos que integram ou no Portal da Transparência ou no Portal Brasileiro de Dados Abertos, não apenas enquanto deputado federal que reconhece as necessidades do povo que representa, mas também como cidadão. O exercício de um mandato é uma das expressões mais desafiadoras da cidadania, expressa legalmente na Constituição no direito de votar e ser votado e no reconhecimento dos cidadãos ao votarem nesse representante político.

Questionamos aqui quais as temáticas que os deputados federais apresentaram em suas páginas no Facebook. Para identificarmos os assuntos publicados pelos parlamentares foi elaborada uma categorização das postagens dos três deputados, conforme procedimento já explicado, com a intenção de agrupar dados e classificar as postagens seguindo determinados critérios.

5.6.1 Temáticas do deputado Daniel Vilela

No GRÁFICO 6 estão as categorias encontradas nas publicações do deputado Daniel Vilela. E na TABELA 1 está categorização aplicada às publicações de Daniel Vilela.

Gráfico 6 - Categorias encontradas nas publicações de Daniel Vilela



Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 1 - Categorização aplicada às publicações de Daniel Vilela

Áreas	Categorias	Número de publicações
Pessoal	Perfil	1
	Rotina pessoal	6
	Agenda de atividades	1
Política	Rotina parlamentar	126
	Propostas e medidas parlamentares:	29
	Rotina política	86
	Posicionamento contrário	34
	Posicionamento Favorável	16
	Prestação de contas	0
	Análise das notícias da mídia ou Fatos atuais	49
	Participação na mídia	37
	Mobilização	2
Social	Orientações de cidadania	0
	Estímulo à interação	8
	Homenagens recebidas	0
	Datas comemorativas	17
	Agradecimentos	1

Fonte: Elaborado pela autora.

A área pessoal, composta pelas categorias Perfil (1), Rotina pessoal (6) e Agenda de atividades (1), possui poucas publicações. Isso revela que a rotina pessoal de Daniel Vilela não faz parte dos objetivos da *fanpage*. Se as imagens do perfil ou informações não precisam ser trocadas sempre, a falta de publicações sobre a agenda impede os cidadãos de acompanhar seus compromissos como parlamentar.

Quantitativamente, a área política contém as categorias mais encontradas nas publicações de Daniel Vilela. Entre as três categorias quantitativamente mais identificadas – Rotina parlamentar, Rotina política (86) e Análise das notícias da mídia (49), o destaque ficou por conta da rotina parlamentar, com 126 mensagens divulgadas.

O parlamentar divulgou regularmente as visitas recebidas em seu gabinete na Câmara dos Deputados e as viagens que fez aos municípios goianos para manter proximidade presencial com prefeitos, lideranças do PMDB e cidadãos. Também demonstrou gostar de dar visibilidade a encontros com ministros e outros membros do governo, quando auxiliou líderes locais a conseguir recursos e contatos para algum objetivo de interesse público, bem como sua participação em eventos de inaugurações de obras de prefeitos de seu partido ou em que auxiliou em alguma fase do processo.

Na sequência, a rotina política foi encontrada em 86 publicações da página do parlamentar, principalmente quando a intenção era reforçar sua ligação com o PMDB e os aliados do partido, sejam eles prefeitos correligionários ou a então presidente Dilma Rousseff e membros do PT – partido que formou a chapa vencedora com o PMDB nas eleições de 2014 para a presidência, que contou com Michel Temer (PMDB) para vice. Em 2016 votou a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff, substituída por Michel Temer no comando do Executivo do país ao final do processo no Senado.

Em terceiro estão as 49 publicações em que as categorias Análise das notícias da mídia e Fatos atuais surgem, quando Daniel Vilela divulgou sua percepção acerca das informações oriundas dos meios de comunicação, as quais os cidadãos também consomem cotidianamente. A prática contribui para dar visibilidade à imagem do político aguerrido e informado e auxilia na interação com os cidadãos, já que eles possivelmente conhecem os assuntos pelos veículos e podem, na *fanpage*, discuti-los com o parlamentar. Essa categoria, junto a de Posicionamento contrário, reforçaram sua atitude combativa de oposição ao governador de Goiás, Marconi Perillo. O parlamentar aproveitou da cobertura midiática sobre falhas e pontos fracos do governo estadual para criticar o trabalho do adversário político. Talvez isso seja um indicativo da intenção de Daniel Vilela de, no futuro, disputar eleições para governador ou

apoiar o candidato do seu partido. As publicações sugerem que PMDB e PSDB não pretendem realizar uma coligação tão cedo.

Na sexta colocação estão as Propostas e medidas parlamentares, com 29 publicações. Daniel Vilela não apresentou na *fanpage* todos os projetos de lei e medidas que iniciou em 2015. O deputado deu ênfase naqueles que acreditou ter mais destaque e aceitação pública, como o Programa de Proteção ao Emprego, no qual atuou como relator, e o projeto de lei para regulamentar o escritório remoto (ou *home office*) no serviço público. Das 35 propostas de lei, várias delas pouco ou não receberam nenhuma menção na *fanpage* – como a proposta para coibir o porte de armas de fogo dentro de estabelecimentos como boates, que só foi falada pelo parlamentar na página, no formato de *status*, após policiais apontarem imperfeições na aplicação da lei e a necessidade de revisão do texto do projeto.

Os posicionamentos favoráveis apareceram 16 vezes. Em contrapartida, Daniel Vilela não disponibilizou nenhuma publicação com prestação de contas do mandato.

A área social foi registrada com cinco categorias, sendo que a categoria Participação na mídia obteve a quarta colocação, com 37 publicações que reproduzem suas participações e publicações na mídia, ou quando suas ações são assunto nos meios de comunicação. Há ainda o registro de 17 Datas comemorativas, oito Estímulos à interação, duas Mobilizações e um agradecimento.

A categoria de Estímulo à interação é por si só a expressão do deputado em interagir com os cidadãos, por isso há expressões como ‘dêem sua opinião’, ‘Que tal usar seu smartphone para ajudar na moralização da política?’, dentre outras. O QUADRO 9, apresentado no APÊNDICE B, traz os resultados acerca do pequeno reconhecimento do deputado ao responder poucas vezes os cidadãos.

A verificação da interação entre os três deputados e o cidadão é feita parte por métodos digitais e verificada manualmente na *fanpage*, sendo assim, todos os comentários foram contabilizados. Já as curtidas foram contabilizadas somente até a de número 30. Desse modo, quando foi ultrapassado o montante determinado de curtidas há a expressão ‘mais de 30 curtidas’.

Em apenas oito *posts* Daniel Vilela buscou estimular interação com os cidadãos, e quando o fez, ampliou o número de comentários, como na publicação sobre entrevista ao jornal Opção. Apesar de estimular os cidadãos a expressar suas opiniões, Daniel Vilela praticamente não interagiu com eles. Foram, ao todo, apenas 15 curtidas e dois comentários.

Ao retomarmos as cinco etapas da teoria de Wolton (2011), referente tanto à comunicação entre humanos quanto à comunicação mediada por tecnologias, identificamos

que o deputado busca se comunicar ao ter uma *fanpage* e fazer publicações contínuas, ao compartilhar e buscar persuadir o cidadão em relação a seus pontos de vista. Entretanto, não dá continuidade ao processo comunicativo ao não responder questões, dúvidas ou posicionamentos dos cidadãos. Na Web 2.0 comunicar não é só transmitir, mas interagir.

Ao interagir, Daniel Vilela explorou mais a forma reativa (seletiva), representada nas curtidas, e poucas vezes fez uso da interação mútua (comunicativa), representada por meio de comentários em resposta ao cidadão. Em regra, o deputado repete o processo comunicativo dos meios de comunicação de massa (um-todos) e permite pouca convivência e negociação de sentidos com os internautas. Este tipo de comportamento do deputado afeta a relação com os cidadãos, que também passam a interagir pouco com ele. Assim, os laços não se desgastam, mas também não se fortalecem.

Ao não responder os comentários do cidadão, Daniel Vilela demonstra pouca abertura para o diálogo e não oferece reconhecimento ao indivíduo e suas demandas no ambiente da *fanpage*. Temos aqui laços assimétricos, com forças diferentes no sentido deputado-cidadão, ao retomarmos as orientações de Recuero (2009).

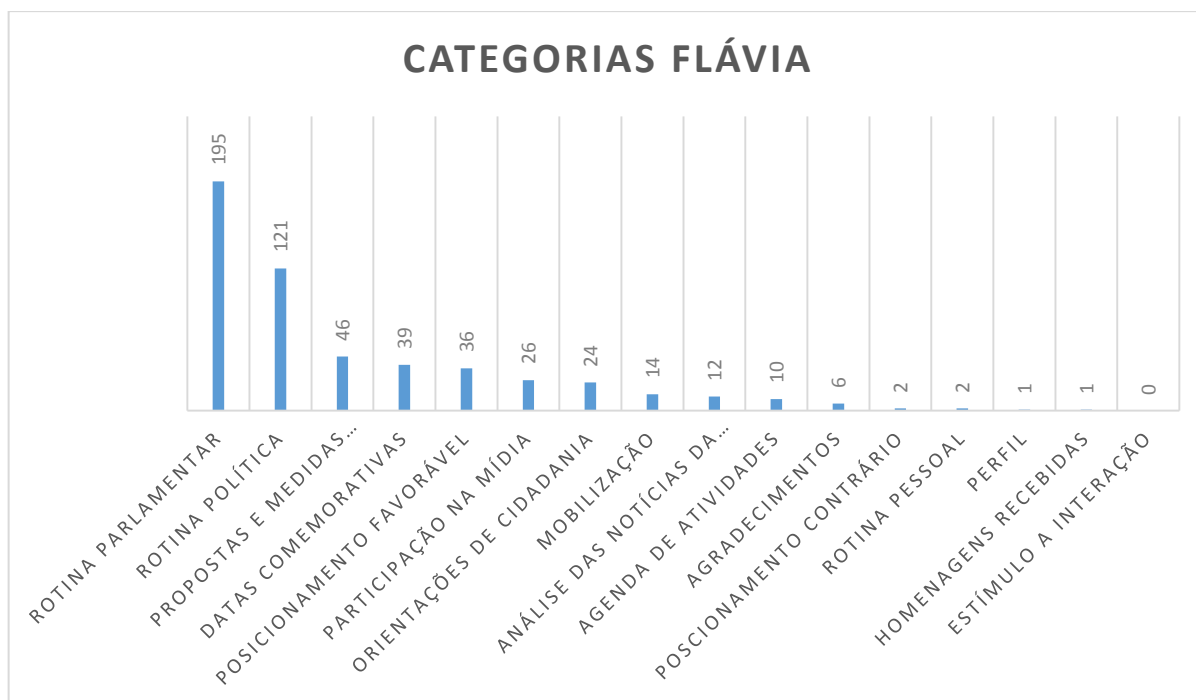
Em postagem sobre projeto de lei para coibir o porte de armas de fogo dentro de estabelecimentos, Daniel Vilela afirma que o diálogo está sempre aberto, mas não respondeu a nenhum comentário, nem curtiu ou compartilhou. A maior parte dos comentários foi contrária à sua proposta. Isso faz parecer que a abertura de diálogo que prega é uma falácia, um simulacro. Ao retomarmos as etapas da comunicação, sob a ótica de Wolton (2011), vemos que as fases de negociação e convivência foram comprometidas em razão da falta de engajamento do deputado em interagir.

5.6.2 Temáticas da deputada Flávia Moraes

A *fanpage* da deputada federal Flávia Moraes tem semelhanças com a de Daniel Vilela ao trazer mais assuntos ligados à Rotina parlamentar (195) e à Rotina política (121) (GRÁFICO 7). Na primeira categoria, Flávia Moraes, assim como Daniel Vilela, explorou as viagens ao interior; as visitas ao seu gabinete; os eventos, incluído aí o Saúde em Movimento, atividade que a própria parlamentar realiza nos municípios goianos; as ações de auxílio a gestores municipais para legitimar sua atuação parlamentar e se manter próxima presencialmente ao cidadão, a prefeitos e lideranças do PDT. Também divulgou sua

participação em eventos que reuniram políticos de outros partidos e encontros com membros do executivo federal acompanhando prefeitos e lideranças.

Gráfico 7 - Categorias encontradas nas publicações de Flávia Moraes



Fonte: Elaborado pela autora.

A área pessoal, dividida nas categorias Perfil, Rotina pessoal e Agenda de atividades, foi pouco explorada na *fanpage* da parlamentar. No período de um ano fez apenas uma alteração no seu perfil e divulgou, por duas vezes, sua rotina pessoal. A agenda de atividades, que poderia oferecer informações para que o cidadão acompanhe sua rotina, foi apresentada em dez publicações. Assim como os outros dois parlamentares, demonstrou não se interessar em divulgar com antecedência sua agenda.

O número de ocorrências das categorias da área política se sobrepôs às das outras duas áreas. Foram registradas 195 publicações sobre a rotina parlamentar da deputada federal, 121 sobre a rotina política, 46 propostas e medidas parlamentares, 36 posicionamentos favoráveis, dois posicionamentos contrários, 12 análises das notícias da mídia ou fatos atuais e nenhuma sobre prestação de contas. Os dados podem ser visualizados na TABELA 2.

Tabela 2 - Categorização aplicada às publicações de Flávia Morais

Áreas	Categorias	Número de publicações
Pessoal	Perfil	1
	Rotina pessoal	2
	Agenda de atividades	10
Política	Rotina parlamentar	195
	Propostas e medidas parlamentares:	46
	Rotina política	121
	Posicionamento contrário	2
	Posicionamento favorável	36
	Prestação de contas	0
	Análise das notícias da mídia ou Fatos atuais	12
Social	Participação na mídia	26
	Mobilização	14
	Orientações de cidadania	24
	Estímulo à interação	0
	Homenagens recebidas	1
	Datas comemorativas	39
	Agradecimentos	6

Fonte: Elaborado pela autora.

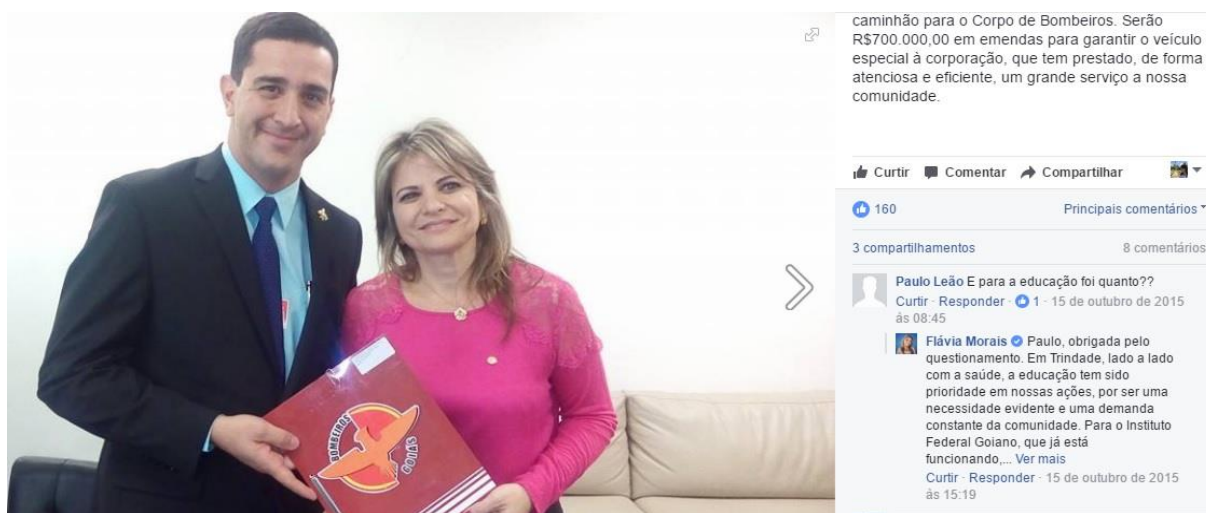
A rotina parlamentar de Flávia Morais foi intensa e com ações bem diversificadas, como eventos, reuniões, participação em comissões, missão oficial, dentre outras. Muitas publicações foram voltadas à defesa dos direitos humanos e de minorias majoritárias, como mulheres, idosos, crianças e adolescentes. Muitas das propostas e medidas divulgadas na página abarcam esses grupos. Ainda deu publicidade às emendas parlamentares à Lei Orçamentária Anual, de sua autoria, voltadas à Farmácia Popular e ao Corpo de Bombeiros de Trindade, e a suas relatorias em propostas de outros parlamentares, como na CPI do Tráfico de Pessoas e na Medida Provisória 658/2014 sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A Rotina política foi a segunda categoria com o maior número de ocorrências, verificadas em 121 postagens. Casada com o presidente do partido e uma das mulheres com maior expressividade na política de Goiás, Flávia Morais se esforça na manutenção de sua base eleitoral em Trindade. E trabalha para ampliá-la, com visitas aos municípios goianos com o projeto social Saúde em Movimento, em parceria com o Lions Clube e a Legião da Boa Vontade, promovendo exames de ultrassonografia 4D, que possibilitam às futuras mães observar o feto, ultrassonografias da próstata, mamas, superior, pélvica e de tireoide, eletrocardiograma e outros procedimentos médicos. Feitos por meio de cadastramento prévio, os atendimentos são realizados em um ônibus equipado com os aparelhos necessários.

Ao ser questionada por informações extras à publicação sobre a LOA, Flávia Morais respondeu, mas não costuma estimular a interação com o cidadão (1) (FIGURA 5). A

deputada também realizou publicações sobre datas comemorativas ligadas ao aniversário de cidades e datas significativas aos grupos e categorias que apoia, como o Dia Internacional da Mulher, do Idoso, os nove anos da Lei Maria da Penha, dentre outras. Outra ação da deputada é realiza eventos na Câmara dos Deputados, ou em outros, locais para discutir as questões ligadas às temáticas que apoia.

Figura 5 - Flávia respondeu dúvidas do cidadão



Fonte: Adaptado da *fanpage* da Deputada Flávia Moraes.

As postagens com posicionamentos favoráveis, que remetem seu apoio a temáticas, são publicadas, às vezes, associadas a orientações de cidadania (24) – como a educação de qualidade, a Marcha das Margaridas, a mamografia após os 40 anos e o projeto Mais Mulheres na Política, que trouxe a discussão acerca da baixa representatividade feminina nas casas legislativas.

As análises das notícias da mídia e fatos atuais ocorreram em apenas 12 postagens, o que revela que, diferente dos outros parlamentares, a deputada está mais focada em publicar assuntos direcionados à sua rotina e não à pauta da mídia, o que ocorre com pouca frequência.

Na área social o maior número de ocorrências aconteceu nas publicações sobre datas comemorativas. Conforme já dito antes, Flávia Moraes está atenta aos aniversários de alguns municípios e datas ligadas aos grupos e categorias profissionais que apoia. Suas participações na mídia foram retratadas em 26 publicações, nas quais disponibilizou a imagem ou o *link* para os sites de veículos de comunicação, por meio dos quais os cidadãos conseguiriam obter as informações. As orientações de cidadania foram registradas em 24 postagens, com textos em primeira ou terceira pessoa, nos quais apontou sua percepção acerca da defesa da cidadania e orientou os cidadãos sobre o assunto, como se pode ver na FIGURA 6.

Figura 6 - Flávia Moraes se posicionou a favor da educação de qualidade



Fonte: Adaptado da *fanpage* da Deputada Flávia Moraes.

Flávia Moraes tentou mobilizar os cidadãos pela *fanpage* em 14 postagens. Em uma delas, assim como Delegado Waldir, para que os cidadãos votassem nela como melhor deputada federal no Prêmio Congresso em Foco, mas não obteve sucesso. Em outros momentos a parlamentar tentou mobilizar pessoas a participar de um debate sobre a nova regra do seguro-desemprego e do abono salarial com o ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, e pediu que os cidadãos se mobilizassem em torno da proposta que amplia a participação das mulheres no Parlamento, que não foi aprovada.

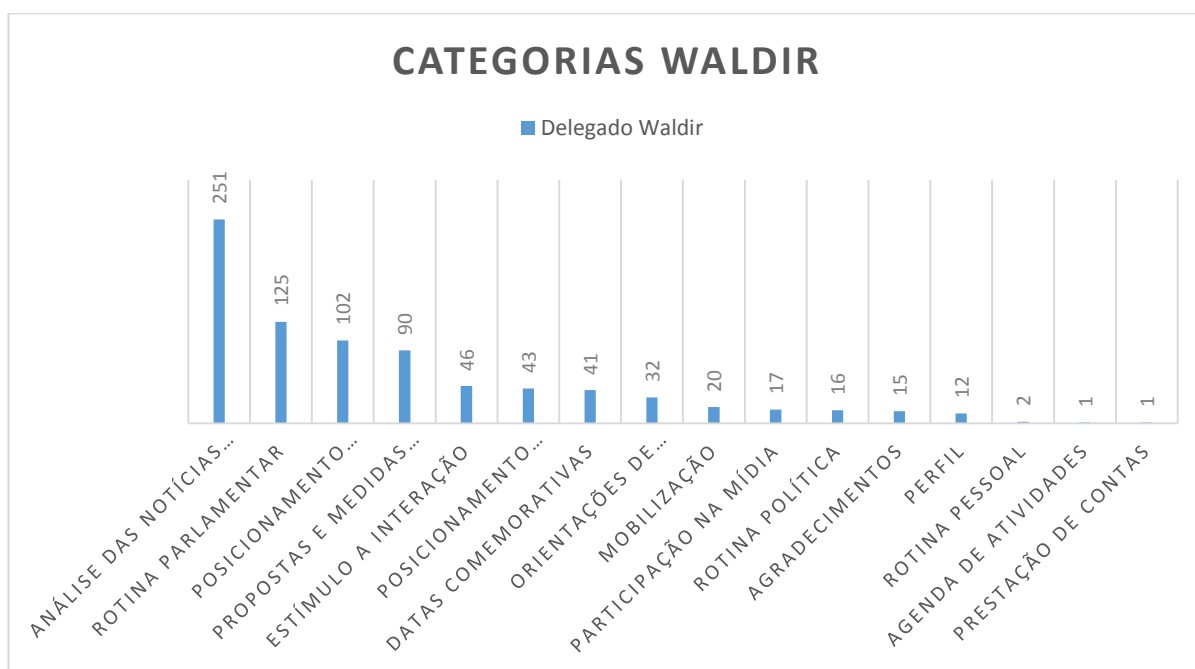
Fez seis agradecimentos e registrou uma homenagem recebida. Não houve ocorrências da categoria Estímulo à interação. Flávia não estimulou os cidadãos a interagir com ela. Poderíamos pensar que a plataforma do Facebook é interativa por si só, mas sem engajamento na interação com os cidadãos fica inviabilizada a possibilidade da escuta e do diálogo entre a representante e o representado e da negociação de sentidos sobre sua atuação parlamentar. Ao retomarmos os ensinamentos de Wolton (2011) e de Recuero (2009), percebe-se que a formação do laço social, no âmbito político, fica comprometido, também em razão da assimetria desse laço, demonstrada na atenção dada pelo cidadão e não retribuída pela deputada.

5.6.3 Temáticas do deputado Delegado Waldir

Na área pessoal, a rotina pessoal e a agenda de atividades, com duas e uma postagem, respectivamente, não receberam atenção na *fanpage* do Delegado Waldir, assim como nas dos outros parlamentares (GRÁFICO 8 e TABELA 3). Entretanto, o deputado alterou 12 vezes sua foto de perfil ou a capa da *fanpage*.

A área política é a que teve o maior número de publicações, porém, com destaque para as análises de notícias da mídia e de fatos atuais. Percebe-se que o deputado acompanhou a agenda da mídia e as temáticas em alta na internet, o que por si só já estabelece uma relação com os cidadãos, já que estes também consomem as mesmas informações oriundas de diversos veículos de comunicação e mídias digitais e já podem estar familiarizados com muitos dos assuntos, o que facilita a interação, inclusive por meio de comentários.

Gráfico 8 - Categorias encontradas nas publicações do Delegado Waldir



Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 3 - Categorização aplicada às publicações de Delegado Waldir

Áreas	Categorias	Número de publicações
Pessoal	Perfil	12
	Rotina pessoal	2
	Agenda de atividades	1
Política	Rotina parlamentar	125
	Propostas e medidas parlamentares	90
	Rotina política	16
	Posicionamento contrário	102
	Posicionamento favorável	43
	Prestação de contas	1
	Análise das notícias da mídia ou Fatos atuais	251
	Participação na mídia	17
Social	Mobilização	20
	Orientações de cidadania	32
	Estímulo à interação	46
	Homenagens recebidas	0
	Datas comemorativas	41
	Agradecimentos	15

Fonte: Elaborado pela autora.

Assim como nas *fanpages* dos outros dois parlamentares, a categoria Rotina parlamentar (125) surgiu em muitas publicações. A diferença é que Delegado Waldir deu mais ênfase em sua atuação na casa, como suas participações e discursos em plenário e nas comissões, incluindo na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a Petrobras, e, ainda, com votações. Entretanto, não costuma divulgar atendimentos em seu gabinete. Apenas uma viagem ao interior foi divulgada, nas outras vezes a viagem estava relacionada a ações dentro das Comissões, incluída a CPI.

Os posicionamentos contrários (102) tiveram mais frequência do que os posicionamentos favoráveis (43). Delegado Waldir se preocupou mais em fazer oposição do que mostrar o que apoia. Além de forte oposição ao governo de Dilma Rousseff e ao PT, o parlamentar também se opôs a ações do governador Marconi Perillo em relação ao SINVE e à greve dos servidores estaduais da Segurança Pública, em 9 de dezembro de 2015. Observou-se que, ao contrário de Flávia Moraes, o parlamentar costuma redigir os conteúdos mais sob a ótica do que se opõe. Tanto que publicou menos posicionamentos favoráveis do que a metade de posicionamentos contrários. Se isso revela um perfil combativo, que acompanha outros gestores e políticos que agem de modo diferente de suas convicções, também demonstra

menos atenção sobre aquilo ou aqueles a quem se posiciona a favor, defende e atua em conjunto, o que enfraquece sua expressão como representante.

Também se opôs aos direitos humanos, como se não conhecesse o processo histórico e coletivo por meio do qual foram construídos ao longo da história. Quando se referiu a eles o deputado falou como se os direitos humanos fossem ditados por algumas pessoas e não como direitos conquistados em contextos de luta e de superação das sociedades. Dois pontos chamaram a atenção: a) é a favor da segurança para todos, mas defendeu o direito a porte de arma; b) defendeu a redução da maioria penal, mas há um baixo índice de adolescentes apreendidos e, geralmente, são de classes sociais baixas. Delegado Waldir ainda se colocou a favor da família, mas disse acreditar que o adolescente a partir dos 14 anos pode trabalhar, desde que esteja um período em sala de aula, ao invés de estar complementando seus estudos. O deputado afirmou se posicionar pela segurança das mulheres, mas votou contra o aborto, negando o direito de escolha quanto a isso pela própria mulher, porque acredita que algumas vão usar disso quando engravidarem após não se protegerem em uma relação sexual. São visões paradoxais.

Em relação às propostas e medidas parlamentares, no período de um ano, Delegado Waldir fez 90 *posts*, no quais buscou informar sobre todos os projetos de lei que apresentou e muitas outras medidas e atos, como seus votos na Casa. Dentre os três políticos, Delegado Waldir foi o que menos apresentou projetos de lei em 2015, mas foi o que mais deu publicidade e interagiu sobre essas propostas com os cidadãos, seja curtindo ou respondendo comentários ou oferecendo mais informações. O parlamentar demonstra gostar de questionar os internautas sobre suas opiniões em relação aos diversos assuntos encontrados nas publicações.

Dos três, foi o parlamentar que mais buscou informar aos cidadãos sobre seus atos e posicionamentos. Já a rotina política foi um dos assuntos com poucas publicações, somando 16 *posts*, o que revela que o parlamentar apresenta pouca articulação com grupos políticos ou sociais, representantes e lideranças.

Foi o único a fazer uma prestação de contas geral, com um resumo de sua atuação parlamentar nos seis primeiros meses como deputado federal, no formato de um vídeo de três minutos; mas não o fez ao final do ano.

Na área social, Delegado Waldir se destacou ao ter a categoria Estímulo à interação na quinta posição, com 46 publicações (QUADRO 10, APÊNDICE B). Em seus textos, costumava estar sempre fazendo perguntas retóricas ou questionando os internautas, como em uma conversa, inclusive usando muitas reticências no texto, como se estivesse respirando ou

dando ao cidadão uma pausa para pensar. Além disso, o deputado foi o que mais interagiu sobre o tema no espaço dos comentários, conforme demonstra o QUADRO 10, com dez dos 46 *posts* de Delegado Waldir, sendo contadas até no máximo 30 comentários e 30 curtidas.

Dentre os três deputados, Delegado Waldir é o que mais se engajou na interação com os cidadãos, tanto na forma reativa ao curtir um comentário, quanto mútua, ao responder comentários. Ao dialogar com o cidadão, expôs sua percepção e, algumas vezes, ofereceu *links* de site da Câmara, ou outros, para fundamentá-la. Demonstrou estar disponível à convivência no ambiente virtual, talvez por isso sua página seja a que possui o maior número de curtidas e engajamento dos cidadãos na interação.

A problemática da interação entre o deputado e o cidadão está menos ligada ao engajamento do político e mais na mediação da quantidade de pessoas que desejam dialogar com ele. Há tantas pessoas comentando uma publicação que, quando o deputado não responde, o diálogo ocorre entre os próprios cidadãos, em uma perspectiva similar ao projeto da inteligência coletiva, proposta por Lévy (2003) e discutida por Jenkins (2008), na perspectiva da convergência.

As datas comemorativas apareceram em 41 publicações. Como os outros deputados, Delegado Waldir destacou datas comemorativas festivas, como Natal e Ano Novo, Dia das Crianças, da Independência; ligadas a cidades – como, por exemplo, o dia do aniversário de Goiânia, ou a categorias profissionais – como dia dos professores, do terapeuta ocupacional, do médico veterinário, do guarda civil e do soldado, dentre outros.

As orientações de cidadania obtiveram 32 postagens com diversos enfoques, dentre eles, procedimentos no trânsito, como uso do cinto de segurança, atenção ao semáforo, paz no trânsito, aconselhamento para não envolvimento com drogas, recomendações de segurança e proteção de crianças e adolescentes, incentivo a doação de sangue, dentre outras.

Ao longo do ano Delegado Waldir fez 20 mobilizações na internet para: as pessoas apoiarem o *impeachment*; evitarem sair de casa em razão da paralisação de toda a segurança pública de Goiás; questionarem o governador que havia se comprometido em aumentar os subsídios dos servidores; pedir aos internautas que compartilhassem projeto que prevê o fim do contato físico entre presos e visitantes a fim de alcançar aprovação nas casas legislativas; ampliar a doação de brinquedos para crianças hospitalizadas; encontrar criminosos que furtaram loja em Cachoeira Alta (GO); votarem nele para melhor deputado federal no Prêmio Congresso em Foco; os cidadãos denunciarem casos de corrupção na Petrobras e na administração pública; os internautas pedirem o veto pela presidente Dilma ao aumento da

verba do fundo partidário, cuja proposta elevava o valor de aproximadamente R\$ 289 milhões para R\$ 887 milhões; dentre outras (FIGURA 7).

Figura 7 - Waldir pede veto do aumento do fundo partidário



Fonte: Adaptado da *fanpage* do deputado Delegado Waldir.

As participações na mídia foram registradas em 17 publicações, nas quais Waldir divulgou *links* para o conteúdo de sua autoria ou participação, publicados em veículos de comunicação.

O parlamentar agradeceu periodicamente o apoio dos cidadãos, o fez principalmente quando ficou em 16º lugar entre os melhores deputados do ano pelo Prêmio Congresso em Foco. Não houve registro de postagens de homenagens recebidas.

5.7 OS ESPAÇOS DE INTERAÇÃO NO FACEBOOK

Na comunicação digital as mídias sociais possibilitam a divulgação de informação, mas também fomentam a possibilidade de interação entre parlamentares e cidadãos. Do mesmo modo, as *fanpages* não são apenas um espaço para falar para as pessoas, mas também

para se encontrar e conversar com elas sobre o assunto guia desse espaço; no caso analisado, sobre a representação dos parlamentares já citados.

Em regra, é possível interagir de quatro modos nas *fanpages*: curtir uma publicação; comentá-la, compartilhá-la ou mandar uma mensagem direta via Messenger. Neste trabalho foram analisadas os três primeiros modos pelo viés público.

Interação, colaboração e continuidade dessa comunicação colaboram para construir relações significativas que agregam valor aos cidadãos e contribuem com o fortalecimento da cidadania, da qual partimos da centralidade da comunicação como maneira de fortalecê-la em todos os seus outros aspectos.

O Facebook possui três botões para que o cidadão possa se expressar: curtir, comentar e compartilhar. Em 9 de outubro de 2015 o botão ‘curtir’ ganhou novas formas de expressão: amei, risada (haha), uau, triste e raiva (Grr). Essas ferramentas indicam a aprovação ou não do conteúdo publicado e servem de motor para o algoritmo da mídia social, ajudando na propagação dos conteúdos na linha do tempo do cidadão.

De acordo com estudo de Recuero (2014), o botão ‘curtir’ parece ser percebido como uma maneira de tomar parte na conversação, entendida como interação, sem precisar elaborar uma resposta. “Toma-se parte, torna-se visível a participação, portanto, com um investimento mínimo, pois o ator não necessariamente precisa ler tudo o que foi dito.” (RECUERO, 2014, p. 19). Assim, esse botão é uma maneira de participar, sinalizando que a mensagem foi recebida positivamente.

Após o mês de outubro, com as opções dadas pelo Facebook, também passou a ser possível demonstrar emoções de surpresa, raiva, amor, tristeza ou graça. Ao emissor essa participação garante quem recebeu a mensagem e deu certa atenção, apesar de não garantir que todo o conteúdo tenha sido lido, muito menos refletido.

Ao ‘curtir’ alguma publicação os cidadãos têm seu nome vinculado à postagem de forma pública. Assim, todos os membros do Facebook podem tomar conhecimento de por quem a postagem foi ‘curtida’, não apenas os que curtem a *fanpage* e optam por integrar essa rede por associação ao assunto de interesse, no caso, o mandato e a vida política desses representantes (FIGURA 8).

Figura 8 - Botão ‘curtir’ disponibiliza conexão para as pessoas que interagem



Fonte: Adaptado da *fanpage* do deputado Delegado Waldir.

Recuero (2011) entende que o botão ‘curtir’ adquire uma série de contornos de sentido. Para a autora, é uma forma menos comprometida de expor a face na situação, pois não é elaborado um enunciado para explicitar a participação do ator. Mas também pode ser visto como uma forma de apoio e visibilidade para mostrar a presença na rede e legitimar

aquilo que foi dito por outra pessoa. A autora ainda esclarece que os dois modos são formas de capital social, focadas na difusão da informação e na difusão do apoio/contato entre os participantes (RECUERO, 2014).

Os comentários são práticas com uma interação mais completa, já que evidenciam um diálogo, uma conversa. Referem-se a mensagens inseridas abaixo da postagem do deputado proprietário da página, que podem ser visualizadas por qualquer internauta.

Fazer um comentário à publicação de um deputado sugere um maior envolvimento do cidadão com o parlamentar e com o tema discutido, o que gera uma participação mais ativa. Também representa uma oportunidade para conseguir se comunicar com políticos quem nem sempre são acessíveis, em razão de diversos motivos.

Diferente do botão ‘curtir’, o espaço de comentários possibilita o posicionamento do cidadão sobre o que leu, bem como o debate com o deputado e os outros cidadãos. Nesse processo, o que é dito pode não ser aceito, compreendido ou até descontextualizado, e facilmente ser compartilhado pelos atores em outras mídias digitais por meio de ferramentas de compartilhamento. Esses riscos, dentre outros, levam muitos cidadãos a desistir de comentar ou compartilhar na rede, principalmente pelo fato de todos esses dados serem públicos, mesmo para aqueles que não integram a mídia social.

5.8 INTERAÇÃO: CURTIDAS, COMENTÁRIOS E COMPARTILHAMENTOS

A comunicação entre os cidadãos e os deputados desempenha um papel decisivo para a cidadania ao possibilitar, por meio das mídias sociais, a prática da interação e a manutenção das relações sociais, independente da distância geográfica entre representantes e representados. Há uma ruptura entre o passado e o presente, pois agora o cidadão pode interagir com deputados federais, deixando de ser mero ouvinte, leitor ou espectador.

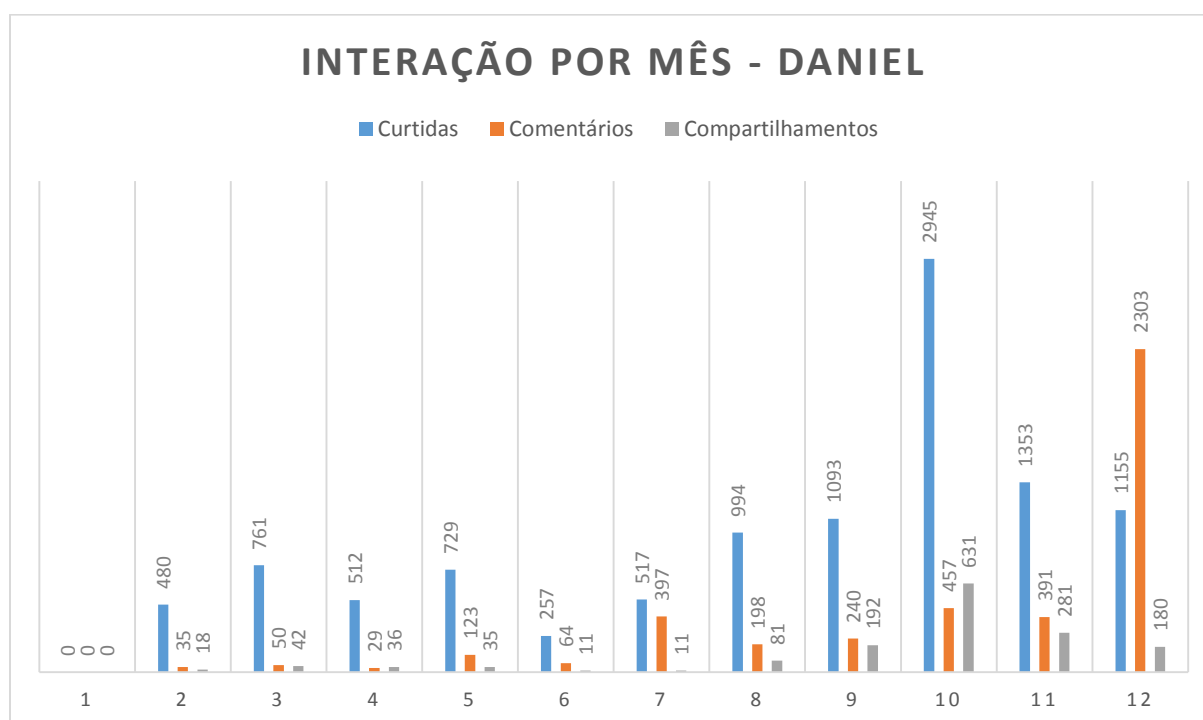
Os deputados federais que fundam um canal aberto de interação com os cidadãos viabilizam uma ferramenta de participação social. E a disponibilidade dos cidadãos em participar revela o interesse das pessoas em atuar mais próximas na elaboração de leis e políticas públicas a partir de um espaço de encontro no virtual aberto ao debate.

Passamos agora a refletir acerca dos números de curtidas, comentários e compartilhamentos produzidos pelos cidadãos nas postagens dos deputados federais. Toda essa interação aumentou ou diminuiu, dependendo do período e das temáticas discutidas.

5.8.1 Publicações curtidas na *fanpage* de Daniel Vilela

Apesar de março (31) e maio (39) terem sido os meses que Daniel Vilela mais fez publicação, isso não garantiu interação com os cidadãos. O GRÁFICO 9 revela que em março foram registrados 761 curtidas totais, 50 comentários e 42 compartilhamentos; já em maio foram 729 curtidas, 123 comentários e 35 compartilhamentos. Outubro também foi um mês acima da média de publicações (30), no entanto, alcançou mais curtidas que qualquer outro mês do ano, com 2.945 registros, 457 comentários e 631 compartilhamentos.

Gráfico 9 - Interação entre Daniel Vilela e os cidadãos



Fonte: Elaborado pela autora.

A publicação que alavancou as curtidas em outubro é referente ao Dia das Crianças, em que Daniel Vilela publicou foto com sua esposa e os dois filhos, Maria Laura e Frederico, para dizer que eles assumiram o comando do dia (FIGURA 9). O *post* mais curtido do ano recebeu 604 curtidas e ainda 46 comentários e 10 compartilhamentos, ao tratar da rotina pessoal do parlamentar e da data comemorativa. O deputado realizou uma interação mútua ao responder sobre o endereço de seu escritório político em Goiânia e curtir mais de 30 comentários.

Figura 9 - Publicação pelo Dia das Crianças com os filhos aumentou curtidas na *fanpage* de Daniel Vilela



Fonte: Adaptado da *fanpage* do deputado Daniel Vilela.

Em segundo lugar no mês esteve uma foto do perfil de Daniel Vilela, alterada em 18 de outubro de 2015, que garantiu 533 curtidas, 158 comentários e 15 compartilhamentos para a *fanpage* (FIGURA 10). A postagem foi a segunda mais curtida do ano. Isso revela que sua imagem provoca o interesse dos cidadãos da rede social construída por meio da página, pois ganhou muito elogios por sua beleza. Em razão do teor da maioria dos comentários, que desviava da temática da representação política, Daniel Vilela não interagiu.

Figura 10 - Foto do perfil de Daniel Vilela recebeu elevado número de curtidas



Fonte: Adaptado da *fanpage* do deputado Daniel Vilela.

Em terceiro lugar, a postagem que recebeu mais curtidas em outubro abordava a questão do pagamento do IPVA no Estado de Goiás, que teve o pagamento antecipado em 2016. Na publicação, Daniel Vilela expressou sua opinião sobre o fato e incluiu *link* para reportagem do jornal O Popular (FIGURA 11). A crítica do deputado ao Estado chamou a ação de desgoverno, com o objetivo de fazer caixa. Daniel Vilela afirmou: “Esta turma não tem limites. Governam no improviso, usando nosso bolso para cobrir os próprios erros”. Isso revela a oposição feita ao governo de Marconi Perillo, do PSDB, mas o deputado fez uma única interação reativa, com uma curtida a um comentário. Daniel transmitiu sua opinião, mas não dialogou com os cidadãos, revelando a assimetria dos laços entre o representante e o cidadão.

Figura 11 - Daniel Vilela fez oposição ao governo de Goiás

Daniel Vilela
29 de outubro de 2015 · 🌐

Mais uma gambiarra do desgoverno do Estado: agora vão antecipar o pagamento do IPVA para fazer caixa. Esta turma não tem limites. Governam no improviso, usando nosso bolso para cobrir os próprios erros.

<http://bit.ly/1O9TsKp>

1	26/01/2016	25/02/2016	01,11,21,31 e 41 51,61,71,81 e 91	21/03/2016 24/03/2016	24/04/2016
2	28/01/2016	29/02/2016	02,12,22,32 e 42 52,62,72,82 e 92	28/03/2016 30/03/2016	30/04/2016
3	11/02/2016	10/03/2016	03,13,23,33 e 43 53,63,73,83 e 93	05/04/2016 07/04/2016	07/05/2016
4	18/02/2016	17/03/2016	04,14,24,34 e 44 54,64,74,84 e 94	12/04/2016 15/04/2016	15/05/2016
5	25/02/2016	22/03/2016	05,15,25,35 e 45 55,65,75,85 e 95	19/04/2016 22/04/2016	22/05/2016
6	26/02/2016	29/03/2016	06,16,26,36 e 46 56,66,76,86 e 96	26/04/2016 29/04/2016	29/05/2016
7	10/03/2016	07/04/2016	07,17,27,37 e 47 57,67,77,87 e 97	03/05/2016 05/05/2016	05/06/2016

Estado antecipa prazo de pagamento do IPVA em 2016
As principais notícias de Goiás estão no jornal O Popular. Informe-se sobre política, economia, esporte, cultura e o que há de mais importante no Brasil e no mundo.
OPOPULAR.COM.BR

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

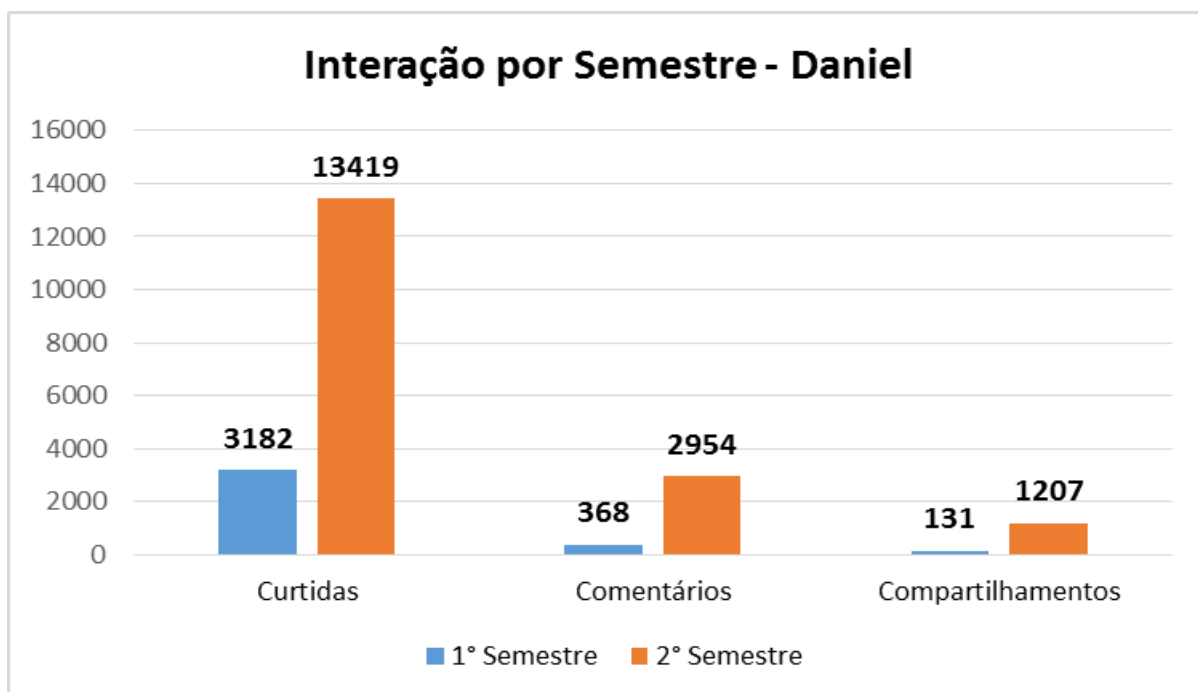
👤 Flavio Souza e outras 194 pessoas Principais comentários ▼

243 compartilhamentos 31 comentários

Fonte: Adaptado da *fanpage* do deputado Daniel Vilela.

Diferentemente do Delegado Waldir, Daniel Vilela conseguiu mais interação com os cidadãos no segundo semestre do que logo após o pleito eleitoral, em que foram muito expostos nas mídias (GRÁFICO 10). Ele recebeu 3.182 curtidas nos primeiros seis meses do ano contra 13.419 no segundo semestre. Os cidadãos também comentaram mais suas publicações neste período. Foram 2.954 comentários contra 368 no primeiro semestre. Os compartilhamentos também obtiveram o mesmo resultado, os cidadãos compartilharam 1.207 vezes as publicações do deputado no segundo semestre, contra 131 no primeiro.

Gráfico 10 - Interação por semestre na página de Daniel Vilela



Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre as duas publicações mais curtidas do ano se repetem as do mês de outubro. Já a terceira se difere, ao abordar outra data comemorativa, o Dia dos Pais, quando o deputado publicou foto com Maguito Vilela e seus filhos. Ele disse: “Meu maior exemplo de vida e minhas maiores razões de viver”. Ainda adicionou a *hashtag* (palavra-chave) #FelizDiaDosPais. A publicação recebeu 231 curtidas, 35 comentários e 6 compartilhamentos. Isso comprova o quanto os cidadãos se interessam pela intimidade da família Vilela, que já tem uma trajetória consistente na política de Goiás.

As três postagens mais curtidas do ano na *fanpage* de Daniel Vilela não tratavam de temáticas ligadas à sua atuação como deputado, mas à sua imagem e à da sua família (FIGURA 12). O deputado fez duas curtidas a comentários.

Figura 12 - Fotos com a família garantiram curtidas a Daniel Vilela

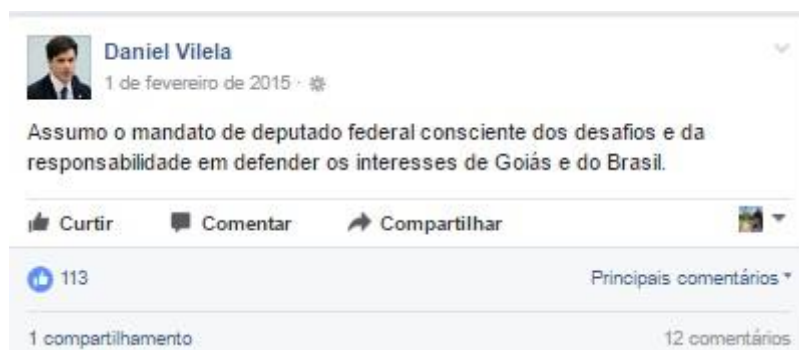


Fonte: Adaptado da *fanpage* do deputado Daniel Vilela.

Como já dito anteriormente, o primeiro semestre não registrou muitas curtidas para Daniel Vilela. Mesmo não sabendo os motivos para esse resultado, após ele ter sido o segundo mais votado nas eleições de 2014, apresentamos a seguir os assuntos das postagens mais curtidas pelos cidadãos entre janeiro e junho de 2015.

A publicação mais curtida ocorreu em 1º de fevereiro de 2015, em quando Daniel Vilela publicou um *status* com uma frase curta noticiando que assumiu o mandato, “[...] consciente dos desafios e da responsabilidade em defender os interesses de Goiás e do Brasil” (FIGURA 13). O deputado reagiu reativamente com cinco curtidas.

Figura 13 - Status foi a publicação mais visualizada do 1º semestre na *fanpage* de Daniel Vilela



Fonte: Adaptado da *fanpage* do deputado Daniel Vilela.

A segunda mais curtida do primeiro semestre, em 12 de fevereiro de 2015, registrou tópicos do discurso de Daniel na bancada da Câmara dos Deputados sobre a Reforma Política,

o Pacto Federativo e acusação de irresponsabilidade administrativa por parte do Governo de Goiás, que, segundo ele, “[...] nos últimos 16 anos provocou um rombo anual de R\$ 2 bilhões nos cofres públicos”. Novamente o registro da oposição ao governador Marconi, mas Daniel não interagiu nem reativa nem mutuamente com o cidadão (FIGURA 14).

Figura 14 - Daniel registrou tópicos do discurso na bancada da Câmara dos Deputados



Fonte: Adaptado da *fanpage* do deputado Daniel Vilela.

Já a terceira mais curtida no primeiro semestre foi uma continuação da primeira, também do dia 1º de fevereiro, data da posse do mandato. No formato de *status* e sem nenhuma foto, o deputado agradeceu aos eleitores que confiaram nele e reafirmou seu compromisso (FIGURA 15). O deputado reagiu aos cidadãos com três curtidas.

Figura 15 - Daniel agradeceu os votos recebidos



Fonte: Adaptado da *fanpage* do deputado Daniel Vilela.

Dentre as mais curtidas do segundo semestre, repetiram-se as duas do mês de outubro e a terceira mais curtida do ano, uma foto *selfie* no Dia dos Pais, 9 de agosto, quando Daniel registrou o momento com Maguito Vilela, “seu maior exemplo”, e com seus filhos, “razões de viver”, conforme já apresentado.

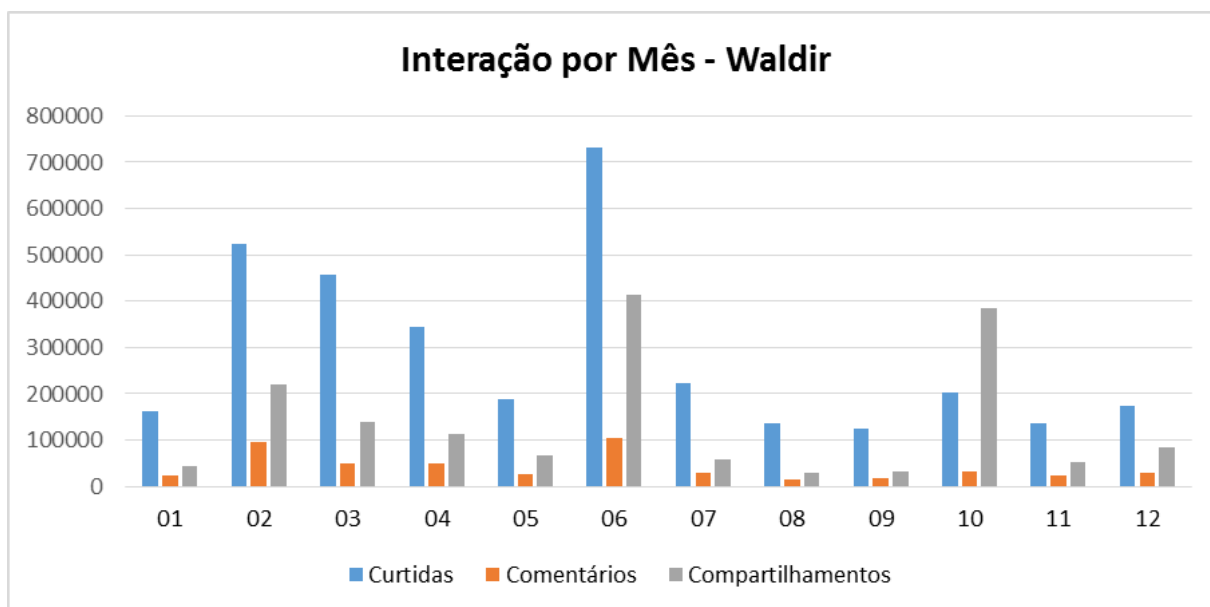
5.8.2 Publicações curtidas na *fanpage* de Delegado Waldir

O parlamentar Delegado Waldir tem um número de fãs da página muito maior que os outros dois deputados, o que, consequentemente, amplia o alcance e a visualização dos conteúdos por um número maior de pessoas, bem como tende a provocar mais interação. Desde 2015 Delegado Waldir é o deputado federal por Goiás com mais fãs em sua página.

Antes disso, o cidadão Waldir Soares de Oliveira foi construindo sua popularidade ao atuar como delegado no entorno do Distrito Federal e em bairros periféricos de Goiânia com altos índices de criminalidade e, por isso, participar de vários programas jornalísticos.

O mês em que Delegado Waldir obteve o maior número de curtidas foi junho, seguido pelos meses de fevereiro, março, julho, outubro e maio. Em quatro meses do primeiro semestre o deputado delegado recebeu mais curtidas do que no segundo semestre. Em junho obteve o maior número de comentários e compartilhamentos em suas publicações (GRÁFICO 11).

Gráfico 11 - Interação entre Delegado Waldir e os cidadãos em 2015



Fonte: Elaborado pela autora.

A publicação que alavancou o crescimento das curtidas em junho refere-se à postagem do dia 20 de junho de 2015, que recebeu o título ‘Lula e Dilma na Mão da Odebrecht’, na qual Delegado Waldir desenvolveu um texto sobre fase da Operação Lava-Jato que levou o empresário Marcelo Odebrecht à prisão (FIGURA 16). Segundo ele, a partir de informações de meios de comunicação, porém sem citar os veículos, Marcelo “[...] ainda fez uma ligação para um amigo que possui diálogo com Lula e Dilma... e o recado foi um só... ‘É pra resolver essa lambança ou não haverá República na segunda-feira’ [...]”. O teor da publicação reforça sua atuação em oposição ao governo de Dilma Rousseff e ao PT, fortalecendo, naquele momento, a ideia do *impeachment* da então presidente.

Não foi verificada interação do deputado com o cidadão, mas a interação mútua e a reativa entre cidadãos é intensa, com destaque para o terceiro comentário mais relevante na publicação, feita por um cidadão, que obteve 2.164 curtidas e 282 respostas de outros cidadãos.

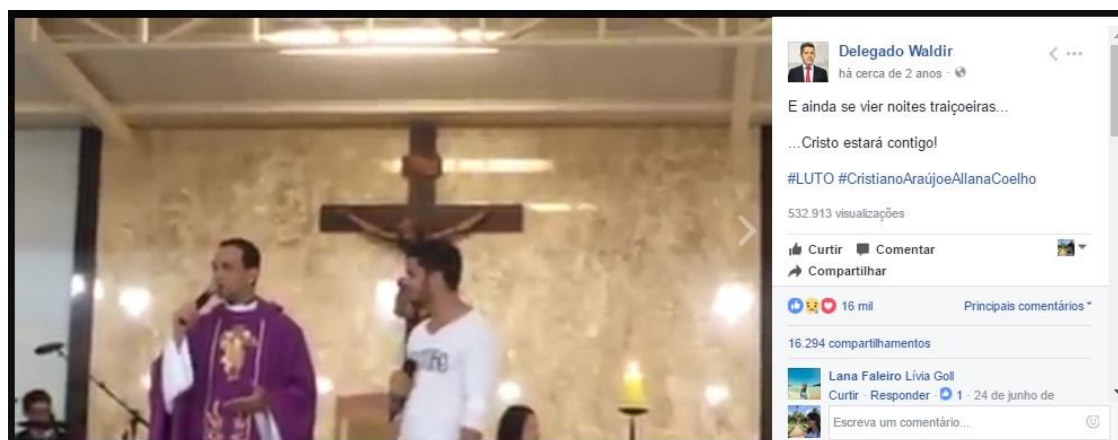
Figura 16 - Publicação mais curtida do mês de junho traz prisão de Marcelo Odebrecht durante fase da Operação Lava-Jato



Fonte: Adaptado da *fanpage* do deputado Delegado Waldir.

Outra publicação no mês que alavancou as curtidas foi um vídeo do cantor Cristiano Araújo cantando na paróquia que frequentava em Goiânia (FIGURA 17). O *post* é do dia 24 de junho de 2015, data em que o cantor faleceu após um acidente automobilístico voltando da cidade de Itumbiara para Goiânia. O fato causou comoção pública em todo o país e foi muito explorado pela mídia e também por Waldir, que fez outras publicações do assunto. Nessa postagem ele não interagiu.

Figura 17 - Vídeo do cantor Cristiano Araújo publicado pelo Delegado Waldir



Fonte: Adaptado da *fanpage* do deputado Delegado Waldir.

A terceira publicação que ampliou o índice abordou, no dia 3 de junho de 2015, um estupro coletivo de quatro jovens em Castelo do Piauí (PI), cometido por quatro menores e

um adulto, de acordo com Delegado Waldir, que novamente não citou a origem da informação. O parlamentar é defensor da redução da maioridade penal para 16 anos no Brasil, que, segundo ele, é uma forma de proteger as pessoas e suas famílias. Não foi a única vez que o deputado disponibilizou fatos cobertos pela mídia mostrando crimes cometidos por adolescentes para reforçar sua defesa pela redução da maioridade no Brasil.

As três postagens que receberam o maior número de curtidas na *fanpage* de Delegado Waldir versavam sobre segurança pública. Não poderia ser diferente, pois o deputado federal se tornou conhecido em Goiás por sua atuação como delegado e suas frequentes aparições nos meios de comunicação para falar dos casos em que atuou. As publicações se enquadram na categoria Análise das notícias da mídia ou Fatos atuais, na qual se enquadram o maior número de postagens publicadas pelo deputado.

A postagem mais curtida no primeiro ano de mandato do político, bem como do primeiro semestre, foi feita em 23 de fevereiro e abordava a segurança (ou a falta dela) e a violência contra crianças e adolescentes (FIGURA 18). Não há citação da fonte da notícia, por isso é impossível saber se ele foi informado pela mídia ou por algum cidadão que o segue na mídia social. Entretanto, Delegado Waldir disse que está com Elisabete Ricci Pneus.

O caso citado não ocorreu em Goiás, mas no município de Presidente Getúlio, em Santa Catarina. Delegado Waldir discorreu sobre o falecimento de uma criança que apresentava palidez, falta de ar e lesões pelo corpo ao chegar à escola. O Conselho Tutelar foi acionado e o padrasto teve que levar a criança para atendimento médico. O homem foi preso três dias depois, segundo Delegado Waldir, provavelmente como suspeito de tortura e homicídio doloso ou culposos. Ele aproveitou a história para aconselhar mães a tomar cuidado com quem se relacionam. Ainda que o deputado mostrasse uma situação de desrespeito aos direitos da criança, ele orientou para cuidados que vão além da própria legislação brasileira, sob a ótica do reconhecimento da mulher, que, muitas vezes, podem, elas e seus filhos, tornar-se vítimas do companheiro.

Ao se indignar por não existir prisão perpétua em nosso país, Delegado Waldir se opôs à falta desse tipo de pena na ordem jurídica brasileira. Cerca de 265.638 pessoas curtiram ou expressaram suas emoções (que não foram estudadas pela baixíssima ocorrência na postagem), 114.005 compartilharam e 49 mil comentaram. Destes 1.127 foram respondidos pelo deputado e/ou pelos outros cidadãos.

Figura 18 - Postagem com o maior número de curtidas durante o ano de 2015



Fonte: Adaptado da *fanpage* do deputado Delegado Waldir.

Publicada no dia 26 de junho, a segunda postagem mais curtida do ano recebeu 184.808 curtidas e também abordava a área da segurança pública, destacada na demissão de dois funcionários de uma clínica em Goiânia que foi a responsável pela preparação do corpo do cantor Cristiano Araújo para o velório. A demissão foi por terem gravado e divulgado as imagens do procedimento (FIGURA 19). Não foi possível identificar a interação do deputado com o cidadão em razão do volume de interações.

O falecimento do jovem artista já causou, por si só, grande comoção em todo o país e uma excessiva divulgação na mídia, mas o fato analisado pelo deputado aponta para a conduta criminosa dos dois profissionais, que, segundo ele, poderão ser condenados à pena de 1 a 3 anos por vilipêndio de cadáver, crime previsto pelo artigo 212, do Código Penal. Delegado Waldir ainda disponibilizou a íntegra da nota oficial da clínica, que demitiu por justa causa os dois funcionários. Entretanto, somente em 1º de julho de 2015 a Polícia Civil de Goiás concluiu o inquérito e o enviou ao Ministério Público para o indiciamento. O caso continuava em tramitação na Justiça em janeiro de 2016.

Figura 19 - Segunda postagem mais curtida durante o primeiro semestre de 2015



Fonte: Adaptado da *fanpage* do deputado Delegado Waldir.

A terceira publicação mais curtida novamente abordava a questão da segurança pública, trouxe novo caso de violência, a morte de um jovem de 25 anos, agredido com um copo de vidro no banheiro de uma casa noturna em Florianópolis (SC) porque esbarrou em outro homem (FIGURA 20).

Figura 20 - Terceira publicação mais curtida também abordou a falta de segurança



Fonte: Adaptado da *fanpage* do deputado Delegado Waldir.

Um funcionário que presenciou o fato disse que a vítima pediu desculpas, mas o agressor rasgou o pescoço do rapaz. A publicação recebeu mais de 130.607 curtidas; ainda

foram feitos 32.941 compartilhamentos e 17.938 mil comentários. Não foi possível identificar a interação do deputado com os cidadãos na publicação pelo volume de interações.

Delegado Waldir afirmou que a vítima era um garoto da paz e o agressor já tinha passagens pela polícia por lesão corporal, ameaça contra mulher e criança e posse de drogas. Segundo o deputado, “[...] para os Direitos Humanos esse jovem criminoso não teve oportunidade na vida”, mas ressaltou que ‘quem não teve chance na vida’ foi a vítima. Novamente o deputado distorceu os direitos humanos, colocando-os como uma pessoa que não quer ver o bandido preso e não como direitos conquistados ao longo do tempo pela humanidade e defendidos por diversas organizações, pessoas e pelo próprio governo. Para ele, “[...] a sociedade grita por socorro e exige leis mais duras contra os mais diversos tipos de crimes”.

Na postagem em que fez a análise do fato, Delegado Waldir também não citou sua fonte, mas marcou que estava com outros internautas. O deputado falou de leis mais duras de forma simplista, sem analisar o contexto brasileiro, também não trouxe dados acerca da viabilidade e do impacto desse entendimento. Ao que parece, o deputado fez algo que boa parte do jornalismo diário conhece bem: a exploração da violência como um espetáculo. O excesso de vídeos e fotos sobre casos de violência e a temática da segurança pelo viés da insegurança reforça a subcidadania e pouco efetiva a discussão que a temática merece.

No segundo semestre de 2015 a publicação mais curtida na página do Delegado Waldir foi quantitativamente bem menos apreciada do que a do início do seu mandato, com mais de 50.400 curtidas. Não foi possível identificar a interação do deputado com os cidadãos na publicação pelo volume de interações.

O conteúdo referia-se à segurança pública, no âmbito de uma proposta de revogação do Estatuto do Desarmamento com o objetivo de permitir porte de arma para pessoas com mais de 18 anos no Brasil. A publicação está enquadrada em duas categorias – Análise das notícias da mídia ou Fatos atuais e Posicionamento favorável. O deputado informou sobre a redução de crimes e prisões no estado norte-americano de Illinois, que desde 2014 aprovou o porte de arma para pessoas com mais de 21 anos. Fez a *hashtag* #cidadãodobem e também trouxe, na imagem, o texto ‘Porte de Arma para o cidadão de bem, se você concorda, compartilhe’. O conteúdo não disse de quem é a iniciativa da proposta de alteração de lei nem trouxe qualquer outra informação de seu processo legislativo. Delegado Waldir tem opinião formada, não convida o cidadão para uma discussão sobre o que pensa acerca do assunto, mas pede para compartilhar suas ideias se o cidadão concordar com ela. É praticamente uma mobilização. É o representante determinando ao representado seu posicionamento, não o

inverso. Ainda assim, além de ter sido muito curtida, a publicação registrou 233.375 compartilhamentos e 5,2 mil comentários. O deputado marcou 42 pessoas na postagem.

O parlamentar defendeu a revogação do Estatuto do Desarmamento, referendado pela população brasileira em 2005, para que o cidadão possa portar arma, que terá venda e porte controlados, “[...] assim como temos habilitação para dirigir um veículo” (FIGURA 21).

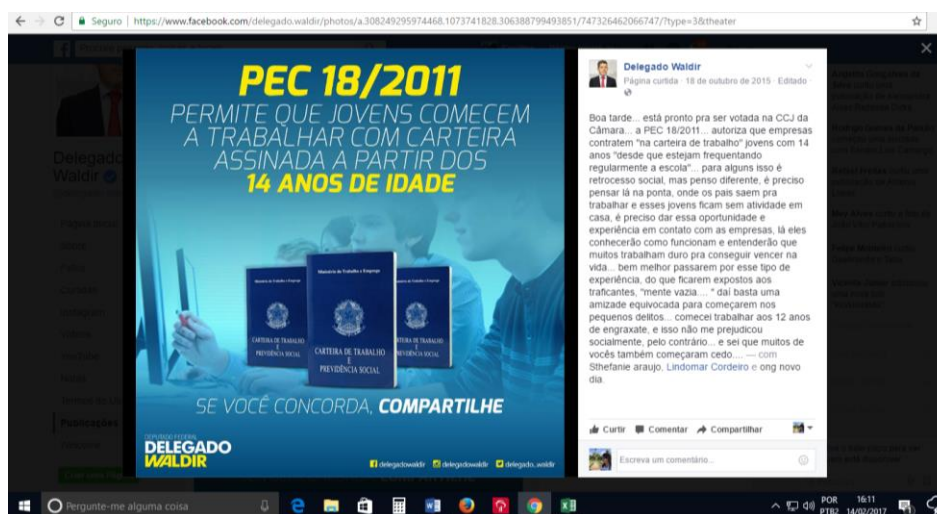
Figura 21 - Waldir defendeu o fim do Estatuto do Desarmamento



Fonte: Adaptado da *fanpage* do deputado Delegado Waldir.

A segunda publicação mais curtida no segundo semestre de 2015 versava sobre a PEC 18/2011, que permite ao adolescente, a partir dos 14 anos, começar a trabalhar com a carteira assinada. A publicação foi enquadrada nas categorias Rotina parlamentar, Posicionamento favorável, Análise das notícias da mídia ou Fatos atuais (FIGURA 22). O deputado explicou que seu posicionamento ocorre em razão de os pais trabalharem e os filhos ficarem sem atividades em casa e expostos aos traficantes, reforçando que ele começou a trabalhar aos 12 anos como engraxate.

Figura 22 - Waldir estimulou compartilhamento de seu posicionamento



Fonte: Adaptado da *fanpage* do deputado Delegado Waldir.

A mobilização surge na imagem, com a solicitação de que “Se você concorda, compartilhe”. Mais uma vez Delegado Waldir apresenta opinião formada e não convida o cidadão para uma interação dialógica sobre o que pensa sobre o assunto, mas para compartilhar suas ideias se concordar.

A terceira publicação mais curtida também abordava a segurança, ou melhor dizendo, a insegurança (FIGURA 23). O fato não trouxe o *link* de uma notícia ou fonte, mas o deputado marcou um de seus seguidores. Na categorização foi enquadrada nas seguintes: Análise ou Opinião de fatos cotidianos/atuais e Posicionamentos contrários. Foram 37.590 curtidas e mais três expressões de tristeza, 8.822 compartilhamentos e 3.528 comentários.

Figura 23 - A falta de segurança foi tema recorrente nas publicações de Waldir



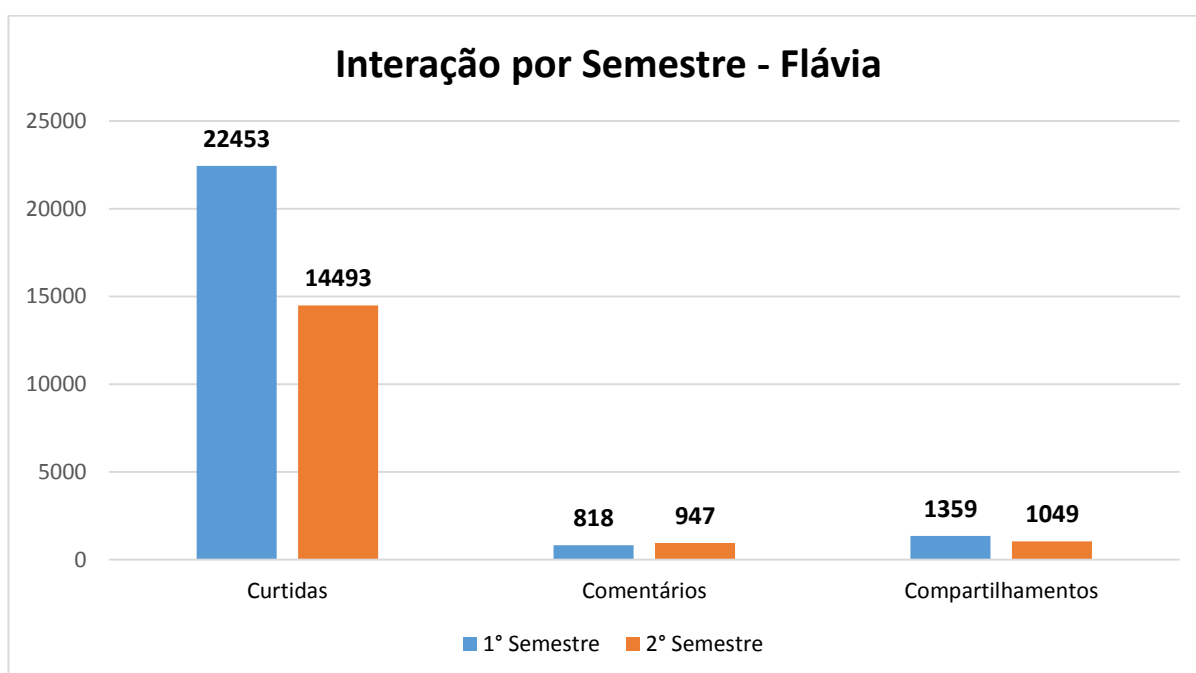
Fonte: Adaptado da *fanpage* do deputado Delegado Waldir.

Na postagem ele abordou o caso de uma policial militar, do Rio de Janeiro, de 24 anos, que foi atacada e morta por criminosos durante patrulhamento. Ao contar o caso Delegado Waldir afirmou que “[...] enquanto o discurso dos direitos humanos prevalecerem, de forma triste e cruel veremos cada vez mais a sociedade encurralada diante de uma lei frouxa” e que defende penas mais duras para o estabelecimento da ordem social. Ainda inseriu as seguintes *hashtags*: #AtéQuandoBrasil #NovoCódigoPenal.

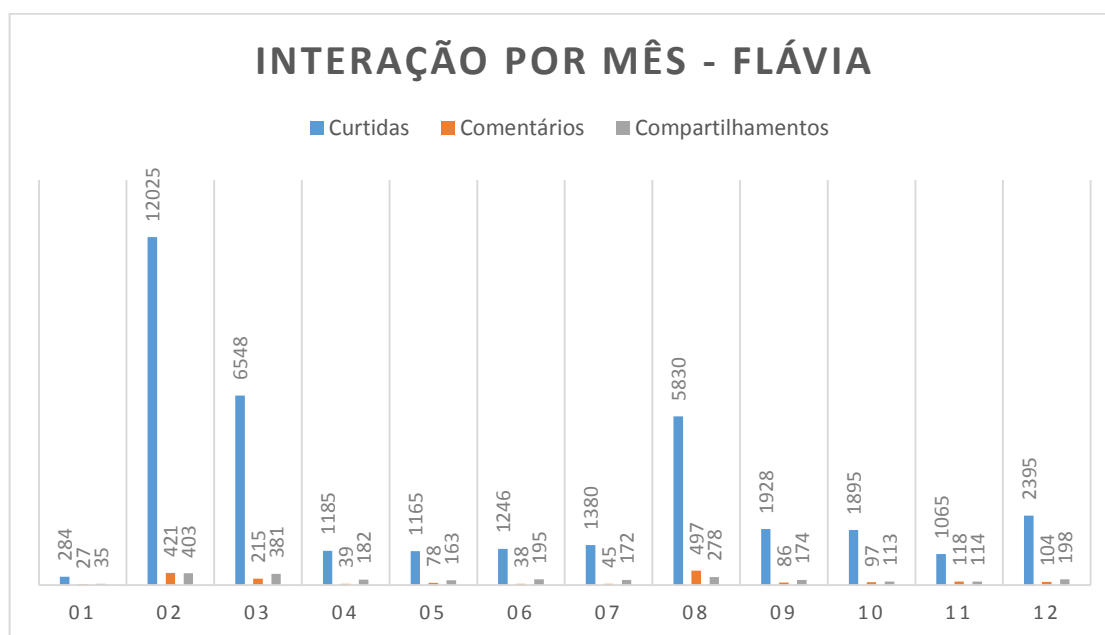
5.8.3 Publicações curtidas na *fanpage* de Flávia Morais

Ao longo do ano, Flávia Morais obteve 3.646 curtidas; 1.765 comentários e 2.408 compartilhamentos. Assim como Delegado Waldir, Flávia Morais alcançou mais interação no primeiro semestre do que no segundo, mas os cidadãos fizeram mais comentários às suas publicações no segundo semestre – 937 contra 818 no primeiro. A parlamentar fez 38 publicações a mais na primeira metade do ano, talvez por isso também tenha alcançado mais curtidas no primeiro semestre (GRÁFICOS 12 e 13). Foram 22.453 curtidas no primeiro semestre contra 14.493 no segundo. Mesmo publicando mais do que Daniel Vilela, recebeu menos comentários do que ele em suas publicações – foram 3.332 comentários dos cidadãos para ele contra 1.775 para ela.

Gráfico 12 - Interação por semestre entre Flávia Morais e os cidadãos



Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 13 - Interação entre Flávia Moraes e os cidadãos

Fonte: Elaborado pela autora.

Foi no mês de agosto que a deputada federal fez mais publicações, mas foi em fevereiro que fez a postagem mais curtida do ano e do primeiro semestre. Nela Flávia Moraes aparecia em uma foto com a informação de que estava assinando documento de apoio à instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobrás (FIGURA 24). A deputada não interagiu com as pessoas que comentaram o *post*. A comissão foi criada em fevereiro de 2015 na Câmara dos Deputados para apurar suspeitas de corrupção em contratos da Petrobras já investigadas pela Lava-Jato. No âmbito penal a CPI praticamente não teve efeitos práticos.

Figura 24 - Flávia assinando documento para instalação da CPI da Petrobras



Fonte: Adaptado da *fanpage* da deputada Flávia Morais.

A segunda publicação mais curtida foi postada no dia 2 de março de 2015 e referia-se à cidadania dos idosos, recebendo 2.566 curtidas, 69 comentários e 42 compartilhamentos (FIGURA 25). A deputada respondeu a quatro comentários e curtiu mais de 30. Flávia Morais afirmou que ficava feliz quando encontrava pessoas que estão sendo privilegiadas com o ‘nosso trabalho’. Como é o caso da senhora da foto, que, junto com aproximadamente outros 80 mil idosos, recebeu o Passaporte do Idoso, ideia que a deputada federal colocou em prática em 2008, quando esteve à frente da Secretaria de Cidadania e Trabalho de Goiás. “Muito tímida, fez questão de agradecer. Eu também fiz questão de dizer a ela, que isso é um direito dela, previsto no Estatuto do Idoso; o que fizemos foi fazer cumprir a Lei. É a nossa luta!”, reiterou Flávia Morais.

Figura 25 - Flávia Morais com idosa



Fonte: Adaptado da *fanpage* da deputada Flávia Morais.

Em terceiro lugar, a publicação mais curtida do ano foi uma tentativa da deputada de mobilizar os cidadãos a votar nela no Prêmio Congresso em Foco, disponibilizando o *link* direto para o espaço de votação (FIGURA 26). A deputada respondeu 12 vezes nos comentários e curtiu mais de 30 deles. Porém, não alcançou a classificação. O deputado goiano melhor classificado foi o Delegado Waldir, que ficou com a 16ª colocação dentre os 20 melhores deputados eleitos pelos internautas.

Figura 26 - Flávia mobilizou pessoas para votar nela no Prêmio Congresso em Foco



Fonte: Adaptado da *fanpage* do deputado Delegado Waldir.

No primeiro semestre as duas publicações mais curtidas se repetem com as do ano. Mas a terceira publicação mais curtida, datada do dia 31 de março de 2015, também abordou a cidadania dos idosos (FIGURA 27).

Figura 27 - Temáticas referente aos idosos receberam muitas curtidas na *fanpage* de Flávia Moraes



Fonte: Adaptado da *fanpage* da deputada Flávia Moraes.

A deputada informou que Projeto de Lei 6920/10 foi aprovado em plenário. A proposta prevê o aumento em dobro da pena de reclusão para estelionato, atualmente de um a cinco anos, se o crime for cometido contra pessoa com idade igual ou superior a 60 anos. A publicação foi identificada como de autoria de sua assessoria e relatou sobre a vulnerabilidade dos idosos frisando: “Para deputada Flávia Moraes, que nesse momento trabalha para lançar a Frente Parlamentar em Defesa do Idoso na Câmara, o projeto pode reduzir o alto índice de crimes cometidos contra a pessoa idosa”. Ressalta-se que o projeto é de autoria de Márcio Marinho (PRB/BA) e, à época, seguia para apreciação do Senado. Em 28 de dezembro de 2015 o projeto de lei foi transformado na Lei Ordinária 13228/2015 e seguiu para sanção da então presidente Dilma Rousseff.

A publicação mais curtida no segundo semestre foi a terceira mais curtida do ano, apresentada anteriormente, em que Flávia Moraes tentou mobilizar internautas para votar nela no Prêmio Congresso em Foco. A segunda postagem mais curtida, no dia 16 de dezembro de 2015, referia-se a uma data comemorativa, nela a deputada e o marido, Jorge Moraes, desejaram boas festas e um ano de esperança aos cidadãos (FIGURA 28).

Figura 28 - Mensagem de boas festas garantiu curtidas na *fanpage* de Flávia Moraes



Fonte: Adaptado da *fanpage* da deputada Flávia Moraes.

A terceira publicação recebeu poucas curtidas se comparada com o primeiro semestre, ou seja, um total de 226 *likes*. Nela a deputada registrou uma foto com um bebê que estava na Câmara dos Deputados (FIGURA 29). A foto clássica de um político com uma criança ainda hoje desperta o interesse dos cidadãos, mesmo que não existam informações sobre o mandato.

Figura 29 - Flávia Moraes com bebê

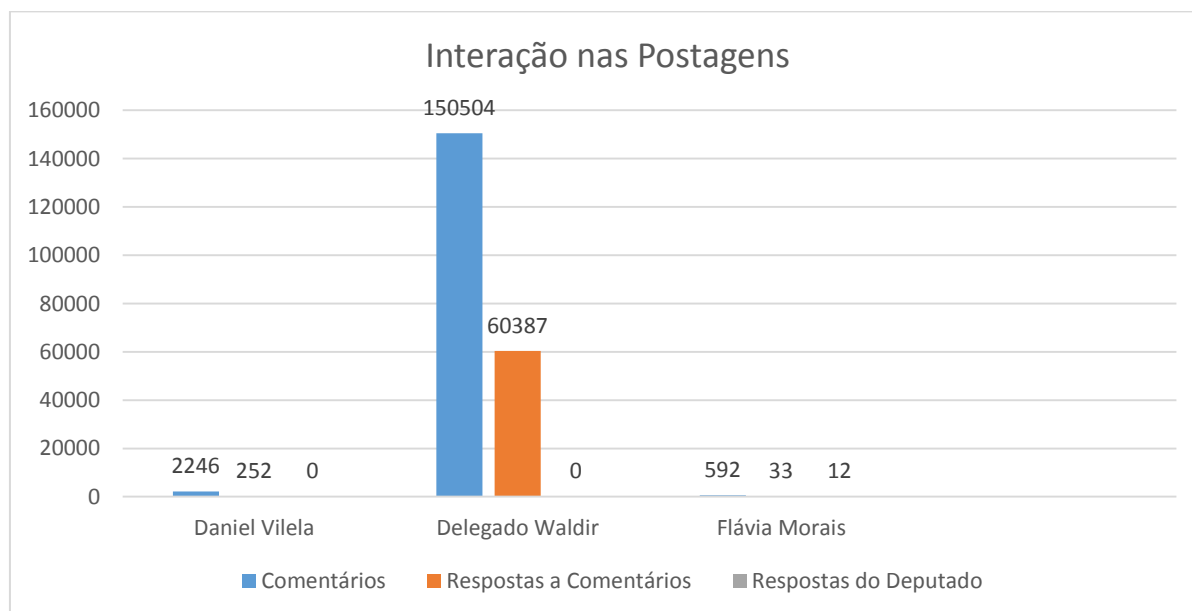


Fonte: Adaptado da *fanpage* da deputada Flávia Moraes.

5.8.4 Publicações mais comentadas nas *fanpages* dos deputados

Passamos a verificar a interação entre os deputados federais e os cidadãos nas três postagens que mais receberam comentários ao longo do ano. No GRÁFICO 14 estão explicitados o número total de comentários nas publicações, discriminados quantos são respostas a comentários e quantas respostas são dadas pelo parlamentar. Por ter mais fãs, os índices de interação de Delegado Waldir foram bem maiores que os de Daniel Vilela e de Flávia Moraes, o que impediu a verificação de quantos comentários o delegado fez aos cidadãos nestas publicações, pois a apresentação dos comentários não estava programada por relevância, mas por temporalidade, indo dos mais recentes para os mais antigos. Cabe ressaltar que Delegado Waldir participou com frequência ao comentar as publicações dos internautas na maioria de suas publicações.

Gráfico 14 - Interação nas postagens dos deputados



Fonte: Elaborado pela autora.

Delegado Waldir foi o campeão de interações, somando, em cinco postagens, impressionantes 150.504 comentários, dos quais 60.387 são respostas a comentários feitos anteriormente. Isso demonstra que os interagentes costumam debater entre si e não apenas com o deputado. Daniel Vilela fez menos publicações que Flávia Moraes ao longo do ano e,

mesmo assim, recebeu 2.246 comentários, o que mostra que os cidadãos buscam interagir com o parlamentar, ainda que ele não tenha respondido a nenhum deles. Mesmo assim, a interação entre os cidadãos teve continuidade em 252 comentários respondidos. Flávia recebeu 592 comentários, dos quais 33 são respostas a comentários antecedentes, sendo 12 feitos pela deputada.

É a partir dos comentários que podemos começar a compreender a interação mútua entre cidadãos, deputados e os conteúdos publicados, já que, ao que parece, nenhum dos parlamentares faz qualquer tipo de mediação nas mensagens. Deste modo, há a oportunidade de se estabelecer uma interação mútua que possibilita o diálogo entre os próprios cidadãos e também com o deputado. Verifica-se a chance do surgimento de uma inteligência coletiva, por meio da cultura participativa, conforme Lévy (1996, 1999) e Jenkins (2008) identificaram.

Passamos a verificar os dez comentários mais relevantes nas três publicações mais comentadas dos deputados Daniel Vilela, Delegado Waldir e Flávia Moraes durante o ano de 2015. Os dados podem ser vistos nos QUADROS 12, 13 e 14 (APÊNDICES D, E e F), respectivamente.

Os comentários foram disponibilizados sem correções ortográficas, mantendo a mesma redação, conforme publicados pelos seus autores. Optamos por não identificar o cidadão, sendo assim são identificados, na coluna Comentários, pela inicial C de cidadão, seguida de uma numeração sequencial.

A análise da interação nas *fanpages* foi conduzida pelas regras de racionalidade de Habermas (2003) – reconhecimento do interlocutor, igualdade de condições de participação, respeito às regras, bem como verificação se as informações eram verdadeiras e compreensíveis (QUADRO 11).

Quadro 11 - Análise da interação das *fanpages*

Critérios de análise da interação das <i>fanpages</i>	
Identificação da cidadania nas <i>fanpages</i>	Igualdade de condições de participação: Página oferecer condições de igualdade entre o deputado e o cidadão: todos podem aderir à página, todos podem exercer o direito à liberdade de expressão sem ser excluídos ou ter seus comentários apagados.
	Respeito às regras: As <i>fanpages</i> do deputado não determinam qualquer regra para a participação, mas o Facebook, em seus termos de privacidade e segurança, traz informações sobre o que é permitido ou não ao usuário, além de regras de comportamento. Nos termos para aderir ao site de relacionamento, o Facebook se garante o direito de excluir perfis ou publicações ofensivas, bem

	como oferece possibilidade de denúncia ao cidadão para informar a ofensa.
	Informações: As informações disponibilizadas pelo deputado que dão início às discussões devem ser voltadas ao interesse público, verdadeiras e compreensíveis por todos.
	Reconhecimento do interlocutor: O reconhecimento pode ser conferido não apenas com a existência de uma esfera pública aberta à discussão, mas também por meio da existência da interação reativa e a interação mútua entre cidadãos e deputados. O reconhecimento do deputado pelo cidadão é identificado pela interação, seja reativa ou mútua. Já o reconhecimento do cidadão pelo deputado ocorre por meio de curtidas e do diálogo, como a resposta dada a um comentário. Entre cidadãos, o reconhecimento é identificado nos comentários respondidos entre eles.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto à igualdade de condições de participação, a própria estrutura em rede da internet possibilita relações mais horizontalizadas, ainda assim, não é fácil estabelecer condições de igualdade quando entabulamos uma comunicação com o detentor de um mandato representativo, com posicionamentos previamente estabelecidos e detentor do poder de decisão na Câmara dos Deputados. Entretanto, ainda que as *fanpages* permitam que o dono da página apague comentários, vemos que os deputados não fizeram uso desta possibilidade, pois comentários discordantes ou mesmo ofensivos foram mantidos. Como regra, a maioria dos cidadãos respeitou os deputados e os demais atores, mas houve aqueles que, em razão das temáticas polêmicas e do momento de crise pelo qual o país passa, ultrapassaram os limites da racionalidade e ofenderam ou expressaram intolerância à alteridade. Isto pôde ser visto nas visões discordantes, com demonstrações agressivas ao deputado ou a outro cidadão.

Os cidadãos reconhecem os deputados ao aderir às *fanpages* e buscar interagir com eles e com os demais atores. Entretanto, é preciso analisar mais detalhadamente a interação mútua entre representante e representado nas publicações que mais receberam comentários.

5.8.4.1. Publicações mais comentadas na fanpage de Daniel Vilela

A análise dos comentários nas três publicações mais comentadas em 2015 na *fanpage* de Daniel Vilela foi iniciada com a apresentação do endereço da postagem no Facebook e os comentários dos cidadãos, conforme retrata o QUADRO 12 (APÊNDICE D).

As três publicações mais comentadas na *fanpage* do deputado Daniel Vilela fazem parte da categoria Rotina parlamentar, inserida na área política, e abordavam a participação dele na 21ª Conferência do Clima (COP 21), realizada na França. É importante destacar que 195 países assinaram acordo para frear a temperatura média do planeta. Além disso, os países ricos garantiram 100 bilhões de dólares por ano de ações nos países em desenvolvimento entre os anos de 2020 e 2025. O assunto é de importância mundial, no entanto, os comentários demonstram que os autores dos comentários estavam mais focados nos acontecimentos políticos do que no meio ambiente. Ou seja, mesmo o deputado tendo uma atuação em temas de relevância internacional, seu público buscou interagir com ele em temas ligados à sua realidade imediata, como a crise política nacional que se iniciava e que culminaria no *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff.

Na publicação mais comentada, onde versava sobre a COP 21, datada de 5 de dezembro de 2015, o deputado recebeu 1.354 comentários. Nos dez primeiros comentários os cidadãos se desviaram do assunto e questionaram o parlamentar sobre seu posicionamento em relação à abertura do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Na ocasião o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), havia autorizado a abertura

do processo em razão de descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Percebemos, portanto, que o assunto das postagens, naquele momento, não era o que motivava a participação. Foram mais importantes o contexto sócio-político e a disponibilidade da ferramenta de interatividade, os quais fizeram a interação ocorrer.

Ao realizamos a análise de conteúdo e a contagem de palavras por meio do site Wordclouds identificamos quais as dez palavras mais recorrentes em todos os comentários feitos na postagem de Daniel Vilela (TABELA 4).

As palavras *impeachment* e ForaDilma estavam entre as mais presentes. O fato revela que havia uma insatisfação dos participantes com o governo de Dilma Rousseff no final do primeiro ano de mandato e a pressão sobre o parlamentar para votar a favor da abertura do processo de *impeachment*. A segunda palavra mais recorrente, como se pode ver na TABELA 4, é Deputado. Pode-se perceber que os comentários eram direcionados ao deputado, como demonstrado no QUADRO 12 (APÊNDICE D), no comentário C25, por exemplo. A palavra Deputado foi usada como vocativo. Os comentaristas queriam a atenção do deputado para suas demandas, queriam falar e serem ouvidos por seu representante. Outra palavra que chamou a atenção é Favor, a quarta na ordem de recorrência. Na análise dos comentários ela apareceu, na maior parte das vezes, na expressão ‘a favor’, como nos comentários C7 e C28, o

que significa que os participantes estavam cobrando o posicionamento do deputado e demonstrando suas opiniões sobre ele.

Tabela 4 - Dez palavras mais recorrentes nos comentários

Quantidade de vezes	Palavras
561	<i>Impeachment</i>
359	Deputado
266	Dilma
257	Favor
244	ForaDilma
235	Brasil
150	Governo
132	Voto
110	Nação
102	Brasileiro
79	Corrupção
64	Eleitores

Fonte: Elaborado pela autora.

Nas publicações de 4 e 7 de dezembro o mesmo ocorreu, quando Daniel Vilela destacou novamente a COP 21 para reforçar a importância de virar lei o acordo que estava sendo construído pelos países sobre o clima e a geração de energia limpa. Os cidadãos questionaram o parlamentar sobre seu posicionamento contrário ao *impeachment* e pediram que apoiasse a abertura do processo. Com afirmações como as feitas por C1: “Nobre Deputado, a traição à vontade popular vai cobrar um preço alto”, e por C8: “Existe um custo enorme em votar contra o impeachment. [...] Caso contrário sua carreira política se apagará de maneira tão ou mais prematura quanto a sua ascensão (*sic*)”, os cidadãos pressionaram Daniel Vilela a se posicionar a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff e chegaram a sugerir que não irão votar nele no próximo pleito eleitoral. Daniel Vilela não respondeu a nenhum dos comentários. O deputado votou a favor da abertura do processo de *impeachment*, ocorrido em abril de 2016.

Mesmo quando o deputado não publicou assuntos que os cidadãos queriam discutir, eles desconsideraram a publicação feita pelo parlamentar, obrigaram-no a tomar conhecimento sobre suas visões e interesses e o chamaram para o debate. Como a página não especificou regras, não houve desrespeito a elas; mudar de assunto em um diálogo é comum na oralidade, ainda que não seja respeitoso. Há sim uma pressão para o reconhecimento dos cidadãos pelo deputado, com manifestações de inferências – como a feita por C4: “Apenas 7% da população apoia o governo atual, o menor índice da história. Além disso, com os

desdobramentos da Lava Jato a qualquer momento a PresiDanta pode ser delatada” e por C31: “É descabível um projeto de lei encaminhado pelo próprio STF ser inconstitucional. Além dos mais, o projeto passou por várias comissões na Câmara e Senado, e foi sempre aprovado com louvor” (QUADRO 12, APÊNDICE D).

Na maioria dos comentários dos cidadãos identificamos marcações linguísticas, como o uso dos vocativos ‘Deputado’, ‘Senhor Deputado’ e ‘Prezado Deputado’, como expressão de racionalidade e reconhecimento do interlocutor. Os comentários C31 e C33 apresentaram o mesmo, com o uso do vocativo ‘Prezado(a) Deputado(a) Federal’. Daniel Vilela não respondeu a nenhum comentário. Isso demonstra uma indisponibilidade em interagir e, ao menos nas publicações mais comentadas, utilizou a página nos moldes de uma rede centralizada, onde a interação é impossível. Pensou em divulgar, não em conversar. Mesmo que o deputado não tenha respondido a nenhum dos 1.354 comentários, os próprios cidadãos conversaram entre si em 71 comentários, o que demonstra a realização de diálogos e a existência de uma esfera pública voltada ao debate.

O deputado buscou informar ao cidadão sobre sua atuação no mandato, garantindo, assim, a cidadania dos cidadãos. No entanto, ao escolher uma página interativa, deveria estar aberto à interação. E, ainda que afirmasse que está analisando o caso para se posicionar, não o fez e deixou de participar da microesfera pública construída em cada publicação.

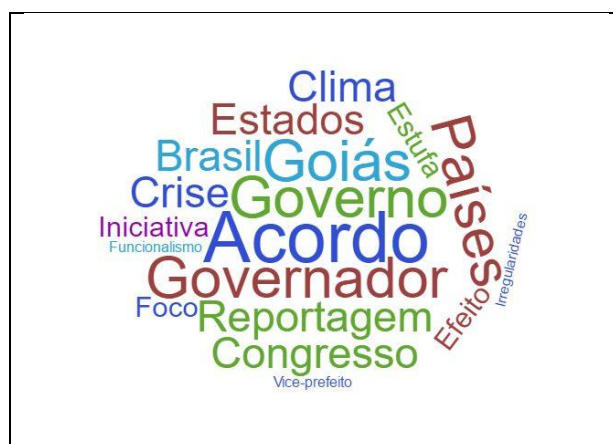
Ao verificarmos as palavras mais frequentes nos comentários e nas publicações de Daniel Vilela no mês de dezembro, vimos que há consonância com a categoria Domicílio, referente às palavras Brasil e Goiás, sendo que entre os comentários o termo Goiás apareceu mais vezes. Isso revela a adesão dos goianos à *fanpage*. Em relação aos assuntos parlamentares, os cidadãos falaram sobre a necessidade de uma reforma política, enquanto o deputado se preocupou com questões ligadas ao clima e ao efeito estufa ao destacar, nas suas postagens, informações sobre a COP 21 e o acordo entre os países participantes. Assim ele o fez para demonstrar seu interesses em assuntos mais abrangentes e também mostrar sua atuação, o que é importante, pois ele foi ao evento como integrante de uma comitiva que representava o Brasil (FIGURAS 30 e 31).

Figura 30 - Palavras frequentes nos comentários de fevereiro nas publicações de Daniel Vilela



Fonte: Elaborado pela autora. (vc quem fez usando o site, então é elaboração sua)

Figura 31 - Palavras frequentes nas publicações de Daniel Vilela



Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre as questões ligadas ao interesse público, o parlamentar abordou a crise pelo qual o país passa, as irregularidades e o funcionalismo; já os cidadãos demonstraram estar atentos aos direitos e preocupados com o futuro, desejosos de apoio e viabilização política para que a cidadania seja alcançada. Ou seja, os dois lados falaram sobre a mesma temática, entretanto, com focos diferentes.

A análise da FIGURA 30 pode levar à inferência que deputado e cidadãos não estão sintonizados. Entretanto, na análise do conteúdo das publicações e dos comentários podemos ver que há intersecções e palavras que se complementam. Por exemplo: a palavra mais forte na nuvem dos comentários é Goiás (FIGURA 30), já na nuvem que representa o deputado estão Goiás, Governo, Governador com pesos quase iguais (FIGURA 31). Isto demonstra que são comentários complementares ao versar sobre a mesma temática, mas podemos perceber que há uma diferença no foco. As pessoas estavam preocupadas com o futuro e pediam

reforma, o deputado trouxe a necessidade de acordo e iniciativa e chamou atenção para a crise e as irregularidades.

5.8.4.2 *Publicações mais comentadas na fanpage de Delegado Waldir*

Os comentários nas três publicações mais comentadas em 2015 na *fanpage* de Delegado Waldir estão apresentados no QUADRO 13 (APÊNDICE E), caracterizados pela apresentação do endereço da postagem no Facebook e os comentários dos cidadãos. Eles estão apresentados dos mais para os menos recentes, pois não estavam programados por relevância.

As três publicações mais comentadas oriundas da *fanpage* do deputado abordaram temáticas da segurança pública, expressas por notícias de crimes, em geral divulgadas nos meios de comunicação jornalísticos (FIGURA 32). Todas as postagens se enquadram na área política, na categoria Análise das notícias da mídia ou Fatos atuais, na qual o parlamentar informou fatos e os analisou de acordo com seu entendimento.

Ao que parece, mesmo que o deputado não divulgue a fonte da informação, a imprensa ainda é protagonista em fazer o agendamento do que é proposto nas publicações do parlamentar na *fanpage*, bem como na interação entre representantes e representados. Entretanto, é possível que receba vídeos e fotos pelos internautas e divulgue fatos a partir daí, como na publicação do vídeo de um assaltante apreendido pelo dono da lanchonete que tentou assaltar.

Figura 32 - Postagens mais comentadas abordavam crimes de homicídio e vilipêndio de cadáver



Fonte: Adaptado da *fanpage* do deputado Delegado Waldir.

A publicação mais comentada em 2015 na *fanpage* do parlamentar também foi a mais curtida. Nela o deputado divulgou a morte de uma menina de dois anos, cujo suspeito das agressões é o padrasto, e enfatizou seu posicionamento a favor da criação de pena de morte no Brasil. O estado em que a criança ficou chocou os internautas, que chegaram a fazer 51.168 comentários, dos quais 1.127 foram respondidos por aqueles que participavam da interação. As manifestações variaram entre a revolta e o espanto, passando por *emoticons* de tristeza ou vômito, até a expressões de surpresa, como “Pena máxima para ele!!!!!!!!”, “misericórdia senhor” e “Que horror, meu Deus !!!”. O uso de recursos de pontuação, como a repetição de exclamações e expressões de perturbação, marcam a informalidade na linguagem dos comentários.

A segunda mais comentada também apareceu entre as mais curtidas ao retratar a divulgação de imagens do corpo do cantor Cristiano Araújo por profissionais que fizeram os procedimentos para o velório. Os comentários variaram da revolta com a atitude, passando por críticas à conduta dos técnicos e indo até o questionamento sobre a atitude das pessoas que compartilharam o vídeo: “Falta de respeito com a família e fãs”; “Jogar pedra e julgar o outro é fácil né irmãos, agora você que ajudou a divulgar o vídeo olha pra si mesmo é dizer eu tb sou um antiético e criminoso, sem escrúpulos”; “Agira pq e o Cristiano araujo causou isso

tudo...eeeeeita Brasil...viva hipocrisia”; “Cadeia neles. Para que sirva de lição”. Outros criticaram a importância dada ao fato, sob a seguinte ótica: “Mais lamentável q isso é a quantidade de criança passando fome e frio [...], ou a quantidade de políticos roubando os brasileiros na cara de pau e uma ênfase tão grande uma coisa tão normal quanto a morte”.

A terceira publicação mais comentada recebeu 19.389 comentários, destes, 4.239 foram respondidos pelo parlamentar e/ou pelos outros cidadãos. Na postagem Delegado Waldir publicou um vídeo em que bandido e vítima trocaram de papéis: três ladrões foram contidos e agredidos pelo dono do estabelecimento e por outras pessoas que apareceram no local. O parlamentar destacou que “[...] quando a Polícia não consegue evitar o crime... o cidadão... não pega leve... neste caso....um excelente corretivo para a bandidagem”, mas lembrou que “o cidadão tem o que perder”, de modo que “um segundo pode custar sua vida, de seus familiares ou amigos”. Os comentários feitos estão carregados de palavrões e expressões grosseiras em oposição aos assaltantes. Vemos aqui uma discussão sobre cidadania, enquanto a maioria dos cidadãos se mostraram adeptos do entendimento de que “bandido bom é bandido morto”, o C23 questionou, após ver o vídeo em que vítima e agressor trocaram de papéis, já que o assaltante foi imobilizado e apanhou do dono da lanchonete: “Quem é o criminoso no vídeo?” e frisou que: “não vi nenhuma justiça aí, a “bandidagem” não se formou sozinha não! Somos todos culpados pela injustiça do país”. Porém, a pertinência da fala foi negada pelo C26, que escreveu em caixa alta, expressando tom de exaltação, que “QUEM DEFENDE BANDIDO É CRIMINOSO TB! E OUTRA, SÉ TÁ COM PENA É PQ NUNCA FOI VITIMA DE UM VAGABUNDO DESSE!”. Vemos aqui uma ruptura em relação ao reconhecimento do interlocutor com um argumento pouco racional.

De acordo com reportagem⁹ publicada pelo jornal O Popular, em 25 de janeiro de 2015, no ano anterior o total de roubos em geral aumentou quase 20%, mas diminuiu na modalidade roubo a comércio de 7.369 para 6.174. O cenário violento em Goiás gera insegurança e revolta nos goianos, de modo que publicações sobre assuntos afins parecem ser eficientes em motivar a participação dos cidadãos, que se expressam por meio de insultos ou jargões do tipo “DIREITOS HUMANOS PARA HUMANOS DIREITOS” e “Quem poupa o lobo, sacrifica a ovelha”, conforme dito por C35 e C40.

⁹ MELO, Rosana. **Confira tabela com os números de crimes na capital e no Estado**. O Popular. Goiânia: 20 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.opopular.com.br/editorias/cidade/confira-tabela-com-os-n%C3%BAmeros-de-crimes-na-capital-e-no-estado-1.765788>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

Apesar de as publicações do Delegado Waldir despertarem sentimentos de repulsa, raiva e agressividade nos cidadãos, as discussões ficaram apenas nesse contexto, nenhuma das três histórias divulgadas versam sobre casos que abordam propostas de lei do deputado delegado, afinal pena de morte, por exemplo, é proibida no Brasil. O direito à vida é um direito individual, integrante das cláusulas pétreas da Constituição de 1988.

Foram coletados cerca de três mil comentários e as publicações do Delegado Waldir referentes ao mês de fevereiro com a intenção de verificar se as palavras mais frequentes nas postagens do deputado se assemelhavam com as dos comentários dos cidadãos. Tanto deputado como cidadãos trouxeram as palavras Brasil e Goiás em destaque, o que demonstra a representação, em âmbito federal, da população de Goiás pelo deputado. Os cidadãos ainda trouxeram a palavra cidade, o que sugere a intenção de cada cidadão de se referir à sua cidade ao dialogar com o parlamentar. Entre os comentários não surgiu nenhum grupo social, mas o deputado demonstrou estar voltado às questões de segurança ligadas às crianças e, como delegado, tem proximidade com policiais de modo geral.

Em relação aos assuntos parlamentares, o deputado abordou as questões da rotina da Câmara dos Deputados e do Congresso e os cidadãos discutiram com ele leis e os votos do parlamentar. Nas palavras que sugerem interesse público, vemos que o parlamentar discutiu assuntos ligados ao trabalho das polícias e às questões em torno da prisão e do preso; já os cidadãos falaram sobre vida, morte, crime, cadeia. Isso demonstra a preocupação das pessoas com a criminalidade e a referência do deputado para as questões da segurança pública. Os termos crime, morte, cadeia revelam a preocupação dos cidadãos com a violência na cidade e se associam com os termos polícia, policial, preso, prisão ditadas pelo parlamentar, membro na Câmara dos Deputados da comissão que discute segurança e direito penal no país (FIGURAS 33 e 34).

Figura 33 - Palavras frequentes nos comentários de fevereiro nas publicações de Delegado Waldir



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 34 - Palavras frequentes nos comentários nas publicações de Delegado Waldir



Fonte: Elaborado pela autora.

O deputado fez forte oposição a Lula e Dilma no ano de 2015, fato registrado na nuvem de palavras. Os petistas não receberam o mesmo destaque nos comentários dos cidadãos. Nos comentários dos cidadãos apareceu com mais força a palavra Deus, o que demonstra a descrença daqueles que comentam com as regras e medidas dos homens.

5.8.4.3 Publicações mais comentadas na fanpage de Flávia Moraes

Os comentários nas três publicações mais comentadas na *fanpage* da deputada Flávia Moraes estão apresentados no QUADRO 14 (APÊNDICE F), que traz também o endereço da postagem no Facebook e os comentários dos cidadãos, apresentados por relevância.

Dentre as publicações de Flávia Moraes mais comentadas pelos cidadãos, duas versavam sobre a área política, expressas nas categorias Rotina parlamentar e Propostas e medidas parlamentares; e uma sobre a área social, por meio da categoria Mobilização. Em duas delas o texto foi escrito em primeira pessoa, como se a deputada falasse aos cidadãos. Na outra o texto já foi redigido em terceira pessoa, indicando que a redação foi feita pela assessoria de comunicação. No uso de mídias sociais esta técnica, de escrever em primeira pessoa, é importante na formação de laços, uma vez que o leitor se sente acolhido e percebe-se não só como parte do grupo, mas também como se a deputada falasse com ele diretamente (RECUERO, 2009).

De 3 de fevereiro de 2015, a publicação mais comentada trouxe foto de Flávia Moraes assinando um documento de apoio à instalação da CPI da Petrobrás, na qual recebeu 207 comentários. Destes, sete foram respondidos, mas nenhum pela deputada. Dentre os dez *posts* analisados, seis manifestaram apoio ao ato da deputada; um pediu socorro à deputada e

acusou de picareta o prefeito de Trindade, município da base eleitoral da parlamentar; três não levaram muito a sério a atitude de Flávia e trouxe os seguintes dizeres: “A CPI tem que punir os culpados duramente, não deve ser usada como palanque eleitoreiro”, “Quem essa eu nunca vi sera humorista kkkk”.

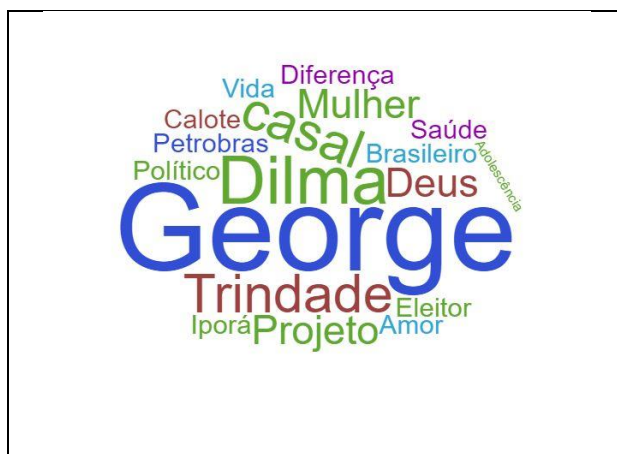
A segunda publicação mais comentada informou sobre projeto de lei aprovado no mês de agosto na Câmara dos Deputados que prevê o cancelamento de serviços de TV por assinatura pela internet. A postagem é do dia 5 de agosto de 2015 e recebeu 113 comentários, dos quais três foram respondidos, mas nenhum pela deputada. Entretanto, nos dez comentários analisados, assim como aconteceu com Daniel Vilela, o assunto foi desviado pelos cidadãos. Nesse caso os cidadãos a agradeceram pelo apoio à derrubada do veto ao PLC 28/2015, que trata sobre o plano de carreira dos servidores do Poder Judiciário da União. O fato revela o acompanhamento dos servidores do judiciário nos espaços de interação das *fanpages* dos três deputados deste estudo e a mobilização deles frente suas demandas.

Na terceira publicação mais comentada, inserida no mês de março, Flávia Moraes mobilizou os internautas a votar nela no Prêmio do Congresso em Foco, que elege os melhores parlamentares do Brasil. Foram recebidos 103 comentários, dos quais 14 foram respondidos, sendo 11 deles pela deputada federal. A parlamentar recebeu apoio dos cidadãos, que confirmaram seu voto, alguns destacaram seus municípios, como Uruaçu e Piracanjuba. Flávia Moraes não alcançou votos suficientes para a indicação, mas participou da interação mútua com intensidade nesta publicação. Percebe-se que seu esforço de interação surgiu apenas em um momento em que traria benefício para sua carreira política, não àqueles a quem representa.

Ao analisarmos as palavras mais recorrentes nos textos de Flávia Moraes e dos comentários de cidadãos, vimos a palavra mulher como ponto de intersecção entre elas, consolidando Flávia Moraes como representante feminina na Câmara dos Deputados (FIGURAS 35 e 36).

Os cidadãos discutiram assuntos sobre adolescência, já Flávia Moraes enfatizou conteúdos sobre os trabalhadores. As palavras Dilma, Petrobrás e calote demonstram a preocupação dos cidadãos com a situação envolvendo a crise na Petrobras. Enquanto as cidades de Trindade e Iporá, que formam base eleitoral da deputada, tiveram destaque nos comentários, Firminópolis e Claudinópolis que surgiram nos textos da deputada. Isso revela a proximidade da parlamentar com os municípios goianos.

Figura 35 - Palavras frequentes nos comentários de fevereiro nas publicações de Flávia Moraes



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 36 - Palavras frequentes nos comentários nas publicações de Flávia Moraes



Fonte: Elaborado pela autora.

As palavras casal e George nos comentários apontam a imagem da deputada ligada à de seu marido George, que já foi prefeito em Trindade, e também a ligação com a temática família. Enquanto os cidadãos demonstraram interesse pelas áreas da saúde e adolescência, Flávia Moraes discutiu previdência, tráfico, tipificação e feminicídio.

5.8.7 Processo incremental da conquista da cidadania na comunicação e interação entre deputados e cidadãos

No espaço das *fanpages* a cidadania ligada à comunicação passa por um processo incremental. O ambiente que tecnicamente é para ser interativo e estimulador, nem sempre é eficaz para garantir que haja comunicação entre os atores sociais. Se alguém participa de uma

conversa ou debate a garantia de que se é lido/ouvido é a resposta. O deputado federal promove sua *fanpage* e disponibiliza aos cidadãos a participação de forma igualitária. Todos podem aderir à página, bem como interagir de modo reativo, por meio dos botões curtir e compartilhar, e, de forma mútua, por meio dos comentários.

Poder participar em condições de igualdade em um espaço que se propõe a estabelecer interação e comunicação entre representantes e representados, por si só, garante um primeiro nível de consolidação da cidadania. Nele é possível verificar a disponibilidade de todos os fãs e do deputado em criar uma rede que exista enquanto esfera pública de discussão, na qual há trocas de informação e opinião por todos que desejem se expressar.

Se alguns querem apenas acompanhar as publicações dos conteúdos para tomar conhecimento, é uma opção válida, aceita e respeitada. Entretanto, precisamos dar continuidade no percurso possibilitado pela interação, voltada para a comunicação entre os atores da página, ou seja, a conversa de fato.

Um segundo nível de exercício da cidadania pode ser vivenciado quando outro cidadão se interessa pelo comentário do indivíduo e interage de forma mútua, seja com a finalidade de discordar, apoiar ou questionar. Afinal, uma esfera pública de discussão é baseada na discursividade e na argumentação racional. Por meio do uso da razão os deputados buscam o consenso pelo convencimento racional das perspectivas antagonistas que alguns cidadãos possam expressar. Não diferentes, os cidadãos tentam atuar do mesmo modo na *fanpage*. O debate entre cidadãos fortalece a capacidade de racionalização, que pode promover diversos efeitos, como adesão, tolerância e discordância.

Um terceiro nível de exercício da cidadania por meio da comunicação é retratado na interação mútua entre cidadão e deputado federal. Nenhum representante consegue interagir com todos os cidadãos conectados com ele em uma *fanpage*. Entretanto, quando um cidadão adere à uma página de determinado representante político crê não apenas na perspectiva de obter informações direto do representante do mandato, mas também na possibilidade de dialogar com ele quando quiser ou precisar. O reconhecimento do deputado ao cidadão se apresentando disposto ao diálogo nos assuntos de interesse público, e também particular, é uma virtude e um compromisso no sentido da melhoria de condições de cidadania no país.

O quarto nível é uma extensão do terceiro, caracterizado pela existência de réplicas e tréplicas entre cidadãos e deputados. Ou seja, quando há continuidade do diálogo iniciado entre o cidadão e o deputado ambos podem dar continuidade ao debate com novas perguntas e respostas e contar ainda com a adesão de outros cidadãos.

São nesses dois últimos níveis, terceiro e quarto, que podemos enxergar a interação mais horizontalizada e efetiva da comunicação entre representante e representados. Como resultado, diversos efeitos podem surgir desse relacionamento mediado pela perspectiva da interação e da comunicação. Entretanto, para identificação desses efeitos seriam necessários novos estudos e acompanhamento da atuação parlamentar do deputado federal. O QUADRO 15 apresenta as etapas da cidadania nos comentários e seus respectivos níveis.

Quadro 15 - Etapas da cidadania nos comentários

NÍVEL	ETAPA
1º nível	Possibilidade de comentar: o cidadão escreve comentário na publicação do deputado.
2º nível	Comentar e ser respondido por outro cidadão: o autor tem seu comentário respondido por outro(s) cidadão(s).
3º nível	Comentar e ser respondido pelo deputado – o cidadão escreve comentário e o deputado o responde.
4º nível	Presença de réplicas e tréplicas entre cidadão e deputado – há continuidade na conversa entre os interagentes.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quando o deputado responde ao comentário de um cidadão ele pode se expressar de diversos modos: agradecimento, solicitação, informação, questionamento, apoio, oposição e oposição com tentativa de convencimento. O mesmo pode ocorrer nas réplicas e tréplicas do cidadão. Passamos então a analisar a qualidade dessa interação com o objetivo de verificar se há um processo de comunicação dialógico entre os interagentes e com qual finalidade. O QUADRO 16 demonstra quais são as qualidades encontradas.

Quadro 16 - Qualidade da comunicação entre deputado e cidadão

Resposta do deputado:

- Agradecimento
- Solicitação
- Questionamento
- Informação
- Opinião
- Racionalização
- Repúdio/Rejeição
- Promessa/Compromisso
- Concordância (Acordo)
- Oposição ao cidadão
- Oposição com tentativa de persuasão

Fonte: Elaborado pela autora.

Para realizarmos a análise de conteúdo de modo qualitativo escolhemos, por meio de sorteio, publicações com registros de comentários do dono da página na base de dados de cada político.

Na publicação representada na FIGURA 37, de autoria de Daniel Vilela, foram feitos 20 comentários, dos quais quatro foram do parlamentar em resposta a mensagens dos cidadãos. Os 16 comentários restantes foram dirigidos ao deputado e ninguém os comentou. Assim, todos foram classificados no primeiro nível de cidadania. Outros quatro cidadãos ascenderam direto ao terceiro nível de cidadania ao terem seus comentários respondidos pelo parlamentar. Ninguém alcançou o quarto nível de cidadania, pois não houve continuidade do diálogo.

Figura 37 - Daniel Vilela respondeu a poucos cidadãos

Daniel Vilela
21 de dezembro de 2015 · 🌐

A imprensa tem mostrado que até mesmo os políticos da base aliada estão preocupados com a mudança no comportamento do governador Marconi nos últimos meses. Para pior. É mesmo preocupante o que está acontecendo. Para mascarar o rombo nas contas públicas e tentar manter acesas vaidades políticas fora daqui, o governador desagradou quase todos goianos em poucas semanas, sem mostrar qualquer disposição para o diálogo.

Servidores públicos, setor produtivo e estudantes, para citar só alguns segmentos, foram prejudicados por recentes medidas truculentas e fora de hora. A realidade é que o governador não está muito preocupado com o que acontece no Estado e com o que pensam os goianos. Enjoou do Estado como se fosse um brinquedo velho.

Tanto que agora vive a bordo de um jatinho e deixou o governo no piloto automático, mas com os motores dando pane. Na verdade, a mudança do governador parece não ter sido só de comportamento, mas também de endereço. Passa mais tempo em São Paulo do que aqui. Inventou uma pretensa agenda nacional para fugir das demandas e problemas de sua gestão.

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

Thalita Braga e outras 97 pessoas Comentários mais relevantes ▾

15 compartilhamentos 20 comentários

Eliane Rezende Gostaria de saber onde estão os políticos realmente honestos e preocupados com nosso estado e com o nosso país ,será que vamos conseguir achar no meio de tanta corrupção alguém que mereça um voto sequer?
Curtir · Responder · 1 · 21 de dezembro de 2015 às 21:29

Daniel Vilela 🟦 Peço que acompanhe meu trabalho e lhe garanto que farei o máximo para você não se decepcionar.
Curtir · Responder · 2 · 21 de dezembro de 2015 às 22:44

Wanderson Gomes e outra coisa chega de aceitar os pilantras enviados pelo Marconi perigo. So para desestruturar a base pmdbista, como Vanderlan e friboi, chegaram e racharam o pmdb e depois foram embora. friboi ainda resisti So q cumpriu seu papel em troca de perdao f... Ver mais
Curtir · Responder · 2 · 21 de dezembro de 2015 às 21:05

Daniel Vilela 🟦 Pode ter certeza que o foco do nosso trabalho é unir o partido e estruturá-lo de forma moderna, profissional, para que Goiás deixe de ficar refém desta turma que perdeu já o respeito pelos goianos e dos goianos.
Curtir · Responder · 6 · 21 de dezembro de 2015 às 22:05

Sirlene Alves Eu nunca votei nele 🙄🙄🙄
Curtir · Responder · 1 · 21 de dezembro de 2015 às 21:10

Daniel Vilela 🟦 Só de dizer isto já sei que valoriza seu voto!!
Curtir · Responder · 3 · 21 de dezembro de 2015 às 22:07

Helene Christine Oliveira Salgado Graças a Deus nunca tive coragem de votar nesse indivíduo.
Curtir · Responder · 1 · 21 de dezembro de 2015 às 22:26

Daniel Vilela 🟦 Sendo assim, valorizou seu voto!
Curtir · Responder · 1 · 21 de dezembro de 2015 às 22:45

Fonte: Adaptado da *fanpage* do deputado Daniela Vilela.

Dos quatro comentários respondidos pelo parlamentar, verificamos que havia uma solicitação com promessa/compromisso, uma promessa/compromisso e duas concordâncias. Não identificamos o quarto nível de cidadania na interação desta publicação.

Na publicação da deputada Flávia Moraes, representada na FIGURA 38, todos os sete cidadãos que interagiram de forma mútua atingiram o primeiro nível de cidadania. Apenas um chegou ao terceiro nível ao receber uma resposta da parlamentar. Não houve registros do segundo e do quarto nível de cidadania.

Figura 38 - Flávia dialogou pouco com os cidadãos

Flávia Moraes
14 de outubro de 2015 · 🌐

No foco das nossas ações, Trindade desta vez será beneficiada com a aquisição de um novo caminhão para o Corpo de Bombeiros. Serão R\$700.000,00 em emendas para garantir o veículo especial à corporação, que tem prestado, de forma atenciosa e eficiente, um grande serviço a nossa comunidade.



👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

160 Comentários mais relevantes ▾

3 compartilhamentos 8 comentários

Paulo Leão E para a educação foi quanto??
Curtir · Responder · 1 · 15 de outubro de 2015 às 08:45

Flávia Moraes 🟦 Paulo, obrigada pelo questionamento. Em Trindade, lado a lado com a saúde, a educação tem sido prioridade em nossas ações, por ser uma necessidade evidente e uma demanda constante da comunidade. Para o Instituto Federal Goiano, que já está funcionando, foram mais de R\$13milhões. Na educação infantil, são mais de R\$7milhões investidos em 5 novas creches. Dentro da prerrogativa parlamentar, nosso esforço se concentra em ampliar as vagas e gerar oportunidades nessa área. Continuamos à disposição!
Curtir · Responder · 15 de outubro de 2015 às 15:19

Ângela Tavares Parabéns Deputada!!!!!!!
Curtir · Responder · 1 · 14 de outubro de 2015 às 21:13

Cleonice Pereira Andrade Parabéns sucesso
Curtir · Responder · 1 · 15 de outubro de 2015 às 06:01

Lizandra Xavier Parabéns deputada! 😊
Curtir · Responder · 1 · 14 de outubro de 2015 às 21:55

Cleide Regina Parabéns deputada
Curtir · Responder · 1 · 14 de outubro de 2015 às 23:17

Luciomar Souza Parabéns deputada!! Flávia Moraes
Curtir · Responder · 1 · 14 de outubro de 2015 às 21:18

Paulo Leão Obrigado pela atenção e parabéns
Curtir · Responder · 16 de outubro de 2015 às 07:31

Fonte: Adaptado da *fanpage* da deputada Flávia Moraes.

No comentário feito por Flávia verificamos que havia um agradecimento com repasse de novas informações sobre o conteúdo da postagem, a qual versava sobre emendas.

A publicação sobre um julgamento de adolescentes nos Estados Unidos na página do Delegado Waldir, representada na FIGURA 39, recebeu 426 comentários. Destes, 57 foram respostas a comentários, das quais oito foram feitas pelo próprio deputado. Alguns cidadãos tiveram seus comentários comentados por outros cidadãos e alcançaram o segundo nível de cidadania. Do total, oito cidadãos conquistaram o terceiro nível de cidadania ao receber o comentário de Delegado Waldir, mas não houve réplicas.

Figura 39 - Waldir interagiu com cidadãos

The image shows a Facebook post by 'Delegado Waldir' from August 12, 2015. The post text discusses a case in the USA where two 13-year-old girls were charged as adults for a murder. It includes three photographs: two girls in a courtroom, a girl in a police car, and a group of people in a courtroom. The post has 137 likes and 11 comments. The comments section shows interactions with several users, including Lúcio Charlys Souza Souza, Fátima Weeck, Eloy Vasconcellos, Yara Garcia Dr. Waldir, Ana Amélia Queiroz, Leônidas Carvalho, and Paulo Sergio Sergio. The comments range from expressions of support for the law to criticisms of the justice system.

Fonte: Adaptado da *fanpage* do deputado Delegado Waldir.

Nos comentários feitos pelo deputado delegado, vimos um agradecimento com promessa, uma concordância com opinião, uma manifestação de repúdio com promessa/compromisso, uma racionalização, uma concordância com racionalização, uma concordância com informação, um cumprimento de boa noite e, por fim, uma informação com oposição.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A motivação para esse estudo partiu da premissa de que a sociedade determina o modo de utilizar as tecnologias e não o inverso. Retomamos então ao questionamento que motivou esta dissertação: Até que ponto as páginas do Facebook dos três deputados federais mais votados em Goiás são utilizadas como espaços da cidadania, promovendo mais interação e comunicação entre representantes e representados?

Para obter respostas definimos como cidadania o exercício dos direitos e deveres pelos cidadãos, sendo que a participação por meio do exercício da interação e da comunicação entre os deputados federais e os cidadãos nas páginas do Facebook é uma das expressões da cidadania. Afinal, é nesse ambiente digital da ‘sociedade em rede’ que os atores se encontram, interagem, obtêm informações, opinam, são influenciados e debatem o interesse público.

As *fanpages* estimulam o exercício da cidadania política, caracterizada por Marshall (1967) como os direitos de participar na vida política, não apenas por meio do voto, mas por meio do exercício da interação e da comunicação com o representante político. Entretanto, são os direitos sociais que fortalecem a cidadania do brasileiro para que ele possa participar politicamente com mais efetividade, compreendendo melhor as informações repassadas ou suprimidas nas *fanpages* e os discursos proferidos pelos diversos atores, bem como capacitá-lo para o exercício de uma cidadania comunicacional, baseada em práticas dialógicas que envolvem habilidades argumentativas.

A ampla participação dos cidadãos nas *fanpages* dos deputados revela a carência de políticas públicas voltadas para a construção de um relacionamento entre representantes e representados, baseado na transparência e na prestação de contas. A falta de reconhecimento do cidadão pelo político surge nas páginas quando os deputados se sentem desobrigados a não responder a todos os questionamentos ou não possuem estratégias que garantam mais eficiência na comunicação com os interagentes. Isso revela também a falta de habilidade dos deputados em se relacionar com a diversidade cultural e social e a pluralidade política que compõe a sociedade.

Os parlamentares utilizam as páginas muito mais para ampliar a visibilidade de determinados atos, ações e posicionamentos do que para interagir com o objetivo de conhecer os interesses dos representados e alinhar às suas ações políticas. Tal fato representa uma ruptura com os conceitos de cultura participativa e inteligência coletiva, o que revela o poder hierárquico do legitimado político frente aos que garantiram essa legitimidade, os cidadãos.

Ainda que haja nas *fanpages* ferramentas que garantam espaços de liberdade de

expressão, é preciso que deputados federais se interessem mais em participar do diálogo coletivo. Aos cidadãos cabe a responsabilidade e a disposição em participar e construir relações com seus representantes, grupos sociais e indivíduos, para que exerça sua cidadania ativa. A história da cidadania no Brasil e no mundo mostra que nenhum direito foi dado ao povo sem a ação de grupos que lutaram pelo direito de todos.

Cabe ao parlamentar usar o ambiente virtual para informar e interagir e ao cidadão fiscalizar o mandato e a representação do deputado, já que é do deputado o dever de exercer a fiscalização das ações e dos atos do executivo. Como nesse relacionamento tudo é comunicação, reforçamos a perspectiva comunicacional para a cidadania.

O cidadão é a pessoa que, em uma comunidade política, usufrui dos direitos civis (liberdades individuais), direitos políticos (participação política) e direitos sociais (educação, moradia, trabalho, saúde, benefícios sociais, dentre outros). No Brasil, porém, os direitos não são gozados por todos, ainda que haja previsão legal. Reside aqui a importância da participação democrática por meio da comunicação, voltada à consolidação da cidadania em nosso país.

Seguindo essa reflexão, percebemos que a concepção de cidadania política de Cortina (2005), retratada pela exigência de um sentimento de pertença para com a comunidade como determinante para uma conduta cidadã, envolve relacionamento entre as pessoas por meio da interação e da comunicação que pode existir no meio virtual. Deste modo, partimos de uma visão centrada na comunicação para afirmar que a previsão do direito à informação pela quarta geração dos direitos humanos e os direitos fundamentais da legislação brasileira voltados à comunicação precisam ser rediscutidos para alcançar a demanda comunicacional da atualidade.

Os cidadãos precisam do acesso à internet, à informação e também ao exercício da comunicação com seus representantes políticos para fortalecer o exercício da democracia e da cidadania. Pouco mais da metade da população brasileira tem acesso à internet, os demais não são cidadãos no mundo virtual por não estar nele inseridos e não participar dos espaços de interação. Esse é o primeiro desafio para cidadãos e agentes políticos superarem na luta pela cidadania. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015 (citação), o número de internautas no país subiu para 102,1 milhões. Além disso, muitos elementos afetam a qualidade desse acesso, como, por exemplo, a formação escolar e a cultural e o interesse pelos direitos da coletividade. Nos comentários verificados neste estudo vemos o interesse das pessoas em dialogar, cientes de suas necessidades enquanto cidadãos,

mas com dificuldades de expressão e compreensão dos limites da atuação de um deputado, bem como de suas relações com os outros poderes e as relações políticas na sociedade.

Desde o advento das mídias digitais, baseadas em ferramentas interativas, os políticos vivem situação delicada. A comunicação se expandiu e promoveu mais conectividade entre pessoas, instituições e governos. Hoje os cidadãos podem se comunicar uns com os outros, de modo que já não buscam se informar apenas por meio da imprensa. Buscam conteúdo divulgados pelos representantes políticos e tentam se relacionar com eles por meio da interação e da comunicação nas mídias sociais. Tal fato coloca em cheque a representação quando ela não se consolida na prática, ou seja, quando o que o político diz não é o que ele faz. E não se pode atribuir isso a uma descontextualização ou à manipulação da mídia, pois é uma expressão do próprio emissor.

O movimento de crescente adesão às páginas dos deputados demonstra a atenção do cidadão em buscar proximidade, interação e diálogo com seus representantes. Nas páginas dos deputados, ainda que haja desigualdades sociais e econômicas entre os cidadãos que integram essas esferas, todos se reconhecem, igualmente, membros de um Estado-Nação, representados por esses políticos com poder de tomada de decisão que afeta o exercício da cidadania. Da interação e da comunicação nasce a possibilidade da participação cidadã voltada para uma relação ativa com o deputado e, conseqüentemente, a adesão deste a projetos que reconheçam as alteridades e os interesses coletivos.

Identificamos que os parlamentares não divulgam todas as informações dos mandatos ou seus posicionamentos nas *fanpages*. Isso sustenta a necessidade de leis que garantam a obrigatoriedade do acesso à informação no Brasil, bem como o modo que esses dados serão disponibilizados. A transparência e a qualidade da informação são fundamentais em uma democracia. Também vimos que os deputados estão mais preocupados com a imagem, a reputação e a popularidade – em uma perspectiva centrada na comunicação produzida pela mídia tradicional e pelo *marketing* político tradicional – do que em interagir e se comunicar com seus representados. Afinal, ser um emissor nas mídias digitais significa também ser um receptor, com disponibilidade em interagir com o outro. Daí nasce a razão para que postagens dos três deputados e comentários apresentem mais conteúdos dissonantes do que concordantes, seja no conteúdo em si ou no foco.

Kotler (2010) assegura que estamos na era da conscientização e o *marketing* precisa modificar as estratégias por causa das mudanças tecnológicas e das necessidades dos cidadãos. Todos estão preocupados com o mundo, seu país, suas cidades e seus paradoxos, querem mais participação em todos os campos, em especial na política. Hoje as pessoas se

importam com quem se importa com elas, são bem informadas e passam a compreender cada vez mais os mecanismos políticos. Esse fluxo informativo caminha em conjunto com os valores internalizados pelos indivíduos e as possibilidades de interação com os diversos atores conectados.

A internet é uma mídia *pull*, ou seja, o cidadão busca o que quer ler, pesquisar e com quem deseja interagir e manter uma relação dialógica. As mídias digitais combinam com a personalização prevista no *marketing* 3.0, tratado por Kotler (2010). As pessoas mudaram de atitude, estão mais participativas e atentas às questões da política, das instituições democráticas e dos agentes políticos. Os cidadãos estão atuando ativamente nos processos políticos, sociais e econômicos do país por meio de redes centralizadas e distribuídas. Os cidadãos não estão limitados a ser apenas eleitores. São formadores de opinião e influenciadores digitais.

A cada dia que passa a interação entre políticos e cidadãos se intensifica na forma um para muitos, mas completamente afetada pela interação muitos-muitos. Isso quer dizer que a interação com outros cidadãos promove o acesso a informações e opiniões que afetam visões sobre propostas de lei, ações dos governos e diversas representações sociais. A interação dos cidadãos nas páginas dos deputados é essencial para a definição do que é relevante para o interesse público e verdadeiro. Ainda que o papel da mídia tradicional seja hegemônico nesse processo e os deputados utilizem as notícias dos veículos de comunicação como guia para a elaboração de conteúdos para suas páginas, percebe-se a necessidade de que estes agentes políticos passem a acompanhar as demandas dos grupos e comunidades que representam e alinhem suas ações do mandato.

Qual será o motivo de os deputados federais criarem páginas estimuladoras da interatividade? A resposta abrange diferentes perspectivas, mas a simples adesão a páginas interativas agrega valor à imagem do deputado e contribui para a formação de seu capital social e político, mas é na interação e na convivência com cidadão que o *marketing* político passa a ser associado às lógicas da cidadania. Os mandatos dos deputados não podem mais se dissociar disso, porém, podem utilizar da interação para conhecer as demandas dos cidadãos e atuar em prol de uma representação mais fidedigna aos interesses coletivos.

No futuro os políticos que estiverem abertos a se relacionar com as pessoas e agir em prol da cidadania serão aqueles que, na sociedade da informação, da comunicação, da visibilidade e da transparência, conquistarão eleitores e irão resgatar a credibilidade.

Para alcançar o *status* de cidadania comunicativa os critérios necessários para garantir a racionalidade da discussão (HABERMAS, 2003; MARTINO, 2015) são importantes e

ampliaram nossa percepção sobre a cidadania centrada na comunicação digital. Percebemos que o exercício da cidadania pelos brasileiros na internet está em constante desafio, pois ser ouvido em um intenso fluxo interativo não é algo fácil, menos ainda se comunicar de forma efetiva. As vivências de simplesmente curtir, compartilhar e comentar são diferentes da comunicação prevista nos comentários, nos quais é possível, aos atores sociais, responderem uns aos outros e dar continuidade na conversa. Há níveis de cidadania em uma *fanpage* de um deputado, pois a discussão prevista para uma esfera pública só ocorre quando também o deputado, enquanto representante, reconhece o cidadão e se comunica com ele.

Ao analisarmos o critério de igualdade de condições de participação percebemos a maturidade dos parlamentares estudados em lidar com a alteridade nos espaços da *fanpages* ao não apagarem comentários discordantes ou até mesmo ofensivos. Isso demonstra respeito às regras de uma esfera pública. E também tolerância com os cidadãos que perdem suas capacidades de racionalizar e se rendem às emoções na busca pela cidadania plena no prolongamento do mundo conectado ao desconectado. É justamente a ampliação da capacidade reflexiva do cidadão, juntamente com o aumento de sua capacidade emocional em lidar com o outro – o diferente – que o tornará mais do que um mero espectador pronto para ser laçado pelo *marketing* político. É a vivência do relacionamento em interação entre cidadãos e deputados e agentes políticos e públicos que ensinará a cidadania comunicacional que perpassa nessas relações.

O maior desafio da cidadania nas páginas dos deputados se refere ao reconhecimento do interlocutor. Estar em um espaço interativo indica a compreensão do que isso significa, ou seja, interagir. Se para o cidadão há várias formas para isso – curtir, comentar, compartilhar ou simplesmente observar, para o representante político também, exceto simplesmente publicar e observar. Optar por se tornar um representante exige hoje também informar diretamente aos seus públicos, sem deixar lado a participação na mídia. Significa também revelar seus posicionamentos e opiniões e, principalmente, relacionar-se, interagir, conviver com os representados por meio da interação.

No dia 1º de maio de 2017 Daniel Vilela registrava 35.195 fãs na página; Delegado Waldir, 656.548 seguidores e Flávia Moraes, 39.469. Temos, como poder da comunicação, o poder de construir redes (CASTELLS, 2010), e Delegado Waldir está na frente neste quesito. Os outros dois deputados têm menos pessoas conectadas às *fanpages* do que votos recebidos no último pleito eleitoral. Se a quantidade de conexões exige atenção de início, o conteúdo disponibilizado e a qualidade da interação são as exigências para o exercício de uma cidadania comunicacional plena entre representantes e representados. Afinal, uma rede está

em constante movimento e transformação, por isso não basta uma simples adesão associativa de membros a essa página, a construção de um relacionamento é fundamental.

É comum no universo das *fanpages* a existência de laços fracos, por isso vemos cidadãos ávidos em tentar estabelecer interações virtuais, carregadas de perguntas, dúvidas e diversas outras formas de manifestação, com outros atores e com os deputados. Quando a interação não ocorre, o vínculo não se estabelece entre atores e há o risco do laço fraco ser facilmente rompido.

Identificamos os deputados utilizando as páginas do Facebook como veículos massivos, mas despreparados para melhorar a quantidade e a qualidade da interação e da comunicação, negando aos cidadãos a oportunidade de manter um vínculo ativo com aquele que elegeu e o representa.

O capital social e o capital político desses representantes são construídos pelos laços que mantêm com os cidadãos e pelas informações que publicam e dão início à interação na mídia social. Mas vemos que os laços que conectam deputados e cidadãos possuem sentidos de forças diferentes, ou seja, muitos cidadãos buscam dialogar, comentam suas publicações, mas os deputados não retribuem ou retribuem pouco. Isso revela uma fragilidade da estrutura de uma *fanpage* e a precariedade da comunicação entre representante e representado. As páginas dos deputados proporcionam visibilidade e popularidade a eles, mas para alcançar reputação e autoridade em espaços interativos a qualidade da informação e da comunicação com o outro é determinante.

Diferentemente de um ambiente físico, no digital só temos a certeza da escuta se uma resposta é conferida ao emissor. Assim, entendemos que é preciso haver interesse do deputado em elaborar estratégias para utilizar uma *fanpage* como uma plataforma que sustenta a interação e a comunicação entre ele e o cidadão, sob uma perspectiva mais voltada à cidadania do que ao *marketing*.

Ao trazer a reflexão da cidadania para o ambiente das páginas do Facebook o *status* de cidadania é verificado quando a *fanpage* está aberta à adesão dos cidadãos, os quais têm liberdade para discordar, questionar ou apoiar seu representante. Também faz parte da cidadania o cidadão ser reconhecido pelo deputado por meio de interações reativas e mútuas, conferindo-lhe a oportunidade de diálogo.

Verificamos que, nesse fluxo comunicativo coletivo das *fanpages*, ainda que o cidadão não seja respondido e reconhecido pelo político, o coro de vozes fortalece a vontade popular ao ressoar juntos propósitos e abordagens que o representante talvez não queira ter. A falta de escuta, interação e comunicação do parlamentar com o cidadão pode enfraquecer seu capital

político, afetando sua popularidade e credibilidade. O exercício da cidadania é efetivado quando os representantes interagem com integrantes da rede social constituída na página, bem como quando outros atores legitimam o discurso proferido por um cidadão e o reforçam ou discordam por meio da argumentação possibilitada por um diálogo.

As *fanpages* estudadas articulam múltiplas possibilidades de interação entre deputados e cidadãos, sem perder a intimidade simbolizada por um perfil pessoal e fortalecendo a proximidade que deve haver entre representantes e sociedade. Servem para aumentar o acesso às informações do mandato e de espaço de expressão dos cidadãos em relação a ações, votos, posicionamentos e propostas dos deputados.

O Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, no capítulo 2, artigo 3º, destaca os deveres fundamentais do parlamentar, o inciso IV diz “[...] exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular, agindo com boa-fé, zelo e probidade” (BRASIL, 2002). Isso reforça a ideia da importância da comunicação, pois quando o cidadão vota no candidato não é capaz de saber todas as temáticas que serão discutidas e decididas posteriormente. Desse modo, o documento cria, em sua interpretação, o dever do deputado em conhecer a vontade das pessoas para o exercício de seu mandato. Isso pode ser feito por meio da interação e da comunicação com os representados.

O estudo faz um diagnóstico da insuficiência e da precariedade de uma interação voltada para o diálogo, caracterizando as páginas dos deputados muito mais voltadas para a emissão e ampliação da visibilidade do que para a interação com as pessoas. A pouca disponibilidade dos parlamentares em interagir nas páginas revela a necessidade do representante em descer as escadarias do poder e se situar em uma relação verdadeiramente democrática nas páginas. O esforço dos cidadãos em serem ouvidos por seu representante é imenso. A participação e a colaboração entre cidadãos na luta pela cidadania nas *fanpages* em conexão com outras mídias e pessoas são o suporte para que essa autonomia comunicacional promova mudanças na representação política, na democracia representativa e na sociedade.

Há uma necessidade de discussão de políticas públicas voltadas à cidadania comunicacional, pois a democracia e a cidadania não podem se fortalecer sem a transparência irrestrita dos mandatos e uma relação dialógica dos cidadãos com seus representantes.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa, PT: Edições 70, 2010.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2015.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. São Paulo: Paz e Terra, 1986. (tem ainda Bobbio 2002 e 2004 nas citações)

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Código de ética e decoro parlamentar da Câmara dos Deputados**: aprovado pela Resolução n. 25, de 2001. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Vade Mecum Saraiva**. São Paulo: Saraiva, 2015a.

Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2016. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: síntese de indicadores 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94935.pdf>>. Acesso em: 08 de jan. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação). 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm>. Acesso em: 4 jul. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.965**, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). 2014a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acesso em: 4 jul. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa Brasileira de Mídia 2014**: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2014b. Disponível em: <<http://observatoriодаimprensa.com.br/download/PesquisaBrasileiradeMidia2014.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa Brasileira de Mídia 2015**: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2015b. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. (organizado por Renato Ortiz). São Paulo: Ática, 1983.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Cidadania e res publica: a emergência dos direitos republicanos. **Revista de Filosofia Política** - Nova Série, Porto Alegre, v.1, p. 99-144, 1997.

CANCLINI, Néstor G. **Consumidores e cidadãos**. Trad. Maurício Santana Dias e Javier Rapp. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora URFJ, 1999.

CARNICEL, Amarildo; FANTINATTI, Márcia. **Comunicação e cidadania**. Campinas: Centro de Memória, Unicamp, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: uma teoria da cidadania**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 2009.

DI FELICE, Massimo. **Do público para as redes: a comunicação digital e as novas formas de participação social**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2008.

FACEBOOK. **Central de ajuda**. 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/help/www/467610326601639>>. Acesso em: 15 maio 2016.

FLANDOLI, Fabio. **Web 4.0**. 2010. Disponível em: <<http://www.lumina1.com.br/web4/>>. Acesso em: 28 de dez. 2015.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Meridional, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2002

GOMES, Wilson S. Opinião pública política hoje: uma investigação preliminar. In: HOHFELDT, Antonio (Org.). **Práticas mediáticas e espaço público**. Porto Alegre: Editora da PUC/RS, 2001.

GÓMEZ, Guillermo Oroszco. Comunicação social e mudança tecnológica: um cenário de múltiplos desordenamentos. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 81-98.

GUARESCHI, Pedrinho A. **O direito humano à comunicação: pela democratização da**

mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. 1; v. 2.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. Verdade e Justificação: ensaios filosóficos. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

JESUS, A. **História das redes sociais: do tímido ClassMates até o boom do Facebook**. Techtudo: 12 de jul. 2012.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: 34, 1999.

LÉVY, Pierre. **O que é virtual**. São Paulo: 34, 1996.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet: Em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010.

LEMOS, André. **Cibercultura e Mobilidade: a era da conexão**. In: Intercom – XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, UERJ, 2005, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: UERJ, 2005. Disponível em: Acesso em: 15 jun. 2015.

MAINIERI, Tiago. A cidade tecida sem fios – a comunicação digital ressignificando as cidades. In: PAIVA, Raquel; TUZZO, Simone Antoniaci (Org.). **Comunidade, mídia e cidade**: possibilidades comunitárias na cidade de hoje. Goiânia: FIC/ UFG, 2014. cap. 9. p. 191-202.

MARSHALL, Thomas H. **Cidadania, classe social e status**. Trad. Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Org.). **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. p.11-26.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das mídias digitais**: linguagens, ambientes e redes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MASSON, Nathalia. **Manual de Direito Constitucional**. 3. ed. Salvador, BA: Jus Podivm, 2015.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

MEKSENAS, Paulo. **Cidadania, poder e comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.

MONDAINI, Marco. O respeito aos direitos dos indivíduos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla (Org.). **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MORAES, A; SIGNATES, L.. (Org.). **Cidadania Comunicacional: teoria, epistemologia e pesquisa**. Goiânia: Gráfica UFG, 2016.

ODALIA, Nilo. A liberdade como meta coletiva. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Erival da Silva. **Direito constitucional**. 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PARANAGUÁ, Maurício B. **História do legislativo**. 2011. Disponível em: <https://portal.al.go.leg.br/arquivos/asstematico/artigo0003_historia_do_legislativo.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2017.

PARISER, Eli. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PINHO, José. B. **Jornalismo na internet: planejamento e produção da informação**. São Paulo: Summus, 2003.

PORTO, Camila. Marketing pessoal: como usar o Facebook a favor da sua imagem na internet. In: PORTO, Camila. **Facebook marketing: tudo o que você precisa saber para gerar negócios na maior rede social do mundo**. São Paulo: Novatec, 2014.

PRIMO, Alex. Interação mútua e interação reativa: uma proposta de estudo. **Revista da Famecos**, Porto Alegre, v. 12, p. 81-92, jun. 2000. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/limc/PDFs/int_mutua_reativa.pdf>. Acesso em: 19 set. 2016.

PRIMO, Alex. **Interação mediada por computador: comunicação, cibercultura, cognição**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. **Dicionário de Comunicação**. São Paulo: Ática, 2002.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RECUERO, Raquel. Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. **Verso e Reverso**, São Leopoldo, v. 28, p. 114-124, 2014. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2014.28.68.06/4187>>. Acesso em: 19 set. 2016.

SIGNATES, Luiz. Epistemologia da comunicação na democracia: a centralidade do conceito de comunicação na análise dos processos políticos. **Novos Olhares: Revista de Estudos Sobre Práticas de Recepção a Produtos Midiáticos**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 7-18, 2012.

SOUZA, Jesse. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. O jornalismo e a cidade: vínculos e desafios. In: PAIVA, Raquel; TUZZO, Simone Antoniacci (Org.). **Comunidade, mídia e cidade: possibilidades comunitárias na cidade de hoje**. Goiânia: FIC/ UFG, 2014. cap. 7. p.137-160.

THOMPSON, John. **Mídia e modernidade**. Tradução de Wagner Brandão. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

TUZZO, Simone Antoniacci. O lado sub da cidadania a partir de uma leitura crítica da mídia. In: PAIVA, Raquel; TUZZO, Simone Antoniacci (Org.). **Comunidade, mídia e cidade: possibilidades comunitárias na cidade de hoje**. Goiânia: FIC/ UFG, 2014. cap. 8. p. 151-180.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Trad. Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2011.

ZAMITH, Fernando. **A contextualização no ciberjornalismo**. 2011. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/57280/2/zamith000148443.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.

APÊNDICE A - Quadro 7 - Projetos de lei apresentados por Daniel Vilela em 2015

Projeto de Lei	Ementa e explicação
PL-1142/2015	Acrescenta o § 9º ao art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, para dispor sobre a realização de convênios pela Administração Pública Federal.
PL-1143/2015	Altera o texto do art. 4º da Lei 4.898/65 para dispor sobre o abuso de autoridade no caso que menciona.
PL-1144/2015	Altera o § 3º do art. 21 da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, para tornar obrigatória a presença de advogado no procedimento arbitral.
PL-1145/2015	Altera a redação do art. 953 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para fixar parâmetros para a estipulação da indenização por danos morais.
PL-1146/2015	Estabelece a dedutibilidade das doações a escolas públicas de ensino infantil, fundamental e médio para fins de apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, e dá outras providências. Explicação: Altera a Lei nº 9.249, de 1995.
PL-1202/2015	Dispõe sobre a vedação do financiamento das campanhas eleitorais por pessoas jurídicas; estabelece limites de doações para pessoas físicas; cria mecanismo de estímulo às pessoas físicas para realizações de doações eleitorais; e estipula que o doador não poderá realizar doações a candidatos de partidos diferentes, ressalvados os casos em que as doações sejam feitas a candidatos de partidos diferentes que façam parte de uma mesma coligação. Altera a Lei 9.096/95 e a Lei 9504/97.
PL-1203/2015	Altera os arts. 22-A e 23 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para obrigar a identificação do doador originário na hipótese de transferências de recursos entre partidos políticos, comitês financeiros e candidatos.
PL-1204/2015	Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para pagamento de parcelas das taxas e mensalidades do ensino superior.
PL-1205/2015	Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI nas aquisições de máquinas e equipamentos rodoviários efetuadas por prefeituras municipais.
PL-1319/2015	Estabelece a obrigação de os laboratórios farmacêuticos incluírem, nos rótulos dos medicamentos produzidos no País ou de procedência estrangeira, aviso acerca da existência de lactose na composição de seus produtos.

PL-1320/2015	Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que "Dispõe sobre as Restrições ao Uso e à Propaganda de Produtos Fumíferos, Bebidas Alcoólicas, Medicamentos, Terapias e Defensivos Agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal", para vedar o patrocínio ou apoio, pela administração pública, a evento relacionado ao consumo daqueles produtos.
PL-1321/2015	Dispõe sobre o crime de violação de direitos e prerrogativas do advogado e legitima a Ordem dos Advogados do Brasil a representação.
PL-1322/2015	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para disciplinar o porte de arma de fogo por agentes públicos nos locais que menciona.
PL-1323/2015	Altera os artigos 24 e 42 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que "regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal", visando assegurar a razoável duração do processo administrativo e celeridade em sua tramitação, mediante seu prosseguimento nos casos de descumprimento de prazos pela Administração.
PL-1707/2015	Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudoeste Goiano - UFSOG, com sede na cidade de Jataí, Estado de Goiás, mediante desmembramento do campus avançado da Universidade Federal de Goiás situado nesse município.
PL-1708/2015	Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudeste Goiano - UFSEG -, com sede no Município de Catalão, Estado de Goiás, por desmembramento do campus avançado da Universidade Federal de Goiás - UFG -, situado nesse município.
PL-1709/2015	Modifica a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para regular a destinação ou disposição final de resíduos provenientes da construção civil e das demolições.
PL-1756/2015	Acrescenta artigo 299-A à Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para tipificar penalmente a conduta dos agentes que, no período eleitoral, captarem apoios políticos por meio de contraprestações financeiras de candidatos a cargos eletivos.
PL-1899/2015	Inscrive o nome de Bernardo Sayão Carvalho Araújo, o "Bandeirante do Século XX", no Livro dos Heróis da Pátria.
PL-1900/2015	Dispõe sobre a proibição de exercício da advocacia para membros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, do Conselho de Recurso Fiscal da Previdência Social, bem como de suas respectivas instâncias inferiores, e de entidades similares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, vedação ainda extensiva aos seus parentes em até terceiro grau no respectivo colegiado.

PL-1901/2015	Acrescenta o art. 221-A à Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil, para estipular a suspensão dos prazos no processo quando a única advogada de alguma das partes der à luz, ou quando o único advogado de uma das partes se tornar pai.
PL-2207/2015	Cria programa de incentivo de inserção dos egressos jovens - PIIIEJ - no mercado de trabalho, como aprendizes, a partir de alteração da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 5.452, de 1943.
PL-2208/2015	Altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor, para obrigar a entidade responsável pela organização do evento a instalar aparelhos de identificação biométrica e câmeras de vídeo nos locais onde são realizados os eventos desportivos de que trata esta Lei.
PL-2210/2015	Acrescenta parágrafo ao art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", para eximir de multa a empresa que comprove ter utilizado todos os meios possíveis para contratação de pessoas com deficiência, sem ter obtido êxito, por razões alheias à vontade do empregador.
PL-2211/2015	Acrescenta o § 3º ao art. 19 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para autorizar a implantação do sistema de "escritório móvel" no serviço público.
PL-2723/2015	Acrescenta o § 3º ao art. 19 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para autorizar a implantação do sistema de escritório remoto ("home-office") no serviço público.
PL-2895/2015	Acrescenta artigo à Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, para proibir a contratação de serviços de publicidade por empresas estatais e sociedades de economia mista, quando estas possuírem posição dominante em mercados relevantes.
PL-3128/2015	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para tipificar a prática da venda casada como crime contra as relações de consumo.
PL-3356/2015	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana, para atribuir aos serviços de mototáxi as mesmas diretrizes gerais previstas para os serviços de táxi
PL-3453/2015	Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, permitindo à Anatel alterar a modalidade de licenciamento de serviço de telecomunicações de concessão para autorização.

PL-3945/2015	Institui o Estatuto da Democracia Partidária, para estabelecer mecanismos de democracia interna e fortalecimento dos partidos políticos, alterando-se a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.
PL-634/2015	Institui o Programa de Financiamento às Fontes Alternativas Renováveis de Energia Elétrica - PROFFAREE. Explicação: Objetiva prover recursos para financiar a implantação de micro e minigeração distribuída de energia elétrica.
PL-635/2015	Cria benefícios fiscais relativos ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), com o objetivo de desonerar a aquisição de máquinas e equipamentos destinados ao processamento de resíduos sólidos e incentivar a aquisição de resíduos sólidos utilizados como matérias-primas ou produtos intermediários na fabricação de outros produtos. Explicação: Altera a Lei nº 12.305, de 2010 e a Lei nº 12.375, de 2010.
PL-661/2015	Cria a Área de Proteção Ambiental Rio-Parque do Araguaia.
PL-756/2015	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para tornar crime a conduta de arrecadação de campanha eleitoral sem registro contábil (Caixa 2).

Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE B - Quadro 9 - Análise da categoria Estímulo à interação na fanpage de Daniel Vilela

Endereço	Área Social/Estímulo à interação	
https://www.facebook.com/186037161435170/posts/993539000684978	Concedemos entrevista para o Jornal Opção desta semana, ocasião em que falamos de diversos temas ligados aos cenários políticos local e nacional (que, convenhamos, andam bem movimentados). Confiram e deem sua opinião! http://bit.ly/1SqBPcv	Curtidas: 91
		Comentários: 55
		Compartilhamentos: 15
		Engajamento: 168
		Respostas ao cidadão: 2 curtidas
https://www.facebook.com/186037161435170/posts/991347030904175	Que tal usar seu smartphone para ajudar na moralização da política? Pensando nisto, fizemos uma indicação ao Poder Judiciário para que seja criado um aplicativo que permita ao cidadão denunciar crimes eleitorais por meio de texto, foto e vídeo. Afinal, é o próprio eleitor quem vivencia mais de perto a disputa nas ruas e pode dar uma enorme contribuição aos órgãos de fiscalização. Os TREs do Mato Grosso e Espírito Santo, além da OAB, já utilizaram recursos semelhantes nas últimas eleições, mas acreditamos que será mais produtivo se a Justiça Eleitoral adotar nacionalmente, já a partir do próximo ano, uma ferramenta oficial, padronizada, e fizer um trabalho intenso de divulgação para que a população abrace a ideia. Assim o candidato mal intencionado vai, no mínimo, pensar duas vezes antes de sair por aí fazendo besteira.	Curtidas: 50
		Comentários: 28
		Compartilhamentos: 16
		Engajamento: 96
		Respostas ao cidadão: 1 comentário
https://www.facebook.com/186037161435170/posts/1001336529905225	A diferença entre o discurso do governo de Goiás e a prática, em um único dia. Dá para confiar?	Curtidas: 40
		Comentários: 3
		Compartilhamentos: 4
		Engajamento: 51
		Respostas ao cidadão: 0
https://www.facebook.com/186037161435170/posts/992998140739064	Você já imaginou o que aconteceria com o Brasil se painéis solares fossem instalados nos telhados de todas as casas e prédios do País? Assista o vídeo ou clique no link bit.ly/1HxkUjf e veja como colaborar para começar esta revolução. Ótimo domingo a todos!	Curtidas: 49
		Comentários: 27
		Compartilhamentos: 30
		Engajamento: 109
		Respostas ao cidadão: 2 curtidas e 1 comentário
https://www.facebook.com/186037161435170/posts/992998140739064	Apresentamos recentemente projeto de lei para coibir o porte de armas de fogo dentro de estabelecimentos como boates. Nosso objetivo é	Curtidas: 10
		Comentários: 0
		Compartilhamentos: 0

86037161 435170/po sts/895384 28383378 4	coibir eventos trágicos. A observação atenta de policiais apontou imperfeições no projeto de lei, como a dificuldade de disponibilidade de local para guardar armas. Diante de tais ponderações, decidimos reformular o projeto. Reafirmamos, no entanto, a necessidade de criar mecanismos de controle da interação consumo de álcool e porte de armas. Ouviremos entidades relacionadas com o assunto para construirmos juntos uma nova proposta. Ressaltamos o diálogo sempre aberto.	Engajamento: 19
		Respostas ao cidadão: 0
https://w ww.faceb ook.com/1 86037161 435170/po sts/961193 74058617 1	Boa noite! Gravamos hoje participação no programa de TV do PMDB, que vai ao ar em rede nacional no próximo dia 24. Fui convidado pelo partido para representar Goiás. Convido todos a assistir nossa mensagem para o País e também a opinar nas redes sobre o Brasil que queremos.	Curtidas: 71
		Comentários: 11
		Compartilhamentos: 13
		Engajamento: 9
		Respostas ao cidadão: 5 curtidas
https://w ww.faceb ook.com/1 86037161 435170/po sts/989019 86780355 8	Quem disse que não dá para fazer política de um jeito diferente? Quando era deputado estadual, destinei durante 15 meses os recursos da verba indenizatória do meu gabinete para financiar estudos científicos sobre políticas públicas em Goiás, numa parceria com a UFG. O resultado deste trabalho, que envolveu 6 professores doutores e suas equipes, supervisionados pelos professores Denise Paiva e Einstein Paniago, é o livro “Políticas Públicas em Goiás: Diagnóstico, Avaliação e Propostas”, que vamos lançar na próxima segunda-feira, 23, às 9 horas, no auditório do Crea-GO. Aproveito para convidar todos os interessados a irem. Acredito que o conhecimento científico é fundamental para a tomada de decisões relacionadas às políticas públicas e defendo, portanto, uma maior aproximação da academia com o meio político.	Curtidas: 57
		Comentários: 19
		Compartilhamentos: 13
		Engajamento: 90
		Respostas ao cidadão: 6 curtidas
https://w ww.faceb ook.com/1 86037161 435170/po sts/954526 23458625 5	Bom dia! Compartilho com vocês nota principal da coluna Fio Direto, do Diário da Manhã, que destaca hoje nosso trabalho para discutir o home office no serviço público. Se quiserem conhecer mais sobre o tema e também opinar e apresentar sugestões, segue link com artigo nosso publicado terça-feira no jornal O Popular: http://bit.ly/1PNjIHL	Curtidas: 21
		Comentários: 4
		Compartilhamentos: 5
		Engajamento: 35
		Respostas ao cidadão: 0

Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE C - Quadro 10 - Análise da categoria Estímulo à interação na *fanpage* de Delegado Waldir

Endereço do post	Texto	
https://www.facebook.com/306388799493851/posts/762588530540540	Antes que alguém conteste... impeachment não é golpe, aliás o próprio Lula pediu a cabeça do então presidente Collor... o PT pediu contra FHC.... e mais, durante a CPI da Petrobras já havia solicitado o afastamento por conhecer o teor na bandidagem que estava "e ainda está" sendo investigada na Lava Jato... sem contar que o Petrolão é apenas a ponta do iceberg... e você já sabe o meu possível voto??? #ImpeachmentJá #ForaDilma	Curtidas: 5.718
		Comentários:928
		Compartilhamentos: 541
		Engajamento: 7.188
		Respostas ao cidadão: 6 curtidas e 0 comentários
https://www.facebook.com/306388799493851/posts/762194773913249	Boa noite... aqui em Brasília a pergunta que não quer calar... Quem vai cair primeiro: 1 - Dilma ou 2 - Cunha	Curtidas: 3.908
		Comentários: 2.452
		Compartilhamentos: 1.103
		Engajamento: 25.565
		Respostas ao cidadão: 1 comentário e 29 curtidas
https://www.facebook.com/306388799493851/posts/761936487272411	Boa noite... não se assuste...não é no Japão.. não é tsunami, maremoto, tufão..trata-se da Capital de Goiás, nossa Goiânia....em dia de chove ...um pouquinho...ali no Córrego Botafogo, ao lado da Marginal de mesmo nome...e que a poucos dias fizemos uma fiscalização com a Comissão de Fiscalização da Câmara....muito dinheiro enterrado...obra inacabada... mal feita...para durar 10 a 15 anos...acredita?? É assim em Goiânia, no Estado de Goiás, no Brasil....obras caras, superfaturadas, aditivadas, corrompidas...para empreiteiros e alguns políticos meterem a mão...logo em seguida...com qualquer chuvinha...começa cair os pedaços....o preço da malandragem e incompetência...o pior pagamos por elas....e delas podemos ser vítimas...em armadilhas urbanas....outros fatores contribuem...lixo...muito lixo...de onde???? Da incompetência administrativa de administrar uma cidade...de dimensionar a quantidade de água que um córrego ou rio pode receber com chuvas, considerando a impermeabilização do solo realizada nos bairros próximos, com muito asfaltos, nas canalizações realizadas sem critérios técnicos adequados....hoje em Goiânia...se tínhamos o temor de morrer baleado, em um atropelamento ou acidente de trânsito, pela	Curtidas: 1.234
		Comentários: 110
		Compartilhamentos: 368
		Engajamento: 1.712
		Respostas ao cidadão: 3 comentários

	<p>sujeira que trouxe a dengue, na espera de atendimento de um Posto de Saúde ou Cais, por falta de UTL... mesmo depois de várias mortes de pessoas e seus veículos arrastados por correntezas na Av. Feira de Santana no Parque Amazônia, ou ali na baixada da Redenção, ou no Setor Sudoeste....passa ano...passa chuva...e continuamos reféns dos alagamentos que ocorrem em nossa Capital....enquanto isso nossos Administradores de braços cruzados....escondidos em gabinetes com ar condicionado ...esperando a chuva passar...</p>	
https://www.facebook.com/306388799493851/posts/760649874067739	<p>Jovem... 21 anos, 3 mandados de prisão em aberto e ontem a noite fim da linha... na tentativa de assalto ali no Parque Amazônia, Goiânia... a possível vítima era um policial a paisana... que ao reagir, derrubou o jovem criminoso com disparos no tórax... morreu no local. Se haviam 3 mandados de prisão, por que não se cumpriu? Não há policiais suficientes? Ou não há vagas nos presídios? A muito tempo nossa segurança tem sido falha de norte a sul do Brasil... e os governantes vivem de medidas paliativas, que não refletem em melhorias significativas para a população... o sistema falha não apenas nas brechas da lei... mas quando não há policiais suficientes nas ruas, quando criminosos que deveriam estarem presos, circulam livremente... "incluo aqui os que usam tornozeleiras" onde não há eficiência no monitoramento... não adianta "governo nenhum" oferecer estudo, emprego e não dar a segurança necessária para que esse trabalhador/estudante tenha condição de transitar em segurança e ao chegar em casa encontrar como deixou, e não revirada... O goiano... o brasileiro, aqueles que são trabalhadores, aposentados e estudantes... merecem muito mais respeito... e uma segurança que lhes deem uma garantia maior de proteção ao seu patrimônio e a própria vida... até porque sempre existiu e sempre existirá aqueles que não querem escolas e nem emprego... e pra esses a lei deve ser aplicada de forma clara e objetiva... e Por que não prendeu? Por que tantos outros estão circulando livremente? São os reincidentes!</p>	Curtidas: 4.841
		Comentários: 71
		Compartilhamentos: 363
		Engajamento: 5.916
		Respostas ao cidadão: 3 curtidas
https://www.facebook.com/306388799493851/posts/76003546	<p>Boa tarde... alguém duvida que vem mais por aí? "Primeiro, se acreditou que a esperança venceu o medo. No mensalão, se viu que o cinismo venceu o medo. E, agora, que o escárnio venceu o cinismo." Ministra Cármen Lúcia, do STF, ao</p>	Curtidas: 1.711
		Comentários: 103
		Compartilhamentos: 765
		Engajamento: 2.579

<u>7462513</u>	referendar a prisão do senador Delcídio-PT líder do governo do senado.	Respostas ao cidadão: 1 comentário e 12 curtidas
https://www.facebook.com/306388799493851/posts/759768790822514	UNIFICAÇÃO DAS POLÍCIAS Boa noite... hoje fiz questão de posicionar favorável a unificação das polícias... o cidadão quer seu problema resolvido, quem mantém os serviços públicos funcionando? É o cidadão que trabalha e paga por meio dos impostos para que os serviços sejam prestados... e que a segurança seja garantida a todos, não importando a instituição, se é A ou B, municipal, estadual ou federal...	Curtidas: 1.407
		Comentários: 185
		Compartilhamentos: 337
		Engajamento: 1.929
		Respostas ao cidadão: 5 comentários e 20 curtidas
https://www.facebook.com/306388799493851/posts/759443347521725	Ao Vivo Dep. Delegado Waldir	Curtidas: 7336
		Comentários: 5150
		Compartilhamentos: 1094
		Engajamento: 13580
		Respostas ao cidadão: 6 comentários e mais de 30 curtidas
https://www.facebook.com/306388799493851/posts/756821994450527	FIM DO CONTATO FÍSICO ENTRE PRESOS E VISITANTES - PL 3564/15 O projeto propõe mudanças radicais nos procedimentos de visitas nos presídios brasileiros. Vamos coibir a entrada de produtos e equipamentos proibidos nas celas, melhorando a segurança nos presídios e também da população que sofrem com ações comandadas de dentro dos presídios... o contato físico de visitantes com os presos será proibido... a visita deverá ser feita em salas especiais, com vidro blindado e as conversas serão feitas por interfone, e serão sempre acompanhados por um agente prisional... o mesmo vale para os advogados dos presos... O projeto de lei prevê, ainda, que a implantação das salas especiais e blindadas seja custeada pelo Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN.	Curtidas: 4.827
		Comentários: 598
		Compartilhamentos: 2.707
		Engajamento: 8.132
		Respostas ao cidadão: 2 comentários e mais de 30 curtidas
https://www.facebook.com/306388799493851/posts/756276321171761	Bom dia... vamos ajudar nessa campanha? "Ajude um brinquedo, a ENCONTRAR uma CRIANÇA" P A R T I C I P E <u>Instagram.com/doiunbrinquedo</u> "Olá amigos (a) que tal, fazer uma natal diferente? Ajudar o próximo! Muitas crianças passam essas datas hospitalizadas, ou até mesmo passando por dificuldades com suas famílias.. Ajudar o próximo, é uma atitude muito linda, vamos ser retribuídos com sorrisos e abraços	Curtidas: 430
		Comentários: 26
		Compartilhamentos: 81
		Engajamento: 537
		Respostas ao cidadão: 4 respostas e 12 curtidas

	<p>sinceros.. Por isso estou aqui, para convidar a você, para juntos fazer a diferença!! Vamos nós unir e pedir ajuda a amigos e familiares, para nos ajudar com doações de um brinquedo novos ou usados (em boas condições) entregaremos na primeira semana de dezembro, levaremos ao Hospital Araujo Jorge, e APAE !! Se você me confirma sua ajuda, temos um grupo e la iremos estar sempre em contato! E vamos divulgar, juntos podemos fazer a diferença nesse natal para muitas crianças!"</p> <p>Informações: (62) 9804-8185 Nicolle (62) 9328-6530 Calita</p>	
https://www.facebook.com/306388799493851/posts/748051525327574	<p>Sempre digo, dependendo da forma que a pessoa dirige... o carro pode se transformar em arma... e foi assim que neste final de semana... Juliana Cristina, 28 anos, após tomar umas, pegou seu carro... atropelou e matou 2 funcionários que pintavam uma ciclofaixa em São Paulo... o local estava devidamente sinalizado, porém ela não viu devido o efeito álcool "que ela mesma ingeriu", quem vai beber, deve ter o entendimento de onde está e como voltará pra casa... respondendo por seus atos, ninguém amarrou ela e a forçou para que tomasse todas.... testemunhas perseguiram e conseguiram parar a motorista 3 km a frente do acidente... foi autuada em flagrante por homicídio "culposo"... deveria ser doloso, lesão corporal e fuga sem prestar socorro... MAS em menos de 48 horas pagou fiança de 20 salários mínimos e responderá em liberdade... #FrouxaLeiBrasileira onde o inComum, o aNormal e o inConveniente inAceitável é passar a mão da cabeça de pessoas irresponsáveis... não foi um acidente, foi um assassinato, mas nossa lei permite isso... colocar preço nas vidas das vítimas... infelizmente o Brasil é mais um dos países onde perdeu-se a noção do absurdo... são mais de 50 mil mortes causadas por acidente de trânsito no Brasil anualmente...</p> <p>As vítimas.. Raimundo Barbosa, 39 anos... morava com a esposa e quatro filhos... e José Airton, morava com os dois filhos... O artigo 5º da Constituição Federal diz que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza" Alguém acredita?</p>	Curtidas: 5.109
		Comentários:989
		Compartilhamentos: 1.307
		Engajamento:7.405
		Respostas ao cidadão: 3 comentários e 12 curtidas

Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE D - Quadro 12 - Comentários mais relevantes nas publicações mais comentadas de Daniel Vilela

Link do post	Comentários mais relevantes
https://www.facebook.com/186037161435170/posts/995773183794893	<p>C1: Nobre Deputado, a traição à vontade popular vai cobrar um preço alto. Haverá outras eleições, cedo ou tarde. E traidor não merece voto. O Brasil espera que cada um cumpra com seu dever. O seu é ficar do lado do País e da maioria do povo. E será cobrado por isso.</p>
	<p>C2: Em suma, houve uma maquiagem deliberadamente orientada a passar para a nação (e também aos investidores internacionais) a sensação de que o Brasil estaria economicamente saudável", em referência aos episódios que ficaram conhecidos como 'pedaladas fiscais...</p> <p>Portanto se o partido do PMDB for contra o impeachment, estará contribuindo para a omissão do colarinho branco no Brasil!!!!</p>
	<p>C3: Caro deputado, eu como goiano e tendo o Sr. como meu representante na câmara federal solicito grandemente que o senhor repense sua posição quanto ao apoio a ou governo corrupto do PT, já tive que demitir 2 funcionários de meu comércio em Goiânia devido ao aprofundamento da crise econômica derivada única e exclusivamente pela má gestão e projeto criminoso encabeçados pelo Lula e a Dilma. Peço encarecidamente que o senhor honre o nome de sua família e de seu pai a qual eu sempre fui eleitor, não nos decepcione e não fique ao lado de quem tem destruído nossa nação, obrigado.</p>
	<p>C4: #foradilmaPrezado Deputado, te aconselho a mudar seu posicionamento quanto ao pedido de impeachment da Gilma Rucefe, sob pena de vincular sua imagem ao governo mais corrupto da história. O país não suporta mais três anos de administração petista. Apenas 7% da população apoia o governo atual, o menor índice da história. Além disso, com os desdobramentos da Lava Jato a qualquer momento a PresiDanta pode ser delatada. Essa insegurança jurídica gera falta de credibilidade tanto do mercado quanto da população. Assim, mude seu posicionamento e junte-se aos 93% da população que clama por mudanças. Esse governo já morreu.</p>
	<p>C5: Os olhos da população brasileira hoje estão voltados para a posição que nossos representantes no Congresso estão assumindo em relação ao impeachment da Presidente, Sr. Daniel Vilela! Portanto, nossos olhos estão voltados para o senhor! Queremos saber se o senhor ficará ao lado da maioria e vai atender a expectativa de quem quer a saída de Dilma e de tudo o que ela representa politicamente. Pense bem porque em breve o Brasil terá mudado e será muito bom se o senhor tiver feito parte dessa mudança.</p>
	<p>C6: Nossa Daniel, que vergonha, tao novo na política e ja se corrompeu.Este PT afundou o Brasil, estão transformando nosso País em uma terra de terrorista, onde os safados tem valor e o trabalhador so se ferra, e você é contra o impeatiman da Dilma, essa mulher odiada pelos brasileiros trabalhadore e de caráter! Pensa bem, você é muito novo para ser esquecido do cenário político brasileiro.Eu creio em um Brasil de dignidade, de crescimento, e não num Brasil falido.</p>

https://www.facebook.com/186037161435170/posts/995380633834148	<p>C7: Você deve uma resposta a seus eleitores deputado. Posicionar-se em momentos de crise faz a diferença, tanto pra sustentar seu mandato, quanto pra garantir o próximo! Infelizmente pra você e felizmente pra nós a interatividade da rede social te expõe! Vai sustentar sua posição política a favor deste governo? Independentemente da manobra política pró impeachment, você realmente deseja a manutenção deste governo nefasto, que se elegeu enganando o povo e que perdeu a governabilidade, não tem força política nem moral pra reverter este quadro. Aguardamos ansiosamente sua posição e não vamos nos esquecer dela!!! POSICIONE-SE DEPUTADO!!!</p>
	<p>C8: Deputado, não se engane. Existe um custo enorme em votar contra o impeachment. Todos já compreenderam que, apesar de drástico, infelizmente não resta perspectiva alguma de futuro com esse governo que está aí. O impeachment é necessário. Se posicione do lado correto e faça parte da história. Caso contrário sua carreira política se apagará de maneira tão ou mais prematura quanto a sua ascensão.</p>
	<p>C9: Toma vergonha nessa sua cara , e não vá contra o povo , porque se você for isso só pode ter algum motivo , está recebendo dinheiro da Dilma , isso provará que você é só mas um ladrão cabra safado . E tenho certeza que seus dias estão contados ai , o povo acordou e o povo não vai esquecer você na próxima eleição .</p>
	<p>C10: Tão novo e com carreira já no final....Sei que pertence a um partido que se vende facilmente por qualquer migalha ,mas pelo menos de apoio nem se for só para não deixar de ser deputado, ao povo que te elegeu ao invés de apoiar corruptos ...ou voce faz parte da quadrilha.</p>
	<p>C11: Vai deixar mesmo o Brasil afundar nesse mar de lama deputado? Milhoes de brasileiros desempregados e bilhões desviados não é problema seu??? O troca troca deve estar te favorecendo ai em Brasília né? Que vergonha!!! #impeachmentja</p>
	<p>C12: Aprende uma coisa deputado: se quer um Brasil que preste e que seja melhor para os brasileiros, dê seu sim ao #impeachment. Chega de petismo destruindo o nosso país. #impeachmentjá #ForaDilma</p>
	<p>C13: 🖐️🖐️🖐️🖐️ esse deputado me representa</p>
	<p>C14: Sou goiano e tenho vergonha desses nossos representantes que votam contra a vontade de povo, já faço campanha contra a partir de agora</p>
	<p>C15: E aí deputado. Faz uma publicação sobre qual será sua posição em relação ao impeachment de Dilma.</p>
	<p>C16: Deputado esperava mais de você, apoiar Dilma e para ladrões, Desculpe !</p>
	<p>C17: Em Paris, comendo nos melhores restaurantes, se hospedando a diárias de milhares de reais... Diz aí como é bom gastar dinheiro alheio sem peso na consciência! Quem defende corrupto é corrupto também! Logo não vai nem poder ir comer em um restaurante! Vai pagar pela ganância!</p>
	<p>C18: Senhor Deputado, o país está passando por um momento ímpar!!! O senhor está do lado do Estado democrático de Direito, onde criminosos quando julgados e condenados são punidos ou ao lado do PT? A Dilma não deve nada? Então porque o senhor não deixa o processo ir adiante?</p>

	<p>C19: A escolha é sua deputado, quer representar a maioria do povo brasileiro que esta cansado de tanta corrupção vote pelo impeachment ou se preferir alguns gatos pingados que se julgam os esquerdistas modernos, bonzinhos contra o capitalismo, a favor do socialismo mas que na verdade sofrem da síndrome de gabriela, (eu nasci assim, vou ser sempre assim, vou morrer assim, sempre PT,PSOL,PSTU...) Antes de qualquer polêmica, me desculpem as Gabrielas, nada contra o nome, muito menos contra a bela obra literária e a música. O que quero dizer com isso é que se si julga, e é, um jovem deputado e quer um país melhor, abra sua mente para ser bom e popular e não populista. Na minha opinião o PT e os seus querem sempre se mostrar os revolucionários, os jovens ou modernos, mas na realidade estão engessados em conceitos ultrapassados.</p> <p>C20: O governo Dilma já morreu. O Impeachment só vai sepultar o cadáver fétido da "presidenta" e transforma-la em uma cidadã civil, onde ela responderá sem foro privilegiado por permitir que seu partido tungasse os cofres públicos até o dinheiro acabar. Pelo menos uma vez, pense nos cidadãos e vote a favor do #ImpeachmentJá</p>
https://www.facebook.com/186037161435170/posts/996650690373809	<p>C21: Deputado Daniel Vilela, está circulando na internet a informação de que o Sr. votará contra o Impeachment da Louca que junto com a seita Partido das Trevas (PT) destruiu o Brasil!!! Não podemos acreditar nisso senhor deputado!! Por favor, desminta essa informação. Deve ter sido um mal-entendido.</p> <p>C22: Daniel Vilela é contra o impeachment de Dilma, logo é a favor da corrupção, das pedaladas fiscais, petrolão, terroristas do MST, etc. Assim se inicia o triste fim de sua carreira política. Daniel Vilela nunca mais. Não esqueceremos.</p> <p>C23: O PMDB goiano não pode ficar do lado desses ratos que destruíram nosso país. O nobre deputado Daniel Vilela sabe que é um dos goianos que podem Governar Goiás algum dia. Portanto não declarar apoio ao Impeachment será um tiro certo no próprio pé. Nós goianos odiamos o PT. E não é aqui que um aliado deles será bem visto. Impeachment já.</p> <p>C24: Democracia é a vontade do POVO e não a dos eleitos! Cabe ao senhor ter a sensibilidade de perceber que neste momento o POVO quer a saída da presidente. Vai ficar nessa de golpe ou obedecer o patrão que te elegeu? Fora Dilma! Fora PT!</p> <p>C25: Deputado gostaria de lhe dizer o seguinte caso escolha o governo tudo bem é uma escolha sua e aceitamos, mas lembre-se um político precisa do voto e estamos de olho em quem é quem, a menos q vsa excelência pretende encerrar sua carreira política apoie o governo, Se ã fique do lado da nação brasileira!#FICAADICA</p> <p>C26: Então, quer dizer que o senhor é contra o impeachment da bandilma? Pelo que tenho visto, todos que são contra estão mamando ou ganhando algo, é seu caso? O senhor tem o rabo preso com esta organização criminosa que se instalou no país? Quanto o senhor vai ganhar para apoiar a bandilma? Prometeram um ministério para o senhor? O senhor ganhou dinheiro da lava jato para se eleger? Pois, bem, estaremos atento, se o senhor realmente apoiar a presidAnta, pode dar adeus à sua curta carreira política, pois o senhor ficará marcado para</p>

	sempre!
	C27: Deputado, o povo goiano o elegeu para nos representar... Ainda há tempo de rever sua decisão de votar contra o impeachment e, consequentemente, contra a vontade do povo brasileiro, que não aguenta mais tanta incompetência e corrupção!
	C28: Chegou a hora de honrar o povo brasileiro libertando-o das garras do PT e da incompetência da presidente Dilma Rousseff. Chegou a hora de honrar o povo brasileiro votando a favor da democracia, da decência, da ética, da moral, da família. Chegou a hora de livrar o país da desgraça do Bolivarianismo que tem assolado vários países da América Latina. Chegou a hora do Impeachment!!! Estamos todos vigilantes quanto ao seu posicionamento. #IMPEACHMENTJÁ!!!!
	C29: Deve uma explicação aos eleitores pq vai votar contra o impedimento da Dilma. Deveria ter vergonha, o país não quer Dilma nao quer PT e nao vai querer mais vc. Isso é traição ao povo
	C30: Deputado Daniel Vilela, rogo a V.Exa que tenha alguns minutos de reflexão para mudar seu posicionamento quanto à recusa do impeachment da Excelentíssima Senhora Presidente Dilma Rousseff.

Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE E - Quadro 13 - Comentários mais recentes na *fanpage* de Delegado Waldir

Link do post	10 primeiros comentários mais relevantes ou os últimos publicados
https://www.facebook.com/306388799493851/posts/636153503184044	C1: Pena máxima para ele!!!!!!!
	C2: Figura (emoticom vomitando)
	C3: Misericordia senhor
	C4: Na maioria dos casos uma das partes usa a criança p vingar ou conseguir o que quer da outra parte
	C5: Mas com lei que da o direito do pai ou mãe conviver com o filho independente do que eles sejam e de com quem estão convivendo fica muito difícil da parte mais sensata garantir a segurança da criança inocente
	C6: Que horror, meu Deus !!!
	C7: Figura (emoticom chorando)
	C8: Ele que devia morder
	C9: Filha da puta de um homem deve continuar preso pelo resto de sua vida
	C10: Figura (emoticom chorando)
https://www.facebook.com/306388799493851/posts/697967613669292	<p>C11: Não concordo de forma nenhuma com o que eles fizeram, mas as pessoas são engraçadas né, chamando eles de criminosos, sem escrúpulos. Mas pensa só quantas pessoas divulgaram o vídeo pra grupos e amigos no wpp, se for assim então todo mundo que fez a divulgação tb cabe os mesmos nomes, pois compactuou com um crime quando fez a divulgação do vídeo no celular, quando fez os envios . Jogar pedra e julgar o outro é fácil né irmãos, agora você que ajudou a divulgar o vídeo olha pra si mesmo é dizer eu tb sou um antiético e criminoso, sem escrúpulos, ai não. Só eles são os culpados kk' todos que fizeram a divulgação são culpados e são piores do que eles por ainda tem coragem de julgar o irmão sendo que você viu o erro dele e ainda permitiu e compactuou! Pensem nisso, você que ajudou a divulgar, tb é culpado!</p> <p>OBS: EU NÃO ESTOU DEFENDENDO NINGUÉM, ESTOU APENAS EXPONDO MEU PONTO DE VISTA SOBRE A SITUAÇÃO!</p> <p>LEMBRANDO QUE QUANDO APONTAMOS UM DEDO PARA O OUTRO, TRÊS DEDOS ESTÃO APONTADOS PRA NÓS MESMOS!</p>
	C12: Engraçado como a todo momento chega vídeo e foto de acidentes no whats de tanatis tbm e ninguém fla nada ne....Agira pq e o Cristiano araujo causou isso tudo...eeeeita Brasil...viva hipocrisia
	C13: Mais lamentável q isso é a quantidade de criança passando fome e frio o quanto nos estamos pagando impostos e juros absurdos, ou a quantidade de políticos roubando os brasileiros na cara de pau e uma ênfase tão grande uma coisa tão normal quanto a morte q um dia chegará pra todos e triste lamentável desnecessário e até desumano o q essas pessoas fizeram pra

	<p>família deste jovem rapaz, porém se as leis funcionassem pra ricos e políticos corruptos com a rapidez q funciona pra pessoas famosas e ricos o Brasil talvez seria diferente.....</p> <p>E repugnante este país</p> <p>Luto eterno com um país desse....</p>
	<p>C14: Engraçado como vejo gente defendendo dizendo que a todo momento as pessoas divulgam coisas na net e whats app. Quem faz esse tipo de coisa considero vermes sem coração. Sendo famoso ou não, me dói muito de ver certas coisas na Internet e tanto que excludo todos grupos do Whats e excludo do meu face quem divulga coisas absurdas. #cadeiaNessesDois</p>
	<p>C15: Acho pouco eles deveriam perder o direito de trabalhar em qualquer que seja o ramo de medicina.necrópsia ou perícia em território NACIONAL...</p> <p>Para quem não entendeu a frase acima,realmente eles não são médicos e eu não seria idiota de dizer isso,não são policiais científicos,técnicos,forenses,etc... e não são coitados eles podem arrumar outro ramo para trabalhar .</p>
	<p>C16: Cadeia neles. Para que sirva de lição. Acho que deveria ser crime qualquer tipo de filmagens relacionadas a acidentes pôr que é muito doloroso para os familiares</p>
	<p>C17: Eles mereciam era mais anos, pra vê se aprendem a respeitar não só as regras do trabalho deles como principalmente a dor q os familiares de Cristiano Araújo estão passando nesse momento tão triste. Para vcs q divulgaram imagens e vídeos: Nunca faça com uma pessoa aquilo que vcs não gostariam que fizessem com vcs ou com um filho de vcs. Fica a dica</p>
	<p>C18: Realmente é um absurdo e a punição precisa ser exemplar. Só espero que esse interesse todo não fique restrito ao caso do Cristiano Araujo. Os vídeos e fotos de mortes e corpos mutilados proliferam-se nas redes sociais causando ainda mais dor aos familiares sem que ninguém fiscalize ou ofereça qualquer tipo de punição.</p>
	<p>C19: Falta de respeito com a família e fãs do cantor.Justiça seja feita</p>
	<p>C20: A pena deveria ser maior, tamanha dor que a família sentiu ao saber desse vídeo. Parabéns pra polícia Civil de Goiás</p>
https://www.facebook.com/306388799493851/posts/635736603225734	<p>C21: Tem que si fude mesmo FDP otário Vai roubar o diabo tem que aleijar um merda desse Mata</p>
	<p>C22: È pra se foder mesmo nessa porra ,vai assaltar pai de família só é pra levar dessa mesmo PCR ...</p>
	<p>C23: Quem é o criminoso no vídeo? Não vi nenhuma justiça aí, a "bandidagem" não se formou sozinha não! Somos todos culpados pela injustiça do país.</p>
	<p>C24 Kkkkk bem feito</p>
	<p>C25: André Fontoura olha isso</p>

	C26: QUEM DEFENDE BANDIDO É CRIMINOSO TB! E OUTRA, SÉ TÁ COM PENA É PQ NUNCA FOI VITIMA DE UM VAGABUNDO DESSE! Olha a pior coisa é vc trabalhar(sobreviver) honestamente ter seu dinheiro suado e vir um pilantra, safado e roubar o que é seu. É por isso que o Brasil tá assim, pq em uma sociedade ainda existe pessoas que tem pena e defende esse tipo de gente. E não me venha com o mimimi de dizer que são vitimas da sociedade pq isso não justifica, são assim pq não tiveram oportunidade! MENTIRA!! São assim pq escolhem essa vida. Oportunidade tá ai todos os anos, com Enem, ProUni, bolsas estaduais, programas de bolsas de universidades e institutos privados.
	C27: Isso e pura vdd
	C28: Por que não mataram logo esse bandidos fdp, eles foram presos mas um dia vão sair , e vao querer pegar quem bateram neles.
	C29: Diz o ditado , bandido bom, e bandido morto #soacho
	C30: Quem defendê vagabundo e vagabundo também vagabundo tem que morre

Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE F - Quadro 14 - Comentários mais relevantes nas publicações mais comentadas de Flávia Moraes

Link do post	Dez comentários mais relevantes das publicações mais comentadas em 2015 na página de Flávia Moraes
https://www.facebook.com/flaviamoraesoficial/photos/a.522479981188602.1073741829.518889098214357/586497304786869/?type=3	C1: Parabéns e isso ai fora Dilma, esse povo e louco votar nessa mulher
	C2: Parabéns, è preciso o povo saber da verdade sobre a Petrobras e o que o PT fez dela.
	C3: Deputada socorro ajuda nois daqui de Trindade pelo amor de Deus esse prefeito picareta n ta fazendo nada socorro por favor.
	C4: É isso ai, vai em frente!!
	C5: Quem essa eu nunca vi sera humorista kkkk
	C6: Do que adianta assinar a cpi da petrobras e aprovar a mudança na lei de responsabilidade fiscal , e muita contradição
	C7: Essa mulher é uma guerreira q luta pelo povo, eu sou fã do trabalho dela e todas as vezes q ela se candidatar eu serei eleitor fiel dela. Ja ela e vou continuar acreditando nela.
	C8: Força Deputada, confio em voce. Não se leve por emoções. A Justiça tem que ser feita.
	C9: A CPI tem que punir os culpados duramente, não deve ser usada como palanque eleitoreiro. Uma mesma medida de justiça para todos. O Brasil é maior!
	C10: folha de bananeira
https://www.facebook.com/518889098214357/posts/653093064793959	C11: Nobre parlamentar , obrigada pelo apoio à derrubada do veto ao PLC 28. Seu ato de justiça será eternamente lembrado pelas 120.000 famílias dos servidores do PJU , que esperam por reposição salarial há mais de 9 anos.
	C12: Obrigada pelo apoio para a derrubada do veto presidencial ao PLC 28/15. São 120 mil famílias que se encontram sem recomposição de salário há mais de nove anos. Contamos com seu voto, Deputado.
	C13: Nobre Parlamentar, o teu apoio à derrubada do veto ao PLC 28/15 renova as esperanças de 120 mil servidores do Judiciário em recuperar não só as perdas salariais de 9 anos de congelamento, mas acima de tudo a própria dignidade. Obrigado pelo teu imensurável apoio.
	C14: Nobre Deputada, é com grande sentimento de justiça que recebo a notícia de seu apoio à derrubada do absurdo veto da presidenta ao PL 28/15. Nossa categoria está sendo submetida a uma injustiça sem precedentes na história do funcionalismo público brasileiro. Nós, servidores do Poder Judiciário da União, estamos há 9 anos sem reposição das perdas inflacionárias! Não merecemos esse tratamento. Através de nosso suor são injetados bilhões nos cofres públicos anualmente, pois os magistrados nada fariam sem os servidores que os apoiam em suas tarefas diárias. Como a presidenta pode ter a coragem de declarar, na parca e tosca fundamentação do veto total, inconstitucional um projeto de lei elaborado pelo próprio guardião da Constituição e que, além de passar por todas as comissões do Congresso Nacional, foi aprovado pela maioria esmagadora das 2 casas parlamentares? Isso é uma afronta direta ao Congresso e aos Ministros do STF! Flagrante desrespeito à harmonia e à independência entre os poderes da República. Mais do que exorbitar sua competência, a sra presidenta cometeu um ato, no

	mínimo, desrespeitoso para com os Congressistas e os Ministros do Supremo, tratando-os como meros subalternos de seus devaneios. Não podemos permitir tamanho descalabro! Que seja feita justiça! Contamos com o seu voto para derrubada desse imoral veto! Obrigado!
	C15: Nobre deputada, obrigado pelo apoio à derrubada do veto ao PLC 28. Seu ato de justiça será eternamente lembrado pelas 120.000 famílias dos servidores do Judiciário , que esperam por reposição salarial há mais de 9 anos.
	C16: Obrigado Sra. Deputada pelo apoio à derrubada ao veto do PLC 28/2015. Nós Servidores do Poder Judiciário Federal abraçamos sua participação em nossa luta e lembramos V.Ex. que um oficial de nosso exército jamais será esquecido. Obrigado de coração. #PLC28DerrubaOVeto
	C17: Muito obrigada por seu precioso apoio ao PLC 28 / 2015, nobre parlamentar. Sua presença no Congresso Nacional no dia 18 de agosto é indispensável para a derrubada do veto presidencial. Grande abraço.
	C18: Quero agradecer a Deputada Flávia Moraes , em meu nome e dos meus colegas servidores do Poder Judiciário Federal, o apoio para derrubada do veto presidencial ao PLC 28/15 que visa recompor as nossas perdas salariais nos últimos 09 anos. Obrigada Deputada !!!
	C19: Deputada, contamos com o seu apoio para a derrubada do veto ao PLC28!
	C20: Muito obrigada pelo seu apoio ao PLC 28/15! Contamos com sua presença e seu voto para derrubar esse veto vergonhoso!!!
https://www.facebook.com/518889098214357/posts/662325510537381	C21: Já votei!! Tenho grande admiração pelo seu trabalho e município de uruacu agradece pelo trabalho realizado.
	C22: Votar!? Claro em vc e em projeto seu eu e mjes familiares apóia sempre....Deputada Flavia Moraes nessa eu confio...Que o Senhor Jesus continue a lhe abençoando dando saúde, sabedoria, paz e muito mais muito sucesso em sua caminhada!!!!
	C23: Votei na senhora estou sempre acompanhando as votações da senhora no congresso nacional !
	C24: Essa é a nossa deputada que já fez e tem feito muito por piracanjuba
	C25: Cara Deputada meus sinceros votos de felicidades . O que tem feito pelo município de Nazário?
	C26: A senhora nos representa nobre parlamentar. Obrigado pelo seu apoio incondicional.
	C27: Parabens Deputada Federal Flavia Moraes, a sua competencia e credibilidade min faz admirar mais e mais a senhora.
	C28: essa e, uma pessoa honesta dentre os políticos
	C29; Voto confirmado, Deputada. Parabéns pelo trabalho assíduo e profícuo, frente ao Congresso, em prol do povo goiano. Abraço.
	C30: Conte com sempre com o apoio do vereador Alysson Mota . nas parceria !!!

Fonte: Elaborado pela autora.